

ISSN online: 2525-4812
ISSN versão impressão: 2238-7641

TERCEIRA MARGEM

AMAZÔNIA

DOSSIÊ BAIXO AMAZONAS



Vol. 3, nº 11 - Jul/Dez 2018

TERCEIRA MARGEM
AMAZÔNIA

Dossiê Baixo Amazonas

11

TERCEIRA MARGEM
AMAZÔNIA

Dossiê Baixo Amazonas

11

REVISTA TERCEIRA MARGEM AMAZÔNIA

Dossiê Baixo Amazonas

EDITOR RESPONSÁVEL PELA EDIÇÃO:

Rogério Henrique Almeida

ORGANIZAÇÃO DA EDIÇÃO

Ana Beatriz de Oliveira Reis

Luiz Gonzaga Feijão da Silva

Rogério Henrique Almeida

Lindomar de Jesus de Sousa Silva

A presente edição está sob a responsabilidade do grupo de pesquisa: Agricultura Familiar, inovação, sustentabilidade e ruralidade, certificado pelo CNPq e liderado pela Empresa Brasileira de Pesquisa (Embrapa Amazônia Ocidental).

CONSELHO EDITORIAL

Alberjamere Pereira de Castro – UFAM

Alison Castilho – BIONORTE

Ana Luisa Araújo de Oliveira – UFRGS

Antônio Carlos Witkoski – UFAM

Carla Kelen de Andrade Moraes – UFRA

Carlos Edwar de Carvalho Freitas – UFAM

Céline Raimbert - Université de Sorbonne Nouvelle / Paris 3

César Barreira – UFC

Cloves Farias Pereira – UFAM

Cristiane Barroncas Maciel CostaNovo – UEA

Elimar Pinheiro do Nascimento – UNB

Francimara Souza da Costa – UFAM

Genival Carvalho - ACER (In memoriam)

Gilmar Antônio Meneghetti – EMBRAPA

Henrique dos Santos Pereira – UFAM

José Odair Pereira – UFAM

José Olenilson Pinheiro – EMBRAPA

Leonardo Malcher – UFPA

Lindomar de Jesus de Sousa Silva - EMBRAPA

Manoel Carlos Silva – Universidade do Minho

Marcos Filipe Alves Salame – EMBRAPA

Maria Albenize Farias Malcher – IFPA

Maria Luana Araújo Vinhote – UFAM

Maria Teresa Gomes Lopes – UFAM

Marilene Corrêa da Silva Freitas – UFAM

Marília Gabriela Gondim Rezende – UFAM

Mauro André Castro – UFPA

Miguel Pacifico Filho – UFT

Ocimar Marcelo Souza de Carvalho

Pedro Chaves Baía – IFPA

Rafael Gastal Porto – EMBRAPA

Roberto Araújo Martins - NAEA/UFPA

Rogério Almeida – UFOPA

Rosa Rocha – GESPAFIR/CNPq

Spartaco Astolfi Filho – UFAM

Suzy Cristina Pedroza da Silva – UFAM

Tânia N. O. Miranda – UFPA

Therezinha de Jesus Pinto Fraxe – UFAM

CONSELHO CIENTÍFICO

Adriano Premebida – UFRGS

Ana Maria O. Tancredi Carvalho-UFPA

Antônio Carlos Witkoski – UFAM

Armando Lúrio de Souza – UFPA

Carlos Edwar de Carvalho Freitas – UFAM

César Barreira – UFC

Edane França Acioli – 3R

Elimar Pineheiro do Nascimento – UNB

Farid Eid – UFPA

Francimara Souza da Costa – UFAM

Gutemberg Guerra NCADR /UFPA

Heloísa Fernandes – USP

Henrique dos Santos Pereira – UFAM

Jeronimo Alves dos Santos – UFSCAR

Jocilene Gomes da Cruz – UEA

José Aroudo Mota – IPEA

José Camilo Ramos de Souza – UEA

José Guilherme de Carvalho – FASE

Josep Point Vidal - NAEA/UFPA

Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt – UFAM

Lindomar de Jesus de S. Silva –Embrapa

Maria do Socorro Ferreira – EMBRAPA

Maria Goretti da C. Tavares – EMBRAPA

Maria Inês Gasparetto Higuchi – UFAM

Maria Marize Duarte – UEPA

Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão – UFAM

Marília Gabriela Gondim Rezende – UFAM

Mario Vasconcellos Sobrinho – UFPA

Martine Droulers - Université de Sorbonne Nouvelle / Paris 3

Maurilio de Abreu Monteiro – UNIFESSPA

Milton Cordeiro F. Filho - NUMA/UFPA

Roberto Marinho A. Silva – UFRN

Romero Ximenes – UFPA

Saint-Clair C. da Trindade Júnior-UFPA/NAEA

Saulo Baptista – UEPA

Therezinha de Jesus Pinto Fraxe – UFAM

Vilma Barban - Instituto Pólis

EQUIPE TÉCNICA

Imagem da capa: Núcleo de Socioeconomia - UFAM

Projeto Gráfico: Mônica Suani Barbosa da Costa

Revisão: Ádria Fabíola Pinheiro de Sousa, Marília Gabriela Gondim Rezende

Diagramação: Mirian Cristina Silva Menezes

Secretaria: Mônica Suani Barbosa da Costa

Revista Terceira Margem Amazônia é um veículo de registro e divulgação de trabalhos interdisciplinares resultantes de estudos, pesquisas e experiências sociais que versem sobre assuntos relacionados direta ou indiretamente à Amazônia, estimule o intercâmbio e o debate entre a comunidade acadêmico-científica e atores sociais e contribua para a produção de conhecimentos sobre a região. A revista publica textos originais e inéditos em português, espanhol, inglês e francês. Adota a avaliação anônima por pares (*peer review*) para trabalhos submetidos às seções: artigos originais e de revisão, resenhas, notas de pesquisa, conferências e, eventualmente, dossiês temáticos, volumes especiais e/ou suplementos.

Indexadores

Sumários.org

Academia.edu

Contatos

Revista Terceira Margem Amazônia

Rodovia AM-010, Km 29,

Estrada Manaus/Itacoatiara 69010-970

Caixa Postal 319 Fone: (92) 3303-7800

Fax: (92) 3303-7820 – Manaus-AM

E-mail: editor@revistaterceiramargem.com

revistaterceiramargemamazonia@gmail.com

Submissão de artigos

Homepage da revista: www.revistaterceiramargem.com

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Terceira Margem Amazônia / Outras Expressões. - v.3, n.11
T315 -- São Paulo: Outras Expressões, 2018-v.. : il. : 23 cm.

Semestral

ISSN versão online: 2525-4812

O vol. 1, nº 1 desta Revista foi publicado em agosto de 2012

1. Ciências Sociais – Periódicos. 2. Ciências sociais aplicadas – Periódicos. I.

Outras

Expressões, Ed;

CDD 300 (05)

Sumário

EDITORIAL	8
APRESENTAÇÃO	9
CORPUS	12
Dossiê Baixo Amazonas: desenvolvimento, território, economia, cultura e sociedade	13
Amazônia, amazônias: tensões territoriais em curso <i>Carlos Walter Porto-Gonçalves</i>	14
Análise dos indicadores de desenvolvimento e pobreza multidimensional no Baixo Amazonas nos anos de 2000 e 2010 <i>Abner Vilhena de Carvalho</i>	22
A resignificação da navegação no Baixo Amazonas a partir da integração ao circuito produtivo do agronegócio <i>Eduardo Margarit</i>	38
Andiroba: usos e extração do óleo em área de assentamento no oeste paraense <i>Amanda Alves Coelho</i> <i>João Ricardo Vasconcellos Gama</i> <i>Renato Bezerra da Silva Ribeiro</i> <i>Francisco de Assis Oliveira</i>	56
As ocupações urbanas na amazônia e os novos sujeitos coletivos: a atuação do movimento dos trabalhadores em luta por moradia na cidade de Santarém-PA <i>Ana Beatriz Oliveira Reis</i> <i>Erick Rodrigo Porto Pinho</i> <i>Fabício Novak</i> <i>Thiago Rocha Pereira</i> <i>Yuri Santana Rodrigues</i>	72
Aspectos mercadológicos do óleo de andiroba no município de Santarém, Pará <i>Amanda Alves Coelho</i> <i>João Ricardo Vasconcellos Gam</i> <i>Renato Bezerra da Silva Ribeiro</i> <i>Francisco de Assis Oliveira</i>	87
Cultura Afro-brasileira: a prática da folia de São Tomé na comunidade Arapucu em Óbidos-PA <i>Leandro de Castro Tavares</i> <i>Oséias de Oliveira</i>	103

Pluralismo jurídico e a construção do protocolo de consulta: a experiência da Federação Quilombola de Santarém, Pará <i>Layza Queiroz Santos</i> <i>Pedro Sergio Vieira Martins</i>	118
Resistência indígena frente aos agentes dos mercados neocoloniais no Baixo Rio Tapajós <i>Marcos Vinícius da Costa Lima</i>	135
Um protocolo de consulta no Alto Trombetas: experiências e resultados <i>Erika Giuliane Andrade de Sousa Beser</i> <i>Júlia Farias Ribeiro</i> <i>Luciana Gonçalves de Carvalho</i>	153
Uso tradicional do fogo: avaliação de queima controlada na agricultura de subsistência exercida na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns <i>Vanessa Sousa Gomes</i> <i>Daniela Pauletto</i>	168
Conflitos ambientais: quantificação de denúncias efetuadas na reserva extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará <i>Mariane Cardoso Sousa</i> <i>Vanessa Sousa Gomes</i> <i>Suelen Silva Sousa</i> <i>Jackeline Nóbrega Spínola</i>	178
OUTROS ARTIGOS	183
A fragilização do papel protecionista das unidades de conservação na Amazônia <i>David Franklin da Silva Guimarães</i> <i>Dorinethe dos Santos Bentes</i> <i>Giovanna Cristina Ferreira Pinto</i> <i>Rafael Moreira Ribeiro</i>	184
A materialização da territorialidade na Comunidade São Francisco (Careiro da Várzea/AM) <i>Jenyffer Caroline Santos Duarte</i> <i>Marília Gabriela Gondim Rezend</i> <i>Therezinha de Jesus Pinto Fraxe</i>	198
Sazonalidade e adaptabilidade humana na comunidade São José (Careiro da Várzea, Am) <i>Aline Souza de Carvalho</i> <i>Marília Gabriela Gondim Rezende</i> <i>Mônica Suani Barbosa da Costa</i> <i>Therezinha de Jesus Pinto Fraxe</i>	210
Os entraves no extrativismo da castanha-do-brasil (<i>bertholletia excelsa bonpl.</i>): da produção a comercialização na comunidade São Sebastião do Igapó Açu, Amazonas-Brasil <i>Mônica Suani Barbosa da Costa</i> <i>Therezinha de Jesus Pinto Fraxe</i>	225

Mercado de alimentos orgânicos e a agrobiodiversidade em Manaus, AM <i>Rafael de Lima Erazo</i>	237
Realidade e perspectivas da ater junto à populações extrativistas no Pará: o caso do PAE Ilha Piquiarana em Abaetetuba – Pará – Amazônia – Brasil <i>Silvana Benassuly Maués de Medeiros</i> <i>Valdir da Cruz Rodrigues</i> <i>Jaqueline Raquel Cardoso Mesquita</i>	246
Extensão rural agroecológica na Amazônia brasileira: o perfil do extensionista rural diante de um novo modo de produção no nordeste paraense <i>Jaqueline Raquel Cardoso Mesquita</i> <i>Valdir da Cruz Rodrigues</i>	264
Adubação fosfatada e potássica: efeito na altura da planta e no diâmetro do caule de mandioca	
<i>Letícia de Paula Neves de Souza</i> <i>Bruno Fernando Faria Pereira</i> <i>Inocência Junior de Oliveira</i> <i>Carlos Alberto Franco Tucci</i> <i>Jonathas Paiva do Nascimento</i>	274
Unidade demonstrativa de avicultura integrada à agricultura em manejo agroecológico <i>Israel Pereira dos Santos</i> <i>Danilo de Oliveira Machado</i> <i>Izaquiel Mateus Macedo Gomes</i> <i>Gustavo André Colombo</i> <i>Rômulo Ribeiro Machado</i>	285
PRÁXIS	293
Entrevista Edilberto Francisco Moura Sena: “Estamos numa peleja aos moldes do Davi contra Golias. Nossa estratégia é tentar acertar a testa desse Golias. Nossa saída deve ser coletiva. Precisamos, ainda, aprender a juntar as nossas forças”	294

EDITORIAL

A Revista Terceira Margem Amazônia pretende ser um veículo de registro e divulgação de trabalhos interdisciplinares resultantes de estudos, pesquisas e experiências sociais que versem sobre assuntos relacionados direta ou indiretamente à Amazônia, estimule o intercâmbio e o debate entre a comunidade acadêmico-científica e atores sociais e contribua para a produção de conhecimentos sobre a região. O escopo da revista contempla duas partes, batizadas de Corpus e Práxis. O Corpus será estruturado em quatro seções dedicadas à produção científica: artigos, notas de pesquisa, resenhas, resumos de teses e dissertações. A Práxis agrupa duas seções destinadas a expor ideias e práticas no formato de entrevistas e debates. Por que Terceira Margem Amazônia? A escolha do nome da revista passou por um cuidadoso debate e foi escolhido por a expressão terceira margem evocar outro caminho, acrescentando-se ao final a palavra Amazônia, por ser o lócus privilegiado pela revista. Terceira Margem é o título de um conto de Guimarães Rosa que expressa a necessidade de olhar a realidade para além de uma perspectiva dual ou mecânica do certo ou errado. É na perspectiva de pensar de forma interdisciplinar a Amazônia e compreender toda a sua diversidade, que o nome Terceira Margem foi escolhido para expressar o pensar amazônico, a partir de suas várias matrizes e do que é peculiar à região. Foi uma expressão usada por Benedito Monteiro quando se referiu ao debate dos problemas socioambientais da Amazônia, em que as questões não se explicam somente pela margem direita ou pela margem esquerda (dos rios), e sim, por serem partes de uma complexidade sistêmica, se explicam a partir de uma Terceira Margem (nos rios).

Edane Acioli

Gutemberg Guerra

APRESENTAÇÃO

Caudalosos rios de gentes dão forma às Amazônias do Brasil e do continente Panamazônico. Gentes que há milênios convivem de forma harmoniosa com os recursos das florestas, dos rios, das várzeas, ilhas e da terra firme. Gentes tributárias de conhecimentos milenares. As investigações indicam pelo menos 11.200 anos. Assim sinaliza o registro considerado o mais antigo sobre a presença humana na Amazônia do Brasil, localizado no município de Monte Alegre, no Oeste paraense, a Caverna da Pedra Pintada.

Gentes que ao longo dos diferentes períodos econômicos, políticos, sociais e culturais, têm socializado toda ordem de violência [física e simbólica], desde os tempos imemoriais da presença do pioneiro colonizador que cá aportou. Tais populações ancestrais [indígenas e negras] têm partilhado, no percurso de integração física e econômica da região, execuções, chacinas, catequese, espoliações e expropriações.

Gentes que foi/é enquadrada como incapaz ou cidadão de segunda categoria. Assim, invisibilizado ou tratado como inapto à dinâmica do modo de produção capitalista, legitima-se a “conquista”. Trata-se dos povos das águas [doces e salgadas] e florestas.

Gentes, que, apesar da assimetria das forças que disputam terra e o modo de uso dos recursos que ela engendra, segue em resistência. Gentes que serpenteia entre furos, igarapés, paranás, rios, corredeiras e cachoeiras, a fundar e refundar sons, batuques, lendas, histórias, saberes, sabores e trilhas. Gentes a (re) existir em terras indígenas, quilombos, projetos de assentamento rural, ocupações, reservas extrativistas, em terra firme e ilhas, currutelas, vilas, cidades e afins, onde o maior emblema de resistência é a Cabanagem.

A(s) Amazônia(s) de cá é tida como a derradeira fronteira de expansão do capitalismo. O estonteante estoque de riquezas naturais, exuberante biodiversidade, banco genético, recursos minerais e hídricos têm mobilizado inúmeras redes em diferentes escalas [local, regional, inter-regional, nacional e mundial] pelo controle de suas farturas. Disputa que coloca em oposição grandes corporações do mercado de *commodities*, agências multilaterais, Estado e as populações ancestrais, que conforma um vasta sociodiversidade.

Neste cenário, a inserção econômica tardia e subordinada ao resto do país e ao mundo, nos anos 1960, do século passado, alterou o padrão de ocupação sociogeográfico antes marcado pela dinâmica dos rios, florestas e várzea, para estradas e terra firme, adverte Carlos Walter Porto Gonçalves, entre outros autores.

Além da integração física da região, a partir das rodovias, barrar os rios para a geração de

energia subsidiada para grandes corporações do capital internacional, integrou a agenda da geopolítica o estado de exceção, na época, marcada pela lógica de polos de desenvolvimento sob a inspiração de Myrdal, de Perroux, dentre tantos.

Passados mais de 50 anos, a matriz se mantém, mas, a partir da orientação dos Eixos de Integração e Desenvolvimento [EIDs], ancorados no projeto da Iniciativa de Integração da Região Sul-americana [IIRSA]. Transporte, comunicações e geração de energia são os principais setores da pauta neodesenvolvimentista. No conjunto dos 31 projetos considerados prioritários do IIRSA, 14 têm relação com a Amazônia. Entre as prioridades, consta a dinamização de uma saída para o pacífico, com vistas a reduzir os custos da produção de grãos do Brasil Central, a partir de um modal de transportes [hidrovias, rodovias e ferrovias]. O Estado nacional endossa o processo a partir de financiamentos públicos via BNDES, o que avoluma a dívida pública.

O que há de “novo” no cenário do saque é a China [comunismo de mercado?], que além de maior consumidor de commodities de minério e grãos, tem sido parceiro e financiador de inúmeros projetos de infraestrutura, o “sistema de objetos”, conforme analisa Milton Santos. Tudo ocorre sob o diapasão do neoliberalismo, que subordina cada vez mais a terra e os recursos naturais dos países considerados periferia, à racionalidade do capital, marcado pela grande fluidez e a especulação.

Dinamizar os fluxos de mercadorias, a partir de corredores de exportação, é a orientação para a reprodução ampliada do capital, o que – e na mesma ordem – multiplica as externalidades negativas ambientais e sociais para o conjunto da sociedade. Um olhar sobre os cenários do Baixo Amazonas, irrigado pelos rios Amazonas e Tapajós, evidencia tal contexto, materializado com a construção do polo de grãos da empresa estadunidense Cargil, no alvorecer nos anos 2000. Sublinhe-se, ao arrepio da lei.

A região é considerada como um dos eixos prioritários de integração, e tem agendada entre outras obras, a construção de várias grandes e pequenas hidrelétricas, complexos portuários, estações de transbordo, ferrovias, etc.

No caso dos rios, empreiteiros e outros “espertos” espreitam o Tapajós, o Amazonas, o Xingu, o Madeira, o Teles Pires, o Araguaia e o Tocantins. Rios ora barrados para a geração de energia para alimentar megacorporações nacionais e internacionais, a partir da lógica de uma economia de enclave e exportadora de commodities. Megas corporações do quilate da Alcoa, Reinarda, Vale, Cargil, Bunge, Anglo American, Xtrata, Tractebel, Belo Sun e Suez esgrimam na disputa para barramento de rios, extrativismo mineral e monocultivos.

No caso local, segmento consorciado, a exemplo da Embrapa, que deseja erguer um complexo portuário na área de várzea de Santarém, no Lago do Maica. Projeto que invisibiliza

populações quilombolas, pescadores e camponeses. No relatório de impactos ambientais eles não existem.

Ratificamos. O território amazônico e as riquezas nele existentes, mobiliza inúmeras redes, em diferentes escalas [local, regional, estadual, nacional e mundial]. Sublinhe-se a rede de ilegalidades, onde possui relevância, grileiros de terras, madeireiros, garimpeiro, narcotraficantes, pistoleiros, traficantes de pessoas e da biodiversidade. Rede marcada pela simbiose entre agentes privados e públicos. É a Amazônia um espaço da ilegalidade por excelência, por conta da extensão fronteira e fragilidade institucional?

Parte da sociodiversidade do Baixo Amazonas aglutina-se em torno do coletivo Tapajós Vovo! Indígenas, quilombolas, camponeses, homens e mulheres a debater e propor possíveis saídas ante a voracidade da agenda do grande capital. E, tal o capital, articula-se em escala inter-regional. A realização de várias edições do Fórum Pan-Amazônico configura-se como um indicador. Ali podem ser encontradas as populações atingidas pela mineração, barragens e afins.

É disto que tenta tratar o presente dossiê, mobilizado a partir de uma fração de professores inquietos com o momento histórico ora evidenciado na região, que desorganiza as vidas dos povos do campo e da cidade, assim como o fez o projeto de desenvolvimento dos anos de exceção. Dias piores virão?

A 11ª edição da revista traz na seção Corpus há oito artigos com relatos de experiências, que versam sobre temas relacionado ao território amazônico, ao extrativismo, à dinâmica produtiva de comunidade, à comercialização e à tecnologia agrícola. Desses artigos, cinco foram apresentados como ensaios no II Workshop Pesquisa e Agricultura Familiar, realizado nos meses de novembro de 2017, na Universidade Federal do Amazonas.

Rogério Henrique Almeida

Ana Beatriz de Oliveira Reis

Luiz Gonzaga Feijão da Silva

Lindomar de Jesus de Sousa Silva

CORPUS

DOSSIÊ BAIXO AMAZONAS:
Desenvolvimento, território, economia, cultura e sociedade

Num momento em que o capitalismo volta a lançar mão de uma das suas principais estratégias de superação de suas crises – a sua expansão espacial –, a Amazônia ganha particular relevância por suas implicações geográficas e não só para seus povos, como também para todo o planeta e a humanidade. E, para isso, é preciso recuperar as implicações propriamente geográficas que a Amazônia, particularmente, nos impõe que, com frequência, são olvidadas quando se fala dos arranjos espaciais do capitalismo em que se destacam as distâncias e a exploração de “recursos” em sua dimensão monetária, quantitativa que, como se sabe, se abstrai das suas qualidades materiais.

No caso específico da Amazônia, esse olvido se dá pela condição de ser uma região periférica, de países periféricos no sistema do mundo capitalista moderno colonial. Em suma, os blocos históricos de poder (Gramsci) amazônicos são blocos de poder dependentes no interior dos países que exercem soberania na região, a saber, Brasil, Bolívia, Equador, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname² que, por sua vez, são países periféricos diante do sistema mundo. Sendo assim, a colonialidade do poder e do saber se impõe na análise da região e a visão que predomina a respeito da Amazônia é uma visão sobre e não da região, de seus povos e de seus grupos/classes sociais, sobretudo dos grupos/classes sociais em situação de subalternização. Não raro, se impõe uma visão euurocêntrica, me permita o leitor o neologismo, haja vista ser uma pauta em grande parte forjada fora dos países que formalmente exercem soberania sobre a Amazônia.

Em função do acima exposto, a Amazônia é vista como “natureza”, como “reserva de recursos” ou como “vazio demográfico”, ideias em grande parte assumidas pelas classes dominantes nacionais onde a região aparece como sendo uma fonte inesgotável de recursos naturais, pauta essa que comanda a visão de integração subordinada ou de servidão voluntária (Étienne la Boétie) aos centros dinâmicos do capitalismo. Essa visão ignora a complexidade geográfica da região que nos remete a um tempo ancestral e requer que consideremos a tese do geógrafo Milton Santos que nos diz que “o espaço geográfico é uma acumulação desigual de tempos”. Afinal, a enorme extensão florestal que tanta atenção chama nos debates sobre a região,

¹ Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense. Prêmio Casa de las Américas, Cuba, em 2008. É autor de vários artigos e livros com destaque para *Geo-grafias: Movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*, publicado em 2001 por Siglo XXI.

² Para não falar de um território sem soberania, a anacrônica colônia francesa da Guiane.

não ocupava essa área até 12 mil anos antes de presente, antes do Holoceno.

Até 12.000 anos A.P. a maior parte da região era coberta por extensas áreas de savanas, haja vista o clima regional ser mais seco que o atual, em função do fato da Glaciação Würm, quando as calotas polares ocupavam as latitudes de Paris e Nova Iorque, no hemisfério Norte. À época, com tanta água retida sob a forma de gelo, menos água circulava na atmosfera e menos água se precipitava sob a forma de chuvas nas regiões tropicais e equatoriais, o que limitava a formação de florestas nessas regiões. Todavia, temos registros de presença humana há 19.000 anos na Formação Cultural Chiribiquete, na atual Amazônia colombiana e de 11.200 anos no Sítio de Pedra Pintada, em Monte Alegre, na Amazônia paraense brasileira. Isso implica dizer que a Amazônia é povoada antes mesmo da floresta ocupar a área que hoje ocupa, o que nos obriga a superar a dicotomia homem-natureza, uma das dicotomias fundantes do pensamento científico hegemônico. Afinal, quando da chegada dos invasores coloniais à região, ali habitavam cerca de três milhões e meio de homens e mulheres. Como nos ensinam Humberto Maturana e Francisco Varela, não há vida sem conhecimento. Assim, esses povos sabiam/sabem caçar, sabiam/sabem coletar, sabiam/sabem pescar, sabiam/sabem plantar (agriculturas, sobretudo nas várzeas), sabiam/sabem curar-se (várias medicinas), sabiam/sabem construir suas casas (várias arquiteturas), sabiam/sabem pintar-se (várias artes).

As regiões hoje reconhecidas como as de maior biodiversidade na Amazônia são as regiões ancestralmente habitadas. Para esses povos, a natureza nunca foi intangível, como recentemente invocou o governo de Evo Morales-Garcia Linera, na Bolívia, para justificar a expansão de estradas para o desenvolvimento e exploração de “recursos naturais” atravessando o território dos Tsimanes, Yuracares, Mojenos e Trinitarios nos rios Isiboro e Secure.

O metabolismo da floresta é altamente produtivo haja vista que, dos 500 a 700 toneladas de biomassa que existem em média, por hectare na Amazônia, cerca de 8% a 10% se recicla todo ano oferecendo, assim, uma produtividade biológica primária média de 40 a 70 toneladas de biomassa por hectare/ano, volume sem par em qualquer outra região do mundo.

A enorme incidência solar característica da faixa equatorial e a grande disponibilidade de água, sobretudo depois do recuo da Glaciação Würm, ensejam essa enorme produtividade biológica primária, mesmo sob um solo que a ciência convencional diz ser pobre em N-P-K. Todavia, essa caracterização dos solos amazônicos como pobres é mais um desconhecimento derivado da colonialidade do saber e do poder que ignora a grande vitalidade que a fauna e a flora amazônica revelam deriva do húmus que a própria floresta oferece ao solo.

Como bem disse o ecólogo Harald Sioli “a floresta vive de si mesma” e, assim, uma visão cartesiana da ciência não consegue ver a complexidade da relação Sol-solo-água-floresta. Tudo se

passa como se houvesse um desmatamento epistemológico que precede o desmatamento ecológico, haja vista ignorar a relação solo-floresta, porque já se chega na região com a intensão de desmatá-la e fazer pasto para a criação de gado, para fazer monoculturas, explorar madeiras e carvão vegetal.

Dizer que os solos da Amazônia são pobres porque não têm N-P-K e porque sem a floresta se aceleram os processos de laterização e lixiviação é o mesmo que dizer que um homem é pernetta quando não tem uma perna, pois o que não se consegue ver é que há um complexo metabolismo Sol-solo-água-floresta que é a razão da vitalidade da região e que seus povos souberam tirar proveito durante milhares de anos. Afinal, com a floresta, se desenvolveram mais de 200 etnias/povos/nacionalidades que souberam/sabem viver dessa produtividade que oferece condições de autonomia para pequenos grupos o que, de certa forma, ajuda a explicar a ausência de impérios na região. Afinal, sempre era/é possível ser livre fundando uma ocupação mais adiante.

Na Amazônia brasileira, sobretudo no Pará, Amapá e Maranhão muitos são os territórios quilombolas onde os negros buscavam ser livres, fugindo da escravidão. Um dos mais lúcidos intelectuais da Amazônia, José Veríssimo (1857-1916), afirmara que o capitalismo encontrava dificuldades para se firmar na Amazônia, haja vista que sempre é possível ser livre; tamanha é a riqueza que a floresta oferece em cada hectare e na piscosidade (peixes) de seus rios. A Amazônia está longe de ser o “vazio demográfico” ideia que sobre ela se impôs que, assim, se revela uma ideia colonial posto que, sendo vazia, seria terra de ninguém e, desse modo, poderia ser ocupada. Não surpreende, pois, tanta violência na Amazônia haja vista que sobre a mata tem gente e não é de ontem!

Os Dilemas Atuais

Até os anos 1960, todas as incursões capitalistas moderno-coloniais sobre a Amazônia foram descontínuas no espaço e no tempo, configurando frentes de expansão/invasão localizadas. Até então, prevaleciam múltiplas práticas culturais conformadas durante milênios, com base num metabolismo de altíssima produtividade biológica. Considere-se que, desde que os invasores europeus chegaram à região, até os anos 1960, prevaleceu o que os historiadores chamaram ciclo das “drogas do sertão”, onde centenas de produtos conformavam uma pauta de exportações onde nenhum produto ultrapassava mais que 3% do total exportado, com exceção do curto período de 1870-1910/1920 do ciclo *gomero* (borracha/caucho). A energia solar comandava todo o ciclo de vida, inclusive com a evapotranspiração da floresta redistribuindo água com seus “rios voadores”. Desde os anos 1960, entretanto, uma nova configuração sociogeográfica começa a se impor e a se contrapor a esse padrão de ocupação ancestral-histórico.

Desde então, a Amazônia passa a viver a tensão de territorialidades derivada de dois

padrões sociogeográficos em conflito, a saber: o padrão que se organizara ancestral-historicamente em torno dos rios-várzea-floresta e do “máximo controle de pisos ecológicos” do mundo andino-amazônico (John Murra) que se vê subordinado por outro padrão que passa a se organizar em torno das estradas-terra firme explorando seu solo e seu subsolo, destruindo seus bosques e várzeas e barrando seus rios com todos os efeitos danosos que daí emanam, entre eles, a poluição de suas águas e a queda da piscosidade e, assim, da oferta de proteína tradicional de seus povos.

Desde então, o padrão de adaptação dos assentamentos humanos ancestral-historicamente encontra dificuldades para se reproduzir pela penetração do novo padrão com sua nova dinâmica voraz de consumo de matéria e energia no espaço-tempo. Cada nova estrada na Amazônia estimula as invasões do bosque e aceleram os processos de urbanização precária: ambos os fenômenos servem para incrementar a demanda para a construção de mais estradas, exige mais água para consumo humano em espaços concentrados, mais energia sob a forma de *quilowatt* e sob a forma de alimentos.

A nova dinâmica espaço-temporal de matéria e energia passa a ser comandada pelo tempo globalizado da concorrência oligopolista do capital no mercado internacional, que exige outro tipo de energia. O tempo da competitividade e da acumulação de capital produz uma desconexão espaço-temporal de matéria-energia configurando uma subordinação do espaço (e todos os seus ciclos biogeofísicos) ao tempo do relógio abstrato do capital. Essa nova dinâmica de matéria e energia no espaço-tempo amazônico, que se inicia 1960/70, se intensificará e complexificará nos anos 1990 pelos interesses mais diretos do capital e suas políticas neoliberais (“regionalismo aberto”) cuja dinâmica produtiva se trasladará para a Ásia, sobretudo para a China, com a surpreendente aliança do Partido Comunista chinês, com as grandes corporações transnacionais com sede nos países centrais do Ocidente. Desde que o sistema mundo capitalista moderno-colonial teve início, em 1492, assistimos, hoje, pela primeira vez, o paulatino deslocamento do centro geográfico da dinâmica da produção industrial capitalista para a Ásia e para a China, sobretudo, deixando em segundo plano o Atlântico Norte³. Os efeitos dessa mudança para a Amazônia serão enormes, sobretudo para as etnias/povos/nacionalidades e demais grupos/classes sociais amazônidas em situação de subalternização.

Já, ao longo da década de 1990, os organismos multilaterais (BID e BIRD) em associação com governos de diferentes países do continente americano, vinham ensejando um novo desenho de suas relações para a América Central, Caribe e América do Sul. Desde 1994, tratativas vinham sendo feitas com a ALCA – Aliança de Livre Comércio das Américas – que seria a base de

³ Todos os países que exerceram hegemonia no sistema mundo capitalista estavam, até aqui, no Atlântico Norte, a saber, Portugal e Espanha; Inglaterra e, depois de 1945, os EEUU.

sustentação para o que, mais tarde, se configuraria como a IIRSA – Iniciativa de Integração Regional Sul Americana – proposta por Fernando Henrique Cardoso, no ano 2000. A IIRSA viria dar forma material (estradas, represas, hidrelétricas, portos, aeroportos e comunicações) complementar ao ajuste estrutural das normas do Consenso de Washington necessárias para uma nova fase de acumulação de capital.

As tratativas que buscavam o Interamericanismo, expressão-chave da diplomacia estadunidense para com os demais países da América, com a ALCA – Aliança de Livre Comércio das Américas – atualizavam a Doutrina Monroe e sua ambígua expressão “A América é para os americanos” e, a partir dos inícios do novo século (2000), vão ser abertamente contestadas, sobretudo depois da eleição de Hugo Chaves, em 1998. A partir de 2003, com a posse de Lula da Silva, no Brasil, o que parecia difícil para os governos afinados com o neoliberalismo, passara a se tornar viável, qual seja um redirecionamento do papel do Estado, no caso do Brasil, através do BNDES financiando as grandes corporações nacionais brasileiras para construir as grandes obras da IIRSA.

Assim, um projeto nascido das entranhas do neoliberalismo ganhará condições financeiras para se materializar em governos que se conformaram fora de suas lides em outro campo político, em grande parte, urdidos pelos movimentos sociais vindos de baixo.

A crescente importância da China no cenário econômico mundial abrirá uma brecha nas relações para os países do continente americano, brecha essa que não se oferecia na geografia política mundial desde o fim da guerra fria. As oportunidades de negócio com a Ásia, sobretudo com a China, país que é o maior importador de *commodities* do mundo, abrirá espaço para a expansão do capital do agronegócio (soja, milho, carnes, eucalipto), da exploração mineral e das grandes companhias de engenharia e construção civil (estradas, hidrelétricas, portos, etc.), fundamentais para a criação de infraestrutura para aqueles outros setores e, com isso, para diminuir a dependência econômica, sobretudo comercial, dos países da América ao Sul do Rio Grande para com os EEUU. Um certo antiamericanismo substituiu ingenuamente o anti-imperialismo entre setores das esquerdas latino-americanas, diga-se de passagem.

Estamos diante, pois, de uma reconfiguração geográfica profunda regional/continental/global que abre uma nova fase de acumulação de capital e de uma nova aliança entre classes e frações de classe (sindicalistas ligados aos fundos de pensão⁴, capital financeiro, gestores militares e da diplomacia, empresas de engenharia e construção civil, grandes corporações capitalistas do agronegócio e de mineração e gestores do Partido Comunista chinês).

⁴ Como Ricardo Berzoini e Luís Gushiken, importantes dirigentes do PT.

O Consenso de Washington parece dar lugar ao Consenso das *Commodities* (Maristela Svampa).

São enormes as implicações práticas desse novo megaprojeto para a Amazônia, sobretudo pela mudança de escala. Afinal, os 10 Eixos de Integração e Desenvolvimento – EIDs – da IIRSA foram planejados para a integração física aos mercados à escala global e não visam às escalas locais e regionais. As escalas local, regional e mesmo nacional são vistas como passagem, “fluxo”, “corredor”. Não é mais a região que é tomada como referência para a integração, seja ela a Amazônia ou qualquer outra. O acesso à terra, à água ao subsolo e seus minérios, petróleo e gás é disputado por setores com poder desigual, pois os EIDs e seus corredores atraem grandes capitais que se apropriam da renda da terra, impõem sua dinâmica espaço-temporal explorando grandes volumes de produção e, ainda, atraindo localmente setores ligados ao pequeno comércio e à especulação imobiliária e outras (drogas, prostituição). A chegada de milhares de operários e também de trabalhadores fazem os preços das mercadorias aumentarem e tornam o custo de vida impraticável para os moradores locais. Quando as obras acabam restam, sobretudo, o desemprego, a delinquência, a drogadição e a violência que tomam o lugar das promessas de desenvolvimento.

Assim, nessa nova reconfiguração, a Amazônia vai se ver envolvida⁵ numa dinâmica conformada para integrar o subcontinente ao mercado global que passa por uma reconfiguração geográfica de grande magnitude. Desde então, a Amazônia se verá diante de uma inserção, não mais descontínua no espaço e no tempo, como até recentemente, mas de uma ação política estratégica de outra magnitude, pelo volume de recursos financeiros implicados e numa outra escala pan-amazônica/sul-americana de inserção global com a IIRSA, com cinco dos seus dez Eixos de Integração e Desenvolvimento atravessando a região.

Se, desde os anos 1960/1970 podíamos falar do início da fase dos megaprojetos sobre a Amazônia, agora estamos diante de um megaprojeto que estrutura vários megaprojetos. Um novo padrão geográfico que Paul Little denomina de “industrialização da selva” trará enormes consequências ecológicas, culturais e políticas não só para a região, mas para todo o planeta. Como destaca o antropólogo Paul Little:

Os megaprojetos extrativos e de infraestrutura formam parte de outro modo de adaptação humana: a industrialização. Os megaprojetos requerem grandes quantidades de energia, dependem de milhares de pessoas para sua construção, recebem altas quantidades de capital financeiro e tecnológico e transformam a paisagem florestal e os fluxos hidrológicos donde se localizam. Em suma, os megaprojetos transformam o modo de adaptação à floresta, mudança que resulta ser particularmente brusca em áreas rurais onde as formas tradicionais de adaptação são, todavia, vigentes. Historicamente, o processo de industrialização de uma região durava décadas (por exemplo, o processo de industrialização da Inglaterra) e as mudanças que provocou foram internalizados por distintas gerações de forma gradual e de distintas formas. No caso dos megaprojetos

⁵ Caberia dizer, de modo mais apropriado, que a região passa a ser “des”envolvida, na exata medida em que se quebra a autonomia dos diversos envolvimentos que conformam as diferentes territorialidades dos grupos/classes sociais.

amazônicos, estamos diante de processos extremamente velozes de industrialização nos quais áreas rurais se transformam em áreas urbanizadas no lapso de poucos anos. A velocidade da industrialização está acompanhada por seu aspecto impositivo. Não se consulta aos povos locais antes da instalação do megaprojeto sobre a “industrialização” de seus territórios e a mudança em seu modo de adaptação. Por isso, são processos forçados de industrialização da selva (LITTLE, 2013).

Essas intervenções sobre a região têm um grau de coordenação pan-amazônica jamais evidenciado antes. Um nível de atuação interestatal propriamente pan-amazônico emerge, mais uma integração feita por estados subordinados voluntariamente à inteligência dos *think tanks* estrategicamente entrincheirados em instituições como o BCI – Banco de Compensações Internacionais, o BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial), a OMC – Organização Mundial de Comércio que comandam o mundo, ainda que o façam sem que tenham que render contas a cidadãos de qualquer estado soberano.

Diga-se de passagem que, em sua maior parte, esses quadros sejam formados na firme convicção de que há um pensamento universal cujos parâmetros por eles inventados servem de indicadores que ignoram a diversidade de modos de pensar, agir e sentir que a humanidade inventou; e reafirme-se, onde os amazônidas propriamente ditos têm um papel subordinado por sua condição de viverem numa região periférica de países periféricos, mais olvidados ainda são os grupos/classes sociais em situação de subalternização.

A magnitude dos impactos sociais e ambientais por esse megaprojeto de megaprojetos é de uma ordem qualitativamente superior devido ao tamanho e abrangência geográfica dos projetos, pelo número de obras que estão sendo construídas simultaneamente e pela enorme quantia de capital neles injetado (Little, 2013).

Em 2010, a UNASUR – União das Nações Sul Americanas – passa a tomar o controle do portfólio de projetos da IIRSA, com o COSIPLAN – Conselho Sul Americano de Infraestrutura e Planejamento. Há 544 projetos com um montante de inversões estimado na ordem de 130 bilhões de dólares. Dos seus 31 projetos prioritários, 14 dizem respeito diretamente à Amazônia. Em todos esses casos, são projetos de energia, transportes e comunicações, como represas hidroelétricas, estradas, hidrovias, ferrovias, canais, portos, aeroportos e cabos de comunicação. O financiamento dos megaprojetos de infraestrutura provém, principalmente, de fontes públicas, seja por meio de bancos nacionais de desenvolvimento, seja por meio de bancos multilaterais dos quais os estados são os protagonistas. Esses financiamentos, portanto, recaem na dívida pública.

Vários desses megaprojetos envolvem acordos binacionais, como entre o Equador e a China para financiamento e construção da Represa Coca-Codo Sinclair; na Venezuela, entre a empresa chinesa Citic Group para fazer o mapa mineiro do país que deu origem ao famigerado Arco Minero do Orenoco e, ainda, o ambicioso Acordo Energético Peru-Brasil que abarca o

financiamento de um conjunto de obras e não uma obra específica na Amazônia Andina.

Deste modo, contraditórios interesses atravessados por estratégias geopolíticas várias, condicionam o devir da Amazônia e de seus povos, a saber: 1) imperialismo estadunidense com sua proposta de Aliança de Livre Comércio das Américas – ALCA, temporariamente suspensa depois de muita mobilização social; 2) os Tratados de Livre Comércio que, tal como a ALCA, procura inviabilizar a integração sul-americana; 3) a unidade latino-americana, sobretudo sul-americana, impulsionada pelo Brasil (UNASUR) que, segundo alguns autores (Raúl Zibechi), tem um componente sub-imperialista; 4) a integração impulsionada pela Venezuela/Bolívia/Equador (ALBA); 5) a presença cada vez maior da China na região e 6) as territorialidades indígenas, quilombolas/cimarrones e camponesas que vêm sendo objeto de intensa violência por essa integração que integra os “de cima” e desintegra “los de abajo”.

Assim, as populações amazônidas em suas lutas emancipatórias estão diante de desafios de novo tipo, pelo grau de coordenação pan-amazônica em curso, de um modo que jamais havia evidenciado antes. Não se pode compreender o destino da Amazônia, sobretudo dos amazônidas em situação de subalternização, ignorando essas tensões territoriais que atravessam a região.

Diante do significado que a Amazônia tem para o colapso ambiental provocado pela dinâmica civilizatória capitalista de matriz *eeu*rocêntrica, novos e velhos paradigmas e suas práticas entram em contradição, a saber: (1) o velho paradigma da “extração destrutiva” de saque, rapina e devastação de exploração mineral, de extração madeireira, de avanço do gado e das monoculturas e (2) o paradigma ecológico da “floresta em pé” que, por sua vez, põe em tensão, de um lado, a vertente capitalista da “economia verde” e seus “latifúndios genéticos” (que une o capital financeiro e de indústrias ligadas à biotecnologia e à engenharia genética que, através de grandes ONGs internacionais passam a disputar espaços junto aos movimentos sociais) e, de outro lado, movimentos que lutam “pela vida, pela dignidade e pelo território”, conforme a consigna das grandes marchas que, em 1990, partiram da Amazônia boliviana e equatoriana em direção às capitais dos respectivos países, ou na consigna “não há defesa da floresta sem os povos da floresta” que vai afirmar outra perspectiva da “floresta em pé” ao afirmar as “reservas extrativistas” como a “reforma agrária dos seringueiros” como propunha Chico Mendes.

ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO E POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO BAIXO AMAZONAS NOS ANOS DE 2000 E 2010

*Abner Vilhena de Carvalho*¹

RESUMO: Este estudo tem como objetivo identificar as diferenças entre os indicadores de desenvolvimento humano e pobreza multidimensional a partir de um *ranking* para os municípios do Baixo Amazonas e analisar a evolução do IPM estimado em comparação ao IDHM desenvolvido pelo Atlas do Desenvolvimento Humano nos anos 2000-2010. Os resultados demonstraram que os indicadores IDHM e IPM podem ser considerados como complementares para a Mesorregião do Baixo Amazonas e o destaque no ranking de pobreza e de desenvolvimento humano foi o município de Santarém.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Humano, Pobreza Multidimensional, IDHM. IPM.

ABSTRACT: This study aims to identify the differences between the indicators of human development and multidimensional poverty from a ranking for the municipalities of the Lower Amazon and to analyze the evolution of the estimated IPM in comparison to the IDHM developed by the Atlas of Human Development in the years 2000-2010. The results showed that the IDHM and IPM indicators can be considered as complementary to the Lower Amazon Meso-region and the highlight in the ranking of poverty and development was the municipality of Santarém.

Keywords: Human Development, Multidimensional Poverty, IDHM. IPM.

INTRODUÇÃO

A pobreza é uma temática que vem recebendo destaque na ciência econômica, principalmente, por ter uma relação inversa com o desenvolvimento socioeconômico. Cabe ressaltar que a pobreza possui múltiplas definições, contudo, todas abrangem algum elemento subjetivo e discricionário, os quais precisam de métodos e indicadores de mensuração diferenciados e, por conseguinte, resultam na identificação de diferentes indivíduos como pobres (SILVA; SOUSA; ARAÚJO, 2017).

A abordagem da pobreza não trata apenas do que um indivíduo pode adquirir com uma unidade de renda, de forma a delimitar um ponto divisor que o classifique como pobre ou não pobre, mas também, por interpretações que a entendam de forma relativa e multidimensional, devido as suas múltiplas faces da pobreza e as suas diversas formas de manifestação, seja pela abordagem da incapacidade de renda, ou pela privação das capacidades (SILVA, 2016).

Tendo em vista as várias interpretações da pobreza, tem-se a abordagem unidimensional

¹ Mestre em Economia e Doutorando no Programa de Pós Graduação Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (PPGSND) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). É professor do curso de Ciências Econômicas da UFOPA. E-mail: abnervilhena@hotmail.com.

caracterizada por recorrer a medidas que consideram apenas indicadores monetários, como renda e consumo, e, a abordagem da pobreza multidimensional que admite a existência de diversas características que abarcam outras dimensões que possuem propriedades que podem sintetizar a pobreza de determinado indivíduo/município, como: educação, saúde e condições de vida, entre outras; aspectos relevantes e determinantes do bem-estar e que não podem ser adquiridos pela ótica da renda (LOPES, 2015).

Nesse contexto, busca-se, a partir das análises do indicador de desenvolvimento humano municipal (IDHM) e do indicador de pobreza multidimensional (IPM), investigar e identificar as diferenças entre os indicadores multidimensionais, a partir de um *ranking* de pobreza para os municípios do baixo amazonas e analisar o IPM como complementar ao IDHM do Atlas do Desenvolvimento Humano nos anos de 2000 e 2010.

ABORDAGENS TEÓRICAS E MEDIDAS DE POBREZA: DA UNIDIMENSIONAL À MULTIDIMENSIONAL

A noção de pobreza surge, geralmente, associada com algum tipo de privação, a qual incorpora tanto elementos de ordem material, quanto cultural e social, dependendo dos recursos que a família ou o indivíduo dispõe. Nesse sentido, a pobreza é um fenômeno social complexo, alusivo às privações em termos de necessidades materiais, de bem-estar e à negação de oportunidades de se levar uma vida dentro de padrões aceitáveis socialmente (CODES, 2008).

Dessa forma, quando se analisa o termo pobreza, é essencial elucidar os fundamentos conceituais que estão sendo utilizados. Assim, é imprescindível evidenciar se o estudo se refere à pobreza na perspectiva absoluta ou relativa e, se é mensurada de forma unidimensional ou multidimensional (BAGOLIN; ÁVILA; COMIM, 2012).

Nessa perspectiva, a percepção da pobreza como um conceito absoluto institui padrões mínimos de necessidades ou de subsistência, os quais englobam aspectos relacionados à alimentação, moradia, educação, saúde, vestuário, entre outros, que são avaliados a preços de mercado e a renda necessária para custeá-lo é calculada, sendo assim, caso possua condições inferiores a esses padrões o indivíduo é considerado pobre (ROMÃO, 1993).

A pobreza absoluta está relacionada ao não atendimento das necessidades básicas das pessoas. Cabe ressaltar que, para o atendimento dessas necessidades, é estabelecido um valor monetário, sendo que, quando se trata especificamente das necessidades nutricionais, esse valor passa a ser denominado de linha de indigência ou pobreza extrema e quando abrange outras necessidades chama-se linha de pobreza (ROCHA, 2006).

Ainda segundo Rocha (2006), as linhas de pobreza e indigência são os critérios usados para

especificar a população em dois subgrupos, conforme a sua renda. Dessa forma, um indivíduo pode ser considerado pobre ou não pobre, sempre que se utilizar a linha de pobreza, assim, é visto como pobre se a renda for abaixo do necessário para satisfazer um conjunto de necessidades, e será avaliado como indigente ou não indigente quando se utilizar a linha de indigência, sendo que, caso não seja atendida, inclusive as suas necessidades nutricionais, este indivíduo passa a ser considerado indigente.

Por outro lado, a pobreza, no aspecto relativo, evidencia uma comparação situacional dos indivíduos com seus semelhantes em relação à posição que ocupa na sociedade, desse modo, a percepção de pobreza relativa é similar à definição de desigualdade na distribuição de renda. Portanto, essa concepção de pobreza é explicada em relação ao padrão de vida vigente em determinada sociedade, de tal modo que os pobres são os que estão situados na camada inferior da distribuição de renda em comparação com os membros melhor aquinhoados da sociedade nessa distribuição (ROMÃO, 1993).

Nesse contexto, as definições de pobreza absoluta e pobreza relativa não possuem um limite preciso, por conseguinte, as linhas de indigência e de pobreza estão vinculadas a ambas as definições. Todavia, como a perspectiva de pobreza relativa muda de acordo com a sociedade, em países ricos, por exemplo, o conceito de pobreza se distancia do atendimento das necessidades de subsistência dos indivíduos, inclusive as nutricionais, com isso, dependendo da sociedade, a linha de indigência não tem grande importância, enquanto que a linha de pobreza está estreitamente relacionada à desigualdade de renda existente nessa sociedade (ROCHA, 2000).

Diversos estudos explicavam a pobreza como resultante apenas da má distribuição de renda, que ocasionava no baixo nível de renda de grande parte da população mundial e, conseqüentemente, na existência de privações materiais. Dessa forma, a dimensão monetária era o principal critério de identificação da pobreza, e, portanto, esta era vista como um fenômeno unidimensional. Entretanto, especialmente a partir dos estudos de Amartya Sen, a pobreza passou a ter um caráter multidimensional e, por conseguinte, tornou-se necessário a construção de indicadores que contemplassem as diversas formas de privações (COSTA; COSTA, 2016).

O estudo da pobreza multidimensional destaca a importância de duas abordagens, tais como: a das necessidades básicas e a das capacitações. A primeira abordagem afirma que as necessidades básicas não estão restritas à alimentação, assim, inclui necessidades humanas como habitação, educação, saneamento. Portanto, essa abordagem abrange outros aspectos da vida cotidiana dos indivíduos, haja vista que estes não apenas se alimentam, mas se relacionam e trabalham, tendo, deste modo, uma vida social (ROCHA, 2000).

Enquanto que a abordagem das capacitações avalia o bem-estar dos indivíduos conforme a

liberdade que estes possuem de ser e/ou fazer aquilo que decidem baseadas no princípio de justiça. Além disso, essa abordagem está associada à definição de desenvolvimento humano, uma vez que a pobreza representa a privação de oportunidades para realizar alguns níveis minimamente admissíveis de funcionamentos (SEN, 2010).

Os funcionamentos relevantes podem variar dos físicos, como estar bem alimentado, estar devidamente vestido e abrigado, às realizações sociais mais complexas, como envolver-se em uma comunidade (COMIM *et al.*, 2006). Portanto, a abordagem das capacitações analisa condições importantes, a saber: diversidades culturais e ambientais, heterogeneidades pessoais, diferentes perspectivas relativas e distribuições intrafamiliar (SEN, 2010).

A POBREZA MULTIDIMENSIONAL E OS ÍNDICES SINTÉTICOS: REVISÃO DA LITERATURA

No trabalho de Lopes (2015), o objetivo era analisar a pobreza multidimensional na Região Norte do Brasil nos anos 2000 e 2010, a partir da construção de um índice multidimensional de pobreza denominado “Índice de Pobreza Humana Municipal da Região Norte” (IPHM-RN), seguindo o critério de que esta região é uma das mais “atrasadas” em termos de desenvolvimento econômico do país. Na construção da metodologia aplicada, o índice de pobreza deste trabalho continua com as dimensões de privações do IPH: Sobrevivência, Educação e Padrão de Vida. Os resultados demonstraram que a pobreza humana no Norte reduziu em todos os Estados, sendo que Roraima obteve o maior índice de pobreza da Região Norte em 2010 e o Pará ficou com a 7ª posição. Quando se especifica a redução da pobreza, em termos de variação no tempo, o Tocantins é o 1º na redução e o Pará ficou na 4ª posição do *Ranking* de Pobreza.

No estudo de Silva, Sousa e Araújo (2017), tendo como finalidade identificar novas perspectivas para a compreensão da pobreza multidimensional na Região Norte, utilizando a metodologia construída por Bourguignon e Chakravarty (2003), a qual apresenta uma forma alternativa de medir a multidimensionalidade da pobreza, com base em seis dimensões, como alimentos e água; comunicação e informação; educação; condições da moradia; saúde; e trabalho e demografia.

Os resultados evidenciaram uma redução da proporção de pobres multidimensionais da população nortista, de 30,71% em 2006, para 25,79% em 2013. Concluíram que, para reduzir a pobreza multidimensional, a gestão pública deve adotar políticas públicas direcionadas, especificamente, para as dimensões que mais impactam a pobreza na região, a saber: educação, trabalho e demografia, comunicação e informação e saúde para que haja melhor distribuição desses recursos entre os estados da região, na busca de uma melhor condição de vida e inserção social,

diminuindo, dessa forma, as disparidades regionais.

Ao propor uma análise de um índice de pobreza multidimensional para os estados brasileiros, Silva (2016), utilizando como metodologia a construção de um índice de pobreza Multidimensional, que possui três dimensões: bem-estar, condições de moradia e capacidade econômica; o autor constatou que o indicador apontou a existência de propriedades desejáveis. Como resultado, a dimensão bem-estar obteve melhores resultados para todas as regiões, enquanto a capacidade econômica dispôs resultados negativos para todas as regiões. As grandes regiões Norte e Nordeste apresentaram maiores índices para todas as dimensões, indicando um maior nível de pobreza multidimensional.

A abordagem de Diniz e Diniz (2009) apresentou um indicador/síntese da pobreza multidimensional, com o objetivo de reduzir o grau de arbitrariedade na escolha das dimensões. Foram utilizadas sete dimensões, de acordo com os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio^{2*} que vão desde redução da pobreza de renda até a promoção da desigualdade entre os gêneros. A metodologia permitiu construir um indicador de pobreza multidimensional que pode ser utilizado para acompanhar esses objetivos do milênio, bem como fazer um acompanhamento anual. Os estados que apresentaram maiores índices de Pobreza Multidimensional são aqueles localizados nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Rodrigues, Santos e Fernandes (2015) analisaram comparativamente os indicadores: linha de pobreza, IDHM e IPM para verificar quais dimensões têm contribuído de forma mais expressiva para a variação em cada um dos índices na Região Metropolitana de Belém (RMB), utilizando as bases de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do PNUD e os microdados amostrais dos censos de 2000 e 2010 do IBGE. Os resultados indicaram diferenças significativas entre todos os indicadores quando se trata de definir uma proporção de pobres e um *ranking* de pobreza para os municípios da RMB. Nesse contexto, concluiu-se que existem dificuldades de estabelecer uma única medida sintética que possa, de maneira isolada, representar os anseios que permeiam o debate teórico atual sobre pobreza multidimensional.

Hoffmann e Kageyama (2006) analisaram a pobreza no Brasil, no período de 1992-2004, a partir da utilização da perspectiva multidimensional na mensuração. Dessa forma, para mensurar a pobreza, os autores combinaram a medida tradicional de pobreza fundamentada na renda, com

^{2*} As metas do milênio foram estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000, com o apoio de 191 nações, e ficaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). São eles: 1 - Acabar com a fome e a miséria; 2 - Oferecer educação básica de qualidade para todos; 3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4 - Reduzir a mortalidade infantil; 5 - Melhorar a saúde das gestantes; 6 - Combater a Aids, a malária e outras doenças; 7 - Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente e 8 - Estabelecer parcerias para o desenvolvimento. ONU. Nações unidas declaração do milênio: Technical report, Organização das Nações Unidas, 2001. Disponível em <https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>.

aspectos do bem-estar ou desenvolvimento, além disso, a identificação dos pobres foi baseada na linha de pobreza monetária. Os resultados evidenciaram que a pobreza mensurada pela insuficiência de renda representa 90% da pobreza total, elucidou que ocorreu uma diminuição da pobreza mais severa, e que houve uma piora na distribuição regional da pobreza.

Neste sentido, com base na revisão de literatura, percebeu-se que vários trabalhos discutem os altos níveis de pobreza multidimensional na região Norte, contribuindo para o a elaboração deste estudo, o qual busca discutir a pobreza com enfoque multidimensional para a região do Baixo Amazonas, de modo a investigar as dimensões/indicadores que possuem um maior impacto e desencadeiam a pobreza na região.

ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

Área de Pesquisa: Breve Histórico e Descrição

A história do território do Baixo Amazonas paraense é semelhante à história da Amazônia como um todo, tendo em vista que as cidades se desenvolveram às margens do Rio Tapajós, sobretudo após a expulsão dos jesuítas. No período da colonização, sua economia estava exclusivamente associada ao extrativismo, a princípio, com as drogas do sertão e a pesca, e, posteriormente, com a extração da borracha no final do século XIX (BRASIL, 2012).

Nesse contexto, este território passou por um processo de desenvolvimento, a partir da década de 1960, devido à intervenção dos governos militares, onde foram realizados grandes projetos agrominerais e agropastoris e iniciou a construção das rodovias Cuiabá-Santarém e a Transamazônica. Esses projetos, desencadeados pelas políticas desenvolvimentistas, resultaram na modificação dos padrões culturais, socioeconômicos e ambientais da região (BRASIL, 2012).

De acordo com a Fapespa, o território do Baixo Amazonas é composto por 13³ municípios, tais como: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa, como mostra a figura 1, abaixo.

³ O município de Mojuí dos campos foi integrado à região do Baixo Amazonas no ano de 2012, e por isto não foi incorporado nas análises do estudo.

Figura 1: Municípios do Baixo Amazonas



Fonte: STD/MDA/2017

Em 2014 a área aproximada da mesorregião do Baixo Amazonas era em torno de 315,86 mil km², o que corresponde a 25% da área total do estado do Pará, sua população equivalia a 770.275 habitantes. As atividades econômicas que possuem destaque na região são as que se relacionam com a mineração, o agronegócio, a agricultura familiar e o turismo, sendo que este último tem como base principal o turismo ecológico, uma vez que a mesorregião possui muitos atrativos naturais, como praias e belas paisagens (BRASIL, 2012).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia deste trabalho visa permitir uma análise comparativa dos resultados do IDHM e do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) para os municípios da Mesorregião do Baixo Amazonas (MBA). Para isso, utilizaram-se os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano nos anos de 2000 e 2010, sendo utilizadas como proxies para construção do IPM as variáveis: educação, saúde e condições de vida.

A partir do IDHM, caracterizou o ranking da MBA verificando a variação das dimensões que possuem uma maior significância em termos de desenvolvimento municipal. Em seguida, há uma comparação entre os índices de pobreza multidimensional com o IDHM.

Nesse contexto, o IPM⁴ é um indicador que mede a dimensão da pobreza, tendo por base o

⁴ IPM de Alkire e Santos (2010) é composto por dez indicadores, neste trabalho o IPM contém sete indicadores. As modificações foram realizadas: na variável educação ao invés de utilizar “nenhum membro do domicílio tem cinco anos de educação completos”, usou-se “ensino fundamental incompleto (+ 18 anos)”. Na dimensão saúde, no lugar de “pelo menos uma criança falecida”, utiliza-se o indicador “total de filhos nascidos mortos (natimorto)” e por ausência na base de dados do censo do IBGE do indicador “pelo menos um membro da família está bem nutrido”, adotou-se como uma proxy de saúde a variável “água potável”. Na dimensão condições de vida, removeram-se os indicadores “residência com piso de terra” e “uso de combustíveis contaminantes para cozinhar” e acrescentou-se: a variável “destino do lixo”.

grau de privações que os indivíduos sofrem simultaneamente. Deste modo, se os indivíduos apresentam algumas das privações consideradas básicas, pode-se fazer a classificação destes a partir do nível de privação, sendo classificados como: pobreza multidimensional; vulneráveis a pobreza (condição de risco) e pobreza multidimensionalmente extrema (linha de indigência), a partir dos considerados pobres, o que permite avaliar a intensidade da pobreza por dentro do indicador.

O IPM é integrado por três dimensões: saúde, educação e condições de vida. Sendo estas variáveis recodificadas de forma que pudessem se tornar binárias (0,1) para uma melhor compreensão da situação de privação dos indicadores, ou seja, se o indivíduo está privado ou não em determinado tipo de dimensão. Definiu-se, assim, o valor 1 para situação de privação e 0 para não privação. Neste sentido, foi atribuída para cada pessoa a contagem de carências que sofre em cada um dos indicadores. Sendo que a contagem máxima de carências é de 100%.

Desta maneira, com o mesmo peso para cada uma das dimensões ($1/3$), a contagem máxima em cada dimensão passa a ser de 33,33%. Cada indicador é ponderado, dividindo a ponderação ($1/3$) pelo número de indicadores. Por exemplo, as dimensões saúde e educação contêm dois indicadores. Dessa forma, cada indicador tem um valor de $(1/3)/2 \times 100$ (16,7%).

Para identificar os indivíduos que possam ser considerados multidimensionalmente pobres, deve-se fazer o somatório das carências de cada um para obter, posteriormente, a carência total correspondente ao valor C. Com o intuito de diferenciar pobres e não pobres, aceita-se como ponto determinante da pobreza (K)⁵ o valor de 33,33%, equivalente à terceira parte dos indicadores ponderados. Neste sentido, temos que o valor mínimo ou de corte para a identificação dos indivíduos pobres é de que haja privação em, pelo menos, um dos segmentos, ou seja, 33,33% dos indicadores. Segundo os seguintes critérios de classificação:

- 1) Se C for $> 20\%$ e $< 33,3\%$ os indivíduos são considerados pobres multidimensionais;
- 2) Se C for $> 33,3\%$ os indivíduos são considerados vulneráveis à pobreza multidimensional;
- 3) Se C $> 50\%$ os indivíduos não sofrem de pobreza multidimensional. Nesse contexto, conforme a contagem de carências dos indivíduos, estes estão sendo classificados quanto a sua condição de pobreza multidimensional. O valor do IPM reflete a média das contagens de carência C (superiores a 33,3%) da população. A tabela abaixo sintetiza os índices e subíndices que compõem o IPM.

⁵ A variável k é o ponto de corte da pobreza e reflete a soma de indicadores ponderados no qual o indivíduo deve ser privado para ser considerado multidimensionalmente pobre.

Tabela 1: Dimensões, indicadores e ponderações do IPM

IPM	
INDICADOR	PONDERAÇÕES
Educação	
Ensino Fundamental Incompleto	(1/3)/2=16,7
Crianças em idade escolar que não frequentam a escola (6 a 14 anos)	(1/3)/2=16,7
Saúde	
Água Potável	(1/3)/2=16,7
Total de filhos nascidos mortos (natimortos)	(1/3)/2=16,7
Condições de Vida	
Eletricidade	(1/3)/4=11,11
Esgotamento Sanitário	(1/3)/4=11,11
Destino do Lixo	(1/3)/4=11,11

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Análise Comparativa dos Indicadores de Pobreza para a MBA: IDHM e IPM.

O IDHM da mesorregião do baixo Amazonas é classificado como muito baixo, devido, principalmente, ao baixo índice de educação da mesorregião, os municípios que possuem um maior IDHM são: Santarém, Almeirim e Oriximiná com 0.555, 0.526 e 0.517 respectivamente. Os que possuem um desenvolvimento muito baixo são os municípios de Prainha, Curuá e Juruti com os índices de 0.361, 0.383 e 0.389, nessa devida ordem. Em média, quando integramos os municípios a uma região, temos que o índice de desenvolvimento total no ano de 2000 é de 0.45 e houve uma variação de 32.84% passando para 0.60 em 2010.

O IDHML (Longevidade) da mesorregião pode ser considerado de alto desenvolvimento, pois apresentou no ano de 2000 o valor de 0.71 e no ano de 2010, elevou-se para 0.77, tendo uma taxa de variação de 9.59 %. O IDHME (Educação) obteve um valor de 0.26 em 2000 e 0.49 em 2010, tendo uma variação de cerca de aproximadamente 0.90 %. O IDHMR (Renda) alcançou um valor de 0.50 em 2000 e de 0,56 em 2010, variando 12.12% no período entre os dois censos demográficos.

Tabela 2: IDHM e seus subíndices em 2000 e 2010 para os municípios da mesorregião do Baixo Amazonas.

	2000				2010			
	IDHM	IDHM	IDHM	IDHM	IDHM	IDHM	IDHM	IDHM
Municípios	Renda	Longevidade	Educação		Renda	Longevidade	Educação	
Alenquer	0,433	0,486	0,707	0,236	0,564	0,529	0,779	0,436

Almeirim	0,526	0,66	0,733	0,3	0,642	0,659	0,809	0,497
Belterra	0,396	0,438	0,673	0,21	0,588	0,548	0,775	0,478
Curuá	0,383	0,439	0,716	0,179	0,578	0,501	0,78	0,495
Faro	0,431	0,448	0,661	0,27	0,563	0,501	0,756	0,47
Juruti	0,389	0,419	0,655	0,215	0,592	0,547	0,756	0,501
Monte Alegre	0,467	0,502	0,744	0,273	0,589	0,541	0,764	0,495
Óbidos	0,452	0,484	0,711	0,269	0,594	0,556	0,756	0,499
Oriximiná	0,517	0,562	0,733	0,335	0,623	0,599	0,778	0,52
Prainha	0,361	0,437	0,673	0,16	0,523	0,512	0,779	0,359
Santarém	0,555	0,571	0,755	0,397	0,691	0,632	0,807	0,648
Terra Santa	0,474	0,512	0,709	0,293	0,605	0,555	0,743	0,536

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano.

Conforme a tabela 2, em 2000, os subíndices que mais contribuíram para o IDHM de Santarém foram longevidade, com o índice de 0.755, seguida por renda 0.571 e educação 0.397. Em Almeirim e em Oriximiná a principal contribuição também foi dada pela longevidade, ambos com 0.733.

Em 2010, verificou-se que o índice de desenvolvimento humano melhorou em todos os municípios da MBA. O município de Santarém que estava com 0.555 aumentou para 0.691 obtendo uma variação de 24,5% e praticamente passou para a categoria de alto desenvolvimento. O município de Prainha que apresentava o pior IDHM, 0.361 sofreu uma variação de 44,88% passando para 0.523 se enquadrando na categoria de baixo desenvolvimento.

Constata-se que, em 2000, Santarém apresentava valores de alto desenvolvimento para o subíndice de longevidade, 0.775 e baixo desenvolvimento para a renda, 0.571, contudo, para a educação, o nível era de desenvolvimento foi muito baixo, 0.397. No entanto, em 2010, a educação variou 63,22%, elevando-se, assim, para 0.648, integrando o médio desenvolvimento. Em Almeirim, no ano de 2000, apenas o subíndice longevidade apresentou maior valor de IDHM e possui alto desenvolvimento, 0.733, passando para 0.809 em 2010. Entretanto, o subíndice educação, que estava com 0.3 em 2000 e 0.497, em 2010, permaneceu na categoria de desenvolvimento muito baixo.

Tabela 3: Relação Comparativa entre IDHM e IPM

MUNICÍPIO	IDHM 2000	IPM 2000	MUNICÍPIO	IDHM 2010	IPM 2010	Taxa de Var. (%) do IPM	Taxa de Var. (%) do IDHM
Alenquer	0,433	33,77	Alenquer	0,564	51,71	53,14	30,25
Almeirim	0,526	47,38	Almeirim	0,642	54,66	15,37	22,05
Belterra	0,396	33,47	Belterra	0,588	49,91	49,10	48,48
Curuá	0,383	26,05	Curuá	0,578	50,43	93,58	50,91
Faro	0,431	32,99	Faro	0,563	49,52	50,10	30,63
Juruti	0,389	29,76	Juruti	0,592	51,35	72,53	52,19
Monte Alegre	0,467	37,24	Monte Alegre	0,589	52,2	40,18	26,12
Óbidos	0,452	38,37	Óbidos	0,594	48,55	26,54	31,42
Oriximiná	0,517	42	Oriximiná	0,623	48,38	15,19	20,50
Prainha	0,361	30,46	Prainha	0,523	44,76	46,94	44,88
Santarém	0,555	46,09	Santarém	0,691	56,97	23,59	24,50
Terra Santa	0,474	39,79	Terra Santa	0,605	55,41	39,26	27,64

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano.

O indicador de desenvolvimento humano reflete os mecanismos e fenômenos que são mais adequados para avaliar o desempenho dos municípios brasileiros, e o índice de pobreza multidimensional mede a partir do número de privações se essas condições básicas estão sendo atendidas, a partir das dimensões saúde, educação e condições de vida, também utilizadas na composição do IDHM. Neste sentido, quando se busca verificar o grau de pobreza multidimensional de uma região, não se pretende apenas estimar a proporção de pobres e não pobres, mas entender os fenômenos socioeconômicos que foram implementados nos municípios e, a partir disso, verificar se esta implantação foi adequada ao modelo/processo de desenvolvimento da região.

Neste contexto, percebe-se que os municípios da MBA que possuíram uma maior pobreza multidimensional, no ano de 2000, foram: Curuá, Juruti e Prainha com 26,05; 26,76; e 30,46; respectivamente, sendo os dois primeiros municípios considerados com pobreza multidimensional extrema e Prainha com pobreza multidimensional. No que diz respeito ao IDHM, percebe-se que essas cidades possuem um nível muito baixo de desenvolvimento, tendo em vista que todos os seus índices obtiveram o valor de 0,383, 0,389 e 0,361.

Os municípios que apresentaram melhores condições de não estar em estado de pobreza multidimensional foram Almeirim (47,38), Santarém (46,09) e Oriziminá com (42,00), apresentando indícios de risco de pobreza, contudo possuindo evidências para que fosse possível retirar o município da condição de pobreza no decorrer do tempo. No que concerne ao IDHM

dessas cidades, percebeu-se que, no ano de 2000, as condições de desenvolvimento humano foram Almerim (0.526), Santarém (0.555) e Oriximiná com (0.517), sendo possível afirmar que as condições de desenvolvimento desses municípios são de baixo desenvolvimento.

No ano de 2010, percebe-se uma grande evolução no índice de pobreza multidimensional na MBA, alavancado principalmente pela melhoria das dimensões saúde e condições de vida, devido à melhoria do sistema de saúde da região e das melhorias infraestruturais, como a elevação da cobertura de saneamento básico, programas de coleta de lixo, entre outros programas que contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento da região e para a diminuição das condições de pobreza existentes anteriormente. Nesse contexto, os municípios que não apresentaram condições de pobreza multidimensional foram: Santarém (56.97), Terra Santa (55.41) e Almerim (54.66) sendo estes considerados fora das condições de privações, ou seja, possuem, a partir do somatório dos subíndices das dimensões, um número adequado de atendimento das condições básicas, sendo os valores de seus índices de pobreza multidimensional maiores que cinquenta.

Tabela 4: *Ranking* do IDHM e IPM

Municípios	Ranking			
	2000		2010	
	IDHM	IPM	IDHM	IPM
Santarém	1º	2º	1º	1º
Almeirim	2º	1º	2º	3º
Oriximiná	3º	3º	3º	11º
Terra Santa	4º	4º	4º	2º
Monte Alegre	5º	6º	7º	4º
Óbidos	6º	5º	5º	10º
Alenquer	7º	7º	10º	5º
Faro	8º	9º	11º	9º
Belterra	9º	8º	8º	8º
Juruti	10º	11º	6º	6º
Curuá	11º	12º	9º	7º
Prainha	12º	10º	12º	12º

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano.

As dimensões e os índices utilizados pelo IDHM e IPM são os mesmos, o que explica coincidirem quanto à classificação de vários municípios no *ranking*. Por conseguinte, os indicadores podem ser vistos como complementares, uma vez que, se vistos conjuntamente, permitem uma visão mais ampla e precisa de seus resultados.

Na tabela 4, verifica-se que o município de Santarém, em 2000, conforme o IDHM, estava

em primeiro lugar no *ranking* do desenvolvimento humano, entretanto, o mesmo município ocupa a segunda posição na classificação dos municípios menos pobres do ponto de vista do IPM, enquanto que em 2010, Santarém se encontra na primeira posição em ambos os indicadores, significando que é o município que apresenta maior desenvolvimento humano e menor índice de pobreza da mesorregião do Baixo Amazonas.

O município de Oriximiná foi o que desencadeou a maior surpresa no estudo, tendo em vista que possuía bons indicadores de desenvolvimento humano e de pobreza multidimensional no ano de 2000, contudo, no decorrer dos 10 anos, desceu oito posições quando relacionado ao IPM, esse fator pode ser explicado, tendo em vista que no ano 2000 este município possuía altos nos indicadores de educação, saúde e condições de vida, houve um acréscimo desses níveis, contudo, não na mesma proporção dos outros municípios, que conseguiram aumentar os seus índices de forma expressiva, o que ocasionou a queda do município no *ranking* de pobreza multidimensional para décima primeira posição.

Constata-se que o município de Prainha foi o pior classificado no *ranking* quanto ao IDHM, no ano de 2000, ficando na décima segunda posição, entretanto, com base no IPM ocupou o décimo lugar. Em 2010, esse município ficou em última posição em ambos os indicadores evidenciando que possui o menor desenvolvimento humano e o maior índice de pobreza multidimensional na MBA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo identificar as diferenças entre os indicadores IDHM e IPM, a partir de um *ranking* para os municípios do Baixo Amazonas e analisar a evolução do IPM estimado em comparação ao IDHM nos anos 2000-2010. Nessa perspectiva, evidenciou-se que alguns municípios coincidiram suas posições no *ranking* dos indicadores, tendo em vista que foram utilizados as mesmas dimensões e índices.

Dessa forma, os indicadores podem ser apontados como complementares, pois se vistos conjuntamente, permitem uma visão mais ampla e precisa de seus resultados. Assim, para essa mesorregião, não existe uma diferença expressiva entre ambos os indicadores quando se trata de construir um *ranking* de desenvolvimento humano e de pobreza.

O índice de desenvolvimento humano da MBA, no ano de 2000, é classificado como muito baixo, 0.45, devido, especialmente, ao baixo índice de educação da mesorregião. Nesse contexto, em 2010, o IDHM elevou-se para 0.60, o que o torna de médio desenvolvimento, ocupando a primeira posição nos indicadores IDHM e IPM evidenciando que o município apresentou maior desenvolvimento humano e menor índice de pobreza diante de todos os municípios da mesorregião

do Baixo Amazonas.

No ano de 2010 percebeu-se uma grande evolução no índice de pobreza multidimensional na MBA, alavancado principalmente pela melhoria das dimensões saúde e condições de vida, devido à melhoria do sistema de saúde da região e das melhorias na infraestrutura, como a elevação da cobertura de saneamento básico, programas de coleta de lixo, entre outros programas que contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento da região e para a diminuição das condições de pobreza existentes anteriormente. Nesse contexto, os municípios que não apresentaram condições de pobreza multidimensional foram: Santarém (56.97), Terra Santa (55.41) e Almerim (54.66) sendo estes considerados fora das condições de privações, ou seja, possuem, a partir do somatório dos subíndices das dimensões, um número adequado de atendimento das condições básicas, sendo os valores de seus índices de pobreza multidimensional maiores que 50.

Constatou-se que, em 2000, Santarém apresentava valores de alto desenvolvimento para o subíndice de longevidade, baixo desenvolvimento para a renda e muito baixo para a educação. Enquanto que em 2010 a educação obteve uma melhora de 63,22% integrando a categoria de médio desenvolvimento. Neste sentido, Santarém se encontra na primeira posição no IDHM e IPM, significando que é o município que apresenta maior desenvolvimento humano e menor índice de pobreza da mesorregião do Baixo Amazonas. O município de Oriximiná possuía bons indicadores de desenvolvimento humano e de pobreza multidimensional no ano de 2000, entretanto, em 2010, regrediu oito posições quando relacionado ao IPM, esse fator pode ser explicado tendo em vista que no ano 2000 este município possuía elevados indicadores de educação, saúde e condições de vida, tendo uma taxa de variação positiva no período, mas não tão expressivo como os outros municípios, que conseguiram aumentar os seus índices de forma expressiva.

Abner Vilhena de Carvalho

REFERÊNCIAS

ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. **Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries**. Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI), Working Paper N° 38, Oxford Department of International Development, University of Oxford, 2010.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **IDHM**. Municipal. 2000 e 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso 15 jun. 2017.

BAGOLIN, I. P.; ÁVILA, R. P. de; COMIM, F. V. Pobreza extrema e seus tríplices fundamentos: profundidade, persistência e multiplicidade. **Revista de Economia**, v. 38, n. 1 (ano 36), p. 167-188, jan./abr. 2012. Editora UFPR.

BRASIL. **Relatório Analítico do Território do Baixo Amazonas - Pará.** Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, 2012. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra018.pdf>>. Acesso em 16 jun. 2017.

CODES, A. L. M. de. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza:** em direção a uma visão complexa. IPEA, Brasília, 2008 (TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1332). Disponível em <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1332.pdf>. Acesso em 16 jun. 2017.

COMIM, F. V.; BAGOLIN, I. P.; ÁVILA, R. P. de; JÚNIOR, S. S. P.; PICOLOTTO, V. C. **Pobreza:** da insuficiência de renda à privação de capacitações: Uma aplicação para a cidade de Porto Alegre através de um indicador multidimensional. UFRGS, 2006. Disponível em <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/indicador_multidimensional.pdf>. Acesso em 12 jun. 2017.

COSTA, Rodolfo Ferreira Ribeiro da; COSTA, Genivalda Cordeiro. **Pobres no Campo, Ricos na Cidade? Uma Análise Multidimensional da Pobreza.** Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 54, n. 3, p. 537-560, set. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032016000300537&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 jun. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790540308>

DINIZ, Marcelo Bentes; Diniz, Marcos Monteiro. **Um indicador comparativo de pobreza multidimensional a partir dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio.** Economia Aplicada, v. 13, n.3, p. 399-423, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v13n3/v13n3a03.pdf>>. Acesso em 27 jun. 2017.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. **Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional.** Revista Economia e Sociedade, Campinas, v.15, n.1 (26), p. 79-112, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642922/10492>>. Acesso em 27 jun. 2017.

LOPES, Jaíza Gomes Duarte. **Pobreza multidimensional: uma aplicação à região norte do Brasil.** – Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6196/2/471580%20-%20Texto%20Completo.pdf>>. Acesso em 27 jun. 2017.

PARÁ. **Baixo Amazonas.** Fundação Amazônia de amparo a estudos e pesquisas. FAPESPA. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/produto/estatisticamunicipal/67>>. Acesso em 16 jun. 2017.

ROCHA, Sonia. **Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil.** Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Rio de Janeiro: IPEA, 2000 (TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 720). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0720.pdf>. Acesso em 15 jun. 2017.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?** – 3ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RODRIGUES, D. L.; SANTOS, R. B. N. dos; FERNANDES, D. A. **Análise comparativa entre indicadores sintéticos de pobreza multidimensional para a região metropolitana de Belém: uma avaliação para os anos de 2000 e 2010.** SOBER - Sociedade Brasileira de Economia,

Administração e Sociologia Rural. João Pessoa - PB, 26 a 29 de julho de 2015.

ROMÃO, M. C. **Medidas agregadas de pobreza absoluta:** A proposta de Sen e os desenvolvimentos subsequentes. R. de Econometria. v. 13, n.2. 1, pp.41-78. Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/bre/article/download/2986/1881>>. Acesso em 13 jun. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/bre.v13n11993.2986>

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** Tradução: Laura Teixeira Motta; Revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, José Jaime. **Uma análise da pobreza Multidimensional nos Estados Brasileiros a partir de Microdados da PNAD.** 2016. Disponível em <http://www.abep.org.br/xxencontro/files/_paper/438-570.pdf>. Acesso em 16 jun. 2017.

SILVA, A. F. da; SOUSA, J. S. de; ARAÚJO, J. A. Evidências sobre a pobreza multidimensional na Região Norte do Brasil. **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro 51(2): p. 219-239, março - abr. 2017. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v51n2/0034-7612-rap-51-02-00219.pdf>>. Acesso em 16 jun. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612160773>.

A RESSIGNIFICAÇÃO DA NAVEGAÇÃO NO BAIXO AMAZONAS A PARTIR DA INTEGRAÇÃO AO CIRCUITO PRODUTIVO DO AGRONEGÓCIO

Eduardo Margarit¹

RESUMO: O objetivo deste artigo é evidenciar as transformações na dinâmica de navegação no Baixo Amazonas paraense diante da integração da região ao circuito produtivo do agronegócio. Para tanto, informações provenientes de trabalhos de campo e revisão bibliográfica subsidiaram o debate aqui proposto. Desta forma, foi possível estabelecer uma análise da introdução dos portos da região no circuito produtivo da soja, através da pavimentação da BR-163, que serve de corredor logístico para o escoamento da produção de grãos provenientes do Mato Grosso. Há ainda uma série de transformações ocorrendo no transporte de cargas e passageiros nos rios da região, cujas embarcações vêm se modernizando, mas continuam perpetuando antigas relações comerciais capilares com as diversas comunidades ribeiras.

Palavras-Chave: Amazônia. Circuitos Produtivos, Infraestrutura, Transportes.

ABSTRACT: The objective of this article is to highlight the transformations in the Baixo Amazonas Paraense navigation dynamics before the integration of the region into the productive circuit of agribusiness. Therefore, information from field work and bibliographic review subsidized the debate proposed here. In this way, it was possible to establish an analysis of the region ports introduction in the soy production circuit, through the paving of BR-163, which serves as a logistics hallway for the production of grain from Mato Grosso. There are also a series of transformations occurring in the transportation of cargo and passengers in the rivers of the region, whose vessels have been modernizing, but continue to perpetuate old capillary trade relations with the several river communities.

Keywords: Amazônia; Infrastructure; Productive Circuits; Transport

INTRODUÇÃO

A construção de rodovias na Amazônia, durante a ditadura militar, no Brasil, significou a incorporação de novas terras a um projeto de desenvolvimento nacional, pautado na dinâmica do capitalismo global. Entretanto, a consolidação desta estratégia de desenvolvimento, na Amazônia, foi lenta e dependente da consolidação das infraestruturas que haviam sido planejadas. Na mesorregião paraense do Baixo Amazonas a construção da BR-163 (Cuiabá-Santarém) e da BR-230 (Transamazônica), na década de 1970, simbolizaram a anexação da região à dinâmica produtiva do restante do país, entretanto, a não pavimentação de ambas as rodovias não permitiu o desenvolvimento pleno do capitalismo no campo e retardaram qualquer iniciativa de aproveitamento pleno das vantagens logísticas e localizacionais que ambas as rodovias pudessem

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense - UFF (2010) e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS (2012). É Professor do Curso de Licenciatura em Geografia do Campus Binacional de Oiapoque, da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, desde 2013, e aluno do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás - UFG (Doutorado), desde 2016. Email: eduardo.margarit@unifap.br.

oferecer.

A crescente produção de grãos da região Centro-Oeste, especialmente do estado do Mato Grosso, serviu como instrumento político para que as infraestruturas do Baixo Amazonas fossem finalmente consolidadas, a fim de reduzir custos de frete com a exportação de grãos, através dos portos da região Norte. A intensão de pavimentação da rodovia BR-163, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e a consolidação do projeto, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nos governos Lula e Dilma (2003-2016/2018), proporcionou a consolidação deste importante corredor logístico para o agronegócio.

Na mesorregião paraense do Baixo Amazonas, a pavimentação da BR-163 provocou um processo de ressignificação da navegação, representado nas formas de transporte de cargas e passageiros. Tal processo ocorre pela introdução dos portos da região na dinâmica de exportação de grãos, transporte de produtos industrializados e novas modalidades no transporte de passageiros, com reflexos em um complexo conjunto de relações sociais, econômicas e culturais da região.

A partir das premissas apresentadas, a questão central que norteou as argumentações presentes neste artigo foi: Qual a relação entre as transformações que estão ocorrendo na navegação do Baixo Amazonas e a pavimentação da rodovia BR-163? Diante do questionamento apresentado, o objetivo do artigo consiste em evidenciar as transformações na dinâmica de navegação no Baixo Amazonas paraense, diante da integração da região ao circuito produtivo do agronegócio. Para tanto, foram coletadas informações através de trabalhos de campo e referenciais bibliográficos sobre o tema.

A categoria *circuitos espaciais da produção*, oriunda de Milton Santos, foi basilar para o desenvolvimento do debate proposto neste artigo e é objeto de análise logo de início. Em seguida é realizado um esforço, no sentido de sintetizar o processo de introdução do Baixo Amazonas no circuito produtivo do agronegócio. Após estas análises, a questão da navegação no Baixo Amazonas passa a ser debatida, primeiramente através de seus aspectos histórico-geográficos e, por fim, suas transformações resultantes do processo recente de introdução da região na dinâmica de uma economia nacional/global.

O circuito produtivo do agronegócio

A globalização da economia vem provocando a reestruturação produtiva da agricultura brasileira desde a década de 1970. O agronegócio estruturou o espaço agrícola em um território em rede. Desta forma, não é possível analisar o processo produtivo da soja isoladamente, pois todas as suas etapas de produção, transporte e consumo se encontram distribuídas em rede. A

localização de um empreendimento ligado ao agronegócio não pressupõe apenas relações locais ou regionais, já que se encontra no bojo de uma economia altamente dinâmica e globalizada, inserido em uma lógica nacional/global de desenvolvimento. A cotação da produção de grãos se dá no âmbito internacional, já que boa parte é destinada à exportação, e o fornecimento de insumos para a produção é feito basicamente por empresas multinacionais, integrando o produtor de grãos ao mercado global.

As relações de complementaridade e inter-relação entre as indústrias e a agricultura deram origem ao conceito de “Complexo Agroindustrial”. Entretanto, novas transformações surgiram neste setor, aumentando a complexidade do sistema produtivo. Desde a década de 1970, transformações estão sendo decisivas para a configuração atual do setor produtivo: A transferência gradativa das indústrias dos grandes centros urbanos para o interior do país; o aumento da interdependência e complementaridade das atividades; a flexibilização do processo de produção; a intensificação da circulação de capital, informação e mercadorias; a redução da interferência do Estado na pesquisa e financiamento das atividades produtivas; e as inovações tecnológicas (SILVEIRA, 2005).

Devido a estas transformações, o conceito de “Complexo Agroindustrial” já não abrangeria a totalidade das atividades envolvidas no atual sistema produtivo, sendo necessárias novas formulações teórico-conceituais envolvendo o conceito de redes, conforme ressaltam Mazzali (2000), Paulillo (2000) e Silveira (2005). Para tanto, Santos (1988) oferece uma proposta a partir da análise dos “circuitos espaciais da produção”:

O mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global. Não podemos mais falar de circuitos regionais de produção. Com a crescente especialização regional, com os inúmeros fluxos de todos os tipos, intensidades e direções, temos que falar de circuitos espaciais da produção. Estes seriam as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final (SANTOS, 1988. p.49).

A nova divisão territorial do trabalho demanda uma análise dos fluxos existentes, só assim é possível entender a dinâmica dos circuitos produtivos. Portanto, as redes precisam ser analisadas como parte integrante do processo produtivo, sendo necessária a superação dos “complexos” para dar lugar aos “circuitos”, resultado do amplo processo de reorganização agroindustrial. A análise dos “circuitos” oferece maior dinamismo e abrangência a todos os aspectos que envolvem o agronegócio sojicultor. A expansão da fronteira agrícola na Amazônia ocorre sob o contexto de modernização e desenvolvimento de uma agricultura de precisão, destinada à exportação, nos moldes do capitalismo mundial, consolidando o agronegócio como modelo de desenvolvimento no campo.

O Estado tem sido o principal promotor do agronegócio, resultando no crescimento acelerado da produção de soja na Região Centro-Oeste, que já ultrapassa a Região Sul. Este crescimento da soja no Centro-Oeste também esteve atrelado à modernização da agricultura através do desenvolvimento de sementes mais produtivas, inclusive com a introdução de transgênicos e a mecanização, promovendo não só o aumento da produção, mas também da produtividade. Além disso, a produção de grãos encontra-se intimamente relacionada com a produção de carne, já que são utilizados como ração para aves, peixes, bovinos e suínos. A complementaridade entre as diversas atividades faz surgir, junto com o aumento da produção de soja, o desenvolvimento da pecuária de alto rendimento, a avicultura, suinocultura, piscicultura e as indústrias de processamento destas carnes, além do biodiesel, produzido a partir da soja.

Portanto, o circuito espacial de produção de soja é a expressão de uma economia altamente globalizada, onde mercados locais encontram-se plenamente integrados com o mercado nacional/global, atuando em série com outras cadeias produtivas. As redes, seus fluxos e fixos representam a materialidade dos circuitos, que estão constantemente se expandindo, juntamente com a fronteira agrícola na Amazônia e integrando novos territórios à rede.

A integração do Baixo Amazonas ao circuito produtivo do agronegócio

A Mesorregião Paraense do Baixo Amazonas faz parte da divisão regional do IBGE de 1990 e compreende os municípios de Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Placas, Porto de Moz, Prainha, Santarém e Terra Santa. Em sua rede urbana, a Mesorregião do Baixo Amazonas apresenta como importante polo regional a cidade de Santarém, que possui intensas relações com os outros municípios de sua mesorregião, pela disponibilidade de produtos e serviços somente encontrados em Santarém.

Com uma população de 294.580 habitantes (IBGE, 2010), Santarém é uma cidade em constante crescimento espacial e populacional, que abriga elementos simbólicos da modernidade, como *shoppings centers*, e ao mesmo tempo, contraditoriamente, uma precária infraestrutura urbana, principalmente no tocante ao saneamento básico, inexistente até mesmo na região central da cidade.

Historicamente a Mesorregião do Baixo Amazonas possui uma dinâmica voltada aos rios. Os povos tradicionais dominaram o cenário socioespacial por séculos, entretanto, a política de integração da Amazônia durante a ditadura militar alterou significativamente este cenário. O Plano de Integração Nacional (PIN), lançado em 1970, introduziu uma nova racionalidade à organização do espaço amazônico, com a construção de rodovias e projetos de colonização ao longo das mesmas. Na Mesorregião do Baixo Amazonas foram construídas as rodovias BR-163 (Cuiabá-

Santarém) e BR-230 (Transamazônica) e implantados diversos projetos de colonização dirigidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A abertura das rodovias e os projetos de colonização promoveram a migração para a região, degradação ambiental e inúmeros conflitos socioespaciais. As rodovias BR-163 e BR-230 não foram pavimentadas, o que impediu o pleno desenvolvimento do capitalismo no campo, na região, consolidando inúmeras comunidades de agricultores familiares ao longo das rodovias e permitindo a permanência dos rios como principal forma de circulação. Entretanto, houve intenso crescimento desordenado das cidades, principalmente de Santarém, que saltou de 135.215 habitantes em 1970 para 265.062 habitantes em 1991 (IBGE, 1970/1991), proporcionando diversas problemáticas urbanas.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) incluiu o asfaltamento da BR-163 (Cuiabá-Santarém) em suas metas. A obra, iniciada em 2009 está sendo concluída e causando a reorganização do espaço na Mesorregião do Baixo Amazonas. A pavimentação da BR-163 está integrando a produção de grãos do estado de Mato Grosso aos portos da Região Norte, proporcionando maior competitividade à soja produzida no Mato Grosso, pela redução de custos com frete, e incorporando novas terras à produção no estado do Pará. Com isso, conflitos de toda ordem estão surgindo, agravando problemas ambientais e sociais na região, principalmente aqueles relativos à terra, como relatado por autores como: Becker (2004), Fearnside (2005), Gavriloff (2005), Huertas (2009), Margarit (2012), Oliveira (2005), Passos (2007), Torres (2005), entre outros.

A pavimentação de rodovias na Amazônia e o uso dos portos da região para a exportação de grãos é visto como alternativa logística, já que a produção do estado do Mato Grosso – atualmente o maior produtor de soja do País – teria uma redução significativa de custo com frete para exportação via portos da Região Norte, muito mais próximos do que os portos de Santos-SP e Paranaguá-PR, que até então eram os principais portos utilizados para a exportação da soja mato-grossense. A primeira iniciativa, neste sentido, foi concretizada pelo Grupo Amaggi, que passou a transportar os grãos produzidos no Mato Grosso pela BR-364 até a hidrovia do Rio Madeira, de onde seguem por barcas até o porto de Itacoatiara-AM, para finalmente serem transbordados para navios que se encarregam da exportação dos grãos.

A inauguração do terminal graneleiro da Cargill, em Santarém (2003) viabilizou a produção de soja no Baixo Amazonas, mas 95% dos grãos exportados por este terminal é proveniente do estado do Mato Grosso, que chegam ao terminal através de balsas oriundas de Porto Velho-RO. Outros terminais graneleiros foram construídos a partir de 2014, no distrito de Miritituba, no município de Itaituba, permitindo o carregamento de grãos por balsas, através do

Rio Tapajós, para serem transbordados para navios em portos nos municípios de Santarém-PA, Barcarena-PA e Santana-AP.

Portanto, atualmente, a logística de exportação de grãos do Mato Grosso, através do Baixo Amazonas, segue basicamente três alternativas: O transporte de soja pela rodovia BR-163 até o porto de Santarém, onde é embarcada diretamente em navios para exportação; o transporte de soja pela rodovia BR-163 até os terminais graneleiros em Itaituba, de onde seguem por barcas até os portos em Santarém-PA, Barcarena-PA ou Santana-AP, e de onde são transbordados para navios; e o transporte de soja pela rodovia BR-364 até terminais graneleiros em Porto Velho-RO, de onde seguem por barcas até os portos em Itacoatiara-AM, Santarém-PA e Barcarena-PA, de onde são transbordados para navios, conforme ilustrado na figura 1.

Figura 1: Rotas de exportação de grãos através do Baixo Amazonas.



Fonte: Hidrografia: Agência Nacional de Águas - ANA/Limites de estados: IBGE/Rodovias Federais: DNIT/Amazônia Legal: AMBDATA-DPI/INPE

Portanto, diante da expansão dos circuitos produtivos da soja, as grandes obras de infraestrutura no Pará e suas consequências socioespaciais; a dinâmica da navegação no Baixo Amazonas está passando por transformações, a partir da ascensão de novas estratégias logísticas de exportação de grãos. Desenha-se também um cenário de impactos socioambientais e conflitos por terra, proporcionado pela introdução do agronegócio sojicultor na região, que só pode ser compreendido através do pleno entendimento da dinâmica dos circuitos produtivos e grandes obras

de infraestrutura, que está se estendendo do estado do Mato Grosso para o Pará e, com isso, está alterando significativamente a dinâmica socioespacial da região.

A importância da navegação no baixo Amazonas

A Amazônia sempre esteve plenamente integrada pelos rios. A lógica dos rios foi predominante desde o surgimento dos primeiros grupos humanos na Amazônia, datados de aproximadamente 11 mil anos, até meados do século XX, quando começaram a ser construídas as primeiras rodovias na Amazônia. Sob o predomínio dos rios, os povos tradicionais da Amazônia estabeleceram sua rede de relações sociais, econômicas e culturais, que constituíram a base do processo histórico-geográfico de construção do espaço amazônico. Neste contexto, a navegação foi e continua sendo fundamental para o modo de vida da população amazônica, mesmo para aquelas que vivem nos grandes centros urbanos da região, já que ainda há grandes fluxos de mercadorias e passageiros entre as cidades, apesar da recente reorientação das atividades produtivas para as terras ao longo das rodovias.

Historicamente, foi através dos rios que se constituíram as relações comerciais na Amazônia. A publicação do IBGE intitulada *Tipos e aspectos do Brasil* retratou o regatão amazônico, ressaltando sua função de comércio nas comunidades ao longo dos rios da Amazônia, desde o período colonial, e destacando a função antropogeográfica dos rios e dos regatões. A publicação cita ainda o escambo, como principal forma de comercialização da época e a grande variedade de mercadorias comercializadas através destas embarcações, ilustrada na figura 02 (PEREIRA, 1963).

Figura 02: Regatão



Fonte: Percy Lau in: IBGE, 1963.

O regatão não se extinguiu completamente na Amazônia, mas deixou de ser a principal forma de comércio, e os resquícios desta atividade se apresentam sob novas formas. As transações

comerciais feitas basicamente através do escambo passaram a ser feitas com dinheiro. O desenvolvimento do comércio nas cidades e comunidades concorreu para a eliminação de grande parte da clientela dos regatões, que passaram a atuar apenas nas poucas comunidades que não possuem estabelecimentos comerciais, ou transportando mercadorias para estes estabelecimentos.

No Baixo Amazonas prevalece a dinâmica supracitada. Nas comunidades ribeirinhas tornou-se frequente a existência de pequenos estabelecimentos comerciais funcionando, muitas vezes, dentro da própria residência do ribeirinho, de forma improvisada, como complementação à renda proveniente de suas atividades tradicionais. A figura 03 demonstra um exemplo deste tipo de prática, onde uma padaria funciona na casa de uma família da comunidade ribeirinha do Rio Chicaia, no Baixo Amazonas, cujos insumos chegam através de barcos.

Figura 03: Padaria em comunidade ribeirinha.



Fonte: MARGARIT, 2016.

O transporte de passageiros e cargas é fundamental no Baixo Amazonas, pois representa o único meio de transporte para acesso a cidades como Faro, Juruti, Porto de Moz, Terra Santa e inúmeras comunidades ribeirinhas, além de ser a principal forma de transporte entre Santarém e as cidades localizadas às margens dos rios no Baixo Amazonas, com exceção de Belterra e Mojuí dos Campos, que possuem ligação rodoviária pavimentada com Santarém. Uma particularidade é a cidade de Almeirim, que, apesar de fazer parte da mesorregião paraense do Baixo Amazonas, possui ligação rodoviária apenas com o Amapá, mas estabelece maior fluxo de pessoas e mercadorias através de embarcações para Belém, Altamira e Santarém.

A navegação possui ainda uma capilaridade que nenhum outro meio de transporte conseguiu ainda substituir na Amazônia. É apenas através da navegação que é possível chegar até mesmo nas mais remotas comunidades ribeirinhas, muitas vezes adentrando estreitos igarapés ou atravessando grandes trechos de rios encachoeirados. Portanto, as pequenas embarcações continuam sendo a única forma de acesso à inúmeras comunidades ribeirinhas no Baixo Amazonas, através das quais, produtos de uso cotidiano que as comunidades não produzem são transportados, como ilustrado na figura 04, em que uma pequena embarcação transporta botijões de gás e combustível.

Figura 04: Embarcação transportando botijões de gás e combustível.



Fonte: MARGARIT, 2017.

Há também uma complexa rede de relações entre povos tradicionais do Baixo Amazonas e donos de embarcações que fazem o transporte de pessoas e mercadorias. A distância e os poucos recursos financeiros impedem muitas famílias de ribeirinhos de possuírem embarcações adequadas ao transporte de produtos até a cidade, ou há aquelas que preferem não realizá-lo devido ao tempo necessário a tal tarefa, que implicaria no afastamento das atividades na terra, conseqüentemente, de perda da produção e de animais que necessitam dos cuidados diários. Desta forma, os proprietários de médias e grandes embarcações realizam o papel de transportadores ou atravessadores da produção proveniente dos ribeirinhos para a comercialização nas cidades.

Predominam as duas modalidades de relações entre os ribeirinhos e os proprietários de embarcações: o pagamento pelo frete até a cidade, onde o proprietário da embarcação atua como transportador da mercadoria e a aquisição das mercadorias pelo proprietário da embarcação para posterior comercialização na cidade por valores superiores, caracterizando o proprietário da embarcação como atravessador. Em ambos os casos há uma estreita relação de confiança entre o

ribeirinho e o proprietário da embarcação, pois, em geral, o pagamento só é feito ao ribeirinho após a venda da mercadoria na cidade e o retorno da embarcação até a comunidade.

As embarcações também trazem encomendas, como alimentos industrializados, combustível, eletrodomésticos, ferramentas, entre outros, que são pagos em dinheiro ou descontado das próprias mercadorias que foram levadas pela embarcação para venda na cidade. Neste contexto, onde os proprietários de embarcações são o elo de conexão entre o ribeirinho e os mercados consumidores, na cidade reproduz-se a figura do regatão, apesar de já não ser mais usual este tipo de nomenclatura na região. Portanto, a navegação foi e continua sendo de suma importância no Baixo Amazonas e continua reproduzindo relações existentes desde o início da colonização na Amazônia, reservado as particularidades inerentes a atual dinâmica social, econômica e cultural da região.

A refuncionalização da navegação no baixo amazonas

A introdução do Baixo Amazonas no circuito produtivo da soja significou, de forma direta, a ativação dos rios como via de circulação para a exportação da produção de grãos. A partir de então, não só a circulação de grandes navios do mundo todo passou a ser mais frequente, como também de comboios de barcas carregadas com grãos, conforme ilustrado na figura 05.

Figura 05: Comboio de transporte de grãos



Fonte: MARGARIT, 2016.

O maior impacto visual da introdução do Baixo Amazonas no circuito produtivo da soja é sem dúvida o terminal graneleiro da *Trading Cargill* em Santarém (Figura 06). A magnitude da estrutura do terminal contrasta com a simplicidade das construções que predominam na paisagem urbana de Santarém, tornando-se o principal símbolo do processo de introdução do agronegócio na Amazônia.

Figura 06: Terminal graneleiro da *Cargill* em Santarém



Fonte: MARGARIT, 2016.

Entretanto, a pavimentação da rodovia BR-163 e a consequente introdução do Baixo Amazonas no circuito produtivo da soja permitiu, não só o desenvolvimento das atividades ligadas a produção de grãos, como também estratégias logísticas para outros setores produtivos. A empresa *Bertolini* foi uma das que resolveu se instalar em Santarém com um novo terminal logístico, como pode ser visto na figura 07, para promover o aproveitamento da potencialidade da logística de transporte de cargas proporcionado pela BR-163. A empresa também faz o transporte de comboios de grãos, mas possui muitos clientes da Zona Fran ca de Manaus que despacham eletroeletrônicos através de seus veículos e balsas para serem distribuídos em todo o país, além do transporte de uma grande variedade de mercadorias, de acordo com a demanda de seus clientes.

Figura 07: Terminal da *Bertolini* em Santarém



Fonte: MARGARIT, 2016.

Diversas outras empresas de transportes como: *Expresso Araçatuba*, *BelNave*, *Unirios* e *JSL* também intensificaram suas atividades na região, aproveitando a logística competitiva

desenvolvida pela pavimentação da BR-163. Apesar da intensificação dos fluxos na região terem se dado pela pavimentação da rodovia, há a complementariedade indispensável da navegação, que integra tanto pequenas cidades, como os grandes centros da Amazônia (Manaus e Belém). Portanto, a BR-163 apenas facilitou o acesso a grande malha hidroviária já existente da Amazônia, a partir do Baixo Amazonas, sendo este um ponto estratégico, integrando o Centro-Oeste, que atualmente desponta pelo desenvolvimento de inúmeras atividades produtivas ligadas ao agronegócio, a um ponto central no eixo entre Manaus e Belém. Desta forma, vários outros terminais estão sendo criados ou expandidos para atender a crescente demanda das transportadoras. A figura 08 ilustra um destes terminais de onde partem balsas que levam caminhões de diversas transportadoras para vários outros municípios do Baixo Amazonas e de outras regiões.

Figura 08: Balsa transportando caminhões em Santarém



Fonte: MARGARIT, 2016.

Não só o transporte de cargas pelos rios vem sendo potencializado no Baixo Amazonas, mas o transporte de passageiros também está se requalificando. A concorrência das empresas de transportes aéreos com a navegação na Amazônia não eliminou este último, mas provocou mudanças. As antigas embarcações de madeira vêm sendo substituídas gradualmente por modernas embarcações de aço, para dotar as viagens de maior conforto, rapidez e segurança. Uma das principais mudanças, neste sentido, veio com a introdução das lanchas e catamarãs da *Viação Tapajós*, que realiza viagens entre várias cidades do Baixo Amazonas, conforme ilustrado na figura 09, de um terminal hidroviário em Santarém, de onde partem modernas embarcações para diversas cidades, com preços competitivos e viagens incomparavelmente mais rápidas do que as

de barco. A *Viação Tapajós* é de propriedade do mesmo grupo que administra a *Viação Ouro e Prata*, concessionária de rotas rodoviárias entre Santarém e diversos outros estados das regiões Centro-Oeste e Sul do País, através da BR-163, cuja linha principal liga Santarém-PA a Porto Alegre-RS.

Figura 09: Terminal hidroviário da Viação Tapajós em Santarém



Fonte: MARGARIT, 2017.

Apesar da existência de lanchas e catamarãs realizando viagens mais rápidas entre as cidades do Baixo Amazonas, os passageiros não abandonaram por completo os barcos, que oferecem um serviço diferenciado, pois apesar da viagem ser mais lenta, permite que os passageiros possam viajar em redes ou camarotes, muitos com a opção de suítes com banheiro e ar condicionado, comportando toda a família e permitindo também o transporte de grande quantidade de bagagens, cargas e até veículos, proporcionando, portanto, maior comodidade. Os barcos são os únicos que também possuem a opção de embarque e desembarque em pequenas comunidades ao longo do trajeto, representando maior capilaridade no transporte do que outros tipos de embarcação. A figura 10 retrata em um mosaico a estrutura de uma destas modernas embarcações, seu espaço para redes, cargas, e bar.

Figura 10: Mosaico de imagens da embarcação Bruno em Santarém



Fonte: MARGARIT, 2017.

Novas opções de lazer e entretenimento a bordo das embarcações também fazem com que elas sejam preteridas. As embarcações possuem, em geral, bar e lanchonete que tocam música e exibem vídeos, além da própria contemplação da paisagem em suas extensas varandas, fazendo com que estas embarcações também sejam muito procuradas por turistas. O desenvolvimento das telecomunicações no Baixo Amazonas também permitiu que, em boa parte do trajeto entre as cidades, seja possível a conexão com a telefonia móvel, oferecendo um vasto conteúdo nos populares *smartphones* dos passageiros. O uso da navegação no Baixo Amazonas, como opção de lazer, tornou-a um empreendimento turístico, com a existência de inúmeras pequenas embarcações disponíveis para esta atividade ancoradas na orla da cidade de Santarém e grandes embarcações vindas de outros países para turismo na região, como ilustrado na figura 11, de um navio de cruzeiro vindo dos Estados Unidos.

Figura 11: Navio de cruzeiro turístico em Santarém.



Fonte: FERREIRA, 2017.

Diante da popularidade e importância da navegação no Baixo Amazonas, o capitalismo global também se apropriou da navegação como estratégia de difusão do novo padrão de alimentação global, através da distribuição de produtos industrializados para as diversas cidades e comunidades com maior intensidade e regularidade. Com isso, as distribuidoras de alimentos industrializados vêm instalando novas filiais em Santarém, de onde distribuem os produtos. O comércio atacadista cresceu, visando a distribuição em pequena escala para os inúmeros barcos que levam mercadorias para outras cidades e comunidades. Na figura 12 é possível constatar um dos atacadistas em frente ao porto da Praça Tiradentes, de onde partem embarcações para diversas localidades do Baixo Amazonas, que adquirem muitas mercadorias nestes estabelecimentos comerciais.

Figura 12: Vista parcial de porto e atacadista em Santarém



Fonte: MARGARIT, 2017.

Como forma de incentivar o consumo de tais produtos, a Nestlé promoveu a venda de seus produtos em um barco (Figura 13), que percorreu as cidades do Baixo Amazonas. Trata-se da adoção de uma estratégia de *marketing* da empresa, através de símbolos regionais, para conquistar novos mercados, ressignificando a figura do regatão amazônico, nos moldes da globalização.

Figura 13: “Regatão da globalização”: embarcação que vende produtos da Nestlé



Fonte: BERTAGNA, 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos argumentos e informações que foram expostas é possível estabelecer uma relação clara entre a pavimentação da BR-163 e as transformações na dinâmica da navegação no Baixo Amazonas. A conexão rodoviária da região com o restante do país só ocorreu devido a possibilidade de aproveitamento do potencial de navegação para a circulação de grãos e outras mercadorias, não reduzindo, portanto, o papel da navegação, mas sim, dotando a navegação na região de novos significados, em consonância com um modelo nacional/global de desenvolvimento.

O efeito da ressignificação da navegação, no Baixo Amazonas, se faz sentir na economia, mas com maior gravidade tem sido os impactos sobre a complexa rede de relações sociais, econômicas e culturais historicamente construídas na região. O desenvolvimento do agronegócio, a concorrência dos alimentos industrializados, a operação de vários terminais portuários, a intensificação do trânsito de embarcações e a regulação do transporte por grandes empresas são alguns dos principais aspectos que tem gerado conflitos e impactos socioambientais de grande relevância na região, e, portanto, carecem de melhor compreensão, sendo aqui apresentadas como encaminhamentos para posteriores análises pelas ciências.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. **Amazônia**: Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

BERTAGNA, Beto. **Nestlé reinventa o comércio “regatão” na Amazônia**. Mas escambo não vale mais... Beto Bertagna a 24 quadros (Blog). 23 de junho de 2010. Disponível em: <<http://betobertagna.com/2010/06/23/nestle-reinventa-o-comercio-regatao-sem-escambo-na-amazonia/>>. Acesso em: 17 de nov. de 2017.

FEARNSIDE, Philip M. Carga pesada: o custo ambiental de asfaltar um corredor de soja na Amazônia. In: TORRES, Maurício (Org.). **Amazônia revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005. p. 397-423.

FERREIRA, Fredison. **'Queen Victoria' é o maior navio da história a atracar em Santarém**. In: G1 Santarém. 'Queen Victoria' é o maior navio da história a atracar em Santarém. Santarém: G1 Santarém, 27 de jan. de 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2017/01/queen-victoria-e-o-maior-navio-da-historia-atracar-em-santarem.html>>. Acesso em: 17 de nov. de 2017.

GAVRILOFF, Alexandre. De sangue e de soja, um asfalto sobre corpos. In: TORRES, Maurício (Org.). **Amazônia revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005. p. 13-17.

HUERTAS, Daniel M. **Da fachada atlântica à imensidão amazônica**: fronteira agrícola e integração territorial. São Paulo, Annablume, 2009.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2 de agosto de 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos 1970 e 1991**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2 de agosto de 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tipos e Aspectos do Brasil**. 7ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.

MARGARIT, Eduardo. **Tramas políticas e impactos socioambientais na Amazônia**: a dinâmica do processo de pavimentação da BR-163. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas, 2012.

_____. A geopolítica da inserção do Amapá nos circuitos produtivos da soja. In: Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 2, 2016, UFRN. **Anais**. p. 1265-1281. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/iicongeo/ANAIS-2-CONGEO-EIXO-TEMATICO-6.pdf>>. Acesso em: 01 de agosto de 2017.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial**: do complexo à organização “em rede”. São Paulo: UNESP, 2000. 175p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. BR-163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, Maurício (Org.). **Amazônia revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005. p. 67-183.

PASSOS, Messias Modesto dos. **BR-163, de estrada dos colonos a corredor de exportação**. Maringá: Massoni, 2007.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. Regatões. In: IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tipos e Aspectos do Brasil**. 7ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1963. p. 32-35.

PAULILLO, Luiz Fernando. **Redes de poder & territórios produtivos**: indústria, citricultura e políticas públicas no Brasil do século XX. São Paulo: UFSCar, 2000. 200p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988. 124p.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Complexo agroindustrial, rede e território. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. (Org.) **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p.215-255.

TORRES, Maurício. Fronteira, um eco sem fim: considerações sobre a ausência do Estado e exclusão social nos municípios paraenses do eixo da BR-163. In: TORRES, Maurício (Org.). **Amazônia revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005. p. 271-319.

ANDIROBA: USOS E EXTRAÇÃO DO ÓLEO EM ÁREA DE ASSENTAMENTO NO OESTE PARAENSE

Amanda Alves Coelho¹

João Ricardo Vasconcellos Gama²

Renato Bezerra da Silva Ribeiro³

Francisco de Assis Oliveira⁴

RESUMO: Objetivou-se caracterizar o processo de extração artesanal do óleo de *Carapa guianensis* Aubl. (andiroba), e conhecer a sua utilização pelos moradores da comunidade Santo Antônio, Assentamento Moju I e II, Santarém-Pará. Foi realizada entrevista semiestruturada com os produtores de óleo e com moradores da comunidade para obter informações sobre o processo produtivo do óleo, utilização e formas de uso da espécie. Os dados foram processados e apresentados de modo dissertativo e organizados em tabelas. *C. guianensis* é muito utilizada pelos moradores no tratamento de problemas de saúde, sendo que o óleo é o produto mais utilizado, principalmente como anti-inflamatório. Embora existam dificuldades, como insuficiência de mão de obra e comercialização do óleo, no processo produtivo prezou-se pela higiene e qualidade em todas as etapas da extração.

Palavras-chave: Produto florestal não madeireiro, etnobotânica, extensão rural, extrativismo.

ABSTRACT: The objective of this study was to characterize the artisanal extraction process of *Carapa guianensis* Aubl oil. (Andiroba), and to know its use by residents of the Santo Antônio Community, Moju I and II settlement, Santarém city, Pará State. A semi-structured interview was conducted with the oil producers and residents of the community to obtain information on the oil production process, use and ways of using the species. The data were processed and presented in a dissertation and arranged in tables. *C. guianensis* is widely used by residents in the treatment of health problems, and oil is the most used product, mainly as an anti-inflammatory. Although there are difficulties, such as insufficient manpower and the commercialization of oil, in the productive process, the hygiene and quality of all stages of the extraction.

Keywords: Non-timber products, ethnobotany, rural extension, extractivism

INTRODUÇÃO

Estudos e levantamentos realizados nos últimos anos por órgãos governamentais de pesquisa ou responsáveis pela gestão florestal, nas diversas esferas do poder público, apontam o extrativismo dos recursos florestais, sobretudo os não madeireiros, como característica marcante e de

¹ Engenheira Florestal Mestre. UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará / Lamef - Laboratório de Manejo em Ecossistemas Florestais. Rua Vera Paz, s/n. Salé - 68035-110 - Santarém, PA, Brasil. E-mail: alvescoelhoac@gmail.com.

² Professor Doutor. UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará / IBEF - Instituto de Biodiversidade e Florestas / PPGSND - Programa de Pós-graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento. E-mail: jrv gama@gmail.com.

³ Professor Mestre. UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará / IBEF - Instituto de Biodiversidade e Florestas. E-mail: renato.ribeiro@ufopa.edu.br.

⁴ Professor Doutor. UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia / ICA - Instituto de Ciências Agrárias / PPGCF - Programa de Pós-graduação em Ciências Florestais. Av Perimetral, 2501, CEP 66077 530 Belém, PA, Brasil. E-mail: fdeassis@gmail.com.

significativa importância na economia das populações rurais do estado do Pará, além de representarem grande relevância ambiental e sociocultural (IDESP, 2011; PEREIRA, 2012^a, a, b; IPEA, 2016).

Nesse sentido, em virtude da cobertura florestal que possui, o Estado necessita de modelos de desenvolvimento com atividades econômicas produtivas que evitem o desmatamento e sirvam como complemento de renda, a exemplo do manejo de produtos florestais não madeireiros, que surge como um dos caminhos para alcançar um desenvolvimento em bases sustentáveis (IPEA, 2016).

Entre os produtos florestais não madeireiros da sociobiodiversidade está o óleo das sementes da espécie *Carapa guianensis* Aubl. (andiroba), com usos populares como fármaco, cosmético e repelente natural, que tem sido alvo de grande interesse no estado do Pará, por ser um produto ligado à manutenção da saúde das populações tradicionais (SILVA *et al.*, 2010; PEREIRA, 2012 a, b).

C. guianensis é a terceira espécie fornecedora de produtos não madeireiros mais utilizada no conjunto de Glebas existente entre os rios Marumú e Arapiuns, na região oeste do Pará, uma área que abriga diversas comunidades e abrange cerca de 1,3 milhões de hectares (GAMA & SILVA, 2014). Tal fato é de relevante consideração, na medida em que surge também a cooperação entre instituições, que podem contribuir com ações para o uso sustentável e agregação de valor ao produto, refletindo no aumento da qualidade de vida de populações rurais e, conseqüentemente, na governança florestal no estado.

Existe grande potencial farmacêutico a ser estudado quanto ao uso de *C. guianensis* no tratamento de problemas de saúde, tendo em vista a ampla utilização de diversas partes da planta – óleo, folhas, casca, flores – pelas populações rurais e tradicionais, como mostram diversos estudos já realizados até o momento (MENDONÇA & FERRAZ, 2007; MONTELES & PINHEIRO, 2007; TONINI & KAMINSKI, 2009; SILVA *et al.*, 2010; CALLE *et al.*, 2014; PEREIRA *et al.*, 2015).

Há também possibilidades de novas descobertas sobre aplicações do óleo, com a inserção da espécie em estudos científicos que atestem e/ou confirmem suas propriedades anti-inflamatórias, anti-microbianas, fotoprotetoras e repelentes, como os já realizados por MIOT *et al.* (2004), FERRARI *et al.* (2007), TEIXEIRA *et al.* (2012) e BRITO *et al.* (2013).

Com relação à produção e comercialização do óleo de andiroba por produtores rurais da região amazônica, as ações, em sua maioria, ocorrem de forma individual e numa escala muito pequena. Na comunidade Santo Antônio a experiência com a produção do óleo de andiroba iniciou em 1999, época de criação da comunidade, com o beneficiamento individual pelas famílias.

Todavia, desde o ano de 2009 é realizada pelo grupo Natureza Viva, formado por dez membros, entre homens e mulheres, responsáveis por todo o processo, desde a coleta das sementes até a comercialização do óleo.

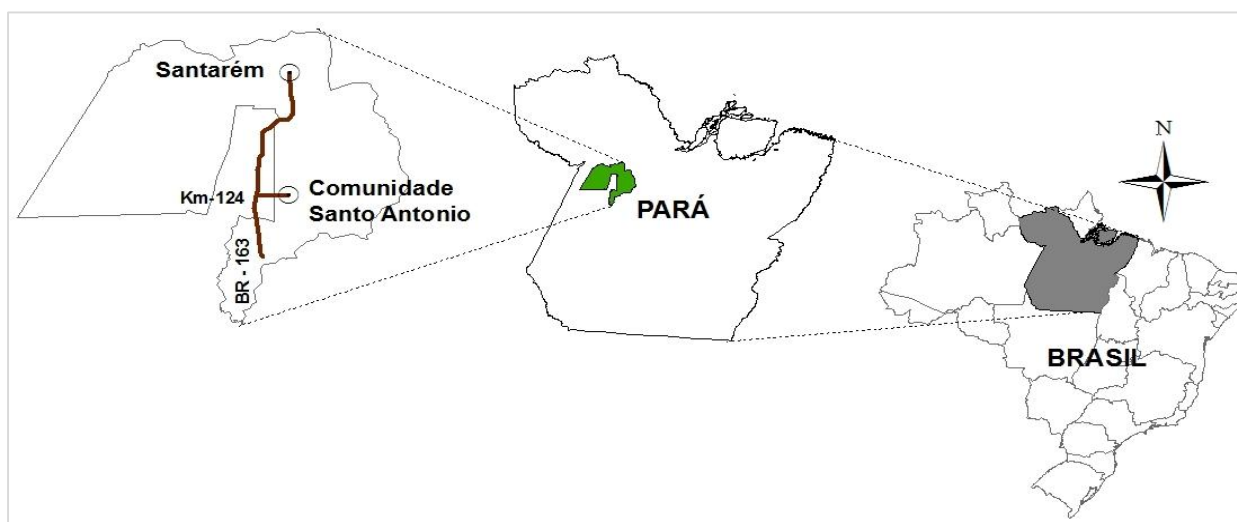
O grupo recebeu apoio e assistência técnica do projeto Floresta em Pé – convênio entre Agência Francesa pelo Desenvolvimento (AFD) e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com colaboração da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e o Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (CIRAD) – que objetivou o apoio a experiências com manejo florestal comunitário na região de Santarém (GRAFFIN & CRUZ, 2011). A assistência do projeto possibilitou avanços significativos no processo produtivo, resultando em um óleo de qualidade superior à obtida antes da assistência.

Tendo como premissa que o conhecimento e difusão de experiências com manejo e utilização dos produtos florestais não madeireiros por comunidades rurais são vitais para a identificação das fragilidades e potencialidades existentes, a fim de que ações voltadas para este setor sejam pensadas e executadas assertivamente pelos setores públicos e privados envolvidos nesta temática, e considerando, ainda, a importância da conservação dos ambientes naturais habitados por populações rurais que se beneficiam dos recursos ofertados, este estudo teve por objetivo caracterizar o processo de extração artesanal do óleo de *Carapa guianensis* Aubl., e conhecer a utilização da espécie pelos moradores da comunidade Santo Antônio, Assentamento Moju I e II, Santarém-Pará.

MATERIAL E MÉTODOS

A comunidade Santo Antônio (3°32'58.89"S e 54°43'57.11"W) pertence ao Assentamento Moju I e II, situado entre os municípios de Santarém e Placas, estado do Pará. Está localizada na margem esquerda da rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163), à altura do quilômetro 124, zona rural do município de Santarém (Figura 1) (ALMEIDA *et al.*, 2012). O clima da região é classificado como “Ami”, no sistema climático de Köppen, ou seja, tropical úmido, com temperatura média anual de 25,5° C. A umidade relativa média do ar é de 88% e a precipitação pluviométrica anual média de 1.820 mm (IBGE, 2012).

Figura 1: Localização da comunidade Santo Antônio, Assentamento Moju I e II, Santarém-Pará.



Fonte: ALMEIDA *et al.* (2012).

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com membros do grupo Natureza Viva e demais moradores da comunidade. Para conhecimento do processo de extração, o formulário abordou temas relacionados à produção e comercialização do óleo, tais como: coleta de sementes, etapas do processo de extração, limitações e potencialidades da atividade. Para conhecer a utilização da espécie pelos moradores foram entrevistadas 15 famílias, abordando-se informações referentes à parte utilizada da planta, finalidade de uso, preparo e forma de utilização.

Para a composição do grupo de entrevistados foi utilizada a amostragem não-probabilística, por meio da técnica denominada “bola de neve”, na qual os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto, atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores (ALBUQUERQUE, 2010).

Os dados qualitativos foram processados de modo dissertativo, os dados quantitativos foram organizados em tabelas e analisados por meio de estatística descritiva com o auxílio do software Microsoft Excel 2010.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O óleo foi identificado como o produto mais utilizado pelos informantes, representando 94% do número de citações (Tabela 1). Em levantamento etnobotânico realizado por Santos *et al.* (2014), o óleo também foi considerado o produto mais importante da espécie por 90% dos entrevistados, em uma área de proteção ambiental no Amapá. Já, em duas comunidades no estado do Amazonas, Scudeller *et al.* (2009) registraram apenas 2,7% de citações para o óleo de andiroba.

Quanto a sua funcionalidade e importância, verificou-se que *C. guianensis* é muito utilizada

pelas famílias de Santo Antônio, apresentando até oito usos, sendo sete medicinais e entre os usos medicinais, cinco são relacionados exclusivamente ao óleo. O único uso não medicinal verificado foi a utilização do óleo como repelente. Apenas 13% dos entrevistados informaram que utilizam também a casca da árvore. Quanto às folhas, flores e madeira, não foi verificado uso associado a essas partes da planta (Tabela 1).

Tabela 1: Formas de uso de *C. guianensis* Aubl. (andiroba) na comunidade Santo Antônio, Assentamento Moju I e II, Santarém-Pará.

Parte da planta	Uso	Número de citações	%
Óleo	Inflamação na garganta e resfriado	14	40
	Cicatrizante para ferimentos na pele	8	23
	Hematomas e inchaços	7	20
	Repelente contra mosquitos	2	6
	Dores musculares e articulares	1	3
	Ferimentos em animais	1	3
Casca	Asseio para combate à inflamação	1	3
	Doenças e alergias na pele	1	3

O fato de *C. guianensis* ser muito utilizada reflete a valorização da espécie pelos moradores da comunidade de Santo Antônio, principalmente no que se refere ao uso medicinal. Nesse sentido, destaca-se a importância da interação entre homem e natureza para a conservação e manutenção dos ecossistemas habitados pelas populações rurais que se beneficiam dos recursos florestais.

Assim como em outras comunidades amazônicas, a distância dificulta o acesso à saúde pelos comunitários de Santo Antônio, pois os hospitais mais próximos estão localizados nos centros urbanos (ALMEIDA, 2012). Nesse aspecto, Silva *et al.* (2007) e Pimenta (2012) comentam que a utilização de plantas medicinais e a crença no seu poder curativo – saberes passados de pais para filhos há gerações – são os principais meios utilizados para o tratamento de diversas enfermidades em comunidades distantes dos centros urbanos na Amazônia.

Freitas & Fernandes (2006), em estudo na zona rural de Bragança-Pará, verificaram que a

carência de atendimento médico faz com que o uso de plantas medicinais se torne tão necessário, agindo como um paliativo no tratamento de doenças ditas leves. Costa & Mitja (2010) chamaram atenção para este fato, ao observarem a importância da natureza para a saúde e alimentação de agricultores de Manacapuru, no Amazonas, que em casos de doenças e na ausência de hospitais e médicos, recorrem primeiramente aos remédios naturais. Monteles & Pinheiro (2007), verificaram que os primeiros cuidados com a saúde são realizados com o auxílio de remédios caseiros à base de plantas, em um quilombo no Maranhão.

A sobrevivência das populações que vivem próximo à floresta, geralmente de baixa renda, é fortemente influenciada por sua relação com a natureza (Costa & Mitja, 2010). Assim, o uso da espécie *C. guianensis* pelos comunitários de Santo Antônio está intimamente ligado à sua qualidade de vida, já que a espécie é usada principalmente como produto medicinal, especialmente nos casos mais simples de saúde, refletindo, sobretudo, a carência de atenção para esta área na comunidade.

Em Santo Antônio, não existe posto de saúde e nem mesmo agente comunitário para fazer o acompanhamento das famílias, o que reforça o fato de os moradores recorrerem ao uso de plantas medicinais para tratar problemas menos graves. Na Tabela 2 são apresentados o preparo e a forma de uso do óleo e da casca de *C. guianensis* pelos comunitários.

Tabela 2. Preparo e forma de uso do óleo e da casca de *C. guianensis* Aubl. (andiroba) na comunidade Santo Antônio, Assentamento Moju I e II, Santarém, Pará.

Parte da Planta	Uso ⁽¹⁾	Preparo	Forma de uso
Óleo	1	Puro; mistura com sal; puro e morno	Massagem na região machucada
	2	Puro; misturado com outros óleos	Massagem na região dolorida
	3	Puro; mistura com chás ou café; xarope	Toma
	4	Puro	Passa sobre o ferimento
	5	Puro	Passa sobre o ferimento
	6	Puro	Passa em todo o corpo
Casca	7	Imersão em água à temperatura ambiente	Faz asseio
	8	Chá	Passa na pele

⁽¹⁾ 1=Hematomas e inchaço; 2= Dores musculares e articulares; 3=Inflamação na garganta e resfriado; 4= Cicatrizante para ferimentos na pele; 5= Ferimentos em animais; 6= Repelente contra mosquitos; 7= Asseio para combate à inflamação; 8= Doenças e alergias na pele.

Observou-se unanimidade entre os entrevistados quanto ao conhecimento empírico das ações anti-inflamatórias dos produtos oriundos da andiroba. Os problemas de saúde tratados com o óleo citados pelos entrevistados foram: inflamação na garganta e resfriados, ferimentos na pele, hematomas e inchaços, dores musculares e articulares (Tabela 1). Estes usos também foram verificados por Santos *et al.* (2014) em comunidades no Amapá, destacando que a versatilidade do óleo e formas de utilização são fatores que possivelmente vêm contribuindo para a difusão e transmissão do conhecimento entre gerações nas comunidades tradicionais amazônicas.

De acordo com Pimenta (2012), o uso do óleo de andiroba remete aos povos indígenas, que utilizavam o produto para mumificar a cabeça dos inimigos, para remover carrapatos e piolhos e também como solvente para extrair os corantes vegetais para pintar o corpo. Todavia, foi o uso medicinal do óleo que se espalhou por países como: Guatemala, Peru, Colômbia, Panamá, Trinidad, Venezuela e o próprio Brasil.

Na comunidade de Santo Antônio foram identificados seis usos para o óleo, com ampla utilização no combate a resfriados e inflamação na garganta (40% das citações). Em segundo e terceiro lugar, respectivamente, o óleo é utilizado como cicatrizante para ferimentos na pele (23% das citações) e para tratar hematomas e inchaços (20% das citações) (Tabela 1).

Verificou-se que para tratar problemas na garganta e resfriados, normalmente o óleo é utilizado na forma de xarope, combinado a chás de plantas medicinais – chá de folhas de limoeiro (*Citrus limon* L. Burmann f.), laranjeira (*Citrus sinensis* L. Osbeck), malvarisco (*Plectranthus amboinicus* (Lour.) Spreng.), erva-cidreira (*Lippia alba* (Mill.) N. E. Brown) e sementes de cumaru (*Dipteryx odorata* (Aublet) Willd.) – a outros óleos vegetais (óleo de copaíba - *Copaifera* sp.), à gordura animal (gordura de carneiro - *Ovis aries* L. e gordura de galinha - *Gallus domesticus*) e também com mel de abelha.

Apenas uma citação envolveu o uso do óleo externamente na garganta. Outras formas de uso menos comuns também foram citadas, como acrescentar gotas do óleo no café ou no chá. Mendonça & Ferraz (2007) também verificaram que o óleo foi, principalmente, recomendado para combater resfriados, dor na garganta, além de febre e asma.

Como cicatrizante para ferimentos e machucados na pele, segundo os entrevistados, o óleo é usado externamente sobre a região afetada. Para o tratamento de inchaços e hematomas, denominados de “baque”, o produto geralmente é passado puro sobre a região machucada. Além disso, houve relatos de que óleo é misturado ao sal de cozinha, sendo essa mistura levada ao fogo para que fique morna, pois assim sua ação é mais eficaz. Com 6% das citações, o óleo também é usado como repelente, passando-se no corpo antes de sair para trabalhar na mata.

No tratamento de dores musculares e articulares, como reumatismo, é realizada massagem

com o óleo no local afetado. Registrou-se também o uso para tratar ferimentos em animais, tal como observaram Freitas & Fernandes (2006), na comunidade de Enfarrusca, Bragança-Pará, onde o uso de plantas medicinais não se limita ao ser humano, estendendo-se a cães domésticos.

O grupo Natureza Viva também utiliza o óleo como componente na fabricação de sabonetes e velas, produzidos esporadicamente, ainda de forma rudimentar, e comercializados mediante a difusão de suas propriedades repelentes e hidratantes. Outros tipos de uso, não citados pelos entrevistados da comunidade Santo Antônio, foram registrados por Mendonça & Ferraz (2007), em comunidades no Amazonas, onde o uso externo do óleo foi indicado contra piolhos, coceiras em geral, carne crescida nos olhos, e internamente para baixar o nível de glicose no sangue (diabetes).

A casca de *C. guianensis* desprende-se facilmente em placas, é grossa, amarga e apresenta uma coloração avermelhada, mas pode ser também acinzentada (Ferraz, 2003). Somente 13% dos entrevistados declararam fazer uso da casca para tratar enfermidades. Foram associados a essa parte da planta, o uso no combate a inflamações uterinas e a doenças na pele, como alergias. De acordo com Shanley (2008), o chá da casca de andiroba é utilizado no combate a vermes, bactérias e no tratamento de tumores. Para o tratamento de feridas e demais afecções da pele a casca é usada na forma de pó.

A madeira de *C. guianensis* é de excelente qualidade, resistente ao ataque de cupins, provavelmente pela sua natureza amarga e oleosa. Consequentemente à beleza, qualidade e durabilidade, é muito utilizada para a construção de móveis finos, para a fabricação de cavacos e na construção civil (SHANLEY, 2005). Embora apresente excelente qualidade, não se verificou entre os entrevistados o uso desta parte da planta.

Resultados diferentes foram encontrados por Santos *et al.* (2014) e Calle *et al.* (2014) em unidades de conservação no Amapá e Amazonas, respectivamente, em que a madeira da andiroba foi o produto mais utilizado, depois do óleo. Nesse sentido, a atuação do grupo Natureza Viva pode ser um fator que contribuiu para a valorização da espécie como fornecedora de produto não madeireiro em detrimento do uso de sua madeira pelos comunitários.

Pereira *et al.* (2015), em estudo sobre o manejo de andiroba em um assentamento agroextrativista, no Pará, observaram redução no uso da madeira da espécie como resultado da influência e atuação de um grupo de mulheres extrativistas, concluindo que as mudanças de comportamento quanto à utilização dos recursos florestais tem a ver com a dependência destes recursos e também com a maior proximidade dos moradores com a floresta, a qual passa a ser percebida de outra maneira, adquirindo valor econômico, ambiental e social.

As folhas da andiroba são utilizadas por comunidades tradicionais na preparação de chás

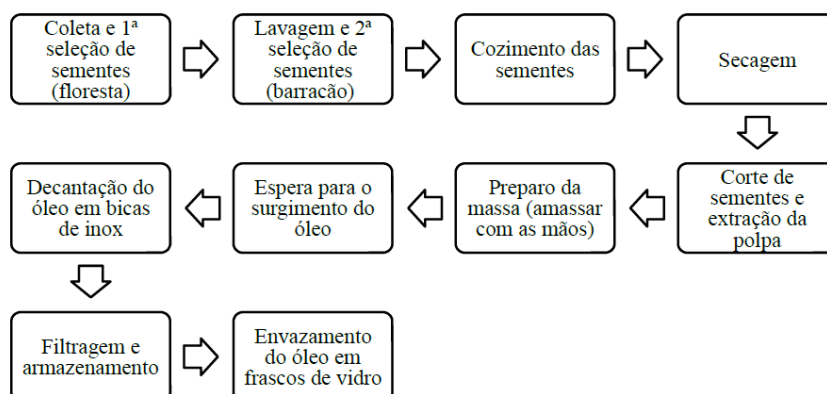
contra tosse, gripe, reumatismo, pneumonia e depressão (PINTO *et al.*, 2010). Entretanto, também não houve registro entre os entrevistados de Santo Antônio para o uso dessa parte da planta, bem como para suas flores e sementes. Calle *et al.* (2014) identificaram a utilização da semente na produção de iscas para pesca com espinhel⁵ em reserva extrativista no Amazonas.

O processo de beneficiamento das sementes e extração do óleo pelo grupo Natureza Viva é feito de forma manual e todas as etapas, utensílios e materiais seguem as práticas de extração sugeridas por Melo *et al.* (2011).

Local adequado e higiene pessoal são fundamentais para diminuir ao máximo o risco de contaminação do óleo e garantir uma produção com qualidade. Assim, em Santo Antônio, embora o óleo seja obtido de forma artesanal, vários cuidados são tomados para garantir sua qualidade. Além da limpeza do local de trabalho e dos utensílios, os membros do grupo atentam para que as unhas estejam cortadas e limpas, usando, ainda, toucas para evitar o contato dos cabelos com a massa.

Na Figura 2 são relacionadas as etapas do processo artesanal de produção do óleo de andiroba na comunidade Santo Antônio. Inicia com a coleta das sementes nos lotes dos próprios membros do grupo e nos lotes dos vizinhos, quando estes permitem. A preferência é por aquelas áreas onde as árvores estão próximas umas das outras (agrupadas), o que facilita o recolhimento dos frutos, sendo que somente as sementes novas, sadias e que não estejam germinadas são selecionadas. Estes critérios de seleção de sementes também foram observados no estudo de Mendonça & Ferraz (2007), por Tonini & Kaminsk (2009) e por Pereira *et al.* (2015).

Figura 2: Processo artesanal de extração do óleo de *C. guianensis* (andiroba) pelo grupo Natureza Viva, comunidade Santo Antônio, assentamento Moju I e II, Santarém-Pará.



⁵O espinhel consiste em um aparelho de pesca que funciona de forma passiva, com a utilização de iscas para a atração dos peixes. As iscas mais usadas são a sardinha, cavalinha e lula. O espinhel é formado pela linha principal (linha madre), linhas secundárias (alças) e anzóis. Nas duas extremidades do aparelho são colocadas bóias luminosas e bóias rádio para facilitar sua localização, uma vez que tanto o barco como o aparelho fica a deriva durante toda a operação de pesca sujeitos a correntes marítimas e ventos (Icmbio).

Conforme Vieira *et al.* (2015), na comunidade Santo Antônio a espécie *C. guianensis* apresentou, aproximadamente, cinco árvores por hectare, com diâmetro igual ou maior que 10 cm e, ainda, distribuição agregada. Nesse sentido, segundo Machado (2008), o manejo de produtos florestais não madeireiros é favorecido quando as árvores estão agrupadas, devido à facilidade logística para coleta dos produtos.

Ao final de cada dia de coleta, as sementes são levadas para um barracão, onde ocorre a lavagem para a retirada da sujeira e uma segunda seleção é realizada. Em seguida, as sementes são colocadas num piso limpo, para escorrer a água. A etapa seguinte é o cozimento das sementes, processo que varia de acordo com a quantidade, geralmente entre 45 minutos e uma hora.

Após cozimento, as sementes seguem para um secador solar, onde ficam de três a seis dias. Segundo Melo *et al.* (2011), o secador solar é o equipamento mais indicado para a secagem das sementes, pois acelera o processo e utiliza melhor o calor. Durante o tempo de permanência no secador as sementes são revolvidas diariamente.

Em Santo Antônio, com o uso do secador solar, as sementes não precisam ficar em repouso por longos dias após o cozimento, como observado em outras localidades da região amazônica, onde o período de descanso ou repouso das sementes tem como finalidade a secagem da água decorrente do cozimento. No estudo de Mendonça & Ferraz (2007), por exemplo, após o cozimento as sementes ficaram armazenadas no assoalho das casas sobre ou dentro de sacos por um período de sete a 20 dias. Silva (2009), na região de Cametá, verificou um repouso de 45 dias, em que as sementes ficaram armazenadas em paneiros cobertos.

De acordo com Shanley (2008), o repouso consiste no amontoamento das sementes para que fermentem. Em comunidades da Flona Tapajós, Silva *et al.* (2010) verificaram o repouso de 20 dias, após o cozimento, com o objetivo de fermentação.

Em Santo Antônio, o corte das sementes para a retirada da polpa é a atividade mais trabalhosa do processo produtivo, exigindo o máximo de mão de obra. Nessa etapa, o grupo se divide, enquanto uns cortam as sementes outros retiram a polpa. O processo segue com o preparo da massa, amassando-se a polpa com as mãos até que fique macia e o óleo comece a surgir. O passo seguinte é a espera, que consiste em deixar a massa em bacias de plástico por dois ou três dias e amassar somente pela manhã e à tarde, para acelerar a extração do óleo, só então a massa é colocada em bicas de inox para a decantação, permanecendo nelas por cerca de 20 dias. Nesse período é coberta com telas de *nylon* ou tecido de filó, para evitar contaminação. O processo de amassar duas vezes ao dia perdura mesmo com a massa nas bicas, até que se perceba que não há mais liberação de óleo.

No preparo da massa e decantação do óleo deve-se utilizar utensílios de inox ou material

plástico de boa qualidade, evitando-se o uso de utensílios de alumínio, zinco ou ferro, pelo fato de que a massa obtida é corrosiva e esses materiais liberam partículas que podem comprometer a qualidade do produto (MELO *et al.*, 2011). Para o escoamento do óleo, estudos na região registraram o uso de tábuas de madeira, pedaços de alumínio, bacias de alumínio, pedaços de telha de alumínio, folhas de zinco e latas (TONINI & KAMINSKY, 2009; SILVA, 2009).

Das bicas, o óleo escorre em bacias pequenas, também de inox, de onde é recolhido diariamente e filtrado diretamente em recipientes denominados carotes, nos quais fica armazenado. A última etapa é o envasamento nos frascos de vidro, os quais são do tipo âmbar, com batoque, tampa de rosca e etiquetados com adesivo que identifica a origem do produto.

Nesse aspecto, a garantia do mínimo de padronização demonstra a preocupação do grupo com a apresentação do produto no mercado. Silva *et al.* (2010) comentam que em mercados em que o consumidor é exigente em qualidade, a falta de padrão dos produtos e das embalagens são entraves para a comercialização.

Em Santo Antônio, a extração do óleo é realizada na sombra, pois existe a crença de que no sol ele engrossa. Esse fato também foi observado por Castro (2007) em uma comunidade tradicional no nordeste paraense, onde os entrevistados afirmaram que o óleo deveria ser retirado em local com abrigo da luz solar, para que não perdesse a cor e nem engrossasse. No estudo de Mendonça & Ferraz (2007), as extratoras também associaram a luz à qualidade do óleo, considerando de melhor qualidade o óleo extraído na sombra, pois apresenta cor amarela clara, enquanto o óleo extraído ao sol é mais escuro.

A luminosidade é um fator que afeta a qualidade de óleos, elevando os índices de acidez e peróxido (MORETTO, 1998), tal como observado por Zanela *et al.* (2008) para o óleo de soja, que ao ser armazenado em frascos de vidro transparente, cujo contato com a luz foi maior, teve seu índice de peróxido aumentado em relação ao óleo armazenado em frasco âmbar. Em Santo Antônio, os recipientes usados para armazenamento e embalagem do óleo, tanto os “carotes”, quanto os frascos, são escuros para abrigar o produto do contato com a luz.

Em diversas comunidades rurais da Amazônia o processo de extração do óleo ainda é obtido de forma muito rudimentar, sem que haja uma preocupação rigorosa com o processo de higienização. Esse fato foi observado no estudo de Silva (2009) em uma comunidade tradicional do município de Cametá, no Pará, em que as extratoras lidavam com a massa, com as mãos nuas e sem proteção para os cabelos, além de a massa ficar sem cobertura de proteção, ficando sujeita aos efeitos do vento, da chuva e até da presença de insetos.

Em Santo Antônio, embora o óleo seja obtido de forma artesanal, preza-se por sua qualidade. A forma básica de extração foi aprendida a partir da observação de outras pessoas da

comunidade e de comunidades vizinhas, porém, o aperfeiçoamento das técnicas de produção, os cuidados com a higiene e, consequentemente, a melhoria na qualidade do produto, são consequências, sobretudo, do aporte técnico e financeiro fornecido pelo projeto Floresta em Pé. Destaca-se, assim, a importância da atuação governamental e cooperação entre instituições, por meio de programas e projetos junto a comunidades rurais, para o aperfeiçoamento das técnicas de manejo com produtos florestais não madeireiros.

Identificaram-se como principais dificuldades: a comercialização do óleo e a falta de compromisso de alguns membros do grupo.

Por não dispor de compradores regulares, a comercialização do óleo ocorre principalmente em frascos de 30ml e 60ml, que são vendidos de forma esporádica na própria comunidade e em Santarém. Neste último caso, somente na época de feiras que acontecem anualmente, como a Feira da Produção Familiar e a Feira do Artesanato e Cultura Popular. Nessas ocasiões a possibilidade de comercialização é maior, devido ao fluxo de pessoas durante os dias de feira, somando-se a isso o fato de o óleo em frascos rotulados chamar mais a atenção dos consumidores. Esta é a única forma de comercialização da produção enquanto não há perspectiva de contratos para um volume maior, e a um preço que remunere o trabalhoso processo artesanal de extração do óleo.

O descompromisso de alguns membros foi identificado como fator de elevada insatisfação naqueles que se sobrecarregaram com as atividades do grupo. Apesar de possuir 10 membros, somente duas pessoas atuam ativamente e isso influencia diretamente no tempo de duração da atividade e na quantidade de óleo produzida, pois com um número reduzido de pessoas não há como aumentar a escala de produção. Inclusive, em anos de elevada produção de sementes, quando coletam grandes quantidades, há bastante perda, pois não há mão de obra suficiente para o processamento.

A escala de produção também está limitada às condições de escoamento da produção e demanda de compradores, pois não é viável produzir grandes quantidades quando não se tem conhecimento do mercado para absorver a produção.

De modo geral, para alavancar a produção não madeireira, em base comunitária, necessita-se de estudos sobre mercado, desses produtos, para que o governo se interesse em fornecer assistência técnica aos pequenos produtores, com a finalidade de aprimorar os processos produtivos e viabilizar o acesso ao mercado (BENTES-GAMA, 2005).

Tal como verificado por Silva *et al.* (2007), para produtos não madeireiros, em comunidades ribeirinhas, no Amazonas, em Santo Antônio, embora o extrativismo seja praticado com finalidade exclusivamente comercial, a atividade não tem sido interessante economicamente, quando comparada a outras atividades produtivas, como a agricultura. No entanto, o grupo tem

boas perspectivas em relação à comercialização. Quando há possibilidade, participam de eventos, levam amostras do óleo e buscam contatos que possam prestar apoio. Para eles, embora a atividade ainda não esteja gerando o lucro desejado, é um complemento na renda. Além disso, o extrativismo é uma maneira de evitar a destruição da floresta e aproveitar seus benefícios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

C. guianensis é muito utilizada pelos moradores de Santo Antônio, sobretudo, no tratamento de problemas de saúde. Isso demonstra a importância da floresta para o fornecimento de recursos que, diretamente ou não, influenciam na qualidade de vida dos comunitários, tendo em vista a ausência de assistência pública à saúde na localidade.

Associa-se o fato de não terem sido registrados usos para a madeira da espécie à atuação do grupo Natureza Viva com a produção do óleo, conscientizando direta ou indiretamente os demais comunitários para a valorização de *C. guianensis* como fornecedora de produtos não madeireiros.

A assistência dada pelo projeto Floresta em Pé à extração artesanal do óleo de andiroba em Santo Antônio demonstra a importância de ações, parcerias e convênios do poder público para o aperfeiçoamento das técnicas de manejo com produtos florestais não madeireiros e, de modo geral, para a gestão dos recursos florestais.

Em Santo Antônio, a insuficiência de mão de obra é um desafio que resulta na sobrecarga de trabalhos, bem como na perda de matéria prima em anos de alta produção de sementes. O aumento da escala de produção esbarra na dificuldade de comercialização, pois não é viável produzir em grande quantidade quando não há mercado para absorver a produção.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U.P.; LUCENA, R.F.P.; LINS NETO E.M.F. Seleção dos participantes da pesquisa. In: ALBUQUERQUE, U.P.; LUCENA, R.F.P.; CUNHA, L.V.F.C. editores. **Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica**. Recife: NUPEEA; 2010.

ALMEIDA, L.S.; GAMA, J.R.V.; OLIVEIRA, F.A.; CARVALHO, J.O.P.; GONÇALVES, D.C.M.G.; ARAÚJO, G.C.A. **Fitossociologia e uso múltiplo de espécies arbóreas em floresta manejada, Comunidade Santo Antônio, município de Santarém, Estado do Pará**. Acta Amazônica, 2012; 42 (2): 185-194.

BENTES-GAMA, M.M. **Importância dos produtos florestais não madeireiros (PFNMs) para a economia regional**. 1 ed. Porto Velho: Embrapa Rondônia; 2005.

BRITO, N. B.; SOUZA JUNIOR, J. M.; LEÃO, L.R.S.; BRITO, M.V.H.; RÊGO, A.C. M.; MEDEIROS, A.C. **Efeitos do óleo de andiroba (*Carapa guianensis*) na função hepática de**

ratos submetidos à isquemia e reperfusão normotérmica do fígado. Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, 2013; 40 (6): 476-479.

CALLE, D.A.C.; VIEIRA, G.; NODA, H. **Práticas de uso e manejo tradicional de *Carapa spp. (andiroba)* na Reserva Extrativista do Rio Jutai, Amazonas, Brasil.** Ciências Humanas, 2014; 9 (2): 519-540.

CASTRO, D.A. **Práticas e técnicas com produtos florestais não madeireiros:** um estudo de caso com famílias no pólo Rio Capim do Proambiente. Amazônia: Ciência & Desenvolvimento, 2007; 4 (2): 159-175.

COSTA, J.R.; MITJA, D. Uso dos recursos vegetais por agricultores familiares de Manacapuru (AM). **Acta Amazônica**, 2010; 40 (1): 49-58.

FERRARI, M.; OLIVEIRA, M.S.C.; NAKANO, A.K.; ROCHA-FILHO, P.A. Determinação do fator de proteção solar (FPS) *in vitro* e *in vivo* de emulsões com óleo de andiroba (*Carapa guianensis*). **Revista Brasileira de Farmacognosia**, 2007; 17 (4): 626-630.

FERRAZ, I.D.K. **Rede de Sementes da Amazônia: *Carapa guianensis*** Aubl. 1 ed. Manaus: INPA; 2003.

FREITAS, J.C.; FERNANDES, M.E.B. Uso de plantas medicinais pela comunidade de Enfarrusca, Bragança, Pará. **Ciências Naturais**, 2006; 3(1): 11-26.

GAMA, J.R.V.; SANTOS, S.R.M. Utilização de recursos florestais no Conjunto de Glebas Mamuru-Arapiuns. In: Tourinho MM, Gama JRV, Palha MDC, Santos SRM, Mattar PN. (Org.). **Mamuru-Arapiuns: uma região amazônica em disputa.** Belém: UFRA, 2014. p. 124-155.

GRAFFIN, A.; CRUZ, H. Apresentação do projeto floresta em pé: manejo sustentável das florestas na Amazônia brasileira a partir de parcerias entre empresas e comunidades. In: CRUZ, H.; SABLAYROLLES, P.; KANASHIRO, M.; AMARAL, M.; SIST, P. Editores. **Relação empresa-comunidade no contexto do manejo florestal comunitário e familiar:** uma contribuição do projeto Floresta em Pé. Belém, PA: Ibama/DBFLO; 2011.

IBGE. Manual Técnico da Vegetação Brasileira. 1 ed. Rio de Janeiro: IBGE; 2012.

IDESP. Cadeias de comercialização de produtos florestais não madeireiros na Região de Integração Baixo Amazonas, Estado do Pará. 1 ed. Belém: IDESP; 2011.

IPEA. Cadeias de comercialização de produtos florestais não madeireiros na região de integração Rio Capim, estado do Pará. 1 ed. Brasília: IPEA; 2016.

KIBLER, J.F.; PERROUD, C. **Estudo preliminar da viabilidade econômica da produção e comercialização de óleo de andiroba na Flona Tapajós e no assentamento Mojú.** 1 ed. Pará: IBAMA/EMBRAPA /IMAZON/GRET/CIRAD/ONFI; 2009.

MACHADO, F.S. **Manejo de produtos florestais não madeireiros:** um manual com sugestões para o manejo participativo em comunidades da Amazônia. 1 ed. Rio Branco: PESACRE e CIFOR; 2008.

MELO, M.S.; ALMEIDA, E.C.; DANTAS, J.B. **Boas práticas de manejo e extração de óleo vegetal de andiroba.** 1 ed. Santarém: IBAMA/FFEM/ADF; 2011.

MENDONÇA, A.P.; FERRAZ, I.D.K. **Óleo de andiroba**: processo tradicional da extração, uso e aspectos sociais no estado do Amazonas, Brasil. *Acta Amazônica*, 2007; 37 (3): 353-364.

MIOT, H.A.; BATISTELLA, R.F.; BATISTA, K.A.; VOLPATO, D.E.C.; AUGUSTO, L.S.T.; MADEIRA, N.G. *et al.* Comparative study of the topical effectiveness of the andiroba oil (*Carapa guianensis*) and DEET 50% as repellent for *Aedes* sp. **Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo**, 2004; 46 (5): 253-256.

MONTELES, R.; PINHEIRO, C.U.B. Plantas medicinais em um quilombo maranhense: uma perspectiva etnobotânica. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, 2007; 7 (2): 38-48.

MORETTO, E.E.; FETT, R. **Tecnologia de óleos e gorduras vegetais na indústria de alimentos**. 1 ed. São Paulo: Livraria Varela; 1998.

PEREIRA, C.M.S.; ASSIS, W.S.; ARAÚJO, C. S. **O manejo da Andiroba e a contribuição para a preservação ambiental: o caso do Grupo de Trabalhadoras Artesanais e Extrativistas (GTAE) do Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta Piranhira (PAE)-PA**. *Agroecologia*, 2015; 10 (3): 1-7.

PEREIRA, V.F.G. **Cadeias produtivas coleta e beneficiamento: Potencial socioeconômico da exploração de produtos florestais não madeireiros em florestas públicas na região de influência da BR163, Oeste do Pará**. 1 ed. Santarém: SFB/MMA/UE/FAO; 2012a.

PEREIRA, V.F.G. **Potencial socioeconômico da exploração de produtos florestais não madeireiros em florestas públicas na região de influência da BR163, Oeste do Pará**. 1 ed. Santarém: SFB/MMA/UE/FAO; 2012b.

PIMENTA, A.C. Instituições paraenses se unem para produção de fitoterápicos. *Revista Ver a Ciência*, 2012; 1 (1): 29-35.

PINTO, A.; AMARAL, P.; GAIA, C.; OLIVEIRA, W. **Boas práticas para manejo florestal e agroindustrial de produtos florestais não madeireiros: açaí, andiroba, babaçu, castanha-do-brasil, copaíba e unha-de-gato**. 1 ed. Belém: Imazon/Sebrae; 2010.

SANTOS, M.N.; CUNHA, H.F.A.; LIRA-GUEDES, A.C.; GOMES, S.C.P.; GUEDES, M.C. **Saberes tradicionais em uma unidade de conservação localizada em ambiente periurbano de várzea: etnobiologia da andirobeira (*Carapa guianensis* Aublet)**. *Ciências Humanas*, 2014; 9 (1): 93-108.

SCUDELLER, V.V.; VEIGA, J.B.; ARAÚJO-JORGE, L.H. Etnoconhecimento de plantas de uso medicinal nas comunidades São João do Tupé e Central (Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé). In: SILVA, E.N.S.; SCUDELLER, V.V. Editores. **Biotupé: Meio Físico, Diversidade Biológica e Sociocultural do Baixo Rio Negro, Amazônia Central**. Manaus: UEA; 2009.

SHANLEY, P. Andiroba, óleo medicinal. In: LOPEZ, C.; SHANLEY, P.; FANTINI, C.; CRONKLETON, M.C. 1 ed. **Riquezas da Floresta: Frutas, Plantas Medicinais e Artesanato na América Latina**. Bogor, Indonésia: CIFOR/DFID/EC/Overbrook Foundation; 2008.

SHANLEY, P. Andiroba: *Carapa guianensis* Aublet. In: SHANLEY, P.; MEDINA, G, editores. **Frutíferas e plantas úteis na vida Amazônica**. Belém: CIFOR, IMAZON; 2005.

SILVA, A.M.F. **Mulheres extrativistas da ilha de Juba**: seus saberes e suas práticas cotidianas

na produção do azeite de andiroba. *Revista Margens interdisciplinar*, 2009; 6 (5): 267-281.

SILVA, E.N.; SANTANA, A.C.; SILVA, I.M.; OLIVEIRA, C.M. **Aspectos socioeconômicos da produção extrativista de óleos de andiroba e de copaíba na floresta nacional do Tapajós, Estado do Pará.** *Revista de Ciências Agrárias*, 2010; 1 (53): 12-23.

SILVA, S.C.P.; PEREIRA, C.F.; WITKOSKI, A.C.; SILVA, M.A.P. Coleta de produtos florestais nas comunidades da área de atuação do PIATAM. In: FRAXE, T.J.P.; PEREIRA, H.S.; WITKOSKI, A.C. Editores. **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais.** Manaus: EDUA; 2007.

TEIXEIRA, R.K.C.; HOUAT, A.P.; COSTA, F.L.S.; SARAIVA-FILHO, J.C.P.; YASOJIMA, E.Y.; BRITO, M.V.H. **Efeito do óleo de andiroba na sobrevida de camundongos submetidos à sepse abdominal.** *Revista Brasileira de Clínica Médica*, 2012; 10 (5): 407-409.

TONINI, H.; KAMINSKI, P.E. **Processo tradicional da extração e usos do óleo da Andiroba em Roraima.** Boa Vista: Embrapa Roraima; 2009.

VIEIRA, D.S.; GAMA, J.R.V.; OLIVEIRA, M.L.R.; RIBEIRO, R.B.S. **Análise estrutural e uso múltiplo de espécies arbóreas em florestas manejadas no médio vale do rio Curuá-Una, Pará.** *Floresta*, 2015; 45 (1): 465-476.

ZANELA, J.; LORENZETT, E.; HULLER, C.T.; RODRIGUES, M.B. **Avaliação da influência da luz no índice de peróxido em óleo de soja degomado.** *Synergismus Scyentifica*, 2008; 4 (3): 1-2.

AS OCUPAÇÕES URBANAS NA AMAZÔNIA E OS NOVOS SUJEITOS COLETIVOS: A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM LUTA POR MORADIA NA CIDADE DE SANTARÉM-PA

Ana Beatriz Oliveira Reis¹

Erick Rodrigo Porto Pinho²

Fabício Novak³

Thiago Rocha Pereira⁴

Yuri Santana Rodrigues⁵

RESUMO: O artigo pretende conhecer os novos sujeitos coletivos urbanos que se constituem por meio da luta pelo acesso à terra urbana na Amazônia, em especial, nas ocupações. Esse objetivo se faz por meio da compreensão da dinâmica dos conflitos fundiários urbanos na cidade de Santarém-PA tendo como base a atuação do Movimento dos Trabalhadores em Luta por Moradia (MTLM) que se constituiu no processo de formação e consolidação da ocupação Vista Alegre do Juá. Para essa análise, utilizamos das técnicas de pesquisa de revisão bibliográfica, análise documental, bem como entrevista semiestruturada e observação direta por intermédio de visita de campo na referida ocupação. Como resultados, verifica-se o MTLM como um importante sujeito coletivo na luta pelo direito à moradia na Amazônia, principalmente em uma conjuntura onde os menos favorecidos são excluídos de poderem usufruir deste direito Constitucional.

Palavras-chave: Conflitos fundiários urbanos; Novos sujeitos coletivos; Santarém-PA; Ocupação Vista Alegre do Juá.

ABSTRACT: The article intends to know the new urban collective subjects that are constituted through the struggle for access to urban land in the Amazon, especially in the occupations. This objective is accomplished by understanding the dynamics of urban land conflicts in the city of Santarém-PA, based on the work of the Workers' Movement in Struggle for Housing (MTLM), which was constituted in the process of formation and consolidation of the Vista Alegre occupation Juá. For this analysis, we used the research techniques of bibliographic review, documentary analysis, as well as semi-structured interview and direct observation through a field visit in said occupation. As a result, MTLM is seen as an important collective subject in the struggle for the right to housing in the Amazon, especially in an environment where the least favored are excluded from being able to enjoy this Constitutional right.

Palavras-chave: Conflitos fundiários urbanos; Novos sujeitos coletivos; Santarém-PA; Ocupação Vista Alegre do Juá.

¹ Mestra em Direito Constitucional. Especialista em Política e Planejamento Urbano. Professora de Direito do Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: reis.aboliveira@gmail.com.

² Graduando em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: rodrigo.rpcd-pinho@hotmail.com.

³ Graduando em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: fnovakk@hotmail.com.

⁴ Graduando em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: missionariorocha@gmail.com.

⁵ Graduando em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: yuri_srodrigues@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Os caudalosos rios Tapajós e Amazonas serpenteiam o município de Santarém, cidade polo da mesorregião do Baixo Amazonas. A região integra a geopolítica do mercado de *commodities* de grãos que se avoluma no Brasil Central e se configura como um corredor de circulação de mercadorias, com vistas a reduzir os custos de exportação. Desde os anos 2000, com a edificação do porto graneleiro da empresa estadunidense da Cargill, às margens do município, Santarém passa por uma profunda reconfiguração de sua feição territorial. As grandes corporações de diferentes campos tendem a pressionar pelo controle da terra e os recursos naturais tanto no campo, quanto na cidade.

Neste sentido, atuam com *lobby* na atual reforma do plano diretor do município, cooptam moradores, negociam com políticos e compram anúncios na mídia. O setor de *commodities* de grãos pressiona o Estado para a consolidação da região como um modal de transporte, por ferrovia, rodovia e hidrovias. Com relação às rodovias, a Cuiabá-Santarém (BR-163) e a Transamazônica (BR-230) integram o ambiente que tem reconfigurado os cenários econômicos, políticos, sociais e culturais da região.

Neste contexto, o município vive um momento histórico diferenciado nos últimos anos em seu aspecto habitacional, refletindo em um déficit de habitação elevado e no aumento de ocupações urbanas, realizadas por famílias sem condições de financiar suas moradias. Mesmo com a inclusão do município de Santarém no programa “Minha Casa Minha Vida” do Governo Federal, a falta de casa própria ainda atinge muitos de seus munícipes, principalmente as famílias de baixa renda. Estimativas do Plano Municipal de Habitação e Interesse Social (PMHIS) de que, em 2010, foram contabilizadas 28.808 mil famílias em condições de vulnerabilidade habitacional.

O acesso à terra urbana é dificultado pelo valor cada vez mais caro dos terrenos. Com a construção de novos equipamentos urbanos e a chegada de novos serviços, muitos bairros de Santarém têm sofrido com o aumento do custo de vida, em especial, aqueles que se encontram na região central do município, bem como os que crescem e surgem às margens da Avenida Fernando Guilhaon, um dos principais eixos de expansão urbana da cidade. Muitos dos terrenos nessas áreas vêm sendo objeto de especulação imobiliária, não cumprindo com o princípio constitucional da função social da propriedade urbana, ou seja, não atendendo a obrigação de edificar, utilizar ou parcelar.

Diante dessa realidade, as ocupações urbanas surgem como uma forma legítima de acessar o solo urbano e exercer o direito à moradia, tendo em vista que existem muitos terrenos vazios na cidade que não cumprem a sua função social. Uma das ocupações urbanas do município teve início no ano de 2009, na qual diversas famílias reféns do pagamento de aluguel e sem uma casa própria

ocuparam um espaço de terra localizado na Avenida Fernando Guilhon, localizado em frente ao Residencial Salvação⁶, conjunto habitacional oriundo do Programa Minha Casa, Minha Vida, em Santarém.

Neste ínterim, até o ano de 2011, a ocupação supracitada sofreu duas ações de reintegração de posse, que não foram empecilhos para que os moradores voltassem a lutar por seu direito à moradia, retornando à área novamente no ano de 2014, onde persistem residindo até hoje. Atualmente, visando à consolidação da ocupação, o movimento apresenta algumas estratégias, onde se incluem a criação da associação dos moradores da área e também a articulação do Movimento dos Trabalhadores em Luta por Moradia (MTLM), que agrega outros movimentos sociais de Santarém que atuam na defesa do direito à moradia e do direito à cidade.

Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo geral conhecer esse novo sujeito coletivo que emerge na dinâmica dos conflitos fundiários urbanos em Santarém, por meio do estudo de caso da atuação do MTLM na ocupação Vista Alegre do Juá. Para alcançar tal propósito, tem-se como objetivos específicos: (i) compreender o que são os conflitos fundiários urbanos e, nesse contexto, o que são as ocupações urbanas; (ii) caracterizar a ocupação Vista Alegre do Juá no contexto Santareno, bem como resgatar sua história; e (iii) analisar a dinâmica de conflito por meio da atuação do MTLM a fim de se conhecer mais sobre esse sujeito coletivo.

A pesquisa é um estudo de caso de caráter analítico-descritivo, constituindo-se o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real. Para tal, primeiramente buscou-se fazer uma investigação bibliográfica e documental paralelo ao levantamento de campo junto à Coordenadoria de Habitação e Desenvolvimento Urbano (CHDU), vinculada à Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEMINFRA), e aos ocupantes do Vista Alegre do Juá, objetivando conhecer e caracterizar os protagonistas do MTLM e sua perspectiva de conflito e atuação. Esse estudo de caso é realizado por intermédio da observação direta durante as visitas de campo bem como por meio de entrevistas semiestruturadas.

CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS

Com a retomada do processo democrático, sobretudo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, os movimentos sociais, em luta por moradia, ganharam força no Brasil, tornando-se um dos fatores fundamentais no enfrentamento da questão urbana, que disputam a cidade na busca pela resignificação do uso da terra e igualdade social, atuando no desenvolvimento de

⁶ Primeiro conjunto habitacional entregue no ano de 2016 pelo Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Santarém, que também foi contemplado pelo Residencial Moaçara, conjunto predial prestes a ser entregue à população do município.

propostas e reivindicações junto ao poder público, em ações diretas de ocupação de terra, na resistência a despejos e reintegrações de posse (RODRIGUES; BARBOSA, 2010). Contudo, é nessa década que os avanços das políticas neoliberais dificultaram a implementação dos direitos sociais garantidos na constituição, o que agrava as diferenças sociais das cidades brasileiras, espaços essencialmente marcados pelo conflito no que tange os seus diferentes usos em disputa.

De acordo com Santos Júnior (2011), as formas de apropriação e uso da moradia e solo urbano são determinadas segundo a posição na estrutura social de certos agentes, fato este que ameaça a reprodução social de outros, causando a desigualdade no acesso à terra. O antagonismo dessa discussão ocorre porque a moradia e o solo urbano possuem, também, um valor de troca, tornando-os mercadorias em detrimento do seu valor de uso pela população de baixa renda, orientando, assim, a produção do espaço urbano de acordo com a lógica capitalista.⁷

Como visto, a estrutura urbana brasileira é resultado do modelo econômico de desenvolvimento adotado, que acaba gerando exclusão social e segregação territorial para os mais vulneráveis socioeconomicamente. Paralelo ao déficit habitacional, também pode ser observado que, em muitas cidades, há terrenos e imóveis vazios, o que supõe que esses espaços e propriedades não estão cumprindo com uma função social, o que evidencia a falta de efetividade das políticas públicas.

Os conflitos relacionados aos problemas de habitação que, na maioria das vezes, levam a reivindicações dos movimentos sociais estão relacionados não só com a moradia, mas também com as condições de infraestrutura e equipamentos urbanos. No que diz respeito à moradia, Motta (2011) explica que a ausência de políticas habitacionais e condições acessíveis para a população de baixa renda resultam em ocupações urbanas como alternativa de acesso ao solo urbano. Todavia, os interesses de certos grupos acabam provocando “constantes tentativas de remoções baseadas na ideia do direito à propriedade em detrimento da função social da propriedade” (MOTTA, 2011, p. 10). Portanto, as reivindicações pelos movimentos sociais não se restringem somente ao direito de ter uma moradia, mas também em ter uma vida digna na cidade.

AS OCUPAÇÕES URBANAS

Postos o solo urbano e a moradia como mercadorias inseridas na lógica da produção capitalista do espaço urbano, infere-se que, assim como toda mercadoria, estas não são acessíveis

⁷ Na obra “O direito à cidade”, Henri Lefebvre, define valor de uso como a cidade, a vida urbana e o tempo urbano. Já o valor de troca, relaciona-se aos espaços comprados e vendidos, ao consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos (LEFEBVRE, 2001, p. 35). Lefebvre defende a tese de que “a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso” (LEFEBVRE, 2001, p.14).

a todos, e neste caso, inacessíveis às famílias de baixa renda. Segundo Andrade (2008), “o intenso processo de urbanização das últimas décadas apresenta-se como responsável direto pela precariedade urbana e irregularidade fundiária”, o qual vem acompanhado de um modelo de desenvolvimento desigual e excludente. A ocupação do território urbano, sem ser acompanhada de uma política habitacional para a população de baixa renda e obedecendo a lógica do mercado imobiliário, não deixou alternativas de moradia para os mais pobres. Na contramão da via do mercado, uma das consequências dessa exclusão é a produção de moradia por meio de autogestão e da autoconstrução realizadas por parte desta população excluída, que constroem suas moradias em terrenos e imóveis abandonados, mesmo que sem a posse formal dos mesmos (CANETTIERI, 2017).

Para além disso, desde o processo de redemocratização e construção de uma nova Constituinte (1988) até os dias atuais, puderam ser analisados avanços no âmbito constitucional, mas que não foram suficientes para dirimir os desvios criados pela necessidade de moradia nas cidades brasileiras. Nesse sentido, a rede de reforma urbana logrou a conquista de marcos legais na direção do direito à cidade como a inclusão, no ano de 2000, do direito à moradia como um direito social fundamental na Constituição Federal do Brasil e a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, referência para a regulação do uso do solo e a implementação de uma política fundiária urbana (FERREIRA, 2012). Mesmo com essa conquista, não se fez presente a sua aplicação de forma correta, isso em virtude da construção estabelecida pelo intenso processo de urbanização que configurou inúmeras complexidades, tanto sociais quanto políticas, como apresentado por Gonçalves, Rothfuss e Morato (2012), os quais afirmam que essa problemática se dá em razão da inequidade da distribuição de políticas públicas, desigualdades, estratificação social e principalmente nos serviços prestados à população.

Desta forma, as ocupações urbanas surgem como uma alternativa para estas famílias que não possuem condições financeiras para adquirir um imóvel ou para arcar com despesas mensais de aluguel, que consomem grande parte de suas rendas. Com os mercados de moradia restritos e segregados e sendo a população incapaz de adquirir a moradia pela via do acesso formal, seja por meio do mercado ou do Estado, o seu acesso é garantido apenas através das ocupações (CANETTIERI, 2017).

Exemplos desta lógica são os processos de ocupação urbana presentes na principal cidade do estado do Amazonas, a cidade de Manaus, que com um crescente déficit habitacional – impulsionado pela presença de seu grande Distrito Industrial –, promoveu a configuração do espaço através do crescimento de muitas ocupações, em via da grande necessidade da população que chegava à capital e também pela não contemplação do Estado em suprimir tamanha demanda.

Tendo como justificativa essa colocação, disponibiliza-se no trecho do discurso da Secretaria de Políticas Fundiárias proferidas durante o Seminário Estadual sobre as Ocupações e Resoluções de Conflitos da Terra Urbana, no dia 07 de junho de 2008:

Temos que fugir daqueles chavões, Manaus é toda irregular por causa das ocupações. As ocupações existem porque o crescimento demográfico da nossa cidade, impulsionado pelo Distrito Industrial que é uma ilha de riquezas de um país de miseráveis atrai gente de todos os lugares e é legítimo dos brasileiros cidadãos buscar (sic) a sua felicidade. É um direito das pessoas nesse país, o direito de ir e vir [...] O povo resolve o problema do seu jeito. Ocupa e depois, que se vire a lei! (BARBOSA; BARTOLI, 2012).

Essas palavras do Secretário de Políticas Fundiárias evidenciam que o Estado busca prover moradia para quem não as possui, mas reconhece que esse processo de ocupação se faz necessário para que as pessoas tenham onde morar, considerando o crescimento demográfico intenso e a consequente expansão urbana que dificultam o acompanhamento efetivo da gestão pública local (BARBOSA; BARTOLI, 2012). Posto isso, é evidente a importância do papel das ocupações urbanas que se constituem diante da luta de sujeitos coletivos, mas que se configuram, em muitos casos, como invasores por perspectivas errôneas, em vez da afirmação de direitos sobre áreas, que não tem função social, e determinam-se como de propriedade privada ou do próprio Estado.

Frequentemente intituladas como “invasões”, as ocupações urbanas são vistas como movimentos ilegais a partir do ponto de vista jurídico – em especial frente ao direito de propriedade. Entretanto, quando observadas diante do Estatuto da Cidade, que prega pela democratização do uso do espaço urbano, alicerçado pela função social da propriedade, estas são consideradas legítimas. Desta forma, as ocupações urbanas surgem como movimento livre de criação de outra cidade, ainda que inseridas em terrenos precários, situações sociopolíticas vulneráveis e até mesmo violentas (NASCIMENTO, 2016).

Esse processo de autogestão, como denominado por Canetti (2017), acaba influenciando na produção do espaço urbano, ao passo que, refletido pelo aspecto da sociedade, do poder público e midiático, prepondera diante daqueles sujeitos que lutam pelo direito à moradia uma imagem estereotipada que os colocam na posição de desordeiros, vagabundos e de não pertencimento ao meio urbano, empregando-os o título de “invasores”. Sendo assim, estes são os itens que surgem ao se tentar compreender o processo de produção das ocupações urbanas, que remetem a vários pontos de vista e posicionam certos aspectos que denigrem os sujeitos envolvidos nos processos de construção do espaço.

ESTUDO DE CASO: A OCUPAÇÃO VISTA ALEGRE DO JUÁ

Caracterização do Município de Santarém (PA)

O município de Santarém, pertencente à região oeste do Pará, de acordo com dados do IBGE do ano de 2016, possui uma estimativa de 294.447 habitantes. Seu território é composto por uma área de 22.887 km², que corresponde à 1.83% do território paraense, é considerada uma cidade média. Sua área urbana, que passa por contínua expansão, é orientada através de quatro vetores rodoviários: a Avenida Fernando Guilhaon (Santarém-Aeroporto) que dá acesso ao aeroporto do município; a PA-457 (Rodovia Everaldo Martins), em direção à Alter do Chão; a BR-163 (Rodovia Santarém-Cuiabá), e a PA-370 (Rodovia Curuá-Una) (SANTARÉM, 2010).

É possível notar que esta expansão ocorre sem planejamento, percebida a partir de ocupações e construção de habitações precárias em áreas de risco ou de preservação permanente, problemas estes que dão origem aos atuais conflitos fundiários no município. O seu crescimento é oriundo tanto do êxodo rural, como também por população migrante que vem atraída por vagas de trabalho em projetos madeireiros, de mineração e principalmente de cultivo de grãos, que acabam expulsando as famílias de baixa renda da zona rural do planalto, no intuito de ampliar a atuação industrial e agrícola (SANTARÉM, 2010) e, sem opções, estas ocupam as periferias da cidade, marcadas pela precariedade das moradias e infraestrutura urbana.

Os dados mais atuais disponíveis apontam que o déficit habitacional do município correspondia a um número de 28.808 famílias no ano de 2010, de acordo com a Plano de Habitação de Interesse Social do município. Mesmo com a entrega de 3.081 unidades habitacionais direcionadas à população de baixa renda, através do Programa Minha Casa, Minha Vida, no ano de 2016, o número de habitantes sem casa própria em Santarém ainda é expressivo.

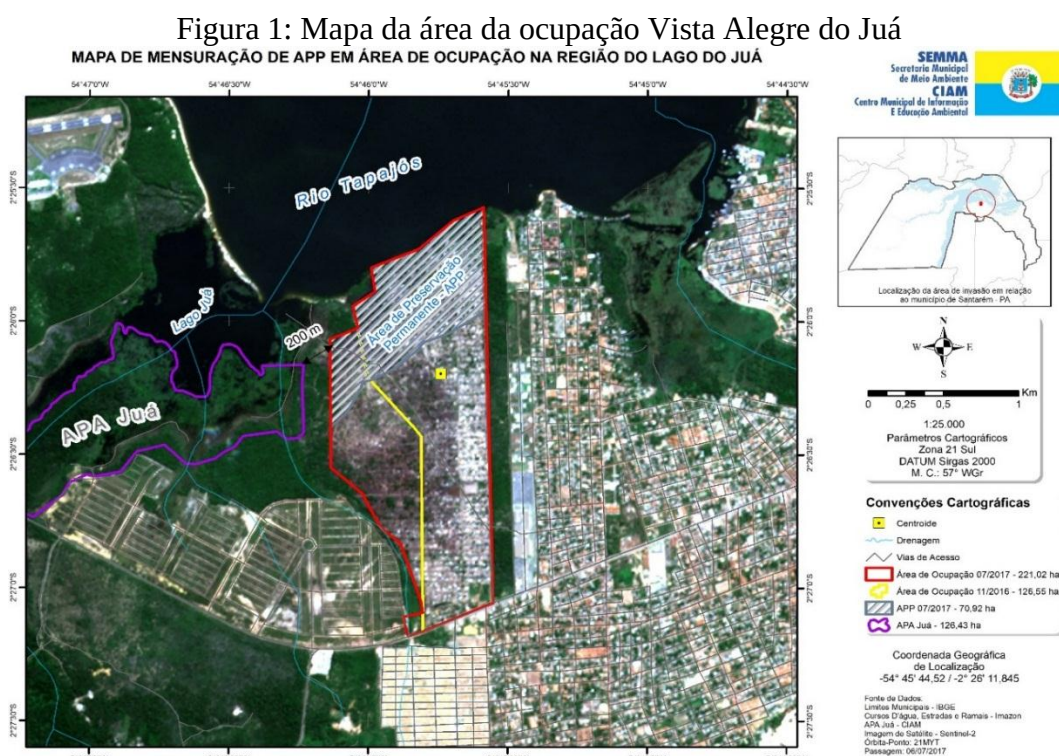
A Av. Fernando Guilhaon, citada como uma das principais vias de deslocamento do município possui 15 km de extensão, nos quais estão orientados 10 (dez) bairros, sendo estes originários de ocupações espontâneas e, por esse mesmo motivo, a maioria não está regularizada (MENDES; OLIVEIRA, 2010). Portanto, a ocupação Vista Alegre do Juá segue uma dinâmica similar na mesma avenida, na tentativa de consolidar-se em mais um bairro.

HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO VISTA ALEGRE DO JUÁ

No ano de 2009, diversas famílias da cidade de Santarém, sem moradia adequada, resolveram ocupar um espaço de terra margeado pelo rio Tapajós, que faz confrontação com o Residencial Salvação, com as laterais do Rio Tapajós Shopping, laterais de área pertencente à

empresa Buriti Empreendimentos e Construções Ltda⁸; e fundos da praia do Juá, conforme é possível notar na figura 01, logo abaixo. A motivação da escolha do espaço, segundo a liderança da ocupação – Margarete Teixeira, foi estabelecida em razão desta não estar cumprindo a sua função social e, além do mais, por estar servindo como local de despejo de resíduos sólidos, esconderijo para malfeitores, sendo um local de grande depressão e de risco à população. Assim, esses sujeitos, desfavorecidos pela ausência de uma habitação adequada e por políticas sociais, viram a oportunidade de contrapor essa realidade e decidiram ocupar a área vislumbrando o reconhecimento futuro do Poder Público.

Conforme ilustrado no mapa (figura 01), a área referente à ocupação (delineada de vermelho) possui uma extensão de 221,02 hectares de terra, adentrando, inclusive, à Área de Preservação Permanente da APA do Juá (delineado de roxo). Motivo este que enseja ainda mais os conflitos entre os ocupantes e o poder público municipal. Além, da já travada disputa com a empresa Buriti Ltda. – cujo loteamento encontra-se demarcado no mapa, entre a APA do Juá e a área da ocupação –, que clama ser a titular da terra ocupada.



Fonte: Centro Municipal de Informação e Educação Ambiental (CIAM).

⁸ Empresa que já sofreu penalidades pelo Ministério Público e IBAMA por causar danos ambientais em área próxima à ocupação Vista Alegre do Juá. Fontes: <<https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/sisa-e-multada-pelo-ibama-em-r-260-mil-por-descumprimento-de-embargo-de-loteamento-da-buriti.ghtml>>; <<https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/acao-e-ajuizada-na-justica-federal-para-cancelamento-de-licencas-do-projeto-buriti-em-santarem.ghtml>>; e <<http://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2015/11/empresa-envolvida-no-projeto-buriti-e-condenada-por-crime-ambiental.html>>

A primeira fase da ocupação perdurou até 06 de março de 2010, quando o Poder Judiciário do Estado do Pará concedeu decisão judicial determinando a reintegração de posse do referido local. Essa fase teve como momento marcante a prisão da principal liderança do movimento de ocupação, Margarete Teixeira. Esse fato possibilitou uma análise e reflexão dos organizadores do movimento de ocupação, culminando na retomada (segunda fase) da ocupação na mesma área exposta acima, em 20 de junho de 2011.

No entanto, o retorno e avanço do movimento apresentaram outras estratégias para consolidação da ocupação. A novidade era que agora o grupo, mais organizado, criou a associação dos moradores da área e também promoveu a criação e consolidação do Movimento dos Trabalhadores em Luta por Moradia (MTLM), em 15 de julho de 2011, que possibilitou a visita a outras ocupações existentes na cidade e também a criação de núcleos em bairros, para entender a necessidade real sobre as questões de habitação existentes no município, unificando a luta pelo direito à moradia em Santarém.

Com acesso a informações do campo habitacional, o grupo que lidera o movimento, por meio de uma pesquisa socioeconômica nas áreas retratadas no parágrafo anterior, descobriu que a cidade tinha um déficit habitacional de 28.808 famílias e, portanto, o projeto do Programa Minha Casa, Minha Vida não iria resolver a problemática de habitação, pois seriam disponibilizadas apenas 3.081 moradias na entrega do primeiro residencial. Desta forma, o movimento vem trabalhando em um planejamento que possibilite a consolidação da ocupação, que é reconhecida pelos seus moradores como Bairro Vista Alegre do Juá.

Ocorre que, no dia 27 de setembro de 2011, o MTLM sofre sua segunda reintegração de posse, de forma mais violenta que a primeira, deixando os membros do movimento com medo de darem continuidade à ocupação, obrigando-os a estabelecerem um hiato de tempo maior. Apesar disso, esses fatores não configuraram uma questão de impedimento para que esses sujeitos voltassem a lutar por seu direito à moradia, corroborando para a necessidade de se pensar em um modelo organizativo de planejamento mais eficaz pelos integrantes do MTLM, para finalmente tentar uma nova fase de ocupação.

Em virtude desses acontecimentos de luta por moradia, foi possível evidenciar a passagem por um processo de fortalecimento das atuações políticas e sociais, sendo proposto por um estágio de maturação e aperfeiçoamento no campo político, onde os atores envolvidos em questão apresentam-se, inicialmente, de uma forma organizativa de relativa espontaneidade para uma forma organizativa mais consolidada de movimento social e também de planejamento na construção do espaço, levando, assim, a um contexto ideal de retorno a área, novamente, no ano de 2014, onde persistem residindo até hoje.

Atualmente, aspirando à consolidação da ocupação, o movimento apresenta algumas estratégias, nas quais incluem-se a criação da associação dos moradores da área e também a articulação do Movimento dos Trabalhadores em Luta por Moradia (MTLM) em que permitem, através desse processo de organização, a formulação de políticas de controle para a ocupação e de seus moradores. Dessa maneira, os indivíduos que necessitam de uma moradia devem preencher uma ficha cadastral para o registro formal e, assim, dispor de um lote para a construção de sua habitação.

No momento atual, com mais de três anos ininterruptos de ocupação, a área denominada Vista Alegre do Juá conta com aproximadamente três mil famílias, apesar de ter apenas 986 lotes, de dez metros de frente por trinta metros de fundo (10x30) cada. Mas isso é possível pelo fato de, em um lote, morar de duas a quatro famílias. A primeira área ocupada tem 200 metros de frente por 2.500 metros de fundos, espaço esse que contempla áreas comunitárias para construção de escolas, unidade básica de saúde, ambiente de lazer, além de um bosque que deverá receber o nome de Bosque do Juá, localizado próximo à praia de mesmo nome. A ocupação do Juá expandiu sua área em mais duzentos metros de frente, para atender o aumento do número de ocupantes, encontrando-se atualmente com uma área de 400 metros de frente por 2.500 metros de fundo. A referida expansão se espraia em direção ao empreendimento particular da Buriti Ltda., com a qual vem travando constantes conflitos.

A ATUAÇÃO DO MTLM E A OCUPAÇÃO VISTA ALEGRE DO JUÁ

Caracterizado o município de Santarém, delineado como ocorrera sua expansão urbana nas últimas décadas, na perspectiva do espraçamento da cidade a partir de quatro vetores/estradas (três estaduais e uma federal), bem como tendo sido descrito o histórico da ocupação Vista Alegre do Juá, onde há oito anos famílias tentam consolidar os direitos à moradia e à cidade neste pretensão bairro, apresenta-se neste item o Movimento dos Trabalhadores em Luta por Moradia como sujeito coletivo que emerge nessa dinâmica de conflito pelo acesso à terra urbana em Santarém. Inicialmente, é salutar trazer à baila as motivações das escolhas da ocupação e do movimento social.

No município de Santarém, são identificadas sete grandes ocupações por parte do poder, por sua Coordenadoria de Habitação e Desenvolvimento Urbano público, e reconhecidas pelos seus moradores como Alto Vigia, Bela Vista, Ipanema, Matinha, Monte das Oliveiras, Rua Palhão, localizada nas laterais do Hospital Regional, e em específico a ocupação Vista Alegre do Juá indicada, na atualidade, como a mais extensa territorialmente. Sua dinâmica é imbuída de diversos conflitos, pois a mesma está localizada, parcialmente, em uma área de preservação ambiental e de

alto interesse econômico para o setor imobiliário. Nesse sentido, como toda ocupação nada mais é que o duelo de dois direitos, quais sejam, a propriedade e a posse, surge nessas ocasiões um conflito fundiário, protagonizado em regra pelos que clamam serem os proprietários, o Estado (entes federados) e os cidadãos sem moradia própria. Com isso, surge um protagonista na luta por moradia que representa uma coletividade, o Movimento dos Trabalhadores em Luta por Moradia, o qual tem sua gênese no âmbito da ocupação aqui estudada.

Uma das lideranças do MTLM, Margarete Teixeira, conta que a articulação do movimento teve como um dos principais objetivos a desconstrução da imagem pejorativa que grande parte dos Santarenos tinha sobre a ocupação, atribuindo aos ocupantes o adjetivo de invasores. Logo, percebeu-se a necessidade de se unir a outros movimentos e instituições da cidade, de forma a reverter o preconceito sobre a ocupação. Dona Margarete ainda ressalta que desde que a relação do movimento com universitários da cidade foi estreitada, a imagem da ocupação melhorou muito.

A ocupação vem de 18 de setembro de 2010, e nós começamos no início de ocupar diante de muitas discriminações, nós tínhamos um problema muito sério, no caso “invasores”, então, a imagem que a sociedade tinha é que era um bando de invasores, vagabundos, enfim, os nomes eram muito pesados pra quem vem uma expansão, por que ao meu entender, uma ocupação com a cidade desenvolve através de ocupações, todas as que aconteceram anteriores, só que o nome sempre era invasão, então a ocupação surgiu diante de homens e mulheres que sofreram muito essa discriminação, sendo presos inclusive, que foi quando nós nos organizamos entre outros movimentos sociais para que pudéssemos discutir um meio de retirar essa imagem [...] Nós passamos a nos organizar, juntado, assim, o próprio estatuto fala sobre “nós precisamos estar com outros movimentos para que possamos crescer”, então foi quando nós junto com outros movimentos sociais, como professores, estudantes, a UFOPA, Movimento Tapajós Vivo, todos esses movimentos passaram a se organizar junto conosco para planejar a forma como nós poderíamos tirar essa imagem de invasores e passarmos a nos organizar pelos ocupantes. Nós vamos para 8 anos (MARGARETE TEIXEIRA, 2017).

Desde então, o movimento é financiado por meio da realização de promoções, como feijoadas e outros eventos e da contribuição no valor de R\$ 10,00 (dez reais) dos seus sócios, os próprios moradores da ocupação Vista Alegre do Juá. A construção do espaço físico da associação de moradores da comunidade, logo na entrada da ocupação, é feita com o auxílio da mão de obra dos próprios ocupantes.

A principal bandeira do MTLM é o acesso ao direito à moradia, embora essa não seja a pauta exclusiva de luta do movimento que também torna pública a discussão da questão ambiental. Prova disso, é que a associação de moradores do Vista Alegre do Juá detém assento no Conselho da APA do Juá, e durante o planejamento da ocupação, foram destinados 250 metros em direção ao rio Tapajós e 500 metros em direção ao Lago Juá para a criação de um bosque denominado Bosque do Juá. Hoje essa área encontra-se ocupada por moradores, contrariando decisão coletiva da associação dos moradores e do MTLM.

Nossa bandeira é a moradia e a ambiental. Eu acredito que um dos maiores objetivos nossos é que os governantes nossos possam melhorar a qualidade de vida de cada família, uma família que não tem estrutura como moradia ela vive numa desestrutura muito sacrificada, então acredito que nosso maior objetivo é a moradia. Dentro do nosso trabalho nós procuramos ter muitas reuniões educativas, palestras, pra que essas pessoas não tenham que só pegar um terreno e morar, eu tenho que ter cuidado com o ambiental, com a minha saúde, a qualidade de vida você tem quer morar e zelar onde você mora, nosso objetivo é moradia digna a toda família que não teve realmente oportunidade (MARGARETE TEIXEIRA, 2017).

Devido à própria formação do MTLM, segundo Margarete, esse sujeito coletivo possui uma boa relação com outros movimentos sociais da cidade, com os quais são realizadas parcerias para a realização de seminários, por exemplo. Dentre essas instituições e coletivos, destacam-se a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), e o Movimento Tapajós Vivo (MTV).

Cumpra entender ainda como a ocupação é vista no campo institucional, no caso, o Judiciário. De acordo com Margarete Teixeira, integrante e líder do MTLM, o poder Judiciário não contribui com o movimento ou com a ocupação, afirmação a qual embasa mediante as duas decisões judiciais em ações de reintegração de posse⁹ desfavoráveis aos ocupantes, uma em 2014 e outra em 2015, bem como com a prisão da principal liderança do MTLM. Esses fatos demonstram como o poder judiciário tem preferência ao instituto jurídico da propriedade privada em detrimento da posse, deixando em segundo plano a efetividade da função social da propriedade, instrumento este fundamental para efetivação do direito à moradia.

Dona Margarete ressalta que, atualmente, a maior preocupação do MTLM não é mais uma possível reintegração de posse, mas sim conquistar melhorias na condição de vida das famílias ocupantes. Ela denuncia que as principais dificuldades encontradas pelos moradores é ainda a ausência de transporte público e energia elétrica, sendo que este bem fundamental é acessado hoje por meio de ligações clandestinas, os chamados “gatos”, tendo em vista que não há outra alternativa para as famílias. Importante destacar ainda que o MTLM não atua por meio das redes sociais em que pese à atuação de outros coletivos brasileiros sobre a mesma questão. As informações sobre a ocupação só chegam às redes sociais quando os ocupantes concedem entrevistas para pessoas estranhas à comunidade.

A consolidação do direito à moradia na via institucional tende a ser um caminho doloroso e de muita luta, com probabilidade de ser inviável, visto que o poder judiciário dá atenção ao instrumento conservador (propriedade privada). Outro fator complicador da consolidação dos direitos citados são os altos custos com advogados e despesas judiciais. O MTLM tenta ultrapassar

⁹ Processo nº 0004202-12.2014.8.14.0051 – Ação de reintegração de posse manejada no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará.

os obstáculos citados com a colaboração de advogados populares, que voluntariamente atuam nas causas que dizem respeito à ocupação do Juá. Além destes, o movimento conta com a ajuda, ainda segundo Margarete Teixeira, de políticos que apoiam a causa, os quais mediam o conflito frente à câmara municipal de Santarém e ao poder executivo do Estado do Pará. Para além da ajuda voluntária, o movimento mantém suas atividades e atuação com recursos obtidos através da realização de promoções na ocupação, bem como a partir de apoio recebido de outros atores, como movimentos sociais.

Apesar de todos os colaboradores mencionados no parágrafo anterior, dois atores sociais não foram listados: a Federação das Associações de Moradores e Organizações Comunitárias de Santarém (FAMCOS) e União de Entidades Comunitárias de Santarém (UNECOS). Segundo a entrevistada, estas entidades, apesar de terem como campo de atuação o direito à cidade, pois representam as associações de bairros de Santarém, não buscam contribuir com a reivindicação da ocupação quanto ao uso do solo.

A ocupação Vista Alegre do Juá agrega hoje aproximadamente três mil famílias, as quais se encontram numa área de disputa pelo capital imobiliário e por isso enfrentam dificuldades em consolidar o direito à moradia e minimizar os conflitos fundiários naquela área. Diante de todo o cenário exposto, o MTLM enfrenta seus principais opositores que, de acordo com Margarete, são a empresa Buriti Ltda. e família Corrêa, sensibilizando a sociedade quanto à necessidade de discutir o direito à cidade e à moradia e contando com a ajuda de outros movimentos e atores sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentado um dos principais conflitos urbanos de Santarém, conclui-se que estes são reflexos da nossa estrutura fundiária, extremamente desigual, onde o direito à propriedade privada, inserido no nosso ordenamento jurídico em 1850 por meio da Lei de Terras, prevalece sobre a posse. Garantir a segurança jurídica daqueles que usam o solo para fins de moradia e de subsistência é fundamental para a efetivação do princípio constitucional da função social da propriedade, bem como evitar que a terra urbana seja destinada a fins meramente especulativos.

Verifica-se ainda que as políticas públicas fundiárias e de habitação do município precisam dar respostas a estes conflitos, pois, uma parcela significativa de sua população está buscando exercer o direito à moradia, este que se encontra entre os principais direitos sociais na Constituição Federal de 1988. Essas políticas públicas são, portanto, insuficientes. Resta claro, diante do presente estudo de caso, que a cidade é um espaço em disputa, como já afirmara Santos Júnior (2011), visto que a área do pretense bairro Vista Alegre do Juá é pleiteada basicamente por três

atores sociais, quais sejam: Buriti Ltda. – a qual pretende dar destinação do espaço para fins imobiliários; Poder Público Municipal – querendo destinar a área para proteção ambiental; e três mil famílias, representadas pela Associação dos Moradores do Vista Alegre do Juá e MTLM, que reivindicam o direito à moradia, podendo ser concretizado a partir da efetividade da função social da propriedade.

Nesse contexto de disputa surgem novos sujeitos coletivos com a possibilidade de articulação das lutas por acesso aos direitos ligados à vida urbana. No contexto da Amazônia, onde o processo de urbanização se intensificou nas últimas décadas – embora tardio em relação a outras regiões no país –, esses sujeitos possuem peculiaridades em relação a outros coletivos que atuam em grandes metrópoles brasileiras, como verificado no estudo de caso sobre a atuação do MTLM na ocupação Vista Alegre do Juá. Verifica-se, nessa perspectiva, a importância da pauta ambiental para esse movimento, uma vez que a terra na Amazônia é ainda fonte de subsistência, assim como os rios, sendo a preservação dos recursos naturais imprescindível para a sobrevivência dessas famílias. Outra peculiaridade é a relação com as redes sociais, que são imprescindíveis para alguns coletivos, em especial, aqueles emergentes de junho de 2013.

Nesse espaço, buscamos apresentar o MTLM abrindo mão de uma análise exaustiva sobre a atuação desse sujeito coletivo tendo em vista que se trata de estudo inicial sobre a ocupação Vista Alegre do Juá. Considerações mais conclusivas demandam trabalho de fôlego, que serão apresentadas futuramente com o avançar de nossa pesquisa.

ENTREVISTADA

TEIXEIRA, Margarete. **Movimento dos Trabalhadores em luta por moradia** [jul.2017]. Entrevistadores: os autores. Santarém, 2017.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Tatiana da Rocha; BARTOLI, Estevan. Ordem na Desordem: o planejamento popular nas áreas urbanas de Manaus. *In: 9º Seminário Internacional de Arquitetura e Urbanismo: BRICS e a habitação coletiva sustentável*. São Paulo, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CANETTI, Thiago. O debate sobre as ocupações urbanas revisitado: entre o vício (da virtude) e a virtude (do vício), a contradição. **Revista E-metropolis**, nº 29. Junho de 2017.

FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia de Moraes. A construção do direito urbanístico brasileiro: desafios, histórias, disputas e atores. *In: Coletânea de legislação urbanística: normas internacionais, constitucionais e legislação ordinária*. Belo Horizonte: Fórum, p. 16, 2010.

FERREIRA, Regina. Movimentos de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil: do acesso à moradia ao direito à cidade. *In: 2º Fórum de Sociologia “Justiça Social e Democratização”*. Buenos Aires: 2012.

GONÇALVES, Natália Martins; ROTHFUSS, Rainer; MORATO, Randy Souza. A organização e a ocupação do espaço urbano nas cidades do século XXI: impactos das políticas públicas do Brasil dos anos 90 no direito de ir e vir no ambiente local. *Amicus Curiae*, V.9, N.9 (2012), 2012.

IBGE. **Estimativa da população em 2016 de Santarém-PA**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=150680&idtema=130&search=para%7Csantarem%7C->> Acesso em: 08.ago.2017.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. O Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano. *In: Políticas Sociais: acompanhamento e análise*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2006. p. 211-220.

MENDES, Luiz Augusto Soares; OLIVEIRA, Gentil Marília Janete. Expansão Urbana e Produção de Periferias em Santarém-PA: um estudo do entorno da Avenida Fernando Guilhon. *In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos*, 2010, Porto Alegre. **Anais** do XVI Encontro Nacional de Geógrafos, 2010.

MOTTA, Luana Dias. A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade. *In: Mapa dos conflitos ambientais de Minas Gerais*, 2011.

NASCIMENTO, Denise Morado. As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade. **Cadernos Metrôpole**, v. 18, n. 35, p. 145-164, 2016.

OSORIO, Letícia Marques. O direito à moradia como direito humano. *In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coords.). Direito à moradia adequada: o que é, para quem serve, como defender e efetivar*. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 39-68.

RODRIGUES, Evaniza; BARBOSA, Benedito Roberto. Movimentos populares e o Estatuto da Cidade. *In: CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia (Orgs.). O Estatuto da Cidade: comentado*. - São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. p. 23-34.

SANTARÉM. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social**. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, 2010.

_____. **Mapa da área da ocupação Vista Alegre do Juá**. Centro Municipal de Informação e Educação Ambiental (CIAM), 2017.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. A Produção Capitalista do Espaço, os Conflitos Urbanos e o Direito à Cidade. *In: JUNIOR, Orlando Alves dos Santos; CHRISTOVÃO, Ana Carolina; NOVAES, Patrícia Ramos (Orgs.). Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais*. (Caderno didático). - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles: IPPUR/UFRJ, 2011. p. 67-74.

TERRA DE DIREITOS (caderno). Direitos humanos, mercado e terra: entre a vida digna, o lucro e as responsabilidades. *In: Empresas e violações de direitos humanos: esse lucro não é direito*. Junho/2015. 8 p.

ASPECTOS MERCADOLÓGICOS DO ÓLEO DE ANDIROBA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM, PARÁ

Amanda Alves Coelho¹

João Ricardo Vasconcellos Gam²

Renato Bezerra da Silva Ribeiro³

Francisco de Assis Oliveira⁴

RESUMO: Objetivou-se conhecer e caracterizar a cadeia de comercialização do óleo de andiroba vendido nos estabelecimentos comerciais, feiras e por vendedores informais na área urbana do município de Santarém, estado do Pará. Foram realizadas entrevistas por meio da aplicação de questionários semiestruturados com comerciantes e vendedores informais, que atuam na venda e manipulação de produtos naturais e fitoterápicos na cidade. Ao todo foram realizadas 13 entrevistas em dez pontos de comercialização. Verificou-se que as principais características da cadeia são: informalidade; o fornecimento externo de grandes quantidades do produto, por meio de atravessadores; baixa agregação de valor; e o mercado com abrangência, sobretudo, local.

Palavras - chave: Produto florestal não madeireiro, Óleos vegetais, Comercialização, Amazônia

ABSTRACT: The objective of this study was to identify and characterize the marketing chain of andiroba oil sold in commercial establishments, fairs and by informal sellers in the urban area of the Santarém city, Pará State. Interviews were conducted through the application of semi-structured questionnaires with traders and sellers informal, who act in the sale and manipulation of natural and herbal products in the city. A total of 13 interviews were carried out at ten marketing points. It was verified that the main characteristics of the chain are: informality; the external supply of large quantities of the product by means of interlayers; low value aggregation; and the market, which is mainly local.

Keywords: Non-timber products, Vegetal oil, Vegetal oil commercialization, Amazonia

INTRODUÇÃO

O extrativismo vegetal na Amazônia foi muito importante no passado, tendo como exemplo, o ciclo de extração da borracha que movimentou a economia do país. Atualmente, este setor continua assumindo grande importância socioeconômica, mas com a necessidade de pensar sobre o futuro da atividade, em vista da amplitude de produtos florestais não madeireiros que vêm ganhando valor de mercado ao longo dos anos (HOMMA, 2010).

¹ Engenheira Florestal Mestre. UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará /Lamef - Laboratório de Manejo em Ecossistemas Florestais. Rua Vera Paz, s/n. Salé - 68035-110 - Santarém, PA, Brasil. E-mail: alvescoelhoac@gmail.com

² Professor Doutor. UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará /IBEF - Instituto de Biodiversidade e Florestas / PPGSND - Programa de Pós-graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento. E-mail: jrv gama@gmail.com

³ Professor Mestre. UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará /IBEF - Instituto de Biodiversidade e Florestas. E-mail: renato.ribeiro@ufopa.edu.br.

⁴ Professor Doutor. UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia / ICA - Instituto de Ciências Agrárias / PPGCF - Programa de Pós-graduação em Ciências Florestais. Av Perimetral, 2501, CEP 66077 530 Belém, PA, Brasil. E-mail: fdeassis@gmail.com

Desta forma, é necessário criar maneiras e pensar em alternativas que possam ser adotadas para uma efetiva economia múltipla sustentável, envolvendo os mais variados produtos da floresta e não apenas a madeira. No entanto, é preciso desenvolver pesquisas e tecnologia para que a região se torne referência na produção industrial, com maior agregação de valor aos produtos da biodiversidade amazônica (CASTRO; SILVA, 2007).

Apesar da potencialidade econômica dos produtos não madeireiros, pouco se conhece sobre suas estruturas de produção e de comercialização, estratégias de formação de preço, logística e transporte (IDESP, 2012). Embora as pesquisas tenham avançado sobre este setor, ainda existem poucas informações consolidadas e muitas lacunas de resposta a serem buscadas. Os principais questionamentos abrangem desde técnicas de extração até o mercado, pois, a maioria dos produtos é obtida com baixo nível tecnológico, de forma rudimentar, o que leva à oferta de produtos de baixa qualidade e pouco valor agregado.

Não diferente do que ocorre em diversos estados da região amazônica, nos municípios do oeste paraense, a comercialização de produtos não madeireiros ainda é desorganizada e representa um dos principais gargalos das cadeias produtivas (PEREIRA, 2012a; PEREIRA, 2012b).

Para a viabilidade da extração dos produtos, além de estoque disponível e técnicas adequadas de manejo, deve haver também mercado para garantir que a produção seja absorvida. Nesse sentido, estudos de mercado são necessários principalmente para os extratores que necessitam traçar formas inovadoras para organizar a produção, e assim obter maior retorno econômico com a atividade. Segundo Almeida (2010), a análise de mercado dos produtos não madeireiros é importante para a definição de ações que possibilitem o aproveitamento das oportunidades encontradas e para a identificação das limitações da atividade.

Entre os produtos não madeireiros da biodiversidade amazônica, o óleo da espécie *Carapa guianensis* Aubl. (andiroba), com propriedades muito difundidas na medicina popular como fármaco, cosmético e repelente natural, é citado por Silva *et al.* (2010) como alvo de grande interesse no estado do Pará, por ser um produto ligado à saúde.

Tendo como premissa que os estudos de mercado representam uma ferramenta de planejamento que direciona as ações de manejo de produtos não madeireiros em comunidades rurais, bem como apontam fragilidades e potencialidades a fim de que ações voltadas para este setor sejam pensadas e executadas assertivamente pelos setores públicos e privados envolvidos nesta temática, objetivou-se conhecer e caracterizar a cadeia de comercialização do óleo de andiroba vendido nos estabelecimentos comerciais, feiras e por vendedores informais na área urbana do município de Santarém, estado do Pará.

MATERIAL E MÉTODOS

Área de estudo

A pesquisa concentrou-se no município de Santarém, situado ao norte do Brasil, o qual pertence à mesorregião do Baixo Amazonas, Estado do Pará, com sede municipal apresentando as seguintes coordenadas geográficas: 02° 24' 52" S e 54° 42' 36" W (Figura 1) (SANTARÉM, 2010).

Figura 1: Localização do Município de Santarém, oeste do estado do Pará.



Fonte: COELHO, 2014

O tipo climático, conforme o sistema Koppen, é o Ami, tropical-úmido, com temperatura sempre elevada e média anual de 25,6°C. A umidade relativa apresenta valores acima de 80% em quase todos os meses do ano e a pluviosidade se aproxima dos 2.000 mm anuais. A estação mais chuvosa está concentrada nos meses de dezembro a junho e a menos chuvosa nos meses de julho a novembro (PARÁ, 2011).

Os solos são representados, sobretudo, pelo latossolo amarelo com texturas médias, argilosas e muito argilosas em associações com outros tipos de solo, como os concrecionários lateríticos indiscriminados distróficos, areia quartzosa distrófica e gley pouco húmico distrófico com textura argilosa (PARÁ, 2011).

O principal rio é o Tapajós, que atravessa o município no sentido Sul-Norte, em seu baixo curso e aloca, na sua foz, pela margem direita, a sede municipal. Recebe como principal afluente, pela margem esquerda, o rio Arapiuns, com os seus afluentes. Outro rio importante é o Amazonas, que limita o município. Na porção oriental, destaca-se o rio Curuá-Una, como principal afluente, o rio Mojuí, pela margem esquerda (PARÁ, 2011).

A Floresta equatorial latifoliada e os campos cerrados, localizados nas áreas de terra firme,

fazem parte da cobertura vegetal do município. Nas áreas sob influência de inundação fluvial predominam espécies arbustivas e subarbustivas, além dos campos aluviais (PARÁ, 2011).

Coleta e análise de dados

Foram realizadas entrevistas por meio da aplicação de questionários semiestruturados com comerciantes e vendedores informais, que atuam na venda e manipulação de produtos naturais e fitoterápicos na cidade de Santarém. Ao todo foram realizadas 13 entrevistas em dez pontos de comercialização, sendo estes: quatro feiras (Candilha, Mercado 2000, Cohab, Aeroporto Velho), duas organizações sociais (uma cooperativa e um grupo de manipuladores de plantas medicinais), uma farmácia de manipulação, um estabelecimento comercial e dois vendedores informais. Os questionários abordaram questões referentes à origem do óleo, fornecedores, transporte, destino e entraves que dificultam a comercialização.

Os dados qualitativos foram processados de modo dissertativo, os dados quantitativos foram organizados em tabelas e analisados por meio de estatística descritiva, com o auxílio da planilha eletrônica do Excel 2010.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cadeia de comercialização

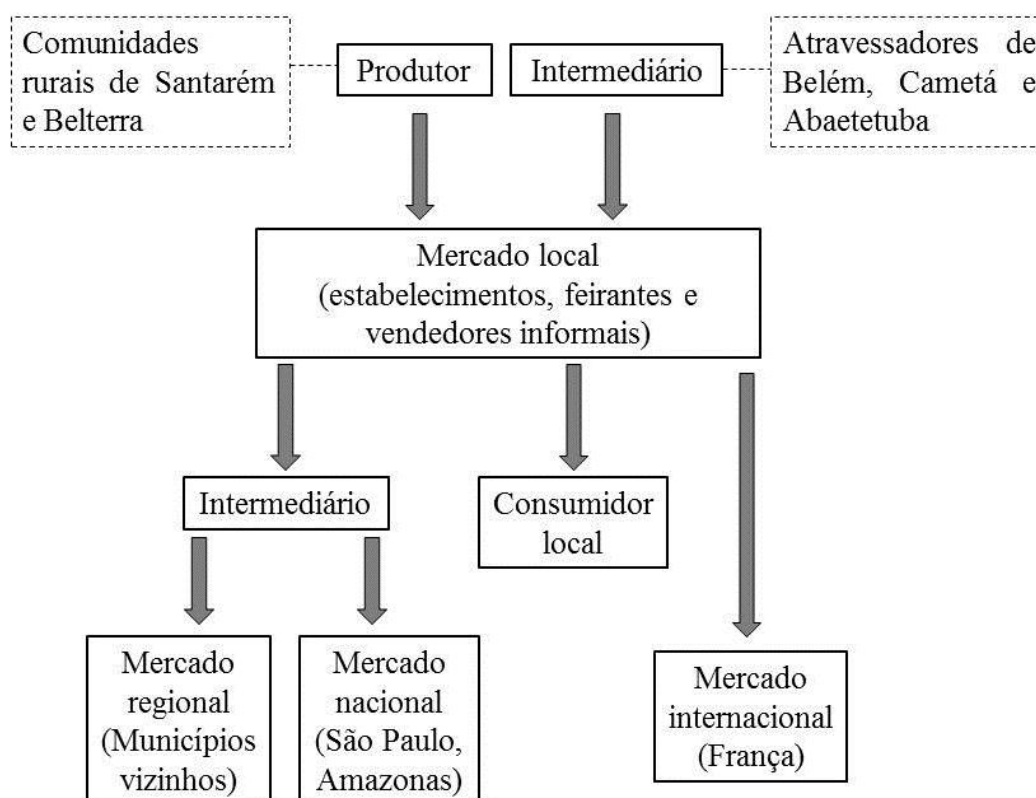
O canal de comercialização ou de distribuição de determinado produto é aquele que faz a conexão entre produtor e consumidor. Isto é, é o meio pelo qual determinado produto é distribuído, chegando ao consumidor final (SANTANA, 2005). Assim, todos os entrevistados assumiram papel de intermediários (atravessadores) na cadeia de comercialização do óleo de andiroba em Santarém, tendo em vista a não constatação de caso de comercialização direta entre produtor e consumidor final. Ou seja, os atravessadores são os principais fornecedores do produto para o consumidor local. Nesse caso, conforme Santana (2005), produtores entregam o óleo a outros agentes da cadeia que atuam como atacadistas e varejistas (intermediários) e que, por sua vez, levam até o consumidor.

Constatou-se, ainda, que os feirantes são os principais canais de chegada do óleo ao consumidor local, corroborando com Lima *et al.* (2011) ao comentarem sobre a importância dos feirantes locais como elos centrais da cadeia produtiva de produtos não madeireiros. Nesse sentido, cabe ressaltar que, o isolamento e a falta de organização social nas comunidades rurais e/ou tradicionais, em especial na Amazônia, facilitam e perpetuam a figura do atravessador, devido à dificuldade em escoar a produção (CONAB, 2016). Além disso, linhas de crédito de fomento ao

mercado de óleo são incipientes, sobretudo para os pequenos produtores, fator este que acentua a ação de atravessadores nos interiores (MENDONÇA; FERRAZ, 2006).

Verificou-se que o mercado é abastecido tanto por produtores/extratores quanto por intermediários, sendo que estes são oriundos de municípios da região nordeste do estado, enquanto que aqueles vêm do município de Belterra e também de comunidades localizadas na área periurbana da cidade de Santarém, na região de rios e no planalto do município (Figura 2).

Figura 2: Canais de comercialização do óleo de andiroba no município de Santarém, Pará.



Fonte: COELHO, 2014

As comunidades da Floresta Nacional do Tapajós (Flona Tapajós), no município de Belterra, são as principais fornecedoras de óleo para o estabelecimento comercial e únicas fornecedoras para a cooperativa. As seguintes comunidades, localizadas na área periurbana de Santarém, região de rios e planalto do município, foram citadas por feirantes e vendedores informais como fornecedoras do produto: comunidade de Cucurunã, Santa Maria do Eixo do Forte, Aritapera, Água Azul e Nova Aliança. Gonçalves (2012) verificou, como principais fornecedoras de produtos não madeireiros, como o óleo de andiroba, para o mercado de Santarém, a Reserva Extrativista Tapajós – Arapiuns, a Floresta Nacional do Tapajós (Flona Tapajós) e as comunidades Curuatinga, Vila Amazonas, Parintins, Arapixuna e Flexal.

Com relação ao destino do óleo que chega a Santarém, isto é, para onde vai o óleo após a sua chegada ao mercado santareno, considerou-se: mercado local – o óleo, que é comercializado dentro do próprio município; mercado regional – o óleo, que vai para outros municípios do estado do Pará; mercado nacional – o óleo vendido para outros estados do Brasil; e mercado internacional – o óleo que segue para outros países (Figura 2). Assim, observou-se que a distribuição do óleo de andiroba que chega a Santarém tem abrangência regional, nacional, internacional, e, principalmente, local.

O produto é distribuído da seguinte maneira: parte é comercializada no município (destino local), principalmente por feirantes; em seguida parte desta produção vai para municípios vizinhos (destino regional); outra parte segue para os estados do Amazonas e de São Paulo (destino nacional) e também para o exterior (destino internacional) (Figura 2). Entretanto, apesar de uma cadeia de comercialização abrangente, o mercado consumidor do óleo que chega a Santarém é predominantemente local, tendo como característica a compra frequente e em poucas quantidades (quadro 1).

Quadro 1: Seguimento de atuação dos comerciantes e destino do óleo de andiroba que chega ao município de Santarém, Pará.

Comerciantes	Seguimento de mercado	Destino
Farmácia de manipulação	Varejo	Local
Grupo de manipuladores		
Vendedor informal		
Feirante – Cohab		
Feirante – Aeroporto		
Feirante a – Candilha		
Feirante b – Candilha		
Feirante a – Mercadão 2000	Varejo e Atacado	Local e regional
Feirante b – Mercadão 2000		
Feirante c – Mercadão 2000		
Vendedora informal	Atacado	Local e regional
Cooperativa		Internacional
Estabelecimento comercial		Nacional

Fonte: autores, 2018

O seguimento de mercado predominante é o varejo (quadro 1). Os feirantes do Mercadão 2000 e uma vendedora informal atuam como varejistas e atacadistas, pois vendem o óleo tanto de

forma fracionada, diretamente para o consumidor, quanto em quantidades maiores, para outros comerciantes locais e de municípios vizinhos. Entretanto, a atuação dos feirantes do Mercadão 2000, como atacadistas, ocorre em menor grau, já que a quantidade vendida varia entre dois a quatro litros de óleo por mês.

Lima *et al.* (2011) constataram a importância do mercado de Santarém para o fornecimento de diversos produtos florestais medicinais aos feirantes de municípios vizinhos, por meio da atuação de atravessadores, sendo que a feira do Mercadão 2000 foi identificada como o principal local de obtenção desses produtos, onde são comprados principalmente o óleo de andiroba, copaíba e cascas.

Os vendedores das feiras da Cohab, Candilha, Aeroporto Velho, farmácia de manipulação, o grupo de manipuladores de plantas medicinais e um vendedor informal comercializam somente no varejo, *in natura* e de forma fracionada. No caso da farmácia e do grupo de manipuladores, que adquirem o óleo principalmente para a fabricação de derivados, com finalidades cosméticas e medicinais, a venda *in natura* é pouco ocorrente.

Verificaram-se três casos de comercialização para fora do município. O estabelecimento comercial compra óleo de produtores locais para revender a uma indústria da cidade de São Paulo, um dos maiores centros urbanos do Brasil, e que segundo Imperador e Wadt (2014) adquire cerca de 15% de todos os produtos florestais retirados da Amazônia.

Outro caso é o da cooperativa, representação comercial das comunidades da Flona Tapajós, que atua somente como mediadora na comercialização entre as comunidades produtoras de óleo e empresas internacionais. Até o ano de 2013, a última venda da cooperativa havia sido para a França. O terceiro caso de comercialização para fora do município foi de uma vendedora informal, que adquire o óleo de atravessadores regionais e fornece para municípios vizinhos à Santarém (Oriximiná, Alenquer, Juruti e Óbidos) e para o município de Parintins, no Amazonas.

O óleo de andiroba é insumo para as indústrias cosméticas e farmacêuticas, compondo diversos produtos de higiene pessoal, beleza e ligados à saúde. Assim, o produto tem como destino final, tanto indústrias internas, quanto do exterior, sendo importado para os Estados Unidos e países europeus, como Alemanha, Espanha e França (CONAB, 2016).

Entre os principais mercados exportadores de óleos essenciais para os EUA, o Brasil ocupa o quarto lugar no *ranking*, destacando-se na produção mundial e contribuindo principalmente com o óleo de cítricos (BRITO *et al.*, 2013a), mas sofre de problemas crônicos como falta de manutenção do padrão de qualidade dos óleos, representatividade nacional e baixos investimentos governamentais no setor (BIZZO *et al.*, 2009; SOUZA *et al.*, 2010).

Conforme Bizzo *et al.* (2009), é crescente o interesse do mercado internacional em produtos

obtidos de ativos naturais da Amazônia, porém, para alavancar o mercado de óleos essenciais no país, além de incentivos governamentais, é necessária a formalização de parcerias entre universidades, instituições de pesquisa e setor privado, para o desenvolvimento e aplicação de técnicas modernas de cultivo, seleção e melhoramento de plantas, de modo a se obter produtos com qualidade suficiente e preço justo para disputar no mercado internacional.

Origem do óleo

Os comerciantes têm a qualidade e a origem do produto como principais critérios para a seleção dos fornecedores de óleo (11 citações), priorizando, ainda, pela inexistência de misturas e impurezas. O segundo critério identificado para a escolha de fornecedores foi o preço do produto (6 citações) e, por último, a confiança (2 citações), pelo fato de comprarem sempre do mesmo fornecedor.

Do total de entrevistados 54% informaram receber o óleo de mais de um local e outros 46% compram de uma única localidade. Os fornecedores locais são produtores oriundos de diversas comunidades rurais do próprio município de Santarém e do município de Belterra. Quanto aos fornecedores extra locais, estes são intermediários que vêm de outros municípios e são responsáveis por parte considerável do óleo que chega à cidade, abastecendo as feiras e demais pontos de comercialização.

Verificou-se que o município de Cametá, localizado no nordeste do estado do Pará, é a localidade que mais fornece óleo de andiroba em grandes quantidades para os comerciantes de Santarém, sendo que 46% disseram adquirir de atravessadores desse município, com as justificativas de que o preço é menor se comparado ao preço que os produtores de Santarém pedem pelo produto, as quantidades trazidas são maiores e o fornecimento é regular. Estes fornecedores intermediários adquirem o óleo em poucas quantidades de diversos produtores, acumulando grandes quantidades para revenda. Além de Cametá, o óleo é oriundo dos municípios de Belém e Abaetetuba, via atravessadores, e de Belterra, via produtores (Tabela 2).

Tabela 01: Distribuição percentual da origem do óleo de andiroba que chega ao município de

Santarém-Pará.				
Comerciantes	Fornecedor		Origem do óleo	¹ Fornecedor
	Local	Extra local		
Farmácia de manipulação	90%	10%	Santarém/Cametá/Abaetetuba	Ex/At
Vendedora informal	5%	95%		Ex/At
Feirante a-Mercadão	5%	95%		Ex/At
Feirante-Cohab	90%	10%	Santarém/Cametá	Ex/At
Feirante-Aeroporto	10%	90%		At/Fei
Feirante c-Mercadão	30%	70%		Ex/At
Estabelecimento com.	50%	50%	Belterra/Belém	Ex/At
Vendedor informal	100%	---	Santarém	Ex/Fei
Feirante a-Candilha	100%	---		Ex
Feirante b-Candilha	100%	---		Ex
Grupo de manipuladores	100%	---		Ex/Fei
Cooperativa	100%	---	Belterra	Ex
Feirante b-Mercadão	---	100%	Abaetetuba	At

¹Fornecedor: Ex- extrator, At- atravessador, Fei – feirante

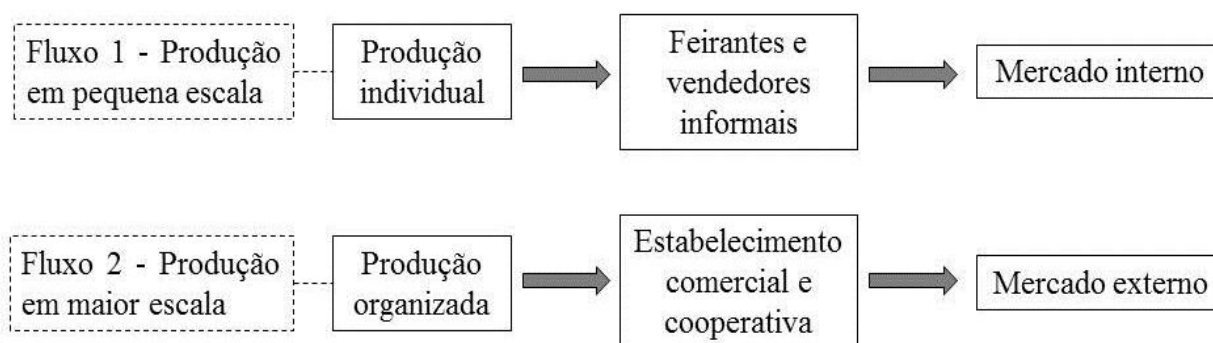
Fonte: autores, 2018

Somente um entrevistado informou não adquirir óleo de produtores locais, os demais adquirem, mas sempre em poucas quantidades (Tabela 2). Comerciantes que demandam grandes quantidades de óleo, afirmaram que só compram de produtores locais em quantidades muito pequenas, com as justificativas de que o preço cobrado é elevado demais, não há fornecimento constante e a produção é insuficiente, raramente trazem 10 litros. Os comerciantes demonstraram, ainda, desconfiança com relação à qualidade do óleo produzido em Santarém. Por isso, quando demandam quantidades maiores do produto (acima de 100 litros), recorrem a atravessadores de outros municípios do estado. Nesse sentido, conforme estudo realizado por Pereira (2012 b), nas cidades da área de influência da Rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163), entre elas Santarém, geralmente a produção de óleo de andiroba destinada à comercialização é muito pequena (até 10 litros) e é vendida para comerciantes em feiras e mercados.

A distribuição do óleo de andiroba que chega ao mercado de Santarém, por meio de fornecedores locais, ocorre através de dois fluxos, tal como verificado por Pereira (2012b) para o óleo que chega aos municípios do oeste paraense. No primeiro fluxo os produtores de diversas comunidades, trabalhando individualmente, extraem pequenas quantidades de óleo e comercializam esta produção no mercado local para feirantes do município. O segundo fluxo é representado pelas comunidades da Flona Tapajós, que de forma mais organizada extraem maiores quantidades e comercializam o produto para o mercado externo, via cooperativa e por meio do

estabelecimento comercial (Figura 3).

Figura 3: Fluxos de distribuição do óleo de andiroba que chega ao município de Santarém por meio de fornecedores locais.



Fonte: COELHO, 2014

Em estudo sobre comercialização e produção de não madeireiros no Cerrado, Afonso e Ângelo (2009), observaram aumento nos preços de determinados produtos, a partir de contratos entre cooperativas produtoras de óleo e indústrias de cosméticos. Nesse sentido, quando fornecedores de matéria-prima (extrativistas) encontram-se organizados, suas associações ou cooperativas atuam na mobilização dos associados e cooperados com o intuito de centralizar, organizar, pré-beneficiar, transportar e comercializar a produção (CONAB, 2016).

Organizados socialmente, produtores aumentam a escala de produção, podendo atingir outros mercados, com melhores preços, aumentando também a expectativa de renda com o manejo de produtos florestais. Verifica-se, assim, a importância da organização social de comunidades rurais para o fortalecimento do processo produtivo e comercialização, a exemplo da situação verificada no segundo fluxo de distribuição do óleo de andiroba, no município de Santarém. Conforme Espada e Sobrinho (2015), parcerias, redes de relações socioprodutivas e cooperação resultam no empoderamento de atores envolvidos, e, consequentemente, em governança ambiental e no desenvolvimento local de base comunitária.

Valores do óleo

Os entrevistados relataram que a maioria dos produtores locais cobra entre R\$ 20,00 e R\$ 30,00 pelo litro do óleo, mas no período da safra, o preço tende a baixar. Acima de R\$ 25,00 litro⁻¹

¹ os comerciantes consideram um valor muito alto e geralmente não compram, pois encontram extrativistas e atravessadores que entregam o produto a um preço mais barato, entre R\$ 10,00 e R\$ 12,00. Verificou-se que os comerciantes garantem maior retorno econômico ao comprarem o

óleo de agentes mercantis extra locais, constituídos por atravessadores de outros municípios, pois, praticamente, pagam duas vezes menos que quando adquirem de produtores locais. Em se tratando da região amazônica, o aumento do preço deve-se principalmente à pequena escala de produção e às dificuldades logísticas, sobretudo no que diz respeito aos altos custos com transporte.

Nas feiras de Santarém, quando eventualmente surgem compradores para um litro de óleo, o produto é vendido em média a R\$ 30,00, valor este que se mantém desde o ano de 2012. Pereira (2012b) verificou que os preços de venda para o óleo de andiroba, nos mercados e feiras regionais do Pará, variaram na faixa de R\$ 15,00litro⁻¹ a R\$ 50,00litro⁻¹. Outro levantamento mais recente realizado pela Conab (2016), em mercados tradicionais de varejo, no Estado do Pará, aponta que o preço do óleo de andiroba está se elevando gradativamente, com valores que variaram entre R\$ 30,00 e R\$ 35,00litro⁻¹, no ano de 2014.

Acondicionamento e qualidade do óleo

O controle de qualidade do óleo é feito pelo cheiro, paladar e a olho nu, observando-se a cor e se contém impurezas. Alguns comerciantes pedem primeiramente uma amostra para verificar seu aspecto, e depois decidem se compram ou não. Outros dão preferência para o óleo mais amargo, pois a probabilidade de estar adulterado é menor.

No mercado de Santarém, de modo geral, o acondicionamento dos produtos florestais não madeireiros é feito de forma empírica, em embalagens que não são adequadas. Muitos são expostos ao ar livre para a venda, ficando suscetíveis à contaminação, como é o caso de cascas e sementes (ALMEIDA *et al.*, 2012). Na maioria dos locais de comercialização visitados, sobretudo nas feiras, o acondicionamento do óleo de andiroba é feito de forma inadequada, em garrafas de vidro e garrafas de plástico, reutilizadas e transparentes, que ficam à exposição direta da luz solar.

Para a comercialização são utilizadas embalagens novas ou recicladas, como garrafas PET, de água mineral e de remédios. A exceção ocorreu para a farmácia de manipulação, que utiliza frascos escuros e novos para embalar o óleo.

Tanto os recipientes usados para o armazenamento quanto aqueles usados para embalar o óleo, vão de encontro com as recomendações feitas por Melo *et al.* (2011), que aconselham o uso de recipientes novos de material plástico de boa qualidade e escuros, para impedir a entrada de luz, uma vez que, segundo Moretto e Fett (1998), a luminosidade é um fator que afeta a qualidade dos óleos, elevando os índices de acidez e peróxido, parâmetros estes que estão relacionados ao estado de conservação e processo de rancificação de óleos, afetando diretamente sua qualidade.

Agregação de valor

Os produtos não madeireiros amazônicos têm como característica marcante o fato de serem obtidos e beneficiados por meio de uma mão de obra pouco qualificada e tecnologia rudimentar, sendo que maior parte do seu valor está embutida nas suas características naturais (conteúdo energético, valor nutritivo, etc.), às quais pouco ou nada é acrescentado em termos de mão de obra e tecnologia (DRUMMOND, 1996). Isto é, as economias extrativas agregam pouco valor aos seus produtos, e quando ocorre agregação, esta fica restrita a poucos agentes, que fracionam e fabricam produtos derivados (LIMA *et al.*, 2011; ALMEIDA, 2010), tal como constatado para o óleo de andiroba no mercado de Santarém.

A agregação de valor ao óleo restringiu-se à sua venda *in natura*, de forma fracionada, com exceção da farmácia de manipulação e do grupo de manipuladores, que fabricam e comercializam produtos medicinais e cosméticos que levam o óleo em sua composição, tais como pomadas, comprimidos, hidratantes, velas, sabonetes, entre outros. Nos demais casos ocorre principalmente a venda em pequenas quantidades (a retalho), sendo que a preferência dos consumidores é pelos frascos menores, principalmente de 30 ml, cujo valor de venda é mais acessível. O óleo e produtos derivados são procurados para tratar os mais diversos problemas de saúde, tais como: dores no corpo em geral, problemas do trato respiratório, processos inflamatórios, entre outros.

Entre as razões mais fortes para o consumo dos produtos naturais amazônicos, como óleos vegetais, estão os elevados preços dos produtos industrializados e a alternativa de preços baixos dos produtos naturais para a população de baixa renda, a eficácia dos produtos e o aumento da ação de grupos, organizações não governamentais ambientais, movimentos religiosos, bem como da mídia, que incentivam o consumo de produtos naturais (MONTEIRO, 2003).

Custos e fatores limitantes à comercialização

Quanto às principais dificuldades na cadeia de comercialização do óleo, as respostas foram diferenciadas, de acordo com as particularidades de cada comerciante. 38% afirmaram não ter dificuldade alguma na comercialização do óleo.

Os estabelecimentos que atuam no ramo da homeopatia e manipulação fizeram referência à ausência de pesquisas científicas sobre as propriedades medicinais e cosméticas do óleo de andiroba, a fim de que os produtos sejam comercializados com mais respaldo, maior margem de segurança e credibilidade. Nesse aspecto, conforme Gonçalves *et al.* (2012) outro entrave para o comércio de produtos medicinais naturais é a falta de certificação de controle de qualidade exigida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), pois a ausência do selo de qualidade restringe a venda dos óleos de andiroba e copaíba, e do mel de abelha por estabelecimentos comerciais do município de Santarém, principalmente farmácias de manipulação e homeopáticas.

Os entrevistados citaram, ainda, que é preciso conhecer as quantidades ideais do óleo a serem utilizadas em cada produto ou composto, melhorando as variadas formas farmacêuticas e, principalmente, indicações terapêuticas para as diversas enfermidades, cujo uso eficaz do óleo só é conhecido empiricamente. Constata-se, assim, a preocupação dos comerciantes com a qualidade de seus produtos e com os consumidores, na medida em que muitas pessoas procuram a homeopatia com um tratamento alternativo para diversos problemas de saúde. Nesse aspecto, ressalta-se que pesquisas têm avançado, com possibilidades de novas descobertas sobre aplicações do óleo, com a inserção da espécie em estudos científicos que atestem e/ou confirmem suas propriedades anti-inflamatórias, anti-microbianas, fotoprotetoras e repelentes, como os já realizados por Miot *et al.* (2004), Ferrari *et al.* (2007), Teixeira *et al.* (2012) e Brito *et al.* (2013b).

A ausência de uma regulamentação adequada sobre o uso de fitoterápicos, bem como os limitados investimentos em ciência e tecnologia capazes de comprovar a eficácia dos medicamentos, à base de produtos naturais restringem a diversificação e oferta desses produtos, bem como a agregação de valor (ENRIQUEZ, 2008). As oportunidades do aproveitamento econômico da biodiversidade, a exemplo das plantas medicinais, precisam estar cientificamente embasadas e não depender apenas da simples coleta extrativa (HOMMA, 2000).

15% fizeram referência ao mercado do óleo como principal dificuldade, com problemas relacionados à baixa demanda de comercialização e aos altos preços cobrados pelos fornecedores. A desconfiança dos consumidores quanto à qualidade do produto foi citada por outros 15% como principal limitante à comercialização do óleo de andiroba. Conforme Gonçalves (2012) problemas como adulteração, má conservação e falta de higiene dificultam a competição desses produtos com os industrializados, como vem ocorrendo na maioria das farmácias de manipulação de Santarém, que utilizam e comercializam óleos vegetais amazônicos e mel de abelha industrializados, oriundos do Estado de São Paulo, por estes terem certificado de controle de qualidade. Corroborando, Bizzo e Rezende (2009) comentam que a importação direta do produtor de óleos essenciais é complicada, uma vez que não há como garantir a qualidade do produto. Por outro lado, as grandes firmas retificam e analisam o óleo antes de vender.

Já, segundo a Coomflona, além da comercialização, as dificuldades vão desde técnicas de processamento, mão de obra insuficiente até a ausência ou limitação dos atos regulatórios e dispositivos legais para o manejo florestal de produtos não madeireiros por comunidades rurais e tradicionais, o que torna a atividade ainda mais difícil e limita a exportação para fora do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cadeia de comercialização do óleo de andiroba, no município de Santarém, tem como principais características: a informalidade; o fornecimento externo de grandes quantidades do produto, por meio de atravessadores; baixa agregação de valor; e o mercado com abrangência, sobretudo, local.

É preciso aprofundar as pesquisas para conhecer as limitações dos produtores locais; verificar outras formas de agregação de valor, além do fracionamento do óleo; e encontrar meios para expandir a comercialização e aumentar a demanda para o mercado externo, tendo em vista que a demanda local é baixa.

O abastecimento do óleo de andiroba é feito principalmente por intermediários, devido à produção insuficiente e inconstante pelos produtores rurais oriundos do município de Santarém. Esse fato remete à preocupação com a base da produção local, nos entraves encontrados por extrativistas e suas organizações sociais para a produção e comercialização do óleo de andiroba.

REFERÊNCIAS

AFONSO, S. R.; ÂNGELO, H. Mercado Dos Produtos Florestais Não-Madeireiros Do Cerrado Brasileiro. **Ciência Florestal**, Santa Maria, v. 19, n. 3, p. 317-328, 2009.

ALMEIDA, L. S. **Produtos florestais não madeireiros em área manejada**: análise de uma comunidade na região de influência da BR 163, Santarém, Estado do Pará, Belém, 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2010.

ALMEIDA, L. S.; GAMA, J. R. V.; FERREIRA, M. S. F.; HOMMA, A. K. O.; MENEZES, J. E. A. Mercado de produtos florestais não madeiros em Santarém, Pará, Brasil. **Revista Científica Juá FOPIES**, v. 1, p. 9-17, 2012.

BRITO, N. B.; SOUZA JUNIOR, J. M.; LEÃO, L. R. S.; BRITO, M. V. H.; RÊGO, A. C. M.; MEDEIROS, A. C. Efeitos do óleo de andiroba (*Carapa guianensis*) na função hepática de ratos submetidos à isquemia e reperfusão normotérmica do fígado. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgões**, v. 40, n. 6, p. 476-479, 2013 b.

BIZZO, H. R.; HOVELL, A. M. C.; REZENDE, C. M. Óleos essenciais no Brasil: aspectos gerais, desenvolvimento e perspectivas. **Química Nova**, v. 32, n. 3, p. 588-594, 2009.

BRITO, A. M. G.; RODRIGUES, S. A.; BRITO, R. G.; XAVIER-FILHO, L. Aromaterapia: da gênese a atualidade. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v.15, n.4, p.789-793, 2013 a.

CASTRO, E. M. R.; SILVA, R. N. M. Setor Madeireiro, dinâmica de atores e política florestal. In: VENTURIERI, A. (Ed.) **Zoneamento Ecológico e Econômico da Área de Influência da BR-163 (Cuiabá-Santarém)**. Belém: Ada/Embrapa, 2007, p. 169-200.

COELHO, A. A. **Estrutura populacional e comercialização do óleo de andiroba (Carapa guianensis Aubl.) em área de assentamento no município de Santarém, Estado do Pará**. 2014. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Universidade Federal Rural da Amazônia,

Belém, 2014.

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). **Proposta de Preços Mínimos**. Brasília: Conab, 2016, 162 p.

DRUMMOND, J. A. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, p. 115-137. 1996.

ENRÍQUEZ, G. E. V. **Estudo de cadeias produtivas da sociobiodiversidade brasileira com potencialidade para acessar o mercado mundial: desafios e oportunidades**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente-MMA/Organização do Tratado de Cooperação Amazônica/ Cooperação Técnica Alemã, 2008, 150 p.

ESPADA, A. L. V.; VASCONCELLOS SOBRINHO, V. Manejo comunitário e governança ambiental para o desenvolvimento local. **Administração Pública e Gestão Social**. v. 7, n. 4, p. 169-177, 2015.

FERRARI, M.; OLIVEIRA, M. S. C.; NAKANO, A. K.; ROCHA-FILHO, P. A. Determinação do fator de proteção solar (FPS) *in vitro* e *in vivo* de emulsões com óleo de andiroba (*Carapa guianensis*). **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v.17, n. 4, p. 626-630, 2007.

GONÇALVES, D. C. M.; GAMA, J.R.V.; OLIVEIRA, F. A.; OLIVEIRA JÚNIOR. R. C.; ARAÚJO, G. C.; ALMEIDA, L. S. Aspectos Mercadológicos dos Produtos não Madeireiros na Economia de Santarém-Pará, Brasil. **Floresta e Ambiente**, v.19, n.1, p. 9-16, 2012.

HOMMA, A. K. O. Amazônia: os limites da opção extrativa. **Ciência Hoje**, v. 27, n. 159, p. 70-73, 2000.

HOMMA, A. K. O. O Crescimento do mercado como mecanismo de desagregação da economia extrativa. In: SILVA, V. A.; ALMEIDA, A. L. S.; ALBUQUERQUE, U. P. (Org.). **Etnobiologia e etnoecologia: Pessoas & natureza na América Latina**. Recife: NUPEEA, 2010, p.89-109.

IDESP. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. **Cadeias de comercialização de produtos florestais não madeireiros na região de integração Baixo Amazonas, Estado do Pará**. Belém: IDESP, 2012, 221p.

IMPERADOR, A. M.; WADT, L. H. O. Certificação de produtos florestais não madeireiros na perspectiva mercadológica de associações extrativistas no estado do Acre. **Holos**, n. 30, v. 1, p. 126-135, 2014.

LIMA, P. G. C.; FERREIRA, M. C.; OLIVEIRA, R. Plantas medicinais em feiras e mercados públicos do Distrito Florestal Sustentável da BR-163, estado do Pará, Brasil. **Acta Botânica Brasilica**. v. 25, n. 2, p. 422-434, 2011.

MELO, M. S.; ALMEIDA, E. C.; DANTAS, J. B. **Boas práticas de manejo e extração de óleo vegetal de andiroba**. Santarém: IBAMA/FFEM/ADF, 2011, 71 p.

MIOT, H. A.; BATISTELLA, R. F.; BATISTA, K. A.; VOLPATO, D. E. C.; AUGUSTO, L. S. T.; MADEIRA, N. G.; HADDAD Jr., V. & MIOT, L. D. B. - Comparative study of the topical effectiveness of the andiroba oil (*Carapa guianensis*) and DEET 50% as repellent for *Aedes* sp. **Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo**, v. 46, n. 5, p. 253-256, 2004.

MORETTO, E.; FETT, R. **Tecnologia de Óleos e Gorduras Vegetais na Indústria de Alimentos**. São Paulo: Livraria Varela, 1998. 150 p.

PARÁ. **Estatística municipal**: Santarém. SEPOF/IDESP, 2011. 53 p.

PEREIRA, V. F. G. **Cadeias produtivas coleta e beneficiamento**: potencial socioeconômico da exploração de produtos florestais não madeireiros em florestas públicas na região de influência da BR163, Oeste do Pará. Santarém: SFB/MMA/EU/FAO, 2012 a. 184 p.

PEREIRA, V. F. G. **Potencial socioeconômico da exploração de produtos florestais não madeireiros em florestas públicas na região de influência da BR163, Oeste do Pará**. Santarém: SFB/MMA/EU/FAO, 2012 b. 87 p.

SANTANA, A. C. **Elementos de economia, agronegócio e desenvolvimento local**. Belém: GTZ, TUD, UFRA, 2005. 197 p.

SANTARÉM. **Informações municipais de Santarém**. Santarém: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, 2010. 44 p.

SILVA, E. N.; SANTANA, A. C.; SILVA, I. M.; OLIVEIRA, C. M. Aspectos socioeconômicos da produção extrativista de óleos de andiroba e de copaíba na floresta nacional do Tapajós, Estado do Pará. **Revista de Ciências Agrárias**, n.53, v.1, p.12-23, 2010.

SOUZA, S. A. M.; MEIRA, M. R.; FIGUEIREDO, L. S.; MARTINS, E. R. Óleos essenciais: aspectos econômicos e sustentáveis. **Enciclopédia Biosfera**, v.6, n.10, p. 1-11, 2010.

TEIXEIRA, R. K. C.; HOUAT, A. P.; COSTA, F. L. S.; SARAIVA-FILHO, J. C. P.; YASOJIMA, E. Y.; BRITO, M. V. H. Efeito do óleo de andiroba na sobrevida de camundongos submetidos à sepse abdominal. **Revista Brasileira de Clínica Médica**, v. 10, n. 5, p. 407-409, 2012.

LIMA, P. G. C.; FERREIRA, M. C.; OLIVEIRA, R. Plantas medicinais em feiras e mercados públicos do Distrito Florestal Sustentável da BR-163, estado do Pará, Brasil. **Acta Botânica Brasílica**. v. 25, n. 2, p. 422-434, 2011.

MONTEIRO, R. **Biodiversidade da Amazônia e mercados locais**. Belém, 2003. 285 f. Tese (Doutorado em Ciências e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

MENDONÇA, A. P.; Ferraz, I. D. K. Procedimentos para exportação do óleo de andiroba no estado do Amazonas. **Fitos**. v. 2, n. 2, p. 42-45, 2006.

CULTURA AFRO-BRASILEIRA: A PRÁTICA DA FOLIA DE SÃO TOMÉ NA COMUNIDADE ARAPUCU EM ÓBIDOS-PA

Leandro de Castro Tavares¹

Oséias de Oliveira²

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a prática da folia de São Tomé no Arapucu como Cultura afro-brasileira, no Município de Óbidos, desde o início de sua prática, em 1947. A pesquisa foi realizada sob os pressupostos teóricos da História Cultural e, metodologicamente, caracteriza-se como de Campo, do tipo História Oral e Documental. O *lócus* da pesquisa foi a comunidade Arapucu, localizada no município de Óbidos, mesorregião amazônica do Oeste do Estado do Pará. Para a composição dos textos, as fontes utilizadas foram: bibliográfica, oral e documental, respectivamente. Os sujeitos foram foliões e moradores da comunidade Arapucu. Desse modo, frisa-se, no decorrer deste estudo, que a folia praticada na comunidade Arapucu é vista como prática cultural afro-brasileira, isso porque todas as folias existentes no município surgiram em áreas remanescentes de quilombos.

Palavras-chave: História. Folia. Cultura. Afro-brasileira.

ABSTRACT: This article aims to analyze the practice of São Tomé folklore in Arapucu as an Afro-Brazilian Culture in the Municipality of Óbidos, since the beginning of its practice in 1947. The research was carried out under the theoretical assumptions of Cultural History and, methodologically, characterizes as Campo, Oral History and Documentary. The research site was the Arapucu community, located in the municipality of Óbidos, in the western Amazon region of the State of Pará. The sources used were bibliographical, oral and documentary, respectively. The subjects were revelers and residents of the Arapucu community. Thus, it is emphasized in the course of this study that the folklore practiced in the Arapucu community is seen as an Afro-Brazilian cultural practice, because all the existing folios in the municipality have appeared in remaining areas of quilombos.

Keywords: History. Folia. Afro-Brazilian. Culture.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como propósito constituir-se em uma ferramenta fundamental para o surgimento de uma consciência construtiva, reflexiva e progressiva, transformando-se, por esse motivo, em um exercício permanente para a sociedade, principalmente a obidense. Partindo dessa análise, as discussões se acercam sobre a folia de São Tomé em Óbidos como pesquisa

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense - UFF (2010) e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS (2012). É Professor do Curso de Licenciatura em Geografia do Campus Binacional de Oiapoque, da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, desde 2013, e aluno do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás - UFG (Doutorado), desde 2016. E-mails: tavaresleo23@gmail.com

² Graduado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1995) e defendeu o doutorado direto em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (2003). Integra o corpo docente do Departamento do curso de Licenciatura em História (UNICENTRO-Irati). Também é Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em História e Regiões da (UNICENTRO). E-mail: prof.oseias@gmail.com

historiográfica, resultante da presença e permanência do negro nesse município.

Diante desse contexto, esse estudo se fez necessário para registrar a prática da cultura afro-brasileira no município supracitado e por demonstrar questões relativas à pesquisa histórica, em que o uso recorrente da fonte recaiu no que se convencionou chamar, aqui, de relatos orais, ou seja, práticas correntes no cotidiano da pesquisa de campo em história oral. Pois de acordo com Alberti (2005, p. 30) “de modo geral, qualquer tema, desde que seja contemporâneo – isto é, desde que ainda vivam aqueles que têm algo a dizer sobre ele –, é passível de ser investigado através da história oral”. E dentro dessa perspectiva “podemos afirmar hoje que os relatos orais são fontes imprescindíveis para a História, assim como qualquer outra, sem grau hierárquico” (MONTYSUMA; KARPINSKI, 2010, p. 14-15).

Na esteira desse raciocínio, procurou-se apresentar análise dos entrevistados, considerando o tempo e espaço em que construíram suas vivências, possibilitando assim uma reflexão sobre as transformações pelas quais passou e tem passado o conceito e discussões sobre cultura afro-brasileira, no entanto, sem esgotar suas possibilidades de abordagem.

E para melhor compreensão das análises descritas nos textos, o artigo se inicia com o intertítulo História e Identidade, visto que, ao se considerar a amplitude desses temas, o objetivo não é atingir uma verdade acerca dos conceitos e muito menos acomodar ao leitor com uma explicação reducionista de algo que é amplo e complexo. Posteriormente, discute-se sobre o negro no Arapucu e o encontro de folias; processo Histórico folia de São Tomé e desafios para Manutenção dessa cultura que celebra a vida e a colheita no Arapucu; cantos e ladainha da folia de São Tomé.

HISTÓRIA E IDENTIDADE

Levando em consideração a História como ciência dos homens que estuda o processo histórico da humanidade, pois a história:

É a ciência "Ciência dos homens", "dos homens, no tempo". A História como ciência, não apenas pelo objeto mais também pelo método próprio que é a observação histórica, ou seja, representar o homem quanto sujeito da sua história. Buscando não mais uma História voltada apenas aos fatos, às datas e aos relatos. Mas uma história que conseguisse compreender as relações sociais que se deram através dos fatos, suas problematizações e seu contexto histórico (BLOCH, 2001, p. 55).

Partindo dessa concepção, interessa aqui procurar identificar os caminhos que levam a determinadas concepções atuais do que sejam cultura e práticas culturais, visto que nesse tópico está relacionado à Folia de São Tomé como prática da cultura afro-brasileira e objeto para a escrita da História. Baseado na ideia de que:

Transforma o espaço do outro num campo de expansão para um sistema de produção. A partir de um corte entre um sujeito e um objeto de operação, entre um querer escrever e um corpo escrito (ou a escrever) fabrica a história ocidental. A escrita da história é o estudo da escrita como prática histórica. A escrita da história remete a uma história "moderna" da escrita (CERTEAU, 1982, p. 5).

Nestas proposições, a discussão acerca de cultura afro-brasileira resultou em uma apropriação mais política do conceito de cultura afro-brasileira. Política aqui está atrelada à ideia de que:

A história é, pois, convidada a reformular seus objetos (recompostos a partir de uma interrogação sobre a própria natureza do político), suas frequências (privilegio concedido ao diálogo travado com a ciência política e a teoria do direito) e, mais fundamentalmente ainda, seu princípio de inteligibilidade, destacado do "paradigma crítico" e redefinido por uma filosofia da consciência (CHARTIER, 1991, p. 175).

Além disso, uma reflexão crítica sobre o conceito de cultura afro-brasileira e suas implicações negativas no cotidiano de muitas populações às vezes excluídas, deu espaço a utilização do termo prática cultural afro-brasileira. Este não tem a intenção de ser um mero substitutivo do termo cultura afro-brasileira, mas sim, atrelado à ideia de identidade que caracteriza o povo da comunidade Arapucu, resignando-se, dessa forma, em se ter um significado puramente social, referindo-se as práticas e as visões culturais da comunidade anteriormente mencionada.

A partir do que se pode ponderar acerca de diversidade, este estudo está voltado, como já mencionado, para discussões no que respeita ao campo da cultura afro-brasileira: crenças, tradições e folias como verdadeiros rituais religiosos dedicados aos seus santos protetores em Óbidos, no estado do Pará. Com a intenção de contar a história, a partir da perspectiva dos vencidos, visto que:

A historiografia atual passou de uma perspectiva quantitativa a uma perspectiva qualitativa, da macro-história à micro-história, das análises estruturais às narrativas, da história da sociedade à história da cultura (GINZBURG, 2007, p. 154-157).

Objetiva-se desta forma uma história que abarque diferentes visões de mundo. A busca por novas perspectivas para a História abriu também um campo, ou seja, “um domínio autônomo que, em dado momento, atinge a independência em uma determinada cultura e produz suas próprias convenções culturais” (BURKE, 2005, p. 76). Isso ampliou a interdisciplinaridade de práticas. O que se confirma quando Bloch afirma que:

A ciência decompõe o real apenas a fim de melhor observá-lo, graças a um jogo de fogos cruzados cujos raios constantemente se combinam e interpenetram. O perigo começa quando cada projetor pretende ver tudo sozinho; quando cada canto do saber é tomado por uma pátria (BLOCH, 2001, p. 131).

O que admite a interdisciplinaridade como uma condição para o melhor entendimento do

fato histórico. O diálogo com outras áreas do conhecimento, como a antropologia, por exemplo, favoreceu a ampliação das áreas da investigação histórica.

A possibilidade de reflexão, a partir dos temas construídos nesse estudo, instiga a buscar uma história com movimento. Uma história que torna possível uma aproximação com o vivido. Quando se pensar em História Cultural, é isso, a aproximação com o vivido. Por essa razão que a metodologia da historiografia cultural dá espaço para diferentes interpretações acerca dos significados da história. Da mesma maneira, trabalha com a ideia de que na história não existe uma verdade única e acabada, mas sim “versões da história que o vê a partir da chave da evolução, do progresso, do desenvolvimento orgânico, do avanço da consciência ou como resultado de um projeto de existência” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 56-57).

Em meio a esse véis, considera-se que a Folia de São Tomé no Arapucu expressa um padrão cultural ou uma identidade cultural, por isso, é o elemento central da cultura na comunidade e é também uma ferramenta simbólica para organizar as relações com o outro, no referido local. Diante disso, a folia possibilita as novas formas de ver, de ler, de escrever e de entrar em contato com o universo cultural histórico e social de Óbidos, no sentido de que a “incorporação sob forma de categorias mentais das classificações da própria organização social, e de outro, como matrizes que constituem o próprio mundo social, na medida em que comandam atos e definem identidades” (CHARTIER, 2002, p.72).

Em se tratando de identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada” (HALL, 2005, p. 38).

Ainda de acordo com Hall, “o sujeito assume identidade diferentes em diferentes momentos. Portanto, a identidade é definida historicamente e não biologicamente” (HALL, 2005, p. 08). Sugere, dessa forma, a utilização do termo identificação, já que se constitui num processo em andamento. Em termos naturais, biológicos e culturais, a comunidade Arapucu busca manter suas características, hábitos e costumes, ou seja, sua “identidade”, com a intenção de evitar a descaracterização de sua cultura.

Dessa forma, pensasse-se então que as identidades, como foram construídas, devem ser vistas dependentes do contexto social e político, pois este exerce papel central na sua consolidação, sendo fortemente marcado por relações de poder (FAGUNDES; SBRAVATI, 2009, p. 65).

A identidade cultural, portanto, pode ser entendida como um processo de incorporação de conhecimentos e da cultura do local onde se vive. As culturas nacionais representam uma das

principais fontes de identidade, sendo a nação uma entidade política e um sistema de representação cultural, pois “cada um de nós experimenta no cotidiano a forte presença de uma representação homogênea que os brasileiros possuem do país e de si mesmos” (CHAUÍ, 2000, p. 7).

Uma suposta identidade nacional foi criada a partir de um mito fundador, ou seja, um vínculo que todos os brasileiros têm com o passado como origem. Da concepção de nação, faz parte o território, a língua, a religião e a raça, que funcionam como elementos unificadores. Conforme Fagundes; Sbravati:

A identidade não pode ser construída sem a diferença, portanto, na ideologia do caráter nacional brasileiro, a nação é formada pela mistura de três raças, índios, negros e brancos. E a sociedade mestiça desconhece o preconceito racial, pois convive de forma harmoniosa e cordial. A imagem positiva de uma unidade fraterna por muito tempo nos silenciou, evidenciando a falta de respeito à diferença e invisibilizando a desigualdade (FAGUNDES; SBRVATI, 2009, p. 65).

No senso comum tem-se uma ideia de que, por se viver num país composto por diferentes etnias, estas coexistem de forma democrática, num sistema de igualdade, de possibilidades. O mito da democracia racial surge para esconder o racismo existente na sociedade.

O NEGRO NO ARAPUCU

Por volta de 1780, teve início o cultivo do cacau e a criação de gado na região do Baixo Amazonas, mais precisamente em Santarém e Óbidos. Grande quantidade de africanos escravizados foi trazida para trabalhar nas fazendas, principalmente nas que se localizavam às margens do Rio Paraná de Baixo. Acredita-se que esses negros escravizados eram originários de uma região da África conhecida como “Congo-angolana, sendo na sua maioria da etnia Bantu” (FUNES, 1999, p. 4). Ao chegarem às fazendas, muitos não suportavam a quantidade de horas de trabalho e começaram então empreenderem fugas e iniciarem lugarejos aos quais denominavam quilombos.

Os quilombos foram formados já nas primeiras décadas da implantação das fazendas. Os registros de fugas foram publicados diversas vezes em jornais, como no *Baixo Amazonas*:

Convém também dizer à autoridade de que de janeiro a maio em que enche o Amazonas, é o tempo que os escravos julgam mais apropriado para fugirem. Neste tempo o trânsito, que é todo fluvial, facilita-lhes poderem navegar por atalhos que conhecem ou por onde são conduzidos, sem o receio de serem agarrados; por este tempo que é o em que se faz a colheita das castanhas (AMAZONAS, 1876; *Apud* FUNES, 1995, p. 4).

Esses primeiros quilombos, no território de Óbidos, foram formados na região conhecida como Igarapé Grande, região essa, onde estão localizadas as seguintes comunidades: Castanhaduba, Apui, Cuece, Silêncio, Matar e São José, outros ainda iam para lugares mais distantes como para a região do Lago Grande, Mondongo, Igarapé Açu dos Lopes e para um

Igarapé que dá acesso ao Lago Grande, em um lugar chamado Muiratubinha, deste último lugar, muitos se deslocaram para a Comunidade Arapucu, provavelmente em virtude de uma maior necessidade de plantação, haja vista, que a comunidade Muiratubinha localiza-se em área de alagado, conhecida também como área de várzea. Esses deslocamentos para a comunidade Arapucu ocorriam por medo da repressão de seus senhores e de autoridades governamentais.

Vale destacar que o contato dos quilombolas com a sociedade não era marcado apenas pela repressão. Os quilombos eram também visitados por religiosos, por naturalistas e por comerciantes. Com a formação das comunidades do interior, principalmente as que atualmente são reconhecidas e algumas já com seus títulos de domínio de comunidades remanescentes, procuraram manter suas originalidades culturais, mas respectivamente suas devoções aos santos, através da dedicação de uma festividade ao Santo padroeiro como enfatiza Arenz (2003) a importância dada a essa festividade, haja vista, ser uma expressão de sua religiosidade e uma forma de agradecimento ao Santo padroeiro ou o Santo Festejado:

[...] A religiosidade do caboclo se manifesta, sobretudo, no culto dos santos, ou mais propriamente no de suas imagens locais, a que se empresta caráter de divindade com poderes de ação imediata, e não apenas representações de intermediários entre uma força superior [...] e a folia do santo, grupo de músicos que coleta esmolas. Além desses empregados, de função vitalícia, anualmente são eleitos juizes-do-mastro e da festividade, que custeiam as várias fazes da festa do santo, os mordomos ou noitários que se realizam as novenas (ARENZ, 2003, p. 146 – 147).

Essa forma de manifestação da fé é realizada até os dias atuais, muito embora, alguns grupos de folias tivesse perdido em grande parte a sua originalidade devido ao grande impacto de outros costumes estarem infiltrando-se nas comunidades por causa de mudanças recorrentes à contemporaneidade, mas isso não impediu a manutenção da expressão cultural das comunidades quilombolas. Um fator preponderante para algumas comunidades não realizarem a festa de seu Santo de devoção, deve-se a não continuação da formação de novos componentes para o grupo de foliões, ou seja, as novas gerações não demonstrarem interesse. Outro motivo é que alguns grupos são muito fechados e estão sob a tutela de uma única família, isso implica no não repasse de conhecimentos acerca dos cantos e ladainhas rezados pelo grupo de foliões, bem como de toda a romaria que envolve a festa do Santo a outras pessoas das próprias comunidades que tenham interesse em aprender. Essas pessoas sentem-se excluídas quando se deparam com essas situações de o grupo se restringir e não aceitar opiniões para melhorar a manutenção da identidade cultural de todo um povo.

HISTORIOGRAFIA DA FOLIA DE SÃO TOMÉ, CULTURA QUE CELEBRA A VIDA E A COLHEITA

Segundo a senhora Rosa Gonçalves Guimarães, a Folia de São Tomé teve seu início em “1947 com a Família dos Gonçalves”, respectivamente com as seguintes pessoas: a Senhora “Úrsula Gonçalves, Gonçalo Gonçalves, Antonio Gonçalves, José Gonçalves, João Gonçalves, Cristovão Gonçalves e Rosalina Gonçalves” (ENTREVISTA, 2017). Essa família começou a fazer uma caminhada com o Santo até o roçado de sua propriedade, isso porque, insetos (gafanhotos) em grande quantidade, estarem atacando suas plantações, principalmente as folhas da maniveira (mandioca), pois a família tinha o conhecimento popular e da Igreja, de ser São Tomé o Santo protetor das lavouras³.

Por motivo dessas infestações, a Senhora Úrsula vendeu um porco no valor de 200 mil réis, com a o dinheiro arrecadado, a mesma pediu para o senhor Lauriano, que vendia porcos na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, e tinha comprado o animal, que comprasse uma imagem de São Tomé, que custou cerca de 30 mil réis. Enquanto não chegava a imagem do referido Santo, a senhora Úrsula, também chamada de Ursulina, deslocou-se até a cidade Óbidos para tomar emprestada uma imagem de São Tomé para que pudesse levar até seu roçado para ali ser cantada uma Ladainha oferecida ao Santo para que o mesmo pudesse com sua intercessão afastar das plantações os insetos e, desse modo, a colheita seria farta bem aproveitada. Esse fato se deu no dia 21 de dezembro de 1947, pois nesse dia sabia-se, na época, que era o dia de São Tomé. A partir desse ano, já com a imagem de São Tomé, de sua propriedade, a família Gonçalves deu continuidade na caminhada nos anos subsequentes.

Com essas pessoas, que eram foliões de São Tomé, já existiam os seguintes instrumentos artesanais: a caixinha, que era tocada pelo senhor José Gonçalves, que foi o primeiro Capitão Folião da Folia de São Tomé, a caixa grande, que era tocada pelo senhor João Gonçalves, reco-reco, que eram tocados pelos senhores Antônio Gonçalves e Cristóvão Gonçalves que também eram os bandeireiros do Santo, sendo como Capitão da Bandeira Branca o senhor Cristóvão, a senhora Rosalina Gonçalves era porta bandeira do Santo, levava nas romarias uma bandeira menor, com o desenho do resplendor do Santo e a senhora Úrsula que conduzia a imagem de São Tomé, era a mantenedora.

O chamado passeio do Santo acontecia sempre no período de 18 a 21 de dezembro. Com o crescimento do movimento, fez-se necessário aumentar os dias de visita do Santo, haja vista que, neste momento já não era mais somente uma família que fazia a visita. Na imagem a seguir é possível fazer uma leitura iconográfica do passeio da Folia de São Tomé (Figura 01):

³ GUIMARÃES, Rosa Gonçalves. *Entrevista concedida a Leandro de Castro Tavares*. Óbidos, 7 de julho de 2017.

Figura 01: Passeio da Folia de São Tomé



Fonte: Arquivo da Folia de São Tomé, 2017

Depois da família dos Gonçalves, a sucessão dos festeiros passou-se para o Senhor José Freitas e a Senhora Rosalina Gonçalves, nesse período, o Capitão Folião era o Senhor Lauro Gonçalves de Freitas. Com esse casal acrescentaram-se mais os seguintes instrumentos: caracaxá e violão, também, nesse período, a caixa grande foi retirada dos instrumentos da folia em virtude de não ter uma pessoa para manuseá-la. Todos esses instrumentos eram distribuídos para um grupo de foliões com cerca de 8 (oito) pessoas, sendo seis homens e duas mulheres, a saber: Lauro Gonçalves de Freitas, José Freitas, Rosa Gonçalves Guimarães, Florianara Rocha, Valdomiro, Pedro Medeira, Zildo Mota e Orlando Alves.

No ano de 1961, os festeiros passaram a ser o casal Antônio Pereira da Silva conhecido como (Cutia) e a Senhora Alice Silva conhecida como (Lili) que ficaram no comando tanto da festa, quanto da Folia, neste momento foi convidado para ser o Capitão Folião o Senhor Francisco Gomes de Sena. A festa passou a ser realizada na propriedade do casal chamada de Igarapezinho, uma colônia situada cerca cinco quilômetros da comunidade Arapucu, o fator distância não prejudicou o brilhantismo da festa, era mais um motivo para as pessoas que se dispunham a ir e só voltarem no dia seguinte, assim que o sol começasse a nascer⁴.

Nesse período em que o senhor Francisco Gomes de Sena era o Capitão Folião, sua filha, Rosa Gonçalves Guimarães, também começou a festejar São Tomé em sua propriedade, no lugar conhecido como Batata, na cabeceira do lago Caipuru, na Colônia São Tomé, no município de Oriximiná, este fato se deu no ano de 1991. Nesse festejo, a romaria foi conduzida pela folia do Santo da comunidade Arapucu, também foi inserido o levantamento e derrubada do mastro de oferendas, práticas essas que ainda perduram, como mostra a figura 02:

⁴ Na primeira etapa desta pesquisa a campo, eu fiz esse trajeto nos dias 6 e 7 de julho de 2017 participando da prática da Folia de São Tomé. Foram 42 minutos de caminhada para chegar até a colônia onde ainda hoje, dá-se início à Folia.

Figura 02: Mastro levantado, Pai João e Mãe Maria que simbolizam essa prática



Fonte: Arquivo da Folia de São Tomé, 2017

Sempre que acontecia e acontece uma romaria, desde os primeiros festeiros, primeiramente era feita a parte religiosa, ficando, em seguida, a parte profana. A primeira é composta da seguinte forma: inicia com a Alvorada às quatro horas da manhã (madrugada), canto das seis horas, a visitação nas roças e nas casas, derruba do mastro de oferendas, canto das 18 horas, agradecimento de mesa, folia de entrada de reza, ladainha, folia de agradecimento de reza e canto da folia de beijada.

A segunda parte, a profana, pode acontecer também no decorrer da parte religiosa, pois em dados momentos, alguém conta uma história, uma piada ou algo engraçado, ou ainda se canta uma música acompanhada com os instrumentos da folia. Essas intervenções também acontecem depois da parte religiosa, logo após o encerramento da reza. Dado por encerrada a reza do Santo, as pessoas eram convidadas a participar de uma festa, tocada ao som de um grupo de músicos chamado de “pau e corda” ou “espanta cão”.

Com o falecimento do Senhor Antônio Pereira da Silva, a Senhora Alice Silva (Lili), ainda realizou por alguns anos a festa do Santo, já com o auxílio de seu filho, o Senhor Etevaldo Viana Barbosa, que assumiu os festejos depois do falecimento de sua mãe, fato ocorrido no dia 16 de fevereiro de 2002.

No dia 28 de maio de 2008, aos seus 96 (noventa e seis) anos de idade, também falece o Senhor Francisco Gomes de Sena, Capitão Folião da Folia de São Tomé. Com o fato ocorrido, a Folia ficou paralisada por um período de dois anos. Depois desse período, em reunião realizada na residência da família Sena, na Comunidade Arapucu, foi decidido que o novo Capitão Folião a assumir seria o Senhor Douglas Sena dos Santos, filho de Antônia Sena dos Santos, primeira filha de Francisco Gomes de Sena, em seu segundo casamento. Nessa perspectiva, caracteriza-se um fator que acompanha a Folia de São Tomé, que é a sucessão familiar dentro das funções mais

relevantes da folia. Sendo Douglas Sena dos Santos o Capitão Folião, inicia-se, então, a quarta geração de Capitães Foliões dentro da Folia de São Tomé.

A formação atual está assim distribuída: *Capitão Folião e Tocador da Caixinha*: Douglas Sena dos Santos. *Porta Bandeira Branca*: Luiz Soares Alves. *Porta Bandeira Vermelha*: Dornélio Sena dos Santos. *Mantenedoras*: Arluce Rocha e Raimunda Sousa. *Tocadores de Reco-recos*: Luiz Soares Alves, Zilma Barroso Alves, Rosa Gonçalves, Maria Diva Rocha. Tocadores de *Caracaxá*: Raimundo Batista Alves e Laurelino Sousa. *Tocadores de Caixa Grande*: Mauro da Silva Sena e Dornélio Sena dos Santos. *Tocadora de Pandeiro*: Antonia Sena dos Santos. *Porta Bandeira do Santo*: Maria Nilzete Barbosa.

Nos dias hodiernos, a comunidade Arapucu procura manter, com muito esforço, esse ícone cultural, que neste estudo está sendo identificado como cultura afro-brasileira, chamado de Folia de São Tomé, fato este que faz com que a religiosidade do povo ainda possa manter-se viva. A Folia de São Tomé está sob a Tutela da família Sena, que todos os anos realiza festejos em honra a São Tomé.

CANTOS E LADAINHA DA FOLIA DE SÃO TOMÉ

Os cantos, também chamados de folias, foram escritos à medida em que a folia do santo cresceu, assim como o movimento da festa. Não existem escritos que comprovem as autorias dessas composições, acredita-se que as mesmas foram criadas pelos primeiros Capitães Foliões. Este mérito não se dá somente à Folia de São Tomé, mas também a outras folias, pois todas as vezes em que ocorria um encontro de duas ou mais folias, além da disputa que havia entre as mesmas, também era o momento no qual se aprendia outros versos e novas toadas de folias.

Apesar dos cantos ou folias terem suas letras e versos prontos, o Capitão Folião, dependendo de sua imaginação, pode criar versos momentâneos, exceto nas seguintes folias: *Alvorada*, *Seis Horas*, *Agradecimento de Mesa*, *Dezoito Horas*, *Entrada de Reza* e *Agradecimento de Reza*. Essas possuem letras e versos específicos e insubstituíveis, devido serem os principais momentos de oração durante a romaria. Importante frisar que, em todos os cantos ou folias, é permitido alterar o nome do Santo ou Santa com o/a qual está sendo feita a romaria.

Todos os cantos ou folias são entoados inicialmente pelo Capitão Folião, ou por alguém que este designa a fazê-lo. Quando na mesma romaria está o Capitão Folião de outra Folia, este só poderá entoar um canto ou folia se obtiver a permissão do Capitão Folião Titular da romaria. A seguir serão descritos pequenos trechos de algumas das folias ou cantos.

Canto de Alvorada: “Alvorada, alvorada. (bis) De manhã, de madrugada. (bis) Acordai quem está dormindo. (bis) Deste sono tão profundo. (bis) Para ouvir cantar alvorada. (bis) Ao

Senhor de todo o mundo. Antes de o galo cantar. (bis) Com uma cruz sobre os ombros. (bis) Que nos fez ajoelhar” (ARQUIVO FOLIA DE SÃO TOMÉ).

Em comunidades do interior é costumeiro as pessoas acordarem de madrugada, por volta de 03h30min ou 04h00min da manhã. Após despertar, o Capitão Folião, “entesa” as cordas da *caixinha* ou caixa de *repique* e a *rufa*, despertando os demais para o novo dia que amanhece. Quando todos estão apostos, é cantado o canto de alvorada.

Canto das 06h00hs (seis horas): “Já lá vai a triste noite. (bis) Já Lá vem o alegre dia. (bis) Meu Senhor dono da casa. (bis) A nós dê vosso bom dia. (bis) Somos filhos de Maria. (bis) Descendentes de Adão. (bis) Glorioso São Tomé. (bis) A nós dê vossa benção. (bis) Já lá vem o sol saindo” (ARQUIVO FOLIA DE SÃO TOMÉ).

Antes do café da manhã, os foliões reúnem-se sempre ao *rufar* da *caixinha* ou *caixa de repique*, todos em oração entoam o canto das 06 horas, desejando ao dono da casa onde o Santo e os foliões pernотaram bom dia e pedindo a benção de Deus e de São Tomé para a caminhada do dia, após terminar o canto, de dois em dois, a começar pelos bandeireiros, ajoelham-se na frente do altar para fazerem suas orações. Essas orações além de serem pessoais, podem ser orientadas pelo Capitão Folião.

Cantos de Visitação: “Nº 1 Entraremos em vossa roça. Pela estrada principal. Aqui está o São Tomé, que vos veio visitar. Refrão: Glórias serão dadas, Jesus, Maria e José. (bis) Cheira cravo e cheira rosa, cheira flor de Alexandria” (ARQUIVO FOLIA DE SÃO TOMÉ).

No total são 14 cantos ou folias e são entoados no momento em que a imagem do Santo chega a uma roça ou residência, fazendo ali um momento de oração conjunta, assim como individual, pois, todos os foliões e também o proprietário da roça ou residência aproximam-se do Santo ou do altar e fazem um gesto de respeito à imagem do Santo, o sinal da cruz, e beijam as fitas amarradas no mesmo. Importante ressaltar que, no momento em que a visitação está sendo feita nas casas, algumas palavras dos cantos e folias são automaticamente substituídas como, por exemplo: a palavra roça é substituída por casa e a palavra estrada é substituída por porta.

Canto de Despedida: “Vamos dar a despedida seja com muita alegria. (bis) Já se vai o São Tomé que está companhia. (bis) Refrão: Adeus, adeus, adeus, minha querida Senhora. (bis). Fiquem v s com Deus, que com Deus nós vamos embora. (bis) Glorioso São Tomé tem os melindrosos” (ARQUIVO FOLIA DE SÃO TOMÉ).

A Mantenedora ou mantenedor agradecem a recepção e pedem licença ao dono da casa para que possam seguir com a visitação, se este conceder,   então entoado o canto ou folia de despedida, caso contrário, s  poderão sair quando o dono da casa permitir. Nesse canto, no momento em que o Capitão Folião entoa o verso que referencia as bandeiras, automaticamente os

bandeireiros as movimentam dando adeus ao dono da casa.

Canto de AIUÊ: “Que dia tão alegre, sendo Ele sem segundo. Refrão: Forma, forma para marchar, iremos de pressa, queremos chegar. (bis) Glorioso São Tomé, que está visitando o mundo. Refrão: Forma, forma para marchar, iremos de pressa, queremos chegar” (ARQUIVO FOLIA SÃO TOMÉ).

Em determinado percurso da procissão, encontra-se com Pai João e Mãe Maria, assim como os seus filhos, são personagens criados que representam a afrodescendência da comunidade. No momento desse encontro, o Capitão Folião para a Folia de Procissão e inicia o canto ou folia do AIUÊ. Os personagens fazem, no decorrer do canto, suas homenagens ao Santo, assim como dançam o AIUÊ, juntamente com todos os foliões e quem mais souber o ritmo da dança.

Às 17:00h, visita-se a última roça ou casa do dia, onde se faz uma pausa até às 18 horas, momento em que é cantado o canto das 18 horas, agradecendo a Deus pelo dia de visita e desejando boa noite ao dono da casa. Após o término do canto, novamente de dois em dois, os foliões aproximam-se do altar para fazerem suas orações.

Canto das 18h00hs: “Já lá vai o alegre dia. (bis) Já Lá vem a triste noite. (bis) Meu Senhor dono da casa. (bis) A nós dê vosso boa noite. (bis) Somos filhos de Maria. [...] (bis) Também é cheio de graça. (bis) Vamos juntos irmãos rezar. (bis) O Pai Nosso e Ave Maria. (bis) Glorioso São Tomé” (ARQUIVO FOLIA DE SÃO TOMÉ).

Todos os foliões são observados durante a romaria de visita, no decorrer do dia, sobre algum desvio de conduta. Este papel de observação destina-se à mantenedora do Santo, que na pausa, no final da tarde comunica ao Capitão Folião o nome do infrator e qual foi a infração cometida e este, no momento em que o infrator se ajoelha na frente do altar, o Capitão Folião lhe dá a sentença, a qual deverá ser paga em forma de oração. Quando a infração é grave, cruzam-se as bandeiras em cima do infrator e ao final de cada oração por ele rezada em voz alta, dão-se três toques na caixa grande ou caixa de resposta como sinal de cumprimento da sentença.

Canto de Agradecimento de Mesa: “Deus ô pague irmão devoto. (bis) Pelo alimento que deu, meu anjo, meu Jesus. Pelo alimento que deu. Para o alimento do corpo. (bis) Ponha sua mesa no céu, meu anjo, meu Jesus. Ponha sua mesa no céu. Viva quem serviu a mesa” (ARQUIVO FOLIA DE SÃO TOMÉ).

É costume, durante a romaria, uma pausa às 11h:00h da manhã. Na casa em que se chega a esse horário, oferta-se, pela família proprietária da mesma, um almoço aos foliões, acontece o mesmo às 17:00h, servindo-se o jantar às 19:00h. O Canto de Agradecimento de mesa é feito cerca de 30 minutos a uma hora depois do almoço ou do jantar, pedindo a benção de Deus e de São Tomé para o alimento e para a família, assim como agradecendo.

Canto de Entrada de Reza: “Abram-se, portas do céu. (bis) Rompam-se, novas cortinas. (bis) Refrão: No jardim, da verde rama. (bis). No primor da linda rosa. (bis) Apareça, o São Tomé. (bis) Assista vossa doutrina. (bis) [...] Refrão: No jardim, da verde rama. (bis). No primor da linda rosa” (ARQUIVO FOLIA DE SÃO TOMÉ).

Antes de iniciar a Ladainha, o dono da casa onde é feita a reza convida os presentes a adentrarem e participar da mesma. Em seguida, e sempre ao rufar da caixinha, é entoado o canto de entrada de reza. No qual contém nas letras de seus versos alguns benefícios adquiridos ao fazerem a reza, assim como o sinal da cruz que nesta folia é cantado.

Ladainha em latim: “Christe Eleison Kyrie Eleison Christe, Audi de nos Christe Exaudi nos Pater de Caelis Deus, missererenobis Filho Redentor num de Deus, missere re nobis Espírito Sante, Deus. Missere re nobis Santa Trinitas son nos Deus, missere re nobis Santa Maria Santa de Engenitriz” (ARQUIVO FOLIA DE SÃO TOMÉ).

É importante dar ênfase que essa escrita da Ladainha não obedece às normas do Latim Clássico, mas está baseada na maneira de ser escrita e cantada, desde os princípios da Festa de São Tomé e dos demais Santos para os quais eram prestados cultos. Ao terminar a Ladainha, o Capitão Folião ou a pessoa que naquela oportunidade estiver cantando a Ladainha, faz o oferecimento da mesma ao Santo para qual foi rezada, assim como para Jesus Cristo e em seguida canta-se o hino do Santo.

Após terminar a Ladainha e ter feito o oferecimento, rezado três Ave-Marias e um Pai-Nosso, é entoado o canto de agradecimento de reza. Este canto, além de agradecer, faz também referência aos anjos que, em sintonia com os devotos aqui na terra, cantam seus louvores no céu.

Canto de Beijada: “Cheguem todos irmãos devotos, cheguem todos a beijar. Glorioso São Tomé, que está posto no altar. Refrão: Beijai irmãos, beijai com alegria, Jesus Cristo é o Rei da glória, Filho da Virgem Maria. (bis) Quem beijar o São Tomé encoste o joelho no chão” (ARQUIVO FOLIA DE SÃO TOMÉ).

O canto de beijada é entoado sequencialmente ao canto de agradecimento de reza. É o momento destinado aos devotos presentes para pedirem ao Santo a benção. Depois de todos os devotos terem pedido a bênção, o Capitão Folião entoa o verso pedindo a benção para os Foliões, os quais se ajoelham, exceto a Mantenedora do Santo. Esta, por sua vez, espera que seja entoado o verso que faz referência a seu nome e então, a mesma direciona-se para o altar e também pede a benção.

Após as descrições acima exposta, é instigante pensar em valorizar as histórias de práticas dos povos afro-brasileiros ou povos tradicionais, como podem ser também chamados, e suas experiências, pois assim, poderá ser um fator determinante para a construção de uma identidade

positiva e indelével.

Mesmo que a Folia de São Tomé, no município de Óbidos, tenha expressões favoráveis em grandes números e apesar de muitas pessoas nas comunidades, em geral, não saberem da grande importância da folia, ainda assim, esse é um fenômeno preocupante no que remete a pensar na continuidade da prática da referida folia, futuramente. Seja pelas sequelas que diretamente infligem aos atores partícipes e testemunhas ou pelo que contribui para rupturas com a ideia da folia como prática cultural, de preservação de uma cultura que pode ser considerada, quem sabe, até como Patrimônio Cultural Imaterial, se levadas em consideração suas práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como foco principal a Folia de São Tomé da comunidade Arapucu. Folia esta que faz uma romaria de visitação nas lavouras (roças) para que sejam abençoadas as plantações e livradas de qualquer tipo de inseto ou animal que possa prejudicar a colheita. A esta prática dá-se o nome de “Benção das Roças”. Para tanto, como exposto nos tópicos, foi necessário que se detalhasse cada momento vivenciado, fossem as concepções profanas e religiosas ou mesmo o legado deixado através dos conhecimentos de pessoas que sempre mantiveram muito viva sua crença e fizeram com que fosse possível, na atualidade, tomar-se conhecimento, pesquisar e descrever acerca da Folia de São Tomé.

Esta pesquisa que está relacionada à prática da Folia de São Tomé foi embasada no conhecimento popular de moradores da comunidade Arapucu, praticantes da folia e a partir das análises, bem como interpretações do pesquisador, que visa dar melhor clareza quanto à Folia de São Tomé como prática da cultura afro-brasileira no Arapucu, município de Óbidos, assim como dar uma visão mais crítica desta prática cultural.

Contudo, o que parecia um caminho difícil de ser percorrido, tornou-se uma grande descoberta de conhecimentos que até então estavam somente nas lembranças de pessoas que recordam não com saudosismo, mas sim de que no tempo em viveram tais experiências de fé, desfrutaram verdadeiramente de um envolvimento na religiosidade que fez com que fossem aos poucos tomando conhecimento e gosto pelo que era feito, de forma a também participar diretamente dos eventos e posteriormente tomarem a frente e darem seguimento aos costumes e crenças trazidos por décadas e que expressam sua cultura, suas devoções, união, amor, respeito e principalmente vontade de não deixar que tais manifestações culturais se desvaíem no tempo.

Caminho percorrido, processo histórico descrito, melhor do que analisar, pesquisar, descrever e escrever acerca da conjuntura que envolve a Folia de São Tomé, é ter a oportunidade

de poder ter participado integralmente de tal prática nos dias 06 e 07 de julho de 2017. A sensação é quase indescritível, pois a emoção que as pessoas sentem e transmitem ao escutarem o canto de uma folia é o que dá ânimo para não parar, não deixar acabar com esta cultura profana e religiosa da comunidade Arapucu, que demonstra toda a fé de um povo que depositam aos Santos, não somente a São Tomé, para que sejam intermediários junto a Deus nos seus pedidos, nas suas preces, nas suas promessas.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **O objeto em fuga**. *Fronteiras*. Dourados, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun./2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/62/72>. Acesso em 02 de março de 2016.

ARENZ, Karl Heinz. O culto aos Santos. In: ARENZ, Karl Heinz. **São e Salvo: A Pajelança da população ribeirinha do baixo amazonas como desafio para a evangelização**. Quito - Equador: Abya Yala, 2003.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 2001.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?**. Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, 1991.

CHARTIER, Roger. **A beira da falésia**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002.

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

FAGUNDES, Marcelo Gonzalez; SBRAVATI, Daniela Fernanda. **História Cultural**. Indaial: Grupo Uniasselvi, 2009.

FUNES, Eurípedes A. **Nasci nas matas, nunca tive senhor: História e memória dos mocambos no Baixo Amazonas**. 1995. Tese (Doutorado em História Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Trad. de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Touro. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire; KARPINSKI, Cezar. **Memória e história oral**. Indaial: Grupo Uniasselvi, 2010.

Layza Queiroz Santos¹

Pedro Sergio Vieira Martins²

RESUMO: Este artigo apresenta o resultado da pesquisa participante desenvolvida junto às comunidades quilombolas em parceria com a Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS). A pesquisa tratou da construção e uso do Protocolo de Consulta elaborado pela FOQS em 2016 a partir de método qualitativo de pesquisa tomando como objeto as referências bibliográficas sobre o tema, textos de lei, decisões judiciais e as manifestações públicas realizadas pela FOQS durante os anos de 2016 e 2017 em face do licenciamento ambiental de portos de interesse da empresa EMBRAPAS no Lago do Maicá, município de Santarém-PA.

Palavras-chave: Protocolo de Consulta, Quilombolas, Portos, Santarém.

ABSTRACT: This article presents the results of a participating research developed with the quilombola communities in partnership with the Federation of Quilombola Organizations of Santarém (FOQS). The research dealt with the construction and use of the Consultation Protocol made by FOQS in 2016 based on a qualitative research method, using the bibliographical references in the topic, legal texts, judicial decisions and public demonstrations conducted by FOQS during the years 2016 and 2017 relative to the environmental licensing of ports of interest of the company EMBRAPAS in Maicá Lake, municipality of Santarém-PA.

Keywords: Consultation Protocol, Quilombolas, Ports, Santarém.

INTRODUÇÃO

A construção de Protocolos de Consulta Prévia, Livre e Informada é constituída por um conjunto de experiências de diversos povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais pelo país, a partir dos territórios ameaçados por grandes projetos de infraestrutura. A iniciativa representa um conjunto rico de experiências para repensar o pluralismo jurídico no Brasil.

Aqui se propõe a análise sobre a construção e o uso dos Protocolos de Consulta no contexto do processo de licenciamento ambiental de grandes projetos e da judicialização das questões socioambientais. A pesquisa, numa abordagem qualitativa, teve como referencial metodológico a pesquisa-ação que, no que descreve Michel Thiollent (2003), é um tipo de pesquisa empírica, em que pesquisador associa seu trabalho de investigação científica com a resolução de um problema coletivo proposto por sujeitos da pesquisa. A pesquisa-ação também é um tipo de pesquisa

¹ Advogada popular da ONG Terra de Direito, Santarém/PA. E-mail: layza@terradedireitos.org.br

² Advogado popular da ONG Terra de Direitos, Santarém/PA. E-mail: pedro@terradedireitos.org.br

participante engajada, com subjetividades e compromissos envolvidos (ENGEL, 2000).

Ainda assim, a experiência que tratamos neste artigo, qual seja a dos quilombolas do município de Santarém, Pará, será descrita somente a partir de seus dados públicos, ou seja, das ações realizadas pelo conjunto de comunidades quilombolas organizadas na FOQS, de maneira pública.

A construção dos Protocolos envolve, de algum modo, os conhecimentos tradicionais na forma do fazer política, portanto, essa dimensão mais interna merece olhar mais apurado na ótica da antropologia, e assim sendo, nos guardamos a tratar do assunto restritamente, a partir da antropologia do direito, com vistas a alcançar os conceitos fundamentais para o debate.

Por vezes, o trabalho de base antropológica feita por juristas acaba por se tornar, como diz Vitenti (2005), a produção de um trabalho “centauro”, de uma ciência “centauro”, ou seja, o laço entrecortado entre Antropologia e Direito, na tentativa de diálogo entre esses dois campos distintos.

Abordaremos o caso das comunidades quilombolas de Santarém, no contexto do licenciamento ambiental de grandes projetos de infraestrutura e logística no oeste do Pará, considerando a organização do capital em região de fronteira do agronegócio (SAUER; PIETRAFESA 2013).

A forma como se deu o caso específico da empresa EMBRAPAS carrega discursos jurídicos emblemáticos para as questões sociais, econômicas e raciais que se desdobram desde o início das pesquisas para a construção de portos na região, e por isso foi considerada relevante no conteúdo do artigo. Esses discursos estavam contidos em peças judiciais, manifestações públicas em audiências e será analisado prioritariamente no Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

Na sequência, passamos a identificar como as ações tomadas pelo Estado e pela Empresa reproduzem uma atuação alinhada, ou em desacordo com a ideia de pluralismo jurídico, tendo como marco jurídico a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, a Constituição Federal e o Decreto nº 6.040 de 2007.

Com a judicialização do caso, novas perspectivas de resolução dos conflitos surgem no cenário local. As decisões passam a ser alvo e objeto dos debates travados pelos sujeitos que se autoidentificaram como impactados pelo projeto do Porto. Essa fase do processo de resistência das comunidades é analisada no artigo e permite entender a construção e o uso do Protocolo pelos quilombolas.

Ao final, colocam-se considerações finais sobre as perguntas de pesquisa que nortearam os trabalhos de investigação científica na perspectiva de que as experiências de construção de Protocolos de Consulta tendem ainda a serem “testadas” e “ampliadas” para outros grupos em seus

territórios.

O contexto de violações de direitos étnicos em Santarém

A partir dos anos 1980, a produção de soja é objeto da política federal de desenvolvimento da agricultura e avança para as áreas de floresta no oeste do Brasil (SAUER; PIETRAFESA 2013). A escolha da soja está associada a sua condição de grande produto do comércio internacional (BARRETO, 2004), com seu valor financeiramente estabelecido no mercado mundial.

O aumento da produção impulsiona novas áreas de cultivo e de construção de estruturas logísticas de escoamento, a exemplo de portos, hidrovias, estradas e ferrovias. O oeste do Pará foi incluído como uma das principais regiões pela “disponibilidade de terra” (CPT, 2010) e pela possibilidade de canal portuário alternativo ao eixo Paranaguá (PR) e Santos (SP) para escoamento de grãos ao mercado internacional (BARROS, 2013).

Na Amazônia, essas ações merecem grande destaque. Como exemplo, em 2013 havia 123 novos requerimentos de construção e outorga sob análise da Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ), sendo 63 para Terminais de Uso Privativo (TUP) (29 na Amazônia), 44 Estações de Transbordo de Carga (ETC) (30 para na Amazônia), 11 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4) (sete na Amazônia) e cinco pedidos para Instalação Portuária de Turismo (IPT). Ainda em 2013, segundo a ANTAQ, houve 50 anúncios públicos para outorga de construção e exploração privada de portos, correspondendo a investimentos da ordem de R\$ 16,5 bilhões (ANTAQ, 2014). Desse total, 20 foram para a Amazônia, sendo 10 para o estado do Pará, e quatro para o oeste do Pará (CASTRO *et al*, 2014, p. 26)

A construção de portos carrega necessariamente algumas consequências de forte impacto econômico e social, a exemplo do aumento de caminhões e carretas nas estradas, o aumento do tráfego fluvial e a expansão das áreas de cultivo do produto a ser escoado (SCHLESINGER; NORONHA, 2006).

Desde a construção do Porto da Cargill em Santarém³, que a paisagem local vem sendo substituída em velocidade muito maior pela monocultura de soja e milho. O monumento de silos, estacionamentos e outras estruturas às margens do Tapajós possibilitou a reconfiguração de um território maior que o próprio município de Santarém.

A captura de terras para a monocultura de soja tem seu impacto direto com os territórios tradicionais na Amazônia. No período de 2007 a 2013, em 73 municípios de Mato Grosso, do Pará e de Rondônia foram identificados 47.028 hectares de cultivo de soja em áreas desflorestadas (BRANCO, 2014).

O plantio de soja no Pará teve início sobre áreas já degradadas do nordeste paraense, mas, atualmente, vem se expandindo sobre áreas de florestas do oeste que são desmatadas

³ O porto foi construído à revelia da legislação brasileira. A sua inauguração data de março de 2003, quando ocorreu o primeiro embarque de soja. Foi a primeira vez na história da legislação nacional que o EIA-RIMA e as audiências ocorreram após a construção do empreendimento. (http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Sinal-verde-para-terminal-da-Cargill-em-Santarem---).

(próximas de Santarém); é crescente e acelerada a ocupação e o desmatamento em áreas de conservação ambiental, assim como em terras indígenas. Como decorrência disso, dá-se o empobrecimento da floresta, com efeitos negativos sobre a caça e a pesca (LOUREIRO, 2005, p. 85).

O contexto nos ajuda a entender que o conflito é, apesar de local, também global, marca o interesse de uma empresa, mas também de um mercado financeiro que reorganiza os territórios conforme as ondas de desenvolvimento do capital. Com a demanda para aumento da exportação da soja, as obras de infraestrutura e logística avançam⁴.

Como veremos no item 03, a construção do porto e do pátio de triagem afeta o ecossistema que garante a sobrevivência de povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades ribeirinhas em Santarém. Nesse cenário socioambiental, a aplicação das regras de licenciamento vai beneficiar os produtores rurais e empresas de logística em detrimento de comunidades com identidades étnicas diferenciadas. Após essa constatação, uma questão analítica surge: como se opera a seletividade do direito ambiental.

Analisamos que a legislação pertinente às autorizações concedidas para a instalação de tais projetos, qual seja o Direito Ambiental, é aplicada carregando um discurso de desenvolvimento, sendo o licenciamento ambiental o principal objeto do tensionamento. De tal maneira, que o discurso de garantia de Direitos Humanos venha a se contrapor fundamentalmente a todo o modelo de desenvolvimento.

Pluralismo jurídico e a invisibilidade dos direitos étnicos

O discurso desenvolvimentista é um dos fundamentos para a expansão do agronegócio para o Oeste do Pará. Ele é apresentado por sujeitos diversos. Entre eles podemos enumerar: a Prefeitura de Santarém, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS, as empresas portuárias e o Sindicato dos Produtos Rurais de Santarém, contém elemento de legalidade, por vezes fundamentado na legislação referente a licenciamento ambiental, que desconsidera a pluralidade social, e em consequência tenta promover a omissão para o pluralismo jurídico.

É possível dizer que é insuficiente a aplicação da legislação ordinária de Licenciamento Ambiental (Lei nº 6.938/81 e as Resoluções do CONAMA), quando as comunidades tradicionais quilombolas e povos indígenas são impactados direta ou indiretamente por determinado projeto de infraestrutura. Fica, assim, inevitável o surgimento de conflito, algo muito maior do que partes distintas de um litígio, onde estão sujeitos antagônicos, em que os apoiadores do discurso

⁴ O jornal O Valor anunciava as iniciativas ligadas à proposta do “Arco Norte”, ver em: <<http://www.valor.com.br/agro/4372154/exportacao-de-graos-por-portos-do-arco-norte-cresceu-51-de-janeiro>>. Acesso em 31 de janeiro de 2018. E em: <<http://www.valor.com.br/agro/5232803/cargill-investe-r-700-milhoes-em-novo-porto-fluvial-no-para>>. Acesso em 31 de janeiro de 2018.

desenvolvimentista afrontam os fundamentos dos direitos étnicos, como a autoidentificação.

Dados os 30 anos da Constituição Federal, muito ainda se tem para caminhar rumo à efetivação dos Direitos Fundamentais nela consagrados. As instituições de justiça e o aparelho estatal invisibilizaram por longo tempo as comunidades quilombolas e tradicionais em suas especificidades, já é a hora de conhecê-los e reconhecê-los como sujeitos de direito (DUPRAT, 2015).

O reconhecimento jurídico-formal dos povos e comunidades tradicionais, reivindicado por diferentes movimentos sociais e afirmado no texto constitucional de outubro de 1988, conheceu um incremento neste início do século XXI. As ações de mobilização perpetradas pelos movimentos foram fortalecidas por medidas implementadoras dos dispositivos constitucionais. Acrescente-se aos efeitos destes dispositivos o reforço de instrumentos elaborados por agências multilaterais, tais como: ONU, UNESCO E OIT. (ALMEIDA, p. 9. Apresentação. In: SHIRAISHI NETO, 2007 p. 16).

A Constituição Federal de 1988 permitiu o reconhecimento de práticas jurídicas não oficiais (WOLKMER, 2006) e assim garantiu um *status* maior aos direitos culturais, assumindo, o Brasil, a condição de uma nação pluriétnica. A Constituição, portanto, reconhece o pluralismo jurídico, onde num campo social, há mais de uma fonte de “direito”, mais de uma “ordem legal” (CARDOSO, 2008).

Alguns autores no Brasil, como Eduardo Faria, Roberto Lyra Filho e Antônio Wolkmer contribuíram para a elaboração de linhas críticas do direito. As pesquisas e reflexões jurídicas abriram novos olhares para admitir diferentes fontes do direito. Joaquim Shiraishi Neto (2004) ao tratar do campo jurídico e das diferentes práticas jurídicas parte do pressuposto anunciado por Bourdieu.

A ciência jurídica tal como a concebem os juristas, os historiadores do direito, que identificam a história do direito como a história do desenvolvimento interno dos seus conceitos e dos seus métodos, apreende o direito como um sistema fechado e autônomo, cujo desenvolvimento só pode ser compreendido segundo a sua dinâmica interna (BOURDIEU, 2007, p.209).

As mencionadas pesquisas, então, passam a apontar e ter como objeto o pluralismo jurídico (WOLKMER, 1997). O pensamento pluralista tem como ponto central a crítica ao positivismo jurídico. As duas visões sobre pensamento jurídico, a pluralista e a positivista são tidas como antagônicas (VANDERLINDEN, 2000). Ou, como explica Ricardo Pazello, o pluralismo e o monismo jurídico não seriam dicotômicos, mas antes o pluralismo se inseriria no direito oficial (PAZELLO, 2014).

De toda forma, essa vertente do pensamento jurídico se contrapõe ao formalismo, ao positivismo ou ao centralismo. Enfim, entendem que existem formas jurídicas para além do que o monismo jurídico que domina a imaginação jurídica e política (LYRA FILHO, 1982). Contrariam,

assim, a ideia de que deve existir um sistema jurídico centralizado e hierarquizado (WOLKMER, 2001).

O “pluralismo jurídico participativo” (WOLKMER, 2001) é a multiplicidade de formas de produção normativa oficiais e não-oficiais, tendo várias razões de ser. Acrescenta Luiz Otávio Ribas que a produção normativa pode ser também de caráter insurgente, como expressão de uma nova forma de legalidade intercultural (RIBAS, 2009).

A interculturalidade pode ser também acompanhada do conceito de etnicidade. Sobre isso, Barth (1998) ao tratar das “fronteiras étnicas” informa que é um modo de organização social em que se estipula os “de dentro” e os “de fora”, com diferenças e peculiaridades das organizações sociais.

O respeito a essas fronteiras étnicas é lido, no campo jurídico, pelo chamado campo dos direitos étnicos, direitos pertencentes a oficialidade estatal que buscam reconhecer os modos de criar, viver e fazer dos diferentes grupos sociais. Oliveira (1976) apresenta a identidade étnica como *"uma afirmação de nós contra os outros [que] provém de oposição [e] é afirmada ao negar o outro"*. E como expõe Eliane Od'wyer

Assim, a partir de Barth (1969), as diferenças culturais adquirem um elemento étnico não como modo de vida exclusivo e tipicamente característico de um grupo, mas quando as diferenças culturais são percebidas como importantes e socialmente relevantes para os próprios atores sociais (O'DWYER, 2007, p.47).

A etnicidade também é acionada pelo campo científico da Antropologia, segundo O'Dwyer (2007) para reconhecimento das comunidades negras remanescentes de quilombo. Sendo que o reconhecimento da identidade depende unicamente, segundo o texto constitucional, da autodefinição do grupo enquanto tal, elemento social esse inerente à definição de etnicidade de Barth.

Os Direitos étnicos são robustecidos no ordenamento jurídico brasileiro após a ratificação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT (SHIRAISHI NETO, 2004) e a edição do Decreto nº 6.040 de 2007. São dispositivos normativos que reconhecem as normas oriundas dos próprios grupos, regras consuetudinárias e expressão da autodeterminação, ou seja, reconhecem o direito construído e vivido pelos grupos étnicos. Nesse sentido, alinhado ao que afirma Ricardo Pazello (2014), ocorreu o reconhecimento formal e oficial de uma perspectiva pluralista permitida pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Portos no Lago do Maicá como violação e a construção do Protocolo de Consulta como reação

No contexto de avanço do agronegócio no oeste do Pará e de toda a infraestrutura associada, existe a pretensão de construção de pelo menos dois empreendimentos portuários na região do

Maicá, localizada no município de Santarém: os Terminais de Uso Privado (TUP) das empresas Ceagro Agrícola Ltda. e da Empresa Brasileira de Portos de Santarém. Ambas tiveram seus respectivos termos de referência – para elaboração de Estudo de Impacto Ambiental – publicados pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) do Pará, no ano de 2013.

A região do Maicá é marcada pela interação de áreas de várzea, lagos, rios e terra firme e fica localizada em área de transição da zona urbana para a zona rural do Município Santarém (BRASIL, 2016, p. 05). O lago do Maicá é considerado o maior reservatório de pescado da região e responsável pelo abastecimento de cerca de 30% dos peixes do mercado de Santarém (BRASIL, 2013, p. 07). Pescadoras e pescadores, comunidades indígenas e quilombolas habitam toda a região e sobrevivem em grande parte da pesca no lago do Maicá, da agricultura e do extrativismo. Segundo Dileudo Guimarães, presidente da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém:

O rio Maicá começa na entrada do rio Amazonas e desemboca em Santana, chega a dar 70/80 km por água. Aqui no rio Maicá tem também outras comunidades tradicionais. As comunidades quilombolas Bom Jardim, Murumurutuba, Murumuru, Tiningu, Nova Vista do Ituqui, Patos do Ituqui, São José do Ituqui e São Raimundo do Ituqui fazem, todas, fronteiras com as comunidades de terra firme aqui do rio Maicá [...] Se fechar aquela boca ali do rio, quando vier o verão nós vamos sair por onde? Se quisermos ir para Santarém de barco, de canoa, nós vamos sair por onde? Porque a outra saída é lá no Santana. Mas se for pegar o Santana e vir pelo rio Ituqui é muito longe. Então, não tem condição. Naquele período já tinha uma placa dizendo que já era proibida a entrada, antes da implantação já estava dizendo que era proibida a entrada de pessoas na boca aqui do rio Maicá [...] O rio Maicá é onde muita gente pesca, porque tem muito peixe aqui, é pesca para o consumo, pesca para venda (PAXIUBA *et al.*, 2017, p 14-15).

O Terminal de Uso Privado da Empresa Brasileira de Portos de Santarém é o empreendimento em estágio mais avançado, cujo Relatório de Impacto Ambiental foi publicado em novembro do ano de 2015. Se construído, será localizado na margem direita do Rio Amazonas, próximo à confluência com o Rio Tapajós e permitirá a movimentação de cerca de 4,8 milhões de toneladas de soja por ano. O pátio regulador do porto terá a capacidade para receber até 938 caminhões (EMBRAPS, 2015).

O EIA/RIMA apresentado pela Embraps apresentou falhas metodológicas e de conteúdo, que dificultam a compreensão do empreendimento por parte da sociedade. Dentre elas, é importante destacar a ausência de referência às comunidades quilombolas e indígenas na área de influência do empreendimento, sendo que nestas há a habitação e ocupação histórica e tradicional de diversos povos, conforme pode ser observado nos mapas abaixo.

Figura 2 – Mapa da região do Maicá e Ituqui, com identificação das comunidades de pescadoras

violentos e egoístas cuja finalidade é a estruturação e a sustentação de sistemas de gestão dos recursos em termos racialmente monopolistas. Nas sociedades multirraciais, é por intermédio do fenótipo que se organiza a gestão dos recursos. Na medida em que o racismo visa a ejetar esse “Outro Total” do circuito do usufruto dos recursos de um espaço definido, garantindo a sua marginalização completa, ele almeja a substituição do Outro, a sua erradicação mediante a assimilação ou qualquer outra forma radical (MOORE, 2007, p. 285).

A dimensão colonial e racista inerente ao modelo de desenvolvimento do agronegócio explica o fato da Embraps ter sido incapaz de identificar ao menos 10 comunidades quilombolas na área de influência do empreendimento (o território quilombola Maria Valentina compreende 03 comunidades), todas elas com processo administrativo para titulação de seus territórios em andamento do Incra e a maioria com RTID⁵ publicado (BRASIL, 2016). Além disso, quatro aldeias indígenas pertencentes ao Território Indígena Munduruku estão presentes na área, todas com processo aberto na FUNAI (PAXIUBA *et al.*, 2017, p. 16).

A não identificação destas comunidades causou profunda indignação destes povos e foi um agente catalisador do processo de mobilização que resultou na suspensão do licenciamento ambiental do Terminal de Uso Privado da Embraps. Isso porque, a invisibilização dos povos atingidos demonstra, além do racismo e subalternização destas comunidades, por parte do empreendedor, o descumprimento da Convenção 169 da OIT, principalmente quanto a não realização da Consulta Prévia, Livre e Informada aos povos e comunidades tradicionais, direito tão caro a estes povos (BRASIL, 2016, p. 61).

A Convenção nº 169 da OIT é norma de *status* materialmente constitucional, que serve de parâmetro da Convenção Americana de Direitos Humanos e trata-se de legislação admitida na Corte Interamericana de Direitos Humanos, que prevê direitos aos povos indígenas e aos povos tribais. A denominação “tribal” se aplica a várias circunstâncias. A intencionalidade do termo designativo é abranger as complexas e múltiplas situações de povos e comunidades de vários países que possuem características culturais específicas (TOMEI; SEWPSTON, 1999). Neste sentido, a categoria jurídica dos povos e comunidades tradicionais compreende sujeitos de direitos previstos também na Convenção nº 169 da OIT. São ribeirinhos, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, catadoras de mangaba, castanheiros, faxinalenses, entre tantos outros povos.

O Direito de Consulta Prévia, Livre e Informada está previsto no artigo 6º da Convenção 169 da OIT que determina que os povos indígenas e tribais, cuja a autoidentidade⁶ se conforma

⁵ O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) é uma peça técnica fundamental no processo de titulação dos territórios quilombolas. Ele está previsto na Instrução Normativa nº 49 do Incra e deve conter: Relatório Antropológico, levantamento fundiário, planta e memorial descritivo da área da comunidade, cadastramento das famílias, levantamento e especificação detalhada de situações em que as áreas pleiteadas se encontram e parecer jurídico.

⁶ A autoidentidade se baseia na perspectiva de que “nenhum Estado ou grupo social tem o direito de negar a identidade a um povo indígena ou tribal que como tal ele próprio se reconheça” (ABRAMO; RAMOS, 2011, p. 8).

como critério subjetivo fundamental para definição de quem são os sujeitos da Convenção, deverão ser consultados “cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente” (BRASIL, 2004).

O caráter prévio da consulta está explícito no texto da lei e ela deve atender a uma finalidade específica que é garantir a participação e consentimento dos povos tradicionais passíveis de serem afetados através de medidas legislativas ou administrativas. Desta feita, durante o processo de licenciamento ambiental, que possui várias etapas e decisões administrativas em seu curso, a participação dos povos interessados deve ser direta e permanente, sendo renovada a cada etapa do licenciamento e antes da emissão de qualquer licença (GARZON, 2016).

Além de prévia, a consulta deve ser livre de coações e imposições, de boa-fé, informada de forma a garantir a compreensão das partes envolvidas e ser realizada “mediante procedimentos apropriados” e através das “instituições representativas” de cada povo que possa ser afetado com a medida (GARZON, 2016).

O respeito a este procedimento não é a prática que se observa nos licenciamentos ambientais de grandes obras, como o ocorrido durante o licenciamento do Terminal de Uso Privado da Embraps. A reivindicação imediatamente apresentada por estes povos aos órgãos públicos foi a realização da consulta prevista na Convenção 169 da OIT, o que culminou com a suspensão do licenciamento ambiental da Embraps e num amplo processo de mobilização destes povos para a construção de seus protocolos de consulta.

Defesa dos Territórios e a Elaboração do Protocolo de Consulta Quilombola.

Para se compreender o processo de resistência às violações de direitos que Estado e empresas praticaram – e seguem praticando – no caso dos povos do Maicá, precisamente no caso envolvendo o Porto da Embraps, é necessário apontar a dimensão histórica da mobilização. À medida que o processo de licenciamento ambiental avançava na Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS-PA), cresciam também as mobilizações, que se intensificaram após a apresentação do EIA/RIMA pela Embraps em novembro de 2015.

Deste processo, destaca-se que Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS) encaminhou, em janeiro de 2016, ofícios à SEMAS-PA, ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual, informando a existência de comunidades quilombolas, indígenas e pescadoras na região do Maicá e exigindo a realização da consulta prevista na Convenção 169 da OIT (TERRA DE DIREITOS, 2016). Além disso, as comunidades quilombolas iniciaram a produção de abaixo assinados nas comunidades para provocar a mobilização em torno do direito de consulta.

A audiência pública exigida pela legislação ambiental, que não se confunde com a efetivação da consulta prévia, estava marcada para acontecer no dia 23 de fevereiro de 2016 e, diante das inúmeras manifestações dos movimentos sociais, ela foi adiada pela SEMAS (TERRA DE DIREITOS, 2016). Concomitante a isso, o Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública em face da Embraps, da União, da Agência Nacional de Transportes Aquaviário – ANTAQ e do Estado do Pará, exigindo, em síntese, que o processo de licenciamento ambiental fosse suspenso até que fosse “*realizada a consulta prévia aos povos quilombolas e demais comunidades tradicionais localizadas na área de influência do projeto do Terminal Portuário da Embraps*” (BRASIL, 2016, p. 64).

Em março de 2016, no dia internacional das mulheres, uma grande mobilização foi realizada na cidade e:

Quilombolas, indígenas, pescadoras, agricultoras familiares, trabalhadoras urbanas e estudantes uniram-se numa onda de resistência para dizer não aos portos no Maicá, às hidrelétricas no Rio Tapajós e ao agronegócio (PEREIRA, 2016).

Em abril de 2016, o Juiz da 2ª Vara Federal de Santarém, Érico Rodrigo Freitas Pinheiro, concedeu liminar suspendendo o licenciamento do Terminal de Uso Privado da Embraps, “*e de qualquer ato visando o empreendimento, até que seja demonstrada a efetiva realização do procedimento de consulta livre, prévia e informada às populações quilombolas e tradicionais situadas na sua área de influência direta*” (BRASIL, 2016). Após esta decisão, uma questão deveria ser enfrentada pelas comunidades quilombolas, indígenas, de pescadoras e pescadores: de que forma seria realizado este processo de consulta? Quem determinaria como seria feita esta consulta? O juiz, o estado do Pará, a Embraps ou as próprias comunidades?

Como visto, a Convenção 169 determina que a consulta deve acontecer “mediante procedimentos apropriados” e através das “instituições representativas” dos povos interessados. Ou seja, ela deve acontecer respeitando a cultura de cada povo, bem como suas formas de organização e tomadas de decisões, não podendo ser imposto um método próprio pelo Estado (GARZON *et al*, 2016). O artigo 5º corrobora com este entendimento ao afirmar que na aplicação das disposições da Convenção “deverá ser respeitada a integridade dos valores, práticas e instituições desses povos” (BRASIL, 2004).

Foi neste contexto e, partindo da experiência de outros povos no Médio Tapajós, como o povo Munduruku e a comunidade de ribeirinhos Montanha e Mangabal que as comunidades quilombolas decidiram realizar um protocolo de consulta. Este documento deve ser o orientador do processo de consulta, a ser respeitado pelo Estado brasileiro, diante da pretensa construção do empreendimento do Porto do Maicá.

A construção do protocolo de consulta quilombola

A gente precisava fazer alguma coisa, porque vai nos afetar diretamente, não vai ser bom para nós. Aí conversamos com a Terra de Direitos e resolvemos fazer reuniões nas comunidades para a gente fazer nosso protocolo de consulta, né? Até porque a gente viu que nós não fomos consultados, até naquele momento a gente não foi consultado pela EMBRAPA. A gente nunca foi informado de nada. Então a gente resolveu ir para as comunidades para dizer para eles (a EMBRAPA) como a gente quer ser consultado. Fizemos reunião no Murumurutuba, levamos o Ministério Público Federal e a Terra de Direitos, para a gente traçar um plano de trabalho. Resolvemos andar em cada comunidade e ouvir cada uma e saber se era a favor ou contra a construção do porto. A gente se planejou e visitou todas as comunidades quilombolas (PAXIUBA et al., 2017, p. 14, citando. Dileudo Guimarães, Presidente da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém).

A FOQS representa 12 comunidades do município de Santarém, a saber: Arapemã, Saracura, Tiningu, Murumuru, Murumurutba, Tiningu, Patos do Ituqui, Pérola do Maicá, Nova Vista do Ituqui, São Raimundo do Ituqui, São José e Surubiu-Açu. No início do processo de construção do protocolo de consulta quilombola, duas decisões importantes foram tomadas: a FOQS seria a entidade representativa das comunidades no processo de consulta e o protocolo seria realizado de forma abrangente, para que fosse utilizado como instrumento em diversos casos que envolvessem medidas legislativas e administrativas que pudessem afetá-los.

Após esta definição foram realizadas diversas reuniões entre as lideranças da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém, bem como os presidentes de todas as 12 associações das comunidades. As primeiras reuniões decidiram que haveria processos de mobilização e realização de oficinas/encontros em 09 comunidades quilombolas e no Território Quilombola Maria Valentina (que compreende 03 comunidades).

Posteriormente ao período de formação, os comunitários de cada território se reuniram para responder algumas perguntas, tais como: Quem somos? Por que devemos ser consultados? Quem deve ser consultado? Qual a melhor forma de se fazer a consulta?

Este procedimento foi repetido em cada comunidade e, após este processo, as lideranças quilombolas se reuniram, munidos das atas das reuniões, bem como das respostas aos questionamentos realizados durante as oficinas, para realizar um texto base do protocolo de consulta que foi aprovado em assembleia geral, realizada na comunidade de Nova Vista do Ituqui, em setembro de 2016.

A assembleia final de aprovação do protocolo de consulta contou com a participação de mais de 200 pessoas, provenientes das 12 comunidades quilombolas. Todas as oficinas foram realizadas com uma média de 50 pessoas presentes em cada uma; elas foram financiadas, em sua maior parte, pelas próprias comunidades que se organizavam para garantir a alimentação das pessoas participantes. A Federação das Organizações Quilombolas, juntamente com a organização

Terra de Direitos, acompanharam todas as oficinas, reuniões e a assembleia.

Se observarmos o procedimento previsto no protocolo de consulta quilombola, será possível perceber que ele expõe um método de consulta que respeita a própria forma que as comunidades se organizaram para construir seu próprio protocolo. O documento determina a realização de um “plano de trabalho”, documento que norteará todo o processo de consulta, sendo que ele, porém, deve respeitar as etapas previstas no próprio protocolo que determina, em síntese, a realização de reuniões informativas em cada comunidade, deliberação de cada comunidade e, por fim, uma assembleia geral de todas elas para que possam deliberar sobre o assunto.

Após a finalização do protocolo, o mesmo foi entregue ao Ministério Público Federal, Estadual, SEMAS-PA, bem como a outras instituições públicas. Ademais, a Federação das Organizações Quilombolas de Santarém se habilitou como assistente⁷ do Ministério Público Federal na Ação Civil Pública que trata do caso do Porto da Embraps para que pudesse, em nome próprio, defender seu direito de ser consultada de acordo com o modo definido no protocolo de consulta.

Neste momento, a Ação Civil Pública está caminhando para a sentença final (e o licenciamento ambiental do porto continua suspenso após decisão do TRF1), onde se espera que a justiça federal de Santarém reconheça não só o direito à consulta, como também os próprios protocolos (dos quilombolas, pescadores e indígenas) como o instrumento jurídico legítimo que determina a forma como esta consulta deve proceder. Este entendimento está em consonância com a jurisprudência internacional do tema, como também respeita os ditames da Constituição Federal de 1988 que, como dito acima, reconheceu o pluralismo jurídico e o decreto 6040/2007, que reconhece o direito construído pelos próprios grupos étnicos e suas regras consuetudinárias.

A jurisprudência dos tribunais brasileiros vem, aos poucos, se manifestando sobre o assunto. Em dezembro de 2017 a 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região determinou a suspensão por tempo indeterminado do licenciamento ambiental da mineradora Belo Sun até que fosse realizado o processo de consulta às comunidades indígenas afetadas, respeitando o protocolo de consulta por eles construído. Esta decisão é um marco na jurisprudência brasileira, conquistada após anos de intensos processos de resistência de diversos povos do Brasil, diante das violações de direitos sofridas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O oeste do Pará é identificado como uma rota lucrativa para o agronegócio, notadamente para o escoamento, armazenamento e exportação de soja ao mercado internacional. Novas áreas

⁷ Forma de intervenção de terceiros l que tenham interesse que a sentença seja juridicamente favorável ao assistido em um processo judicial. Previsto no Código de Processo Civil.

de cultivo de soja e a construção de estruturas logísticas têm sido planejadas e executadas nesta região, a exemplo da pretensão de grandes empreendimentos portuários no município de Santarém.

A construção destes empreendimentos carrega consigo uma lógica de violações de direitos e destruição de modos de vida de comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas. O caso dos portos no Maicá é um exemplo emblemático disto, notadamente o caso do licenciamento ambiental do Terminal de Uso Privado da Empresa Brasileira de Portos de Santarém.

O processo de licenciamento ambiental deste empreendimento carrega consigo toda uma sorte de arbitrariedades, tais como a invisibilização de povos indígenas e comunidades tradicionais que habitam a área de influência do empreendimento e o não respeito à Convenção 169 da OIT, em particular, o direito de consulta prévia, livre e informada.

Conclui-se que a desconsideração sobre os direitos das comunidades quilombolas importa em prática racista, pois selecionou a exclusão específica de um grupo étnico ao ponto de negar sua existência e sua identidade. Tal prática, permanente no contexto de grandes empreendimentos econômicos, tal como no monocultivo da soja e na construção de obras de infraestrutura, se deu especialmente nos discursos do Estado (pela SEMAS) e pela EMBRAPA sobre a realidade local.

A não realização da Consulta Prévia, Livre e Informada, no caso do porto da Embrapa, em Santarém, desencadeou um amplo processo de mobilização dos movimentos sociais e das comunidades que poderiam ser afetadas, o que culminou na suspensão do licenciamento ambiental pela Justiça Federal de Santarém. A decisão judicial determinou que fosse realizada a consulta prevista na Convenção 169/OIT às comunidades quilombolas e todas as comunidades tradicionais que estão na área de influência do empreendimento.

Quilombolas, indígenas pescadoras e pescadores, então, construíram seus protocolos de consulta, determinando a forma como gostariam de ser consultados. Estes protocolos são instrumentos jurídicos próprios destas comunidades que exprimem o direito construído por esses próprios grupos.

A construção destes protocolos está em consonância com a jurisprudência internacional, bem como ao que determina a Constituição Federal de 1988 que reconheceu a nação brasileira como pluriétnica. Portanto, os Protocolos são expressão de resistência, cujo formato “documental” tem função de dialogar com o Estado na mesma linguagem protocolar, de modo estratégico, a fazer com que o próprio Estado reconheça primeiramente a existência das comunidades, suas identidades e assim seus direitos, tencionando os limites práticos de Estado de Direito plural que deva reconhecer os Protocolos como normas consuetudinárias e com peso de lei.

Este campo científico “centauro” tem o desafio atual de analisar os protocolos de consulta como instrumentos de tensão da própria definição de pluralismo jurídico. Percebemos que a

“oficialidade” (PAZELLO, 2014) do Protocolo, assim como seu caráter “participativo” (WOLKMER, 2001) ainda é colocado em hierarquias jurídicas de modo muito semelhante ao monismo jurídico (LYRA FILHO, 1982).

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís; RAMOS, Christian. Introdução. In: **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho**. – Brasília: OIT, 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf>. Acesso em 30/01/2018.

BARRETO, Clarissa de Araújo. Os impactos socioambientais do cultivo de soja. In: **Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, São Paulo, 2004.

BARROS, Bettina. Bunge e Amaggi criam a Unitapajós. **Valor Econômico**, 30 de outubro de 2013.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFFENART, Jocelyne (orgs.). **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora Fundação da Unesp, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRANCO, Marianna. **Empresários renovam pacto para não comprar soja de áreas desflorestadas**. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/economia/2014/11/moratoria-da-soja-erenovada-ate-maio-de-2016>>. Acesso em 15 de dezembro de 2017.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 5.051 de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em 30/01/2018.

BRASIL. Ministério Público Estadual. **Ação Civil Pública nº**. Santarém –PA. Promotoria Ambiental de Santarém. 2013.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Ação Civil Pública nº 0000377-75.2016.4.01.3902**. Santarém –PA. Procuradoria da República do Município de Santarém. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Subseção Judiciária de Santarém. **Processo Nº 0000377-75.2016.4.01.3902 - 2ª VARA FEDERAL**. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2016/liminar_suspensao_licenciamento_porto_maica_santarem.pdf. Acesso em 30/11/2017.

CARDOSO, Luís Fernando. **A Constituição Local**: direito e território na Comunidade de Bairro Alto, na Ilha de Marajó – Pará. 2008. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CASTRO, Edna Maria Ramos de; RODRIGUES, Jondison Cardoso; HAZEU, Marcel Hazeu; ALONSO, Sara. Megaprojetos e novos territórios do capital: infraestrutura de transporte e portuária na Amazônia. In: CASTRO, Edna Maria Ramos de; FIGUEIREDO, Silvio Lima (Orgs). **Sociedade, campo social e espaço público**. Belém: NAEA, 2014.

EMBRAPS – Empresa Brasileira de Portos de Santarém. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA)**: Terminal portuário de granéis sólidos vegetais da empresa brasileira de portos de Santarém. FADESP, 2015. 1118p.

ENGEL, Guido Irineu. **Pesquisa-ação**. Educar, Curitiba, n. 16, p. 181-191, 2000.

FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES QUILOMBOLAS DE SANTARÉM. **Protocolo de Consulta**. Santarém, 2016. Disponível em: http://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/PROTOCOLO_CONSULTA_WEB-min.pdf. Acesso em 30/11/2017.

GARZON, Biviany Rojas. Direito à consulta e consentimento de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais/Biviany Rojas Garzón, Erika M. Yamada, Rodrigo Oliveira. São Paulo: Rede de Cooperação Amazônica – RCA; Washington, DC. Due Process of Law Foundation, 2016.

LOUREIRO, Violeta; PINTO, Jax. **A questão fundiária na Amazônia**. Estudos Avançados 19 (54), 2005.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é Direito**. 11. ed. Editora Brasiliense, 1982.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Traversées, diásporas, modernités. Raison politique, n.º 21, pp 29-60. Trad. Elisabeth Falomir Archambault.

MOORE, Carlos. Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. In BONFIN, Joice Silva; VICENTE, Jéssica Silveira. **Territorialização do Agronegócio e Apropriação das Águas no Cerrado Baiano**. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt10_1506906864_arquivo_trabalhocompletosinga2017.pdf > Acesso em 30/11/2017.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estructura Social**. São Paulo, Livraria Editora Pioneira, 1976.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de Quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. **Tomo** (UFS), v. 11, p. 43-58, 2008.

PAXIUBA, Carla; FREITAS, Isadora; PORTELA, Juliana; ARANTES, Luana; XIMENES, Lucas; PINHEIRO, Lucineide; SOUSA, Sara. **Análise Crítica do Relatório de Impacto Ambiental –RIMA do Porto do Maicá**. Artigo apresentado no Programa de Pós Graduação em Sociedade, Desenvolvimento e Natureza, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2017.

PEREIRA, Sara. Mulheres são como água, crescem quando se juntam. Disponível em: <https://www.terradedireitos.org.br/noticias/noticias/mulheres-sao-como-agua-crescem-quando-se-juntam/19941>. Acesso em 30/11/2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Reinvenção dos Territórios**: a experiência latino-americana e caribenha. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2006.

SAUER, Sergio. Considerações finais: apontamentos para a continuidade do (em)debate territorial. In: SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington (org.). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília: Editora da UnB, 2011. p.411-422.

SAUER, Sérgio; PIETRAFESA, J. P. Novas fronteiras agrícolas na Amazônia: expansão da soja como expressão das agroestratégias no Pará. **Acta Geográfica (UFRR)**, v. 1, p. 245-264, 2013.

SCHLESINGER, Sérgio; NORONHA, Silvia. **O Brasil está nu! O avanço da monocultura da soja: o grão que cresceu demais**. Rio de Janeiro: FASE, 2006.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. Reflexão do Direito das “comunidades tradicionais” a partir das declarações e convenções Internacionais. *Hiléia – Revista de Direito Ambiental da Amazônia*, n. 3 jul-dez , 2004.

TERRA DE DIREITOS. Pelo direito de serem consultados sobre porto que poderá afetá-los, quilombolas se levantam numa grande mobilização comunitária. Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/pelo-direito-de-serem-consultados-sobre-porto-que-podera-afetalos-quilombolas-se-levantam-numa-grande-mobilizacao-comunitaria/21230>. Acesso em 30/11/2017.

THIOLLENT. Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

TOMEI, Manuela; SEWPSTON, Lee. **Povos indígenas e tribais: guia para a aplicação da Convenção n.169 da OIT**. 1. ed. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 1999

VANDERLINDEN, Jacques. Les droits Africains entre Positisme et Pluralisme. **Bulletin des séances de l'Académie royale des sciences d'outre mer**, vol. 46, p. 279-292. 2000.

VITENTI, Livia: **Da Antropologia Jurídica ao Pluralismo Jurídico**. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

_____. **Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 2001, p. XVI

WOLKMER. Antonio Carlos. **Introdução ao pensamento jurídico crítico**. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

RESISTÊNCIA INDÍGENA FRENTE AOS AGENTES DOS MERCADOS NEOCOLONIAIS NO BAIXO RIO TAPAJÓS

Marcos Vinícius da Costa Lima¹

RESUMO: O movimento indígena na região do baixo rio Tapajós teve início no final da década de 1990, organizando-se e institucionalizando-se no ano de 2000, com a criação do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA). O CITA mobiliza e luta pelo reconhecimento étnico e por seus direitos territoriais. Paralelo a esse movimento surge também, na década de 1990, uma mobilização social em prol da criação da Reserva Extrativista Tapajós e Arapiuns (RESEX), que objetivou impedir o avanço do desmatamento causado por madeireiras em suas terras tradicionalmente ocupadas. As famílias moradoras, indígenas e não indígenas, paulatinamente, receberam incentivos para implantarem pequenos projetos econômicos em troca de mudanças na forma de apropriação e uso dos recursos naturais da RESEX. No entanto, essas ações de controle da territorialidade dos moradores pelos gestores da Resex causou insatisfação por parte dos indígenas, vindo a se agravar com as várias tentativas de implantação de projetos econômicos neoliberais, inclusive pelo viés do discurso de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que comprometeria a territorialidade indígena. Pretende-se, aqui, interpretar e analisar as práticas territoriais dos agentes econômicos que vêm tentando implantar projetos econômicos em parceria com ONG's e instituições públicas sem as oitivas, bem como sem anuência dos povos indígenas que moram e resistem aos ataques neocoloniais em seus territórios. Como referencial teórico, foram trabalhadas as categorias: território e territorialidade com base em Sack (1986), Bonnemaïson (2002), Raffestin (2011) Haesbaert (1999, 2007, 2015). Foram feitas, também análises críticas sobre bibliografias correlatas e sobre a realidade observada em campo. Além da realização de entrevistas informais (relatos dos moradores da Resex). Constatou-se que os povos indígenas, organizados em movimento sociais têm conseguido frear as práticas territoriais impositivas como forma de resistência às intervenções dos mercados neocoloniais.

Palavras Chave: Territorialidade, Resistência, Movimento Indígena, Economia Verde

ABSTRACT: The indigenous movement in the lower Tapajós River region began in the late 1990s and was organized and institutionalized in 2000 with the creation of the Tapajós Arapiuns Indigenous Council (CITA). The CITA mobilizes and strives for ethnic recognition and for its territorial rights. Parallel to this movement also appears in the 1990s a social mobilization for the creation of the Tapajós and Arapiuns Extractive Reserve (RESEX), which aimed to prevent the advance of logging deforestation in its traditionally occupied lands. Indigenous, indigenous and non-indigenous families gradually received incentives to implement small economic projects in exchange for changes in the way the natural resources of RESEX were appropriated and used. However, these actions to control the residents' territoriality by the managers of Resex caused dissatisfaction on the part of the indigenous people, becoming aggravated by the various attempts to implement neoliberal economic projects, including the bias of the discourse on Payment for Environmental Services (PSA) , which would compromise indigenous territoriality. The aim here is to interpret and analyze the territorial practices of economic agents who have been attempting to implement economic projects in partnership with NGOs and public institutions without the public, as well as without consent of the indigenous peoples who live and resist neocolonial attacks

¹ Geógrafo (B/L), mestre em Geografia (UFPa), Doutorando em Geografia pelo PPGEO/UFF, membro do NETAJ/UFF – Coord. Prof. Dr. Valter Cruz. Pesquisador no Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – Coord. Prof. Dr. Alfredo W. B. de Almeida (UEA/PPGAS) – Email: mvclima@hotmail.com.

in their territories . As a theoretical reference, the categories were: territory and territoriality based on Sack (1986), Bonnemaïson (2002), Raffestin (2011) Haesbaert (1999, 2007, 2015). Critical analyzes were also made on related bibliographies and on the reality observed in the field. In addition to conducting informal interviews (reports of residents of Resex). It was found that the indigenous peoples, organized in social movements have been able to restrain the territorial tax practices as a form of resistance to the interventions of the neocolonial markets.

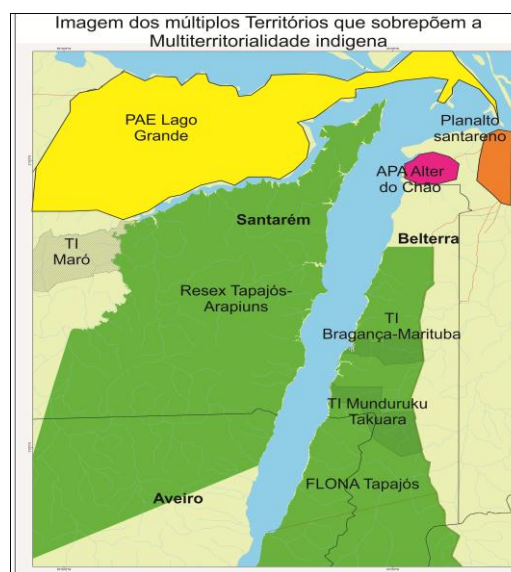
"PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO" COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE

Na região do baixo rio Tapajós, compreendida pela composição de três municípios Santarém, Belterra e Aveiro (Figura 1), podemos identificar dois movimentos dinâmicos de territorialização que se contrapõem, ao mesmo tempo e, em certa medida, complementam-se como parte de um jogo de forças, onde, de um lado uma força é representada pelos agentes hegemônicos e seus mandatários (mandantes, comandantes, comandados, demandantes) e do outro lado encontram-se os grupos sociais resistentes subalternizados que lutam contra os processos homogeneizantes da racionalidade epistêmica que foram traçados na arena política do mundo ocidental. Nessa perspectiva, Mignolo (2008) denomina essa fricção intercultural de "opção descolonial", expressando a ideia de que a desobediência civil, aqui objetivada em movimentos sociais, sem desobediência epistêmica, permanecerá presa em jogos controlados pela teoria política e pela economia política eurocêntrica. Essas formas de imposição, a partir das sociedades dos países do Norte e das elites dos países do Sul, com seu padrão desenvolvimentista, industrializante, tecnicista, extremamente consumista, ambiental e socialmente insustentável subjagam e sujeitam a humanidade, em particular, as sociedades dos países do Sul.

Figura: 1



Figura: 2



Fonte: Ilustração cartográfica do autor, 2015.

A categoria território, enquanto instrumento de análise, pode ser conduzida pela abordagem teórica do "campo de forças" de Bourdieu (2007) e pelas relações sociais de poder, como bem trabalhou Raffestin (1980:2011) ao definir o "território" a partir de uma concepção dialética e marxista, concebendo uma estrutura de território numa analogia de tessitura/redes/nós e destacando os elementos que compõem as escalas de poder, além de apontar como atributo central as relações sociais de poder. A partir dessa perspectiva, o autor afirma que “toda representação com a intenção dele se apropriar e controlar é um território” (RAFFESTIN, 1980:2011, p.126). Portanto, podemos considerar a construção social e política da região do baixo rio Tapajós como sendo um espaço de múltiplos territórios, ou seja, de múltiplos "projetos" efetivos ou planejados, que, dialeticamente, se sobrepõem/justapõem/contrapõem como veremos a diante.

Todo território, no entanto, pressupõe uma ou mais territorialidades, em perspectivas distintas. Nesse sentido, Robert Sack (1986, p. 63) afirma que a ideia de território indica um espaço em que determinado agente constrói práticas (territorializantes) que tentam influenciar ou mesmo controlar coisas, pessoas e/ou relações sociais com o intuito de apropriar-se delas e de dominar.

No baixo rio Tapajós, é possível identificar um campo de forças entre vários agentes ou territorialidades, em processos dialéticos de Re-Des-Territorialização contínua. A territorialidade é uma expressão geográfica primária de poder social. É um meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados, pois, segundo Sack, (1986) a territorialidade deve envolver uma forma de classificação por área e uma deve conter uma forma de comunicação simbólica ou material estabelecida por limites e fronteiras, visando por meio de uma estratégia, uma “tentativa de impor o controle sobre o acesso à área e as coisas dentro dela, ou às coisas fora dela através da restrição das coisas de dentro” (SACK, p. 80-81). A lógica de área, aqui, funciona como ponto de partida para perceber a tessitura da região do baixo rio Tapajós, que, na qual, podem ser identificados: Unidades de conservação (Resex, Flona e APA), Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAEx), Territórios de quilombolas e Terras Indígenas (Figura 2), onde as territorialidades se coadunam em diferentes jogos de interesses e formas de ocupação, apropriação e uso da terra e do território.

Para Sack (1986), a territorialidade pode constituir uma grande estratégia de resistência, ou em outras palavras, de afirmação indenitária e territorial no seu sentido estrito. Outra característica é a que Rogério Haesbaert (2014) alerta para a dimensão do espaço-tempo-vivido dos sujeitos ou dos grupos, afirmando que o território é sempre múltiplo, diverso e complexo (onde se apresentam vários agentes territorializantes convergentes, antagônicas, divergentes e complementares), ao contrário do território “unifuncional” (homogeneizador) proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica e colonial, especialmente através de figuras como a do Estado neoliberal

que não admite multiplicidade/sobreposição de jurisdições e/ou territorialidade nas suas áreas de atuação.

Do ponto de vista metodológico, o entendimento para/com/no processo de territorialização (dominação e/ou apropriação), Haesbaert (2014) assevera que deve ser trabalhada nas suas multiplicidades que é também, e sobre tudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados a partir dos múltiplos sujeitos envolvidos, tanto no sentido de quem sujeita, quanto de quem é sujeito, tanto no sentido das lutas hegemônicas, quanto das lutas subalternas de resistências.

Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com aqueles que o constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o estado, empresas, instituições como a igreja, etc. Os objetivos que implicam o "controle" social através de uma determinada territorialização variam conforme espaço/tempo/vivido do grupo ou do próprio indivíduo, que de algum modo, criam o território visando atingir/afetar, influenciar ou controlar coisas, pessoas, fenômenos e/ou relacionamentos.

Haesbaert (2014) chama a atenção para a necessidade de distinguirmos a multiplicidade de territórios da multiterritorialidade, pois:

Cada território pode apresentar multiplicidade de territórios sendo que a multiterritorialidade “experimenta vários territórios” [e/ou territorialidades] ao mesmo tempo e de a partir daí formular uma territorialização efetivamente múltipla [...] um entrecruzamento de diferentes territórios (HAESBAERT, 2014, p.76).

A partir dessa perspectiva, Haesbaert apresenta a importância da multiterritorialidade em diferentes dimensões ou escalas (multiescalaridade das práticas territoriais) como elementos importantes na análise da multiterritorialização que, parafraseando Yves Lacoste (1988) com a ideia resultante de uma sobreposição lógica de território, hierarquicamente articulada, “encaixadas” na lógica da espacialidade diferencial de Yves Lacoste (1988) por se tratar de uma multiterritorialidade.

Outro elemento que Haesbaert (2014. p.78) chama atenção é a importância do(s) território(s)-rede(s) para que possamos “apreender globalmente” nossa experiência espacial contemporânea, que tem a ver com a descontinuidade dos territórios, organizados muito mais em rede do que em termos de área, pois trata de uma multiterritorialidade não apenas por deslocamento físico, mas também por conectividade virtual, da capacidade de interagirmos à distância, influenciando e, de alguma forma, interagindo e integrando com outros territórios (dimensões simbólica e materiais) em escalas múltiplas continuas, descontínuas e simultâneas.

Por tanto, para trabalhar as práticas territorializantes dos agentes hegemônicos do mercado verde, no baixo rio Tapajós, é necessário pensarmos nas suas práticas territoriais de forma

multiescalar, podendo iniciar da trama dos mercados que se conjectura em territórios-redes. A análise da territorialização dos agentes da "proteção" perpassa, também, pela materialidade dada nas formas projetadas de mercados econômicos (empreendimentos PPPC), que, a partir dos quais, se propõe compreender como pensam e agem esses agentes dominantes nos distintos territórios criados no baixo rio Tapajós e, em particular, na Unidade de Conservação da Resex Tapajós-Arapiuns para contrapor a perspectiva dos sujeitos indígenas que resistem, ao mesmo tempo em que se territorializam frente às investidas dos defensores do capitalismo climático na região.

Didaticamente, para representar a escala de poder político dos agentes nas suas negociações, ou seja, na abrangência de atuação dos agentes, dividiu-se o grupo em subgrupos, como "unidades de ação", como se fossem "avatares", para dar sentido a sua forma de espraia-se. Esta é uma tentativa de conceber uma existência, inclusive, material, mas não reificado, apenas como condição subjetiva do papel de mandantes, comandantes, comandados e demantantes que interagem numa única cooperação política e econômica multiescalar.

A pesar dessa subdivisão, esses subgrupos, não se encontram isolados em suas esferas de poder, mas interagem de forma dinâmica em todas as outras esferas, ao ponto de assumir papéis em diferentes dimensões da territorialidade hegemônica. É coerente, portanto, afirmar que falar de múltiplas territorialidades, ou melhor, de multiterritorialidade dos agentes dominantes, que utilizam-se de "avatares" da economia verde, estando em "plena" sintonia e que se espraia com a mesma intencionalidade de seus pares, constituindo-se numa só unidade racional do mundo contemporâneo.

O grupo de defensores do capitalismo verde, foi organizado no Quadro 1 em subgrupos para representar uma realidade aproximada dos agentes e de suas objetividades (funcionalidade). Contrapondo essas teias de tramas estabelecidas pela escala de poder hegemônico, os grupos de subalternizados, objetivados pelos movimentos sociais indígenas que também apresentam sua multiterritorialidade com suas formas de resistência, seja fazendo parcerias, divergindo ou "eliminando" as ameaças, este grupos, não serão divididos em subgrupos, mas se reconhece as suas formas congêneres de multiterritorialidade por atuarem em diferentes escalas de poder, afirmando-se contra as diferentes formas de violação dos direitos indígenas, tanto na escala local via CITA, regional pela COIAB, Nacional pela APIB e/ou mesmo pela escala continental por meio da COICA. Suas ações, portanto, transcendem o campo de negociação local, podendo dialogar nas esferas de negociação dos "mandantes". Para melhor visualizar os agentes subalternizados e suas situações, que constituem o campo do indigenismo no baixo rio Tapajós, veja o Quadro1.

Quadro 1: Representação dos grupos Hegemônicos e dos Subalternizados

A multiterritorialidade do grupo hegemônico	Papel dos agentes territorializantes multiescalar
Mandantes	Detentores dos meios de reprodução capitalista e que buscam efetivar a suas formas de "acumulação por desapossamento": Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs), Doadores financeiros, Banco mundial, BID, BNDES, Kfz/GIZ, Empresas transnacionais (corporações), grupos de países ricos (G7, G20, GEF, Fórum Econômico Mundial (FEM ou WEF), Clube de Roma...).
Comandantes	Tecnocratas que elaboram estratégias para a reprodução ampliada do capital (neocolonial): Agências multilaterais (ONU, PNUMA, PNUD, Unesco, FAO, Universidades/Institutos...) e Organizações não-governamentais internacionais (IUCN, WWF, TNC, IC...).
Comandados	São as organizações/agências governamentais nacional/regional, que seguem por meio de acordos/convenções/tratados internacionais, a agenda impositiva de criar espaços jurídicos/administrativos (programa/plano/projeto/territórios) para operarem (fiscalizando/punindo) as políticas de ampliação e reprodução do capital (climático, natural, verde...) sobre a ótica do desenvolvimento sustentável: MMA, IBAMA, ICMBio, FUNBIO, SEMA, FUNAI.
Demandantes	São as organizações não-governamentais (filiadas/parceiras) de base que agem como ponta de lança, atuando no esquema de PPPC (Parceria Público Privado e Comunitária) conhecidas como sistema <i>multistakeholder</i> na execução e "aperfeiçoamento" das políticas da economia verde: Biofílica, Imazon, TNC, IPAM, PSA.
"Multiterritorialidade" do grupo subalternizado	Papel dos agentes subalternizados na ótica dos Multiterritorializantes hegemônicos
Demandados	São os "beneficiários"/"usuários"/"fornecedores"/"guardiões"/"sentinelas"/"proprietários" de bens territoriais e ambientais (serviços ambientais, símbolos culturais e naturais, saberes tradicionais, biodiversidade...), que "devem" celebrar acordos/contratos/parcerias, por meio de suas associações sindicais, cooperativas, conselhos (inter)comunitários, organizações políticas e administrativas com os facilitadores/ pagadores/ financiadores/ compradores de créditos/cotas de reservas ambientais, títulos/ativos financeiros de "capital natural" (...).

Fonte: Atividade de campo, 2015.

Indianização como resistência a implantação de mercados neocoloniais²

Os povos indígenas no Brasil, nos últimos 30 anos, contabilizaram um aumento demográfico bastante expressivo, visto que em 1991, o IBGE havia divulgado um número de 294 mil índios e no ano de 2000, 734 mil, aumentando em 2010 para 896 mil. A explicação do IBGE para o tal crescimento foi motivado mais pela autodeclaração indígena e menos pelo crescimento natural. Esse processo de *indianidade* (CUNHA. 2012. p.101) ou mesmo de *reindianização* (CASTRO. 2008. p.137) do país, gerado pelo processo da autodeclaração indígena, remete-nos a interpelar: o que realmente provocou essa *retomada demográfica* indígena? Algumas das respostas podem ser construídas a partir das experiências de embates políticos e econômicas, encontradas na região do baixo rio Tapajós, cuja dinâmica da mobilização indígena nesse espaço de múltiplas territorialidades sociais e étnicas foi, imperativamente, motivada pelas iniciativas da economia de mercado em suas diferentes facetas neocoloniais.

Para entendermos o processo de *indianidade*, trabalhado por Manuela Carneiro da Cunha (2012), perpassa, inicialmente, pelo sentimento de pertencimento e pelo ação autodeclaratória, sem necessariamente o sujeito apresentar elementos diacríticos, além deste pertencer a *um grupo étnico que compartilharia valores, formas e expressões culturais*. Para entendê-lo na região do baixo rio Tapajós, devemos analisá-lo como um fenômeno da territorialização indígena frente à territorialização neocolonial, para tanto, deve se contextualizar o espaço/tempo das políticas e projetos/planos econômicos multiescalar (global-local) ditada pela resignificação desse espaço como uma fronteira do capitalismo neoliberal que vem se remodelando conforme os interesses globais da atual economia de mercado, que pode ser denominada, na sua versão "mais recente", de economia verde, capitalismo verde ou de capitalismo climático, por transfigurar os elementos da natureza e seus serviços ambientais num bem comercializável. No entanto seus tentáculos encontraram nos múltiplos territórios do baixo rio Tapajós resistências das multiterritorialidades indígenas (HAESBAERT, 2014).

Para Cunha (2012. p.123) “cada avanço da fronteira econômica no país dá origem a uma recuperação demográfica indígena”, em outras palavras, a cada avanço de empreendimentos públicos e/ou privados sobre as “terras tradicionalmente ocupadas” (ALMEIDA, p. 2008), os povos, invisibilizados pela cultura homogenizadora dominante, invocam os espíritos da resistência indígena, forçando-os a buscarem, na Constituição nacional, os seus direitos consuetudinários para

² A ideia de mercados neocoloniais, aqui, é aplicado no sentido de David Harvey, trabalhado no texto *O "novo imperialismo": acumulação por desapossamento (parte II)*, no qual ele explica, criticamente, as formas contemporâneas da reprodução ampliada do capital, baseando-se na teoria de Marx e nos conceitos de Rosa de Luxemburgo sobre o caráter dual da acumulação de capital (I. mercado de mercadorias e ao Lugar de produção de Excedentes / II. relações entre capitalismo e formas de produção não capitalista).

defender as suas territorialidades específicas (ALMEIDA. 2004). Esse processo da *etnicidade* (BARTH. 2000) é constatada na região do baixo rio Tapajós, rio Arapiuns e no planalto santareno através das mobilizações de 13 povos indígenas. Edwirges Ioris (2012a, 2012b) e Vaz Filho (2010a, 2010b) nos relatam que o movimento indígena na região do rio Tapajós teve suas primeiras formas organizadas de resistência, ainda no início do século XIX, durante o período da cabanagem, no entanto, sua maior expressão de resistência registrada por ambos, ocorre em 1974, com a implantação, pelo Estado, da unidade administrativa de proteção ambiental denominada de Floresta Nacional (Flona) do Tapajós, que, por definição na época, não admitia a presença de moradores, o que gerou indignação por parte dos povos que ali habitam.

Esse modelo de "área protegida" seguia as premissas econômicas estabelecidas pelas políticas de desenvolvimento dos governos dos militares (1964-1985), período marcado pela grande repressão e de violência na Amazônia contra os povos indígenas. A criação da Flona do Tapajós tinha como objetivo atender as demandas do mercado madeireiro (inter)nacional, como continuidade de um processo que resultou das redefinições econômicas e políticas nacionais e internacionais, no início do século XX, ainda durante os governos de Getúlio Vargas, com o apoio de empresas nacionais, em particular, do setor industrial da mineração e celulose, protagonizadas pelas famílias Matarazzo e Klabin (TELLES. 1946). Tais projetos de desenvolvimento contribuíram para o fortalecimento do atual padrão de acumulação de capital, estando ainda em franca expansão com suas significativas alterações estruturais nas escalas das relações jurídicas e econômicas, sob a batuta do poder internacional (PORTO GONÇALVES, 2006) que, no espectro do visível, se materializam nas decisões tomadas pelas agências multilaterais de amplitude multiescalar.

As sucessivas manifestações contrárias aos modelos de implantação de empreendimentos econômicos no baixo Tapajós tiveram como instrumento de luta a organização do movimento indígena que, a partir dos contextos de lutas sociais, políticos e econômicos, no interior da Flona, as lideranças comunitárias que se opuseram às imposições dos gestores da Flona, adotaram formas de luta, como bem lembra o modo autodeclarativo do intelectual ativista Aymara Fausto Reinaga: “Danem-se, eu não sou um índio, sou um aymara. Mas você me fez um índio e como índio lutarei pela libertação” (MIGNOLO, 2008), essa autoafirmação Aymara pode ser comparada ao processo de autodeclaração dos indígenas munduruku existentes na Flona Tapajós, que com o apoio dos dirigentes das Pastorais Sociais Diocesanas de Santarém, de Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), do Grupo de reflexão de religiosos negros e indígenas (GRENI), de ambientalistas e intelectuais da academia local, apresentaram e constituíram, em meio as reflexões situacionais de suas realidades, os primeiros traços do

*pensamento liminar*³ frente a *diferença colonial*⁴ (MIGNOLO, 2003), ou seja, os munduruku tomaram consciência das estratégias de dominação hegemônicas e eurocêntricas sobre suas multiterritorialidades (HAESBAERT, 2014), passando a contestar as formas de intervenções políticas e econômicas dos agentes neocoloniais.

Na segunda metade da década de 1990, enquanto as lideranças indígena da aldeia Takuara, Bragança e Marituba se articulavam em defesa dos seus territórios, promovendo as iniciativas para os seus estudos técnicos e antropológicos, via Fundação Nacional do Índio (Funai), do outro lado do rio Tapajós (na margem esquerda), outra mobilização de moradores emergia contra as indústrias madeireiras que avançavam sobre suas *terras tradicionalmente ocupadas* (ALMEIDA, 2008). Contudo, as estratégias escolhidas por suas lideranças foram a opção pela modalidade territorial de Reserva Extrativista (RESEX), decretada em 1998, que, por sua vez, reforçava a invisibilidade indígena pela identidade de extrativista, no entanto, entendiam que o modelo de RESEX traria segurança para as suas terras e território. Em parte, eles conseguiram expulsar as empresas madeireiras e ainda estabeleceram novas formas de uso e apropriação dos recursos naturais da Resex realizando, na época, um reordenamento orientado pelo IBAMA⁵, constituído num plano de manejo. Esse tipo de gestão desagradou muitos de seus moradores, por impedi-los de continuarem realizando as suas formas tradicionais de reprodução social, cultural e econômica.

Em 1998, a aldeia Takuara autoafirmou-se como indígenas munduruku, o que motivou ainda mais os povos da margem esquerda do Tapajós a lutarem por seus territórios. A luta dos moradores da Resex logo se tornou na luta dos povos indígenas, pois vivenciando exclusivamente as práticas dos grupos extrativistas de Unidade de Conservação, logo o sentimento de estranhamento se contrapôs ao de pertencimento. Sobre essa resistência do fazer indígena, Alfredo Wagner de Almeida (2015) reforça a ideia de que, para que o reconhecimento dos direitos consuetudinários possa realmente existir no domínio da vida social, para que possa ser também um objeto de discussão, reflexão e até de transformação, é necessário passar pela politização das *terras tradicionalmente ocupadas*. E isso tudo só será possível, se, se organizarem em

³ Mignolo (2003) define o *Pensamento Liminar* como sendo os momentos de fissuras no imaginário do sistema mundial colonial/moderno e a esse imaginário ele se refere também ao discurso sobrepujante do ocidentalismo, com a sua transformação geohistórica, gerada na tensão e no conflito com as forças da subalternidade. No discurso hegemônico, homogeneizante e dominante, o *Pensamento Liminar* se encontra reprimido pelos domínios da hermenêutica e da epistemologia enquanto palavras chave que controlam a conceitualização do saber (p. 49-50).

⁴ Para Mignolo (2003) a *Diferença Colonial* é o espaço onde emerge a colonialidade do poder. É o espaço onde as histórias locais que estão inventando e implementando os projetos globais encontram aquelas histórias locais que os recebem; é o espaço onde os projetos globais são forçados a adaptar-se, integrar-se, ou onde são adotados, rejeitados ou ignorados. Finalmente, é o local ao mesmo tempo físico e imaginário onde atua a colonialidade do poder, no confronto de duas espécies de histórias locais visíveis em diferentes espaços e tempos do planeta (p.10).

⁵ Instituto brasileiro de recurso renováveis (IBMA) que, a partir do ano de 2007, passou a responsabilidade da gestão das unidades de conservação para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio).

movimentos⁶ e manterem-se na resistência política, tal assertiva veio a concretizar-se com a organização do movimento indígena local.

Na área da Resex, a partir da primeira década do século XXI, a resistência e a insatisfação de grupos indígenas aumentavam, conforme as políticas conservacionistas eram introduzidas ou testadas na Resex, e a reboque, alavancava o número de aldeias que se autoidentificavam. Atualmente, o movimento indígena, objetivado no Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA), contabiliza, em franco crescimento, um contingente de quase oito mil indígenas, entre 13 povos, distribuídos em 18 territórios. A essa dinâmica de indianização, também se pode atribuir ao processo de institucionalização do movimento indígena, ao trabalho de valorização dos grupos étnicos e à politização das *terras tradicionalmente ocupadas*, sob a direção do Grupo de Consciência Indígena (GCI) e do CITA, criados respectivamente nos anos de 1997 e 2000, que contaram com apoio de seguimentos da igreja católica e de entidades não-governamentais.

Os agentes do capitalismo verde e o Movimento indígena

Na Conferência Internacional sobre Meio Ambiente realizada em 1972, em Estocolmo (Suécia), iniciou-se os primeiros acordos que estabeleciam uma agenda política global para o campo da governança ambiental, no entanto, esse evento teve como influências as políticas projetadas pelo Clube de Roma, que pretendia impor um controle sobre a exploração dos recursos naturais usando a palavra de *ordem* "desenvolvimento zero". Passados vinte anos, no Rio de Janeiro, na conferência de 1992, adotou-se um novo lema, o "desenvolvimento zero", promovendo a partir de então a Agenda XXI e a panacéia do "desenvolvimento sustentável", uma espécie de receituário propagado pelo relatório de Brundtland, intitulado de "Nosso Futuro Comum". Dez anos mais tarde, na Rio+10, ou seja, em 2002, o indicativo de controle dos recursos naturais se pautou no mecanismo de mercado climático, que defendia uma nova diretriz chamada "Emissão Zero de GEE" (gases de efeito estufa).

O movimento indígena, na região do baixo rio Tapajós, do ponto de vista da economia verde, foi atravessado pelos efeitos daquelas grandes conferências ambientalistas internacionais, a exemplo das agendas geradas nas Rio+10, Rio+20, Conferências do Clima (COP na sua versão 21ª em 2015) e pelas celebrações de acordos, tratados e convenções multilaterais, reordenando as novas formas de reprodução e acumulação do capital sobre a retórica do "desenvolvimento

⁶A estas formas associativas expressas pelos novos movimentos sociais que objetivam os sujeitos em existência coletiva (Conselho Nacional dos Seringueiros, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Movimento dos Fundos de Pasto etc.) correspondem territorialidades específicas onde realizam sua maneira de ser e sua reprodução física e social. Tal realização implica uma relação diferenciada com os recursos naturais que, de certa maneira, reflete nos textos constitucionais, nas leis e nos decretos.

sustentável". Sobre essas diretrizes ambientalistas, Almeida (2012) aponta duas frentes de ações do Estado que, de alguma forma, se complementam a de *Proteção* e a do *Proteccionismo* que configuram a expressão efetivada pela economia verde e que ele denominou de *implementação de políticas de reorganização de espaços e territórios* e para o qual ele alerta que:

Não são um produto mecânico da expansão gradual das trocas, mas sim o efeito de uma ação de Estado deliberadamente protecionista, voltada para a reestruturação de mercados, disciplinando a comercialização da terra e dos recursos florestais e do subsolo. A distinção entre "proteção", que deriva de mecanismos de uma ação ambiental conservacionista perpetrada por agências multilaterais, e "proteccionismo", que consiste (...) numa ação de Estado inspirada principalmente no potencial de crescimento econômico (ALMEIDA, 2012. p.63).

Nos processos de territorialização, engendrado pelos agentes multilaterais sobre os recursos naturais, em particular no Brasil, e ainda do ponto de vista da conjectura econômica, política e jurídica, o que se percebe é um expansionismo do capitalismo climático, que cria e/ou modifica dispositivos legais, ou seja, leis, decretos, programas e portarias, inclusive portarias intrassetoriais para garantir a implementação de políticas ambientalistas com viés economicista, favorecendo a criação ou o fortalecimento de mercados com ativos ambientais, para serem usados na bolsa de valores (verde), a exemplo do mercado de carbono e em suas múltiplas ramificações setoriais que convergem para a mercantilização da natureza, dentro das estratégias do programa de Redução de Emissão por Redução e Degradação (REDD+)⁷. Nessa perspectiva, as ações da economia verde têm sido conduzidas por grandes organizações não-governamentais como a World Wide Fund (WWF), The Nature Conservation (TNC), Greenpeace, International Conservation, como as principais parceiras na implantação do "capital natural" (ZACARIAS, 2014. p. 391).

O capitalismo climático conseguiu articular uma força tarefa para expandir as teias que arquitetam as premissas das agendas do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que continua construindo um entendimento sobre a economia verde em parceria com várias entidades de setores distintos, numa coalizão de organizações (Green Economy Coalition).

As organizações conservacionistas não-governamentais, seguindo uma tendência crescente e mundial, estão incorporando ou assumindo a função empreendedora do capital natural em suas redes de relações, ou seja, estão afirmando-se como empresas do mercado verde, como bem preconiza Mark Tercek, coordenador executivo da TNC:

Há necessidade de um grande pacto entre a conservação e a agricultura, como diz meu colega Glenn Prickett: o setor privado precisa pôr a natureza na frente e no centro dos seus pensamentos, e as organizações ambientalistas precisam fazer o mesmo no que se refere à produtividades e aos lucros" (2014. p.127).

⁷ REDD é o mecanismo adotado para a redução do desmatamento e da degradação das florestas e REDD+ é o mecanismo adotado com a mesma função do REDD, com adicionalidade de gestão, conservação florestal e aumento do estoque de carbono.

A The Nature Conservation tem se destacado no cenário nacional e em particular na Amazônia, realizando parcerias com movimentos sociais, com grandes empresas transnacionais como a CARGIL e com autarquias do alto escalão do governo federal, em outras palavras, sua estratégia de atuação é construída no sistema de Parceria Público, Privado e Comunitário (PPPC). Um exemplo da participação da TNC, em programas governamentais, foi a firmação de compromissos de cooperação técnica para a promoção de estudos em diferentes instrumentos (entre eles, o Termo de Cooperação Nº 01/2007 FUNAI/TNC) com a Fundação Nacional do Índio (Funai) e Ministério do Meio Ambiente (MMA). Esses acordos fazem parte do processo de construção e implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PNGATI)⁸ e do Programa Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) nos quais tem discutido as possibilidades de implantar e gerir projetos e programas da economia verde em terras indígenas (TIs).

A TNC (2013) afirma que a maior dificuldade para a implantação do PNGATI é do ponto de vista financeiro, pois os recursos do orçamento público, atualmente destinados para a gestão ambiental e territorial em TIs são insuficientes. Em 2013, como alternativa, a TNC elaborou o seu Plano de Sustentabilidade Financeira de Médios e Longos Prazos para a PNGATI, deixando claro que uma das principais fonte⁹ financeiras deverá vir de mecanismos da economia verde, como afirma o documento da TNC:

Somente na Amazônia, as TIs preservam um estoque de 7 bilhões de toneladas de carbono, relativos a aproximadamente 27% do estoque da região amazônica²⁴. Com o início das discussões de REDD+, estes territórios, que em sua grande maioria apresentavam grandes estoques e pouca ameaça de desmatamento, não seriam os principais beneficiários. Porém, atualmente com a evolução apresentada do REDD+, os territórios indígenas se tornaram áreas com grande potencial para um futuro mecanismo de REDD+, e os povos indígenas atores primordiais nessas discussões (TNC. 2013. p. 85).

A TNC vem atuando no estado do Pará através de projetos ligados a economia verde, em parcerias com outras ONGs, grandes empresas e com secretarias do Estado do Pará. No entanto, outras iniciativas de mercantilização e/ou financeirização da natureza tem chegado ao baixo rio Tapajós sem grandes alardes, constituindo verdadeiros mosaicos sobrepostos e/ou justapostos aos territórios indígenas. Pois, essas formas de políticas verdes podem pegar carona em outras formas

⁸Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012. Em 2013, a Portaria Interministerial nº 1.701, dos Ministérios do Meio Ambiente e da Justiça, regulamentou o art. 8º do Decreto nº 7.747, definindo a estrutura, a composição e o funcionamento do Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI.

⁹ Do ponto de vista financeiro, os recursos do orçamento público, atualmente destinado para a gestão ambiental e territorial em TIs são insuficientes. A implementação da PNGATI depende de uma estratégia de financiamento efetiva, que demonstre as necessidades, as linhas de base e as metas e estratégias de captação e aplicação de recursos. Essa estratégia de financiamento é parte da criação e implementação dessa PNGATI e deve cobrir os custos com infraestrutura das TIs e atividades a serem desenvolvidas e incluir as fontes de financiamento e os sistemas de gestão administrativo-financeira.

imbricadas de mercados econômicos, cujas fontes de recursos podem vir em multífaces, seja por meio de fundos (Funbio, Fundo Juruti Sustentável, Fundo Amazônia, Fundo Vale), programas, projetos e ou pequenas iniciativas econômicas.

Algumas formas de mercados puderam ser mapeadas na região, a partir da observação das ações contrárias pela resistência indígena, pois entendem que tais empreendimentos ou projetos de iniciativas econômicas podem impactar o seu modo de vida cotidiano em seus territórios. Essas diferentes formas de mercados, no entanto, têm-se integrado de alguma forma nas comunidades e aldeias, enquanto que, em outras, foram refutadas, seguidas de várias mobilizações sociais de protestos e de denúncias juntos a órgãos públicos e do ministério da justiça, por acreditarem que essas iniciativas são uma ameaça a sua autonomia política e de impedir a sua reprodução social, cultural e econômica, além de desrespeitarem o art. 231 da Constituição Federal e a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) cujo Brasil é signatário.

A análise dos mercados econômicos também revela que se trata de uma nova forma de tornar os povos indígenas dependentes de projetos econômicos, causando a imobilidade do trabalho tradicional, como acontece na Resex Tapajós Arapiuns, o controle institucional para abertura de novas colônias (roçados) ou do uso de madeiras em territórios indígenas, hoje reconhecidas como parte da Unidade de Conservação. Outras formas como as assistências de crédito moradia, bolsa floresta e bolsa família podem estar funcionando como uma forma de aviamento neocolonial, visto que, no passado, o produtor agrícola recebia adiantado para produzir, hoje ele recebe adiantado para não produzir de forma tradicional e autônoma na Resex, comprometendo as suas formas de ocupação, apropriação e uso dos recursos naturais nos seus próprios territórios indígenas.

O quadro 2 reflete algumas impressões da realidade que se conjectura na região do baixo rio Tapajós, servindo como referência dos efeitos dos novos mercados que estão sendo projetados na região. Tais fenômenos revelam como a conversão e supressão de direitos ao uso de bens comuns, por meio das modificações nos marcos regulatórios da constituição (a exemplo do Código Florestal, implantando os créditos de reservas ambientais, as ameaças da PEC 215, fragilizando as garantias dos direitos originários) vêm provocando violências simbólicas e conflitos sócio ambientais que hora mobiliza os movimentos indígenas e outras entidades parceiras contra os processos neocoloniais de apropriação de bens (i) materiais e de serviços ambientais, numa lógica de acumulação por desapossamento (HARVEY, 2015), no qual são mercantilizados/financeirizados os serviços ambientais de uso comuns, que podem passar de bens comuns à propriedade privada, inscrita nas bolsa de valores.

Quadro 2: Mercados neocoloniais e formas de resistência indígena (baixo rio Tapajós)

Tipos de mercado	Agentes envolvidos diretamente	Formas de apropriação e dominação	Formas de resistência indígena
Mercado de crédito de carbono	Biofílica e parceiros	Pagamento por Serviços Ambientais/Crédito de Reservas Ambientais/Cota de compensação/MDL/projetos de REDD+/monitoramento por satélite/drones(vant)/certificação ambiental.	Rechaçam as oficinas e exigem a suspensão das oficinas junto ao CITA/MPF/FUNAI e ICMBio
Mercado de madeira florestal	TAPAJOARA/ CONFLONA/ IMAFLORA e consorciados	Concessão Florestal/Exclusividade na Exploração / Servidão florestal preestabelecido pela empresa/APP/monitoramento por satélite/certificação ambiental.	Rechaçam o inventário florestal e exigem a suspensão imediata junto ao CITA/MPF/FUNAI e ICMBio
Mercado de terras	Pessoas de fora, Turistas, empresas de turismo e imobiliárias	Ocupação irregular/concessão real de uso/venda de terras nos territórios indígenas não demarcados/Certificação Ambiental Rural – CAR.	Autodemarkação/com placas de aviso e denúncias junto ao CITA/MPF/FUNAI
Mercado de Bens materiais (produtos artesanais)	ONGs, Comerciantes e atravessadores	Dependência da estrutura e do comércio externo/projetos de "agroecologia"/certificação ambiental.	Boicote e/ou Criação de associações e cooperativas com parcerias
Mercado de minérios	Empresas de Mineração	Pesquisa sem a oitiva das comunidades com aberturas de picos e trilhas na mata.	Impedimento de pesquisadores com denúncias junto ao CITA/MPF/FUNAI
Mercado de paisagens e de turismo de base comunitária	Controlado por ONGs e agências de turismo	Exploração da imagem e dependência econômica e impactos ambientais.	Criação de associações Denúncia junto ao CITA/MPF/FUNAI e ICMBio.
Mercado do agronegócio	Cargil (portos) e fazendeiros	Impactos sociais e ambientais/monitoramento por satélite/certificação ambiental.	Denúncia junto ao CITA/MPF/FUNAI e ICMBio.
Mercado da Pecuária (sustentável)	Criadores e fornecedores de insumos	Dependência do mercado, mudanças culturais/monitoramento por satélite/ certificação ambiental	Criação de associações de criadores.
Mercado de Bens imateriais e Saberes Tradicionais	ONGs e agentes comerciais	Direitos autorais/Patentes/Evasão de tecnologias/Etnodesenvolvimento	Criação de associações Farmácia artesanal.

Fonte: Atividade de campo, 2015.

O processo de territorialização dos agentes econômicos, na constituição de mercados verdes na região, é gerado fora das comunidades e aldeias, o que evidencia o caráter exógeno desses projetos, que chegam carregados de significados semantizados, deixando claro que a financeirização da natureza vem acontecendo a partir da negação dos direitos dos povos de

decidirem sobre as formas de uso dos recursos naturais/culturais pertinentes a suas multiterritorialidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas neste artigo são parte de percepções primárias das observações obtidas em campo, que constituem uma base de análise crítica sobre a importância social, política, econômica e ambiental que o movimento indígena tem se apresentado na/para a região do baixo rio Tapajós.

O movimento indígena do baixo rios Tapajós, tem, por sua vez, protagonizado vários atos de resistência política, social e econômica frente aos agentes públicos, privados e da sociedade civil, num processo de territorialização que constitui, na atualidade, como a maior força política contra-hegemônica da região. As suas estratégias de luta têm se concentrado na tentativa de barrar todas as formas de controle, apropriação e de uso dos recursos naturais que possam vir a violar, simbólica e/ou materialmente, os direitos consuetudinários dos 13 povos indígenas da região.

Quanto ao caráter acadêmico deste trabalho, constata-se que a categoria território e territorialidade operacionalizam bem, no entendimento dos processos de territorialização, tanto no que tange as diversas tentativas de controle das pessoas e dos recursos naturais, quanto da autoafirmação identitária e territorial dos povos indígenas. Nesse sentido, as formas indígenas de ocupar, apropriar e usar a terra e o território devem ser levadas, primordialmente, em consideração, pois se tem observado que as formas de gestão do território são construídas, imperativamente, de cima para baixo sem a participação direta em suas fases constituintes: (pré)elaboração, planejamento, implementação e execução, transfigurando o papel dos projetos/planos de gestão como mais um mecanismo de controle do território. Portanto, o território não deve ser visto como algo estanque, pelo aspecto do geografismo (euclidiano), mas como algo que possui multiformas, conteúdo, escala, temporalidade e interação com seus pares. A questão da gestão do território, seja por via dos mercados econômicos ou por políticas sociais, deve ser politizada na e junto à comunidade para que ela a subverta a lógica do poder hegemônico.

Do ponto de vista da indianidade, os povos indígenas do baixo rios Tapajós, que historicamente foram sujeitados as diferentes formas de dominação (cultural, epistêmica, religiosa, política e econômica), hoje se têm fortalecido nos levantes em defesa do território e de suas terras tradicionalmente ocupadas. O Cita, numa articulação multiescalar (política e espacial) tem possibilitado aos povos indígenas refletirem sobre suas formas de existência, tanto no campo do espaço/tempo/vivido e do pertencimento, quanto no campo do jurídico, provocando um repensar de valores étnicos e territoriais como condição básica do seu "bem viver".

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. *In: ALMEIDA, Alfredo W. B. et al (Orgs.). Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo.* Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-144

ALMEIDA, A.W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas – processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.** Vol. 6, nº 1. ANPUR, maio de 2004. p. 9-32.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Conceito de terras tradicionalmente ocupadas (palestra – seminário sobre questões indígenas).** Disponível em: file:///C:/Users/STORE/Downloads/conceitodeterrastradicionalmente_alfredowagner%20(1).pdf. Acessado em: 13/05/2015.

BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. *In: LASK, T. (Org.). O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. *In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org). Geografia cultural: uma antologia.* Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2012.

BOURDIEU. P. **O poder simbólico.** 11ª ed. Rio de Janeiro. editora Bertrand Brasil, 2007.

CASTRO, Eduardo Batalha Viveiros de. **Antropologia e a Imaginação da Interdisciplinaridade. Conferência em 18 maio de 2005.** Orgs.: Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da UFMG (IEAT) e da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) – UFMG – Campus Pampulha.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios do Brasil: história, direitos e cidadania.** 1ª Ed. São Paulo: Claro Enigma. 2012.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?.** En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Landier (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.133-168. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Escobar.rtf>

FATHEUER. Thomas. Nova economia da natureza: uma introdução crítica. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Heinrich Bol. Stiftung. **Série Ecologia.** Vol.35, 2014.

FUNAI. www.funai.gov.br. Acesso em 31/10/2015

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. *In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs). Manifestações da cultura no espaço.* Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade em questão. *In: Haesbaert, R. Viver no limite: Território e multi/transteritorialidade em tempos de in-segurança e contenção.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY. David. **O "novo imperialismo":** acumulação por desapossamento (parte II).

Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/downloads/v15_16_david_harvey.pdf. Acesso em 25/06/2015.

ICMBIO. **Plano de Manejo**: Reserva Extrativista Tapajós e Arapiuns. Vol. 1. Brasília: 2014.

ICMBIO. **Plano de Manejo**: Reserva Extrativista Tapajós e Arapiuns. Vol. 2. Brasília: 2014.

IORIS, E. M. Identidades negadas, identidades construídas: processos identitários e conflitos territoriais na Amazônia. In **Revista ILHA**. V. 11 – número 2, p. 219-264, 2010. Disponível em «<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/19411/17796>». Acesso em 20/11/2012.

LOVINS. L.H. COHEN B. **Capitalismo Climático**: liderança inovadora e lucrativa para um crescimento econômico sustentável. 1ª ed. São Paulo. Cutrix ed. 2013.

MARGALHO. M.G. **Klabin**: os empresários, as empresas e as estratégias de construção da hegemonia (1930-1951). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói- RJ, 2008.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Locais/Projetos Globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Da geografia às geo-grafias**: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECENÑA, Ana Esther y SADER, Emir (Coordenadores) “La guerra infinita. Hegemonia y terror mundial”. Colección Grupos de Trabajo de CLACSO/Grupo de Trabajo Economía Internacional - 1ª edição. Buenos Aires: CLACSO, fevereiro de 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Reinvenção dos Territórios**: a experiência latino-americana e caribenha. En: Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

SACK, R. **O Significado de Territorialidade**. In: DIAS, L. C.; FERARI, M. (orgs). Territorialidades Humanas: Florianópolis. ed. Insular, 2011.

SZTUTMAN. R. (Org.). Eduardo Viveiro de Castro. **(entrevistas)** Rio de Janeiro. Beco do Azogue. 2008.

TELLES. Carlos. **História secreta da Fundação Brasil Central**: retrato de João Alberto e de uma época. Rio de Janeiro - RJ. Editora Chavante. 1946.

TERCEK. M. R. JONATHAN S. A. **Capital Natural**: como as empresa e a sociedade podem prosperar ao investir no meio ambiente. São Paulo. Alaúde Editorial. 2014.

THE NATURE CONSERVANCY-TNC. **Estudo sobre Sustentabilidade Financeira da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas**: Documento do Plano de Sustentabilidade Financeira de Médio e Longo Prazos para a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI. Produto 3. Brasília-DF.TNC. 2013. disponível em: <http://www.tnc.org.br/nossas-historias/publicacoes/estudo-sutentabilidade-financeira-da-pngati.pdf>. Acesso em 10/10/2015.

VAZ FILHO. F. A. **A emergência étnica dos povos indígenas do baixo Rio Tapajós, Amazônia.** 2010. 478f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – área de concentração Antropologia), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010a.

VAZ FILHO. F. Povos indígenas e etnogêneses na Amazônia. *In* LUCIANO, G.J.S.; OLIVEIRA, J.C. de.; HOFFMANN, M. B. (Org.). **Olhares indígenas contemporâneos.** Brasília, DF: CIEP, 2010b.

ZACARIAS. Rachel. Mudanças climáticas e movimentos sociais ambientais: posicionamento, contradições, embates. *In.*: MONTAÑO. Carlos (Org.). **O Canto da sereia:** crítica à ideologia e aos projetos do "terceiro setor". São Paulo. Cortez. 2014.

UM PROTOCOLO DE CONSULTA NO ALTO TROMBETAS: EXPERIÊNCIAS E RESULTADOS

Erika Giuliane Andrade de Sousa Beser¹

Júlia Farias Ribeiro²

Luciana Gonçalves de Carvalho³

RESUMO: O objeto deste artigo é a criação de um protocolo com vistas a normatizar, para agentes internos e externos, os processos de consulta baseados na Convenção nº 169, no Território Quilombola Alto Trombetas II, em Oriximiná/PA. Consideraram-se, para tanto, os obscuros cenários de aplicação desse instituto jurídico na própria região, no Brasil e na América Latina, onde experiências sucedidas até o momento suscitam dúvidas acerca da efetividade dos processos de consulta previstos na convenção. Como resultado, verifica-se que, embora exista certa visibilidade jurídica (expressa em normas e garantias legais), persiste a invisibilidade moral das comunidades remanescentes de quilombos enquanto sujeitos de direitos no Brasil.

Palavras-Chave: Consulta prévia. Protocolo. Quilombos. Alto Trombetas II.

ABSTRACT: This articles deals with a consultation protocol prepared in quilombola communities on the banks of the Trombetas river, in Oriximiná/PA (Território Quilombola Alto Trombetas II). This document intends to regulating, for internal and external agents, the consultation processes based on Convention 169. The obscure scenarios and experiments of application of this legal institute in Trombetas, in Brazil and in Latin America raise doubts about the effectiveness of the prior consultation instrument. The results demonstrate that, in despite of the juridical visibility achieved by quilombola communities (garantees about quilombola rights), their moral invisibility remains in Brazil.

Keywords: Prior consultations. Protocol. Quilombola lands. Alto Trombetas II.

INTRODUÇÃO

Este artigo comenta experiências de pesquisa e extensão universitárias desenvolvidas junto a uma associação quilombola do município de Oriximiná/PA, entre 2015 e 2017, na elaboração de um protocolo de consulta que pretende servir de base para uniformizar procedimentos de tomadas de decisões que sejam reconhecidos por agentes internos e externos as oito comunidades remanescentes de quilombos que a entidade representa. Assim, o próprio processo de maturação de ideias para o protocolo, por parte da Associação das Comunidades Remanescentes de

¹ Antropóloga no setor Serviço Quilombola no Incra. Mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (2009) e Doutora pelo Programa Sociedade, Natureza e Desenvolvimento na Universidade Federal do Oeste do Pará (2018). E-mail: erika_giuliane@yahoo.com.br

² Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), estudante de iniciação científica no Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Sociedades Amazônicas, Cultura e Ambiente (bolsista Fapespa) E-mail: juliafarias963@gmail.com

³ Doutora em Antropologia (PPGSA/UFRJ, 2005). Professora do curso de doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, e do curso de mestrado em Ciências da Sociedade, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Professora do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará. E-mail: luciana.gdcarvalho@gmail.com

Quilombos do Alto Trombetas II (ACQRAT), constituiu o campo sobre o qual se teceram as observações que embasam os comentários ora apresentados.

Os trabalhos que inspiram esses comentários foram realizados por uma equipe composta por: duas docentes, uma de Antropologia e uma de Direito; e três estudantes, sendo uma de doutorado, oriunda do curso de Direito, e duas de graduação — uma de Direito e uma de Antropologia. Em parte dos trabalhos também estiveram presentes dirigentes e membros da ACRQAT, sobretudo nas ocasiões de discussão coletiva dos conteúdos do protocolo.

O objetivo do artigo é, acima de tudo, compartilhar e refletir o próprio processo de elaboração conjunta de um protocolo de consulta que envolveu pesquisadoras universitárias e quilombolas. O assunto é pertinente no contexto atual vivenciado no Baixo Amazonas, onde é crescente o número de povos indígenas e comunidades tradicionais que se engajam na produção de protocolos comunitários com o intuito de estabelecer regras próprias para o diálogo com agentes externos que representam interesses de implantação de projetos e empreendimentos nos territórios de ocupação tradicional daqueles grupos.

Inicialmente, o artigo apresenta os antecedentes e as motivações que conduziram a ACRQAT ao projeto de elaborar o próprio protocolo, depois de uma experiência dramática de consulta prévia⁴ no contexto de um inquérito civil. Na segunda seção, dedica-se a uma avaliação dos contextos de regulamentação e aplicação da Convenção nº 169 (C169), no Brasil e na América Latina, revelando um confuso cenário em que outros direitos se superpõem aos dos povos indígenas e tribais aos quais a convenção se aplica, postergando ou até mesmo impedindo a efetivação do direito à consulta prévia, livre e informada. A terceira seção volta-se para a área focada no artigo, o Território Quilombola (TQ) Alto Trombetas II. Por fim, a quarta seção detém-se no protocolo de consulta da ACRQAT.

ANTECEDENTES

Entre 2012 e 2015 as comunidades remanescentes de quilombos do território Alto Trombetas II, em Oriximiná/PA, estiveram envolvidas em uma série de eventos marcados por controvérsias e dissensões que constituíram o processo de consulta prévia sobre um projeto de mineração em terras que ocupam, as quais, por sua vez, são sobrepostas pela Floresta Nacional Saracá-Taquera (FNST) e, por isso, ainda não foram tituladas. O processo, altamente dramático (TURNER, 2008) e elucidativo das relações de poder (GLUCKMAN, 2010) que atravessam o

⁴ Em 24 de janeiro de 2018 foi publicado pelo governo do Pará o Decreto nº 1.969, que trata da criação de um grupo de trabalho para regulamentar a realização de consultas prévias, livres e informadas para comunidades tradicionais, como previsto na Convenção 169 da OIT. O MPF solicitou revogação imediata do referido Decreto, pois essa norma não garante a efetiva participação das comunidades tradicionais nas propostas sobre o tema.

território quilombola, revelou-se paradigmático da situação que confronta certa visibilidade jurídica — garantida pela legislação específica vigente — e a recorrente invisibilidade moral dos grupos remanescentes de quilombos perante diferentes segmentos da sociedade: empresas, governos, órgãos públicos e organizações não governamentais (ONG) (BESER, 2016; BESER & FARIAS, 2017).

A referida consulta prévia foi realizada no contexto de um Inquérito Civil aberto pelo Ministério Público Federal (MPF) em Santarém, em 2012, após denúncias feitas por lideranças quilombolas, assessoradas pela organização não governamental Comissão Pró-Índio de São Paulo, de que a Mineração Rio do Norte (MRN) vinha executando limpeza de ramais e atividades de pesquisa em áreas de ocupação quilombola sem o conhecimento dos moradores. Além de recomendar a suspensão de licenças e autorizações da mineradora — o que foi acatado pelos órgãos federais responsáveis —, o MPF determinou a aplicação da consulta prévia, com base na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, e a delegou, inicialmente, à Fundação Cultural Palmares (FCP), instituição incumbida da proteção do patrimônio afro-brasileiro.

A consulta sucedeu-se, portanto, em meio a episódios conectados ao procedimento jurídico e dotados de alta carga moral-legal (OLIVEIRA, 2002), envolvendo um conjunto de agentes que exercem poderes distintos sobre os domínios da ACRQAT. Ademais, contou com a participação da Associação Mãe Domingas, entidade representativa das comunidades que perfazem o Território Quilombola (TQ) Alto Trombetas I, também afetadas pelas ações da mineradora (SCARAMUZZI, 2017).

O processo padeceu de dificuldades incontestes no que diz respeito à garantia das condições para que a consulta fosse, efetivamente, prévia, livre e informada (BESER & FARIAS, 2017). Uma série de atos executados no decorrer do processo foram percebidos pelos quilombolas como desconsideração, no sentido apontado por Oliveira (2002, p. 9):

A desconsideração como insulto moral, é caracterizada como um ato ou atitude que agride direitos de natureza ético-moral [...] Diferentemente das agressões a direitos jurídicos-legais, o insulto moral não pode ser traduzido, de imediato, em evidências materiais.

Do ponto de vista da ACQRAT, ao qual este artigo se limita, foram pungentes as dissidências internas e desavenças com lideranças e moradores do Alto Trombetas I, além de desacordos com os órgãos envolvidos, conflitos com a empresa e divergências com o próprio MPF, que, no intuito de proteger o direito das comunidades, tomou atitudes que, por vezes, as desagradaram — conforme os próprios representantes informam. Todavia, julga a associação que o

saldo foi positivo quanto à aquisição de novos conhecimentos e meios de luta por direitos.

Neste sentido, lideranças da ACRQAT apontam enfaticamente a conquista de competências específicas para lidar com governos, órgãos públicos, empresas, operadores do direito, ONGs: “aprendemos a fazer uma ata, a documentar tudo, até com fotografia. Porque o sujeito, depois, diz que não participou da consulta, mas a foto está lá”. Às vezes isso se torna estressante, mas, por outro lado, é bom, porque faz parte de um aprendizado e com isso a gente começa realmente a ter conhecimento dos nossos direitos como quilombola; nós aprendemos a lidar, a agir pela nossa própria área. Se acontecer uma situação semelhante, nós já sabemos por onde começar (CUMBUCA NORTE, 2016).

Em 2017, sentindo-se fortalecidos pela experiência da consulta supracitada, mas sem esquecer os dramas vivenciados, os quilombolas do Alto Trombetas II depararam-se com um novo processo em que a consulta prévia seria exigida: a regularização fundiária do território, que, além da FNST, também é sobreposto pela Reserva Biológica do Rio Trombetas (RBRT). Diante disso, a ACRQAT decidiu-se pela elaboração de um protocolo de consulta próprio para guiar tanto as comunidades quanto os governos na aplicação do instrumento jurídico da C169. Seu objetivo é que as próximas consultas não sejam “feitas de qualquer jeito, porque isso traz mais problemas”, e que os moradores sejam “consultados de um jeito que possamos entender, participar, discutir com calma, tomar decisões e ter nossas decisões respeitadas” — nas palavras dos próprios.

Os TQs do Trombetas se veem ameaçados por grandes projetos em curso ou previstos para serem implantados ao longo do rio que lhes dá vida e nome. Além da própria mineração e das concessões florestais em curso na FNST, a implantação da hidrelétrica acima de Cachoeira Porteira, cujos estudos iniciaram nos anos 1970, sendo depois interrompidos, é uma ameaça que ressurge. Exigindo que se cumpra o direito de serem consultados previamente sobre esses e outros projetos, e já “escaldados” da recorrente “desculpa” apresentada pelos empreendimentos de que “a consulta prévia não está regulamentada no Brasil”, os membros da ACRQAT pretendem que o protocolo oriente qualquer agente externo para o diálogo igualitário e respeitoso às comunidades, no qual cada parte esteja consciente de seus direitos e deveres.

A iniciativa dos quilombolas do Alto Trombetas II não é singular nem isolada, mas está inserida em um movimento crescente de produção de protocolos de consulta pelos próprios sujeitos que pretendem ser consultados, o qual vem sendo fomentado por ONGs nacionais e internacionais, setores da igreja católica, universidades e pelo Ministério Público. Desde 2014, por exemplo, fizeram-no os Wajãpi, Krenak, Munduruku, Juruna e povos do território indígena do Xingu; as comunidades ribeirinhas de São Francisco e Pimental; os beiradeiros do Projeto Agroextrativista Montanha e Mangabal; e os quilombolas de Abacatal/Aurá e da Federação das

Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS).

É importante destacar que esses protocolos são regras internas criadas pelas próprias comunidades, refletindo características tradicionais e o modo como se relacionam interna e externamente, e definindo como, na prática, desejam ser abordadas em situações de consulta prévia. De acordo com Monteiro (2015, p. 35).

Os protocolos comunitários podem ser entendidos como meios de positivação, através de um documento, do direito consuetudinário, via de regra, transmitidos oralmente durante gerações. Deste modo, capacita[m] os povos e comunidades tradicionais a dialogarem com os agentes externos em paridade de posições.

Em geral, adotam um modelo discursivo claramente construído na confluência de discursos eruditos, marcados por jargões jurídicos e antropológicos, com saberes e visões locais do direito (GEERTZ, 1997). São, portanto, documentos do processo de mediação instaurado entre os próprios grupos e “agentes sociais especializados [que] passaram a deter autoridade para dizer quem são, onde e como vivem e quais os direitos desses grupos” (ANDRADE, 2009, p. 44).

Clamam não só pelo respeito à C169, mas por processos de boa-fé que considerem a linguagem, a compreensão, a forma de decidir e o desejo das comunidades, sem perturbar o seu modo de viver. Diante do recorrente argumento usado pelo governo, de que a falta de regulamentação impede a obrigação de consultar, os protocolos comunitários consumam as regras e as normas que possibilitam o diálogo direto, demonstrativo da boa-fé que deve pautar os processos fundamentados na C169.

CENÁRIOS DA REGULAMENTAÇÃO E APLICAÇÃO DA C169

Considerada o principal instrumento internacional sobre direitos humanos dos povos indígenas e tribais, a Convenção nº 169 inova ao encará-los “como grupos sociais cujas formas de vida, culturalmente distintas, devem ser respeitadas porque são perenes, ainda que passíveis de mudanças provocadas pelas dinâmicas sociais” (ALMEIDA; DOURADO, 2013, p.27).

A convenção avança, ainda, ao tornar obrigatória a realização de consulta prévia à implantação de qualquer projeto que envolva a exploração de recursos nos territórios ocupados por tais grupos, conferindo-lhes o direito de participar da utilização, administração e conservação desses recursos, inclusive quando o Estado retém a propriedade do subsolo (como é o caso, no Brasil). Reconhece a esses grupos prerrogativas para definir as próprias prioridades no processo de desenvolvimento econômico, social e cultural, ao mesmo tempo em que atribui ao Estado o dever intransferível de conduzir consultas de boa-fé e de maneira adequada às circunstâncias dos

consultados (FIGUEIROA, 2009).

Adotada em 1989, em Genebra, a Convenção nº 169 foi ratificada por 22 Estados, dos quais “16 são Estados latino-americanos, um da Oceania, um africano, um asiático e três europeus” (SILVA, 2016, p. 71). No Brasil, a C169 foi promulgada pelo Decreto nº 5.051/2004 e, desde então, tem sido crescentemente apropriada como fundamento legal para demandas quanto a medidas legislativas ou administrativas que possam ferir os direitos de grupos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, entre outros passíveis de enquadramento como povos e comunidades tradicionais.

Contudo, a despeito de a C169 ser um tratado de direitos humanos e possuir *status* normativo supralegal, ou seja, estar acima das demais normas infraconstitucionais (SILVA, 2016), e do Decreto nº 5.051/2004 prever a execução e o cumprimento de seus mandamentos na integralidade, a aplicação da consulta prévia tem sido evitada ou dificultada sob alegação da falta de regulamentação no Brasil. Dessa forma, apesar dos evidentes avanços conceituais operados pela C169, a efetividade dos direitos que ela pretende assegurar está longe de ser uma realidade.

Diversos países na América Latina ainda vêm tentando regulamentar a aplicação dos direitos previstos na C169, particularmente no que tange à consulta prévia. Nenhum chegou a expedir regulamentação integral sobre o tema, restringindo-se a regramentos aplicáveis a medidas administrativas decorrentes de processos de licenciamento ambiental para exploração de recursos naturais em terras ocupadas por povos e comunidades tradicionais.

No cenário latino-americano refratário à adoção da consulta prévia como praxe, a experiência colombiana se destaca com um número recorde de procedimentos realizados a cargo da *Dirección de Consulta*, criada em 2011 e vinculada ao Ministério do Interior. Segundo Silva (2016), o país foi um dos primeiros a ratificar a Convenção nº 169, em 1991, e até 2014, aquele órgão concluiu 690 processos de consulta. Contudo, a própria autora adverte sobre a arbitrariedade da normatização da C169 pelo Estado.

O Estado colombiano tem regulamentado a consulta prévia por meio de atos administrativos e normativas que têm sido questionadas em termos de legitimidade por terem sido elaboradas de modo unilateral. Existe um projeto de *Ley Estatutária* elaborado pelo próprio Ministério do Interior. A Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC) tem criticado a postura do governo em elaborar anteprojetos sem consultar as organizações e os povos interessados/ afetados (SILVA, 2016, p. 84).

Processos e tentativas de regulamentação da C169 também sofreram graves deficiências, tanto na forma, quanto na substância no Peru, na Bolívia, no Equador e na Guatemala.

Desnaturalizando o diálogo entre povos indígenas e governos, tenderam à mera formalização do direito, a fim de facilitar o investimento de grandes empresas sem demonstrar qualquer preocupação com a boa-fé da aplicação prática de procedimentos de consulta adequados aos grupos consultados. Na medida em que não buscaram refletir a visão dos povos tradicionais, tais processos de regulamentação não se adequaram aos padrões internacionais.

No Equador, por exemplo, a C169 foi ratificada em 1998, e o direito à consulta prévia foi incorporado na *Constitución Política de la República del Ecuador* de 2008, especificamente no artigo 57, inciso 7. Considerada pelos povos indígenas do Equador como um instrumento de vital importância para o exercício dos direitos coletivos, a consulta prévia, porém, tem sido tratada como mero procedimento processual em muitos contextos, e até com descaso. Há relatos, por exemplo, de consultas baseadas em documentos redigidos em idioma e linguagem inacessíveis e de outras que terminaram no oferecimento de trocas inúteis como gêneros alimentícios, bolas de futebol, apito e cronômetro (SIMBAÑA, 2012).

Já na Guatemala, um projeto de regulamentação da C169 foi elaborado pela *Comisión Intersectorial de la Presidencia de la República* em 2010 e 2011 e sua versão preliminar foi apresentada ao Departamento de Normas da OIT. Prevendo um mecanismo de “consulta eletrônica”, o projeto foi considerado inadequado pelo então Relator das Nações Unidas para Povos Indígenas e contestado pelo Conselho de Povos do Ocidente diante da Corte Constitucional (SILVA, 2016).

Na Bolívia, conflitos entre o governo e povos habitantes do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Sécure (Tipnis), deflagrados em 2012 pelo projeto de construção da estrada Villa Tunari – San Ignacio de Moxos resultaram na Lei nº222 cujo objetivo foi a normatização da consulta prévia, livre e informada. Tal consulta deveria ser realizada no âmbito das comunidades indígenas originárias e camponesas Mojeño-Trinitarias, Chimanés e Yuracarés que habitam o Tipnis, em sua dupla condição de Território Indígena e Área Protegida, respeitando normas e procedimentos próprios.

Para o governo, a finalidade do procedimento seria chegar a um acordo entre o Estado Plurinacional da Bolívia e os povos indígenas originários e camponeses sobre: a) se o Tipnis deve ser área intangível ou não, para viabilizar o desenvolvimento das atividades dos povos indígenas e a construção da estrada; e b) as medidas de salvaguarda para a proteção do Tipnis, assim como as destinadas à proibição e desocupação imediata dos assentamentos ilegais, respeitando a linha demarcatória do Tipnis. Para os povos indígenas, estava em jogo o respeito aos seus sistemas e instituições políticas, econômicas, sociais e culturais a fim de que cada indivíduo, bem como o conjunto da população, conhecesse, participasse e controlasse o desenvolvimento do seu território,

tendo a possibilidade de expressar ou não o consentimento com relação à estrada (SANJINÉS, 2010). A consulta transcorreu em meio a denúncias e, ao seu término, comunidades indígenas reviram suas decisões ao se aperceberem de que haviam sido enganadas, até mesmo por alguns de seus dirigentes, cooptados com presentes e benesses pelo governo.

No Brasil, como já exposto, ainda não existe lei que regulamente o direito à consulta prévia, mas os tribunais o vêm reconhecendo em diversas oportunidades e casos envolvendo povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais (GARZÓN; YAMADA; OLIVEIRA, 2016). Fazem-no com base no Decreto nº 5.051/2004, que promulgou a C169, e no Decreto nº 678/1992, que promulgou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, de 1969, que oferece proteções internacionais para os direitos humanos dos povos da América.

Apesar de a C169 e a CADH terem sido incorporadas à legislação brasileira, na qualidade de normas supraleais, possuindo aplicabilidade imediata, de acordo com o reconhecimento do Supremo Tribunal Federal (STF),⁵ o governo tem reiteradamente descumprido a obrigação de consultar. Após ser denunciado por organizações indígenas e quilombolas, por intermédio da Central Única de Trabalhadores (CUT), o governo argumentou que a falta de uniformização de procedimentos que traduzissem administrativamente o direito normatizado na C169 dificultava a aplicação da consulta prévia. Então, por meio da Portaria Interministerial nº 35, de 31 de janeiro de 2012, criou um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com o objetivo de estudar, avaliar e apresentar proposta de regulamentação da C169 e procedimentos para consulta prévia⁶.

Em dezembro de 2014, o GTI consolidou uma proposta de regulamentação administrativa que se limitava a dispor parâmetros para as comunidades quilombolas. As críticas à proposta concentram-se, principalmente, na forma da regulamentação, evidenciando que os desafios para implantar a consulta prévia vão além do seu descumprimento. Ainda não se sabe se tal proposta será publicada ou arquivada. Segundo o Serviço de Informação ao Cidadão, do governo federal, a proposta segue para a aprovação pelos Ministros da Secretaria Geral da Presidência da República, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério da Cultura.

De qualquer forma, na contramão dos esforços para efetivação desse instrumento de direito de povos e comunidades tradicionais, o Poder Judiciário brasileiro tem feito uso da Suspensão de Liminar e Antecipação de Tutela (SLAT) contra a consulta prévia em casos envolvendo projetos

⁵ Julgamento do recurso extraordinário nº 466.343/SP.

⁶ O GTI foi formado por representantes de 22 ministérios e autarquias, prevendo, ainda, a participação de representantes de órgãos governamentais, da sociedade civil e de povos indígenas e tribais como convidados.

do governo. Em grande parte dos casos que envolvem projetos governamentais, ordena-se a suspensão das autorizações ambientais dos mesmos até que se cumpra a consulta. Não obstante, tais decisões são suspensas pelos tribunais superiores ao classificarem os empreendimentos como estratégicos para a ordem econômica do país e considerarem que a consulta prévia seria lesiva à ordem e a economia pública, por atrapalhar o planejamento nacional⁷.

Nesse cenário, em que outros direitos se sobrepõem aos de povos e comunidades tradicionais, a aplicabilidade da C169 e da consulta prévia em inúmeros casos acaba por ser discutida. Pairam dúvidas sobre a efetividade desse instrumento de direito dos povos e comunidades tradicionais, da mesma forma que sobre a eficácia dos protocolos comunitários de consulta quanto à promoção de oportunidades reais de diálogo com agentes externos. As dúvidas, porém, não podem ser sanadas fora da observação das dinâmicas políticas e sociais e das relações de poder que se estabelecem entre as comunidades e outros agentes, em cada caso específico de consulta.

ÁREA DE ESTUDO: ALTO TROMBETAS II

As comunidades remanescentes de quilombos do Alto Trombetas II ocupam as margens do rio Trombetas, seus lagos e igarapés, no município de Oriximiná, desde o século XIX (ACEVEDO; CASTRO, 1993; FUNES, 2000; SALLES, 2005). Localizado no Oeste do Pará, na mesorregião do Baixo Amazonas e dotado de área de 107.603,292 km², esse é um dos maiores municípios brasileiros em extensão. O rio Trombetas o percorre de norte a sul, tendo como tributários inúmeros rios e lagos que compõem uma densa malha hidroviária que, nos 1800, foi percorrida por africanos negros escravizados nas fazendas de cacau e gado da Amazônia (Figura 01).

Em fuga, os negros se instalaram na bacia do Trombetas em busca de liberdade, formando os antigos mocambos que deram origem às quase 40 comunidades, ou cerca de oito mil indivíduos⁸ que compõem os oito territórios quilombolas existentes em Oriximiná: Água Fria, Alto Trombetas I, Ariramba, Boa Vista, Cachoeira Porteira, Erepecuru, Trombetas e o próprio Alto Trombetas II. Este, por sua vez, é composto por oito comunidades – Curuçá, Jamari, Juquiri Grande, Juquirizinho, Moura, Nova Esperança, Palhal e Último Quilombo – com cerca de 300 famílias.

Figura 1: Paisagem do Alto Trombetas II

⁷ Vide as batalhas judiciais envolvendo as hidrelétricas de Belo Monte, Teles Pires e São Manoel, na Amazônia.

⁸ Em 2013, a população total oriximinaense foi estimada em 69.024 habitantes (IBGE, 2015).



Fonte: autores, 2018

Essas famílias, unidas por laços de parentesco, tradições comuns e memórias compartilhadas desde o tempo dos mocambos, se organizaram politicamente em bases comunitárias a partir da década de 1970, reagindo a uma série de ameaças trazidas por pessoas, empresas e governos às terras até então ocupadas. O contexto local se alterou profundamente: a MRN se instalou em Porto Trombetas em 1976; a RBRT foi demarcada em 1979; e a FNST criada em 1989. Muitos remanescentes dos mocambos foram compulsoriamente deslocados das terras em que vivam, inclusive sem indenização. Outros foram presos, surrados e mortos por agentes do próprio órgão ambiental.

Com a Constituição Federal de 1988, o Estado garantiu direitos às comunidades remanescentes de quilombos, reconhecendo sua importância para a formação da sociedade e do patrimônio cultural brasileiro, bem como a dívida histórica a ser reparada após cem anos da abolição da escravidão. Entre outros, o direito à terra tradicionalmente ocupada passou a ser entendido de modo pleno, integral, não se tratando apenas da “expedição dos títulos de domínio sobre as terras que ocupam”, mas de que “possam continuar se reproduzindo segundo suas próprias tradições culturais” (RIOS, 2007, p. 110).

Apoiadas na Carta Magna, 28 comunidades remanescentes de quilombos fundaram a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (Arqmo), em 1989. Desde então, reconhecida como a associação “mãe”, a Arqmo incentivou a criação de novas associações quilombolas responsáveis pela gestão dos territórios em processo de titulação. Nesse processo, pelo menos oito entidades foram criadas, entre as quais a ACRQAT. Fundada em 28 de novembro de 2011, ela assumiu a missão de organizar coletivamente e representar os

interesses dos quilombolas dentro e fora do Território Quilombola Alto Trombetas II.

Nesse território, os quilombolas atualizam conhecimentos e tradições herdados dos antepassados, agregando a eles novos conhecimentos e práticas, de acordo com o tempo. Vivem do extrativismo de castanha, copaíba e outros recursos florestais, e de atividades tradicionais de pesca, caça e agricultura. Porém, devido às restrições de uso da RBRT e à presença continuada da mineração na FNST, cada vez mais homens, mulheres e jovens buscam trabalhos assalariados e temporários fora do território, especialmente na mineração, tornando-se agentes de mudanças que os próprios consideram positivas e negativas.

Do ponto de vista político, as comunidades se organizam da seguinte forma: a) cada comunidade tem um coordenador e um vice-coordenador; b) o conjunto de comunidades, ou seja, o território é representado pela ACRQAT, cuja diretoria é composta por oito membros mais três conselheiros. Quanto às responsabilidades, dividem-se assim: a) a diretoria é responsável por encaminhar qualquer demanda, ação ou proposta às comunidades, por intermédio de seus coordenadores; b) as coordenações locais encaminham os assuntos internamente nas comunidades e repassam suas decisões ao conjunto de membros da ACRQAT; c) os assuntos que dizem respeito a todos são objetos de reuniões gerais ou assembleias para informações e deliberações.

A CONSTRUÇÃO DO PROTOCOLO DA ACRQAT

A elaboração do *Protocolo de Consulta e Consentimento* da ACRQAT foi viabilizada no âmbito de uma parceria da associação com professores e pesquisadores universitários que, desde 2012, acompanham, entre outros, os processos de titulação e licenciamento ambiental que envolvem o Território Quilombola Alto Trombetas II. A demanda de apoio jurídico e antropológico partiu da ACRQAT, ao perceber que a posse de um protocolo poderia auxiliar as comunidades no relacionamento com governos, empresas, ONGs, instituições de pesquisa e outros agentes que detêm interesses no território.

O trabalho foi feito entre julho e março de 2018, partindo das experiências pregressas da associação na consulta implicada no inquérito civil sobre o projeto de mineração em área quilombola (2012-2015) e no planejamento, com órgãos do governo federal, da consulta acerca das propostas de regularização fundiária do território (2017). Tais experiências permitiram à diretoria estabelecer as diretrizes e o fluxograma mínimo para qualquer consulta envolvendo as comunidades representadas pela ACRQAT.

Em reunião realizada na sede municipal de Oriximiná, dirigentes e conselheiros da entidade apresentaram suas formulações aos colaboradores universitários, obtendo deles esclarecimentos quanto aos fundamentos jurídicos da consulta prévia, livre e informada. Ao longo de um dia de

trabalho produziram juntos um esboço do protocolo, que deu origem à versão final do texto, à qual se chegou após novas rodadas de avaliações e debates internos da diretoria, da associação com as comunidades e, novamente, da diretoria com os colaboradores.

Optou-se por abrir o protocolo com informações sobre o TQ Alto Trombetas II, o processo de elaboração do documento, seus objetivos e destinatários. Escritas em primeira pessoa, essas informações foram, provavelmente, incluídas com o intuito de assinalar aos interlocutores a consciência dos quilombolas da sua condição de sujeitos de direitos, bem como em relação aos usos esperados do protocolo. Informa-se, então, a expectativa de que o cumpram “órgãos de governo de todos os níveis, responsáveis pela implantação de quaisquer projetos e ações [...] públicos ou privados [...] capazes de ferir os direitos ou afetar o modo de vida das comunidades”. Destacadamente são mencionadas medidas relacionadas com titulação, alteração de limites de Unidades de Conservação, implantação de políticas públicas, empreendimentos de mineração, hidrelétricas e concessões florestais que afetem direta ou indiretamente o território.

Na sequência, o protocolo expõe uma revisão sobre o instituto da consulta prévia, livre e informada e seus fundamentos jurídicos, mencionando os marcos legais da adoção da C169 no Brasil para, então, detalhar as situações previstas como parte de processos de consulta prévia no TQ Alto Trombetas II. O documento destaca a compreensão da consulta como uma sucessão de eventos a serem programados, de acordo com a necessidade e a disponibilidade dos quilombolas, e não como um evento único. Nomeadamente, são apresentados os seguintes eventos: a) reuniões informativas, tantas quantas necessárias, para que os órgãos possam comunicar suas intenções e propostas às comunidades com clareza e detalhes; b) oficinas para discussão e trabalho prático em grupos com o objetivo de esclarecimento de detalhes; c) seminários com diferentes participantes a fim de ampliar o conhecimento dos quilombolas sobre aspectos das propostas; d) reuniões e assembleias deliberativas para decisão sobre as questões apresentadas e debatidas nos eventos anteriores; e) registro das decisões tomadas e comunicação formal aos interessados. Frisa-se que, até a conclusão da última ação da consulta, ela não pode ser entendida como encerrada.

Os quilombolas manifestam que todos os eventos devem ser previstos em um Plano de Consulta a ser elaborado pela diretoria da ACRQAT em conjunto com as coordenações comunitárias. Eles devem ser conduzidos de boa-fé e de maneira adequada às circunstâncias das comunidades, observando que não só lideranças, mas todos os moradores (homens, mulheres, idosos, jovens, estudantes) devem ser consultados dentro do próprio TQ, preferencialmente em cada comunidade; e que a todos devem ser dadas condições de se fazerem presentes nos eventos. Para tanto, frisam que os eventos da consulta devem ser previamente planejados e agendados com a participação de representantes legítimos das comunidades, e que não podem se sobrepor ao

calendário da roça, da coleta de castanha, da extração de copaíba e das festividades comunitárias, religiosas e escolares.

Lembrando que a responsabilidade financeira sobre a execução do Plano de Consulta recai no órgão executor, a ACQRAT destaca considerações finais quanto a: a) situação geográfica das comunidades e dificuldade de comunicação entre elas, como motivo para exigir tempo suficiente para os contatos internos; b) necessidade de respeitar agendas próprias da associação e das comunidades; c) produção e distribuição em quantidade e qualidade suficientes para os moradores de materiais em meio escrito, audiovisual ou tridimensional que possam esclarecer sobre o objeto da consulta; d) uso de linguagem acessível; e) necessidade de autorização prévia, pela ACQRAT do uso de filmadoras, câmeras fotográficas e gravadores nos eventos da consulta. Ao fim dos lembretes, informa:

[...] sabemos que participar dos eventos da consulta é importante, mas cada evento é pelo menos um dia de trabalho que se perde nas roças, nos lagos e nas florestas. E é esse trabalho que garante comida nas mesas de nossas famílias e filhos pequenos. Então, lembramos: não fomos nós que pedimos para os projetos virem até nós; vamos participar das discussões, mas em um ritmo que não nos prejudique.

Nesses termos, o texto do protocolo é encerrado com a declarada expectativa de se ver cumprido, de modo que os próximos processos de consulta: a) sejam entendidos pelo governo e pelas empresas como um direito e que sua realização dispense embates jurídicos; b) sejam realizados com respeito aos modos de ser e viver dos quilombolas; c) resultem em decisões que sejam respeitadas por governos e empresas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista dos quilombolas das comunidades do Alto Trombetas II o *Protocolo de consulta e consentimento* é um documento elaborado para garantir as condições efetivas de participação nos processos de tomada de decisão que afetem direta ou indiretamente seu território, seu direito e seu modo de vida. Ele pretende orientar o diálogo de qualquer agente externo com as comunidades, de maneira igualitária, respeitosa e consciente dos direitos e deveres de cada parte.

Além disso, o protocolo é fundamental para que os processos de consulta alcancem a linguagem, a compreensão, a forma de decidir e o desejo das comunidades quilombolas, sem perturbar o seu modo de viver. Isso significa que esses processos devem contemplar as comunidades como um todo, não incluindo apenas as lideranças ou representantes, mas todos os comunitários que queiram participar, por livre e espontânea vontade.

A partir dos dados etnográficos, observamos que o evento da consulta prévia para licenciamento da mineração em áreas pleiteadas pelos remanescentes de quilombos, com seus desdobramentos em curso, exacerbou as lacunas entre visibilidade jurídica e (in)visibilidade moral desses grupos. Ao contrário do que pretendia, observamos que, em distintos momentos, a própria consulta se tornou ato de desconsideração para com os quilombolas. Em reação a essa desconsideração é que surgiu o protocolo de consulta ora comentado.

Contudo, diante do obscuro cenário de regulamentação e aplicação da consulta prévia no Brasil e na América Latina, é cabível a dúvida sobre a eficácia desse instrumento de direito dos povos e comunidades tradicionais. Da mesma forma, há que se questionar a eficácia dos protocolos comunitários de consulta quanto à promoção de oportunidades de efetivo diálogo com agentes internos. Mas essa é uma questão que só futuras observações da dinâmica sociopolítica dos grupos, em seus relacionamentos com a sociedade abrangente poderá responder.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas**: guardiães de matas e rios. Belém: UFPA-NAEA, 1993.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; DOURADO, Sheilla Borges. Apresentação. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; DOURADO, Sheilla Borges; LOPES, Danilo da Conceição Serejo; SILVA, Eduardo Faria (Orgs.). **Consulta e participação**: a crítica à metáfora da teia de aranha. Manaus: UEA Edições; PPGSA/PPGAS -UFAM, 2013.

ANDRADE, Maristela de Paula. Novos sujeitos de direitos e seus mediadores – uma reflexão sobre processos de mediação entre quilombolas e aparelhos de Estado. **Antropolítica**, Niterói, n. 27, p. 43-61, 2º sem. 2009.

BESER, Erika. **Expansão Minerária e a invisibilidade quilombola**: quem é dono dessa terra? Paraíba: 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2016.

BESER, Erika & FARIAS, Julia. **A expansão da mineração em território quilombola**: “*Meu direito é menor do que o do outro?*” Seminário Internacional da América Latina: Política e Conflitos Contemporâneos. Universidade Federal do Pará. Belém, 2017.

FIGUEROA, Isabela. A Convenção 169 da OIT e o dever do Estado brasileiro de consultar os povos indígenas e tribais. In: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais: oportunidades e desafios para sua implementação no Brasil**. São Paulo: ISA, 2009.

FUNES, Eurípedes Antônio. **Comunidades Remanescentes dos Mocambos do Alto Trombetas**. Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas, 2000.

GARZÓN, Biviany; YAMADA, Erika; OLIVEIRA, Rodrigo. **Direito à consulta e consentimento de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais**. São Paulo: Rede

de Cooperação Amazônica-RCA; Washington DC: Due Process of Law Foundation, 2016.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. *In*: Bela Feldman-Bianco (Org). **Antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos. São Paulo: Unesp, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativa da população 2011-2015**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_tcu.shtm>. Acesso em 22 mai. 2016.

MONTEIRO, Igor Alexandre Pinheiro. Protocolos comunitários: multiculturalismo em foco. **Amazônia em Foco**, Castanhal, v. 4, n.6, p. 34-48, jan./jul., 2015.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. **Direito Legal e Insulto Moral**: Dilemas de cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

RIOS, Aurélio Virgílio. Quilombos na perspectiva da igualdade étnico-racial: raízes, conceitos, perspectivas. *In*: DUPRAT, Deborah. **Pareceres jurídicos – direito dos povos e das comunidades tradicionais**. Manaus: UEA, 2007.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará**. Sob o Regime da Escravidão. 3a. Ed. Belém: Instituto de Artes do Pará, 2005.

SANJINÉS, Iván. **Lecciones aprendidas sobre consulta previa**. La Paz: CEJIS, 2010.

SCARAMUZZI, Igor. A resistência dos quilombolas de Oriximiná à mineração. *In*: NOBRE, Miriam (Org.). **Violência e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2017.

SILVA, Liana Amin Lima da. Parecer sobre a implementação da consulta prévia na América Latina. *In*: SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés; ROSSITO Flavia Donini (Orgs.). **Estudos sobre o cadastro ambiental rural (CAR) e consulta prévia**: povos tradicionais. Curitiba: Letra da Lei, 2016.

SIMBAÑA, Floresmilo. Consulta previa y democracia em el Ecuador. **Revista Latinoamericana de Comunicación- Chasqui**. Quito, n.120, p. 4-8, dec, 2012.

TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas**: ação simbólica na sociedade humana. Niterói: EdUFF, 2008.

USO TRADICIONAL DO FOGO: AVALIAÇÃO DE QUEIMA CONTROLADA NA AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA EXERCIDA NA RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS-ARAPIUNS

Vanessa Sousa Gomes¹

Daniela Pauletto²

RESUMO: O objetivo deste estudo foi realizar um diagnóstico do uso do fogo, em comunidades com alta incidência de focos de calor, na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (RTA). O trabalho foi conduzido através da aplicação de questionário semiestruturado em três comunidades (Cabeceira, Enseada e Vila do Amorim) que apresentaram alta intensidade de focos de calor e solicitações de autorizações para queima e limpeza de áreas nos últimos oito anos. Todos os entrevistados declararam que têm a agricultura como principal fonte de renda e 67% destes afirmaram que recebem também algum benefício. Observou-se que os moradores queimam em média 1,0 ha de vegetação secundária todo ano e que adotam como principal medida preventiva contra incêndios a construção de aceiro. Conclui-se que a prática do manejo do fogo na RTA possui, em sua maioria, caráter de limpeza do material vegetal para um novo plantio. A falta de investimento em técnicas de plantio de prevenção tem levado a Unidade de Conservação (UC) a sofrer perdas enormes com os incêndios florestais constantes.

Palavra-Chave: Manejo, Comunidades Tradicionais, Unidade de Conservação, Incêndios Florestais.

ABSTRACT: The objective of this study was to conduct a diagnosis of the use of fire in communities with a high incidence of hot spots in the Tapajós-Arapiuns Extractive Reserve (RTA). The work was carried out through the application of a semi-structured questionnaire in three communities (Cabeceira, Enseada and Vila do Amorim), which showed high intensity of hot spots and requests for permits to burn and clean areas in the last eight years. All respondents stated that they have agriculture as the main source of income and 67% of them said they also receive some benefit. It was observed that the inhabitants burn on average 1.0 ha of secondary vegetation every year and that they take as the main preventive measure against fires the construction of fire tree. It is concluded that the practice of fire management in the RTA has, in its majority, character of cleaning of the plant material for a new planting. The lack of investment in prevention planting techniques has led the Conservation Unit (UC) to suffer huge losses from the ongoing forest fires.

Keywords: Management, Traditional Communities, Conservation Unit, Forest Fires.

¹ Engenheira Florestal formada pela Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA. Tem experiência em pesquisa nas áreas de Engenharia Florestal, Gestão Pública e Recursos Naturais, com ênfase principalmente nos seguintes temas: Manejo Florestal, Incêndios Florestais e Gestão de Unidade de Conservação. Possui experiência como Técnica de Nível Superior no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, na Unidade da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, com atuação como Engenheira Florestal nos subprogramas de Manejo Florestal Madeireiro e Não-Madeireiro, Monitoramento e Proteção Ambiental, Administração, Organização Social e Gestão Participativa. E-mail: vanessa.eng@live.com

² Engenheira Florestal formada pela Universidade Federal de Mato Grosso e Mestre em Ciências de Florestas Tropicais pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Tem experiência em pesquisa na área de Recursos Florestais e Engenharia Florestal, com ênfase principalmente nos seguintes temas: ciclagem de nutrientes, manejo florestal, regeneração natural e ciclos biogeoquímicos. Possui experiência como Técnica de Nível Superior no Serviço Florestal Brasileiro, na Unidade Regional de Santarém no Pará, com atuação como Engenheira Florestal em gestão de florestas públicas, manejo florestal, gestão comunitária, promoção do manejo de produtos florestais não madeireiros e concessões florestais. Atualmente é Professora Assistente na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) nas áreas de Agrossilvicultura e Incêndios Florestais. E-mail: paulettoflorestal@gmail.com

INTRODUÇÃO

Estima-se que 2/3 da diversidade biológica mundial esteja nas zonas tropicais, onde os países situados na América Latina são considerados os mais ricos em biodiversidade. Dentre esses países, o Brasil é o mais citado, por ser o mais rico em plantas; animais e microrganismos, além de ser o detentor da maior parte das florestas tropicais intactas do planeta. Estudos revelam que, somente de plantas superiores, o Brasil contém cerca de 60 mil espécies, correspondentes a algo em torno de 22% do total aproximado de 250 mil existentes em todo globo terrestre. Sendo que mais de 7% delas são endêmicas, isto é, existem apenas no Brasil (VALOIS, 1998).

Porém, a biodiversidade do Brasil encontra-se ameaçada devido ao avanço da agricultura, pecuária e desmatamento no bioma Amazônico, onde se concentra essa diversidade. Segundo Rodrigues (2009), a maioria dos incêndios florestais (cerca de 90%) é de origem antrópica, podendo ser acidental ou intencional, e apenas uma pequena parcela de causas naturais, o que acaba atingindo milhões de hectares de vegetação, acarretando danos ecológicos e socioeconômicos. Diante desse cenário, o governo buscou alternativa, de modo a minimizar tais pressões sobre o bioma amazônico, com isso, foram criadas as Unidades de Conservação (UC).

A Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (RTA) é considerada uma das UC mais populosas do Brasil. Seu modo de vida tradicional está baseado, em maior parte, na prática do extrativismo, pecuária, na pesca artesanal e na agricultura de corte-e-queima, agricultura essa que tem como principal ferramenta de manejo a utilização do fogo. Uma vez empregado de maneira errônea, o mesmo pode acarretar uma série de danos econômicos, paisagísticos, ambientais e sociais a uma área, principalmente quando são áreas protegidas existentes no país.

Historicamente, o uso do fogo é a ferramenta mais antiga e mais estritamente utilizada pelos seres humanos para modificar a paisagem, muito embora tenha tido seu regime natural alterado ao longo do tempo. Ao decorrer dos anos, o emprego do fogo no meio rural tem sido aperfeiçoado, e este conhecimento vem sendo passado de pai para filho. Tal técnica cultural permeia as mais diversas esferas de conhecimentos, seja nas relações ecológicas, econômicas, políticas, tecnológicas ou sociais (COUGHLAN & PETTY, 2012; ROOS *et al.*, 2014).

Segundo Alvarado *et al.* (2011), a existência de comunidades tradicionais depende de seu modo de vida, rico em tradições que estão ligadas ao conhecimento empírico adquirido no dia-a-dia. Neste contexto, o fogo acaba desempenhando um papel fundamental na vida das pessoas, uma vez que está inserido juntamente a diversas práticas agrícolas e sociais, devido ser uma importante ferramenta de manejo para moradores do meio rural.

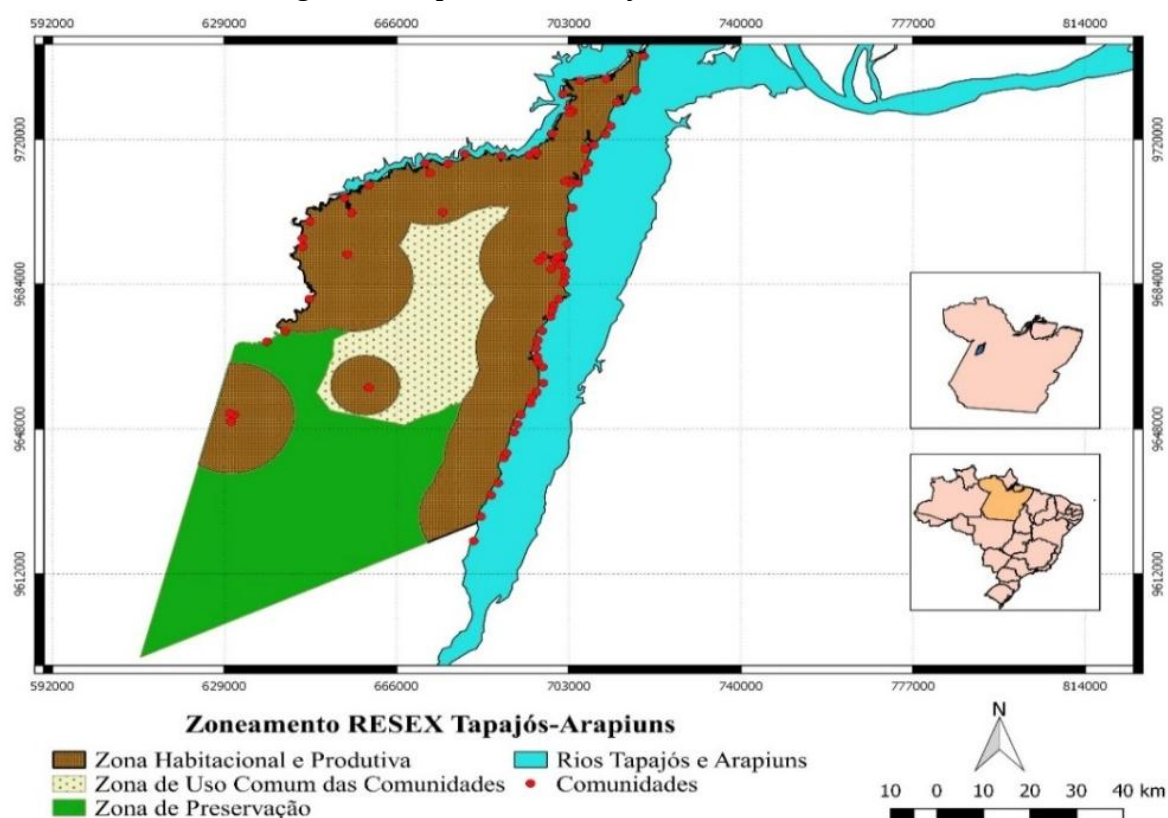
Diante desse ambiente, considerando que a compreensão das práticas de fogo pode fornecer subsídios na solução de questões relacionadas ao manejo do fogo, este estudo teve como objetivo

realizar um diagnóstico do uso do fogo em três comunidades com alta incidência de focos de calor na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo foi realizado na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (RTA), no município de Santarém e Aveiro, situado na região oeste do estado do Pará, no limite de água entre as bacias hidrográficas dos rios Tapajós e Arapiuns (Figura 1).

Figura 1: Mapa de Localização da Área de Estudo



Fonte: GOMES & PAULETTO, 2018

O clima predominante na região é quente-úmido, característico das florestas tropicais onde estão sujeitos a mudanças significativas de temperatura, devido a sua proximidade a linha do equador. A precipitação média anual da região é de aproximadamente 1.920 mm, com destaque para os meses entre janeiro e abril, quando ocorre maior parte da precipitação. A temperatura média anual é de 25°C a 28°C, com umidade relativa média do ar de 86% (IBGE, 2015).

A RESEX T.A. está inserida no bioma amazônico entre as coordenadas geodésicas 02° 20' a 03° 40' Sul, e 55° 00' a 56° 00' Oeste. Possui uma área aproximada de 647 mil hectares, com 23 mil moradores e 74 comunidades, que se caracterizam pelo extrativismo e agricultura de

subsistência.

O público alvo da pesquisa restringiu-se aos moradores da Unidade de Conservação (UC), onde uma pessoa de cada família entrevistada (lote). O entrevistado deveria ser preferencialmente aquele que contribui com renda da casa ou que atua trabalhando na propriedade para a sua fonte primária de renda, devido ao maior conhecimento sobre as atividades desenvolvidas na propriedade e os problemas enfrentados na UC.

Para obter as informações foi aplicado um questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas, totalizando 28 questões. Devido ao número de perguntas e a natureza das mesmas, o questionário foi dividido em duas partes. A primeira, composta por 11 questões, as quais abordaram aspectos gerais sobre os moradores e a propriedade. A segunda parte, com 17 questões, que abordavam temas gerais e específicos relacionados às características do uso do fogo e o manejo do fogo na propriedade; os métodos de prevenção e combate ao fogo empregados, a presença de órgãos do governo realizando atividades de assistência técnicas e de extensão para orientação sobre o assunto, a percepção dos riscos do fogo e os danos causados por incêndios na propriedade nos anos de 2010 a 2016.

Devido ao tamanho da RTA, foram identificadas as comunidades prioritárias, através da análise de focos de calor sobre toda a extensão da Unidade e verificado onde se concentravam, assim, foram mapeadas duas áreas com maior incidência de focos de uso do fogo, sendo uma localizada às margens do baixo rio Arapiuns, e a outra às margens do igarapé do Amorim. Para diferenciar as comunidades dessas duas áreas foi analisado o número de autorizações de licença para renovação e abertura de novas áreas para roçado, obtidas através do banco de dados do órgão gestor da Unidade – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Assim sendo, identificadas as três comunidades, Cabeceira do Amorim, Enseda do Amorim e Vila do Amorim, onde foram aplicados dez questionários por comunidade, com o total de 30 famílias entrevistadas.

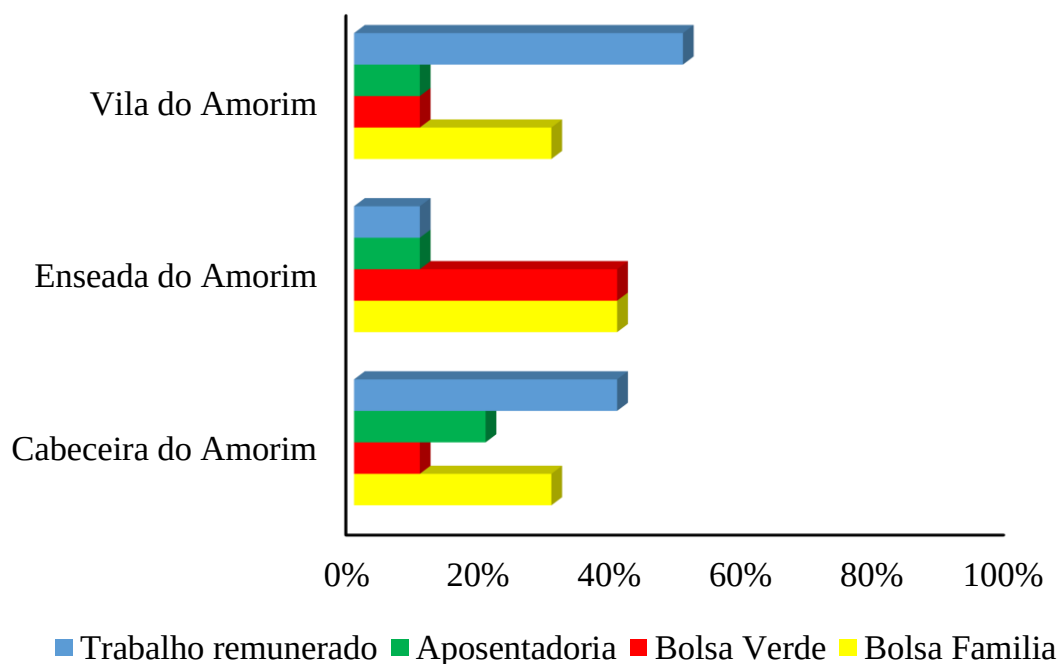
Após as entrevistas, os dados foram compilados e analisados em programa Excel, versão 2013. Já as questões de múltipla escolha apresentaram frequência relativa ao número de pessoas que assinalou tal item.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a aplicação do questionário foram entrevistadas um total de 30 famílias, onde todos declararam que têm a agricultura como fonte de renda. Além desta, 67% das famílias entrevistadas afirmaram que recebem também, como fonte de renda, algum benefício do governo, como bolsa família, bolsa verde e aposentadoria, onde 33% dos entrevistados também exercem outra atividade

eventual como obtenção de renda (Figura 2). Em estudos realizados por Figueira (2014) na RTA, em comunidades do baixo rio Arapiuns, as famílias entrevistadas afirmaram que, apesar de apresentarem outros tipos de fonte de renda como aposentadoria, bolsa família, bolsa verde, etc., ainda assim, metade dos entrevistados vive com menos de um salário mínimo.

Figura 2: Fonte de renda adicional à agricultura por moradores da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará.



Constatou-se na RTA que, a principal atividade econômica é a agricultura familiar, voltada principalmente para o cultivo de mandioca e a produção de farinha, o que vai de encontro ao diagnóstico realizado pela Unidade que identificou cerca de 1600 produtores de farinha, sendo que 110 desses produtores pertencem à região do Amorim (FIGUEIRA, 2014). O milho também tem destaque, pois, cerca de 40% dos entrevistados plantam para o consumo doméstico ou utilizam como ração para pequenos animais. Pode-se observar também que os moradores plantam culturas perenes que são pouco importantes como fonte de renda, mas, no entanto, fazem parte da alimentação das famílias; como o cupuaçu, melancia, laranja, banana e jerimum.

Os moradores entrevistados declararam que possuem propriedades de 100 hectares, como está disposto no Plano de Manejo aprovado em novembro de 2014. Nestas áreas de domínio, as famílias cultivam roças de 0,5 a 2,0 ha (2 a 8 tarefas na referência local de área) após corte e queima de vegetação secundária (Figura 3). Segundo Figueira (2014) as áreas de roçado, mesmo antes da criação da RTA, não ultrapassavam de 3,0 ha e, atualmente, são realizadas roças de 2,0 ha (8 tarefas) por ano, valor permitido pelo Plano de Manejo da Unidade.

Figura 3: Área de plantio de mandioca. Ao fundo, capoeira na comunidade Cabeceira do Amorim, Reserva Extrativista Tapajó-Arapiuns.



Fonte: GOMES & PAULETTO, 2018.

O diagnóstico realizado na RTA, em 2009, para compor o plano de uso da unidade, afirmou que existe uma variação na produção feita pelas famílias que ocorre devido a dois motivos, a quantidade de mão de obra envolvida, no caso, o tamanho das famílias é referencial e a extensão da área trabalhada. A variação do tamanho dos roçados se dá entre 0,5 a 6,0 ha, o que pode ser observado no presente estudo essa afirmação feita no ano de 2009. Sendo que essas áreas iram variar também em relação à área de utilização, sendo que mais ou menos 28% se encontram em florestas primárias, 41% em capoeiras baixas e 30% em capoeiras altas, na RTA como um todo.

Nas comunidades selecionadas observou-se também que é unanimidade o uso do fogo como forma de manejo, na agricultura. Para Assunção *et al.* (2016) o receio dos moradores em utilizar o fogo ocorre devido aos riscos que ele pode trazer, seja pela possibilidade de perder o controle durante o seu uso ou simplesmente por acharem desnecessário nas atividades da propriedade. Já para Mistry & Bizerril (2011), o que diferencia os produtores rurais, em relação ao uso do fogo, é justamente a frequência da queima, a área queimada e as precauções tomadas, como exemplo, no Distrito Federal, os pequenos proprietários rurais, para evitar incidentes com fogo, fazem a rotação das áreas, de modo que a mesma fique de dois a três anos sem queima. Na RTA foi observado que 100% dos entrevistados que fazem uso do fogo o realizam por anos seguidos, porém em uma nova área solicitada, fazendo com que a primeira área fique no mínimo oito anos sem queima, em sistema de pousio.

Dentre as etapas que antecedem o cultivo, pode-se afirmar que a queima é uma das etapas mais delicadas e trabalhosas para quem opta em utilizar o fogo como ferramenta de manejo. Segundo Ribeiro (2009) a queima controlada é o emprego do fogo como fator de produção e manejo em atividades agropastoris ou florestais, em áreas com limites físicos previamente definidos e realizados de forma planejada e controlada. Das comunidades entrevistadas, vale destacar a Enseada do Amorim que teve uma média superior às outras em relação ao total de área queimada para agricultura, sendo que 1,0 ha o que corresponde a 4,0 tarefas.

No entanto, a comunidade Vila do Amorim teve média e desvio padrão maior em relação ao tempo de pousio das áreas utilizadas para queima. Em relação ao número de pessoas envolvidas na etapa da queima, em média três pessoas de cada família trabalham diretamente nesse momento, sendo que o número máximo de pessoas por família identificado na aplicação dos questionários é de cinco, o que acaba inviabilizando a execução de outras atividades no mesmo dia (Tabela 1).

Tabela 1: Média e desvio padrão das áreas destinadas para queima controlada por família, número de pessoas envolvidas, tempo de queima e pousio das áreas por comunidade.

<i>Comunidades</i>	<i>Área de Queima Controlada (ha) Média/ (±)</i>	<i>Nº de Pessoas Envolvidas Média/ (±)</i>	<i>Tempo de Queima (Horas) Média/ (±)</i>	<i>Pousio (Ano) Média/ (±)</i>
<i>Cabeceira do Amorim</i>	0,88 (1,2)	3,0 (1,2)	2,0 (0,7)	8,0 (2,4)
<i>Enseada do Amorim</i>	1,0 (1,6)	3,0 (0,8)	4,0 (1,2)	9,0 (2,0)
<i>Vila do Amorim</i>	0,75 (1,8)	3,0 (1,4)	3,0 (1,0)	9,0 (2,8)

Fonte: GOMES & PAULETTO, 2018.

Gestores da UC informam que, em estudos realizados em 2008, a vegetação das áreas ocupadas RTA tem sido alterada pela prática da agricultura de corte e queima e, em menor grau, pela extração madeireira local. No entanto, observaram que as áreas utilizadas para agricultura quanto maior a distância, menor é a intensidade agrícola e maior a proporção de floresta secundária e primária. Embora não existam informações precisas sobre o estado dessas florestas, o ICMBio estima que boa parte da vegetação das bacias do Mentai, São Pedro, Amorim, e a parte oriental da Bacia do Inambu tenha sido utilizada para a agricultura.

Durante as entrevistas nas comunidades, alguns produtores relataram (32%) que já ocorreu a situação de perder o controle sobre o fogo uma ou mais vezes durante os últimos anos, o que motivou os vizinhos a colaborarem nas datas de realização da queimada da área. Neste sentido

funciona como mediação e organização da agenda de atividades as reuniões de associações que ocorrem nas comunidades.

Outra medida preventiva utilizada são os mutirões de queima relatada por 17% dos entrevistados. Silva *et al.* (2004) recomenda antes de realizar qualquer queimada deve-se: reunir e mobilizar os vizinhos, informando-os sobre hora e o dia, prestando atenção ao clima e horário; instruir o pessoal que irá fazer a queimada com equipamentos apropriados ao redor da área; solicitar a autorização aos órgãos responsáveis; estudar as características do terreno; e fazer os aceiros ao redor da área a ser queimada com a largura mínima de 3 metros; tomando cuidado com a vegetação.

Observou-se que, dentre as três medidas preventivas citadas (aceiro, aviso aos vizinhos e queima em mutirões), a ação mais adotada por 100% dos entrevistados é a construção de aceiro. O que diferiu em relação a esta prática é a manutenção do mesmo (capina, roçagem, limpeza em geral) relatado em duas comunidades (Tabela 2). Segundo Couto (2017) os aceiros são faixas de vegetações, interpoladas estrategicamente, para deter ou dificultar o avanço do fogo e principalmente, facilitar o acesso de pessoal, no caso de combater incêndios.

Tabela 2: Média da largura, porcentagem e média da manutenção e frequência, respectivamente, dos aceiros realizados pelos moradores das comunidade Cabeceira, Enседа e Vila do Amorim.

COMUNIDADES	LARGURA (M)	LIMPEZA PERIÓDICA%	PERIODICIDADE LIMPEZA (MESES)
CABECEIRA DO AMORIM	2,25	30	2 – 2
ENSEADA DO AMORIM	1	0	-
VILA DO AMORIM	1,5	10	6 – 6

*Manutenção é a ação de manter, sustentar, consertar ou conservar, utilizando ferramentas manuais para a limpeza do aceiro.

Fonte: autores, 2018.

Embora o emprego do fogo dentro da RTA ocorra de forma contínua e em pequena escala, é necessário evidenciar que, se usado corretamente, o fogo é uma ferramenta versátil. Para a FAO (2008) o fogo, quando empregado de forma correta, contribui para a sustentabilidade, manutenção e restauração dos ecossistemas, reduz ameaças e mantém os valores culturais dos povos que o utilizam, contribuindo, assim, para o sustento das famílias e auxiliando na mitigação da pobreza, da segurança alimentar, bem como colabora para um ganho econômico dos produtores.

Na RTA o fogo está culturalmente inserido na agricultura de subsistência realizado pelas

famílias. No entanto, devido à ocorrência de acidentes recentes em relação ao uso do fogo, o órgão gestor da unidade começou a realizar oficinas de capacitação. Neste sentido, 60% dos entrevistados informaram que receberam capacitação, enquanto que os demais, 40% alegaram que as oficinas foram realizadas em outras comunidades e que não tiveram interesse em participar. Grande parte dos entrevistados demanda a necessidade de receber cursos de capacitação ao menos uma vez ao ano e a instalação de brigadas comunitárias para que se sintam mais seguros a realizar o controle do fogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que o uso do fogo na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns possui, em sua maioria, caráter de limpeza do material vegetal para um novo plantio.

Muitos comunitários conhecem e aplicam diversas medidas de prevenção antes do uso do fogo, sendo o aceiro a medida preventiva mais utilizada. No entanto, a falta de investimento em técnicas de plantio de prevenção tem levado a Unidade de Conservação (UC) a sofrer perdas enormes com incêndios florestais constantes.

Notou-se que os moradores das comunidades preocupam-se ao utilizar o fogo, devido aos acidentes que este pode provocar, uma vez que a utilização inadequada pode acarretar prejuízos econômicos e ambientais, como a escassez de caça, atribuída aos incêndios florestais que aconteceram nos últimos anos.

Considera-se, como contribuições para a redução dos riscos e prevenção de incêndios florestais, a adoção das seguintes ações na RTA: a) monitorar as áreas críticas com ocorrência de focos de calor; b) promover ações de educação ambiental de toda a população existente na Unidade, visto que a maioria dos incêndios florestais tem origem antrópica; c) estimular práticas alternativas ao manejo do fogo na agricultura; d) fortalecer a atuação do órgão gestor na RTA para a elaboração e execução de Planos de Prevenção de incêndios florestais.

REFERÊNCIAS

ALVARADO, E.; MASON, L.; LEIGHTON, A.; WHITE, G.; MORISHIMA, G.; DURGL, J.; HARDY, C.; ERICKSON, J.; JAMES, L.; ISAAC, E. **Integration and application of traditional ecological knowledge and modern science for contemporary wildland fire management in tribal lands of North America**. Anais Wildfire, 2011.

ASSUNÇÃO, R.; TETTO, A. F.; BATISTA, A. C. O Uso Tradicional do Fogo no Assentamento Vale Verde, em Gurupi/TO. **Rev. Espacios**, v.38, n. 17, p.19, 2016.

COUGHLAN, M.R. & PETTY, A. M. **Linking Humans and Fire: A Proposal for a**

Transdisciplinary Fire Ecology. *International Journal of Wildland Fire* 21: 477–487. 2012.

COUTO, J. L. V. **Riscos de incêndios florestais**. Disponível em: <<http://www.ufrrj.br/instituto/it/de/acidentes/frames.htm>>. Acessado em 29 de Abril 2017.

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). **Manejo del fuego: principios u acciones estratégicas**. Directives de carácter voluntario para el manejo del fuego. Documento de Trabalho sobre o Manejo do Fogo, Roma, nº 17, 2008.

FIGUEIRA, M. F. **Análise das Práticas do Uso do Fogo na Áreas de Conservação da Amazônia Brasileira – Comunidade da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns – PA**. Tese (Mestrado em Ciências do Meio Ambiente), Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Disponível em: <<http://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>>. Acessado em 26 de Abril de 2017.

MISTRY, J. & BIZERRIL, M. **Por Que é Importante Entender as Inter-Relações entre Pessoas, Fogo e Áreas Protegidas**. *Biodiversidade Brasileira*, v. 1, n. 2, p. 40-49, 2011.

RODRIGUES, M. M. T. **Integração das Variáveis de Natureza Social na Avaliação do Risco de Incêndio Florestal na Região de Trás-os-Montes e Alto Douro**. Tese de Mestrado no Curso de Gestão e Conservação da Natureza, Universidade dos Açores – Portugal, 2009. 93p.

ROOS, C. I.; BOWMAN, D. M. J. S.; BALCH, J. K.; ARTAXO, P.; BOND, W.; COCHRANE, M.; D'ANTONIO, C. M.; DEFIES, R. **Yrogeography, Historical Ecology, and the Human Dimensions of fire Regimes**. In: *Journal of Biogeography*, vol. 41, nº. 4, p. 833-836, 2014.

SOARES, R. V. & BATISTA, A. C. **Incêndios Florestais - Controle, Efeitos e Uso do Fogo: Meteorologia Aplicada aos Incêndios**. Departamento de Ciências Florestais, Universidade Federal do Paraná, p. 250, 2007.

VALOIS, A. C. C. **Biodiversidade, Biotecnologia e Propriedade Intelectual**. *Cadernos de Ciências e Tecnologia*, v. 15, n. Especial. Brasília, 1998, p. 21-31.

CONFLITOS AMBIENTAIS: QUANTIFICAÇÃO DE DENÚNCIAS EFETUADAS NA RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS- ARAPIUNS, PARÁ

Mariane Cardoso Sousa¹

Vanessa Sousa Gomes²

Suelen Silva Sousa³

Jackeline Nóbrega Spínola⁴

RESUMO - Historicamente a criação da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (RTA) sempre esteve intimamente ligada à questão de conflitos socioambientais. Diante disso, o objetivo do trabalho foi analisar a participação dos moradores na melhoria da gestão da unidade. Os dados foram obtidos através do banco de dados sobre denúncias feitas nos últimos cinco anos (2012 a 2016) ao órgão gestor da unidade, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, por meio de relatos dos moradores das comunidades que fazem parte da UC. Para análise dos dados, as denúncias foram classificadas em seis grupos Pecuária; Madeira; Fauna; Conflito de uso; Infração Civil; Pesca. Durante os cinco anos avaliados, a Resex T.A registrou um total de 155 denúncias. Entre as categorias de denúncia a classe mais frequente foi conflito de uso. Nota-se um crescimento do número de denúncias, o que pode indicar a preocupação dos moradores das comunidades em conservar os recursos naturais bem como o interesse em resolver os seus conflitos relacionados as relações sociais da melhor forma possível.

Palavras-chave: Denúncias. Gestão Participativa. Unidades de Conservação. Amazônia.

ABSTRACT - Historically, the creation of the Tapajós-Arapiuns Extractive Reserve (RTA) has always been intimately linked to the issue of socio-environmental conflicts. Therefore, the objective of the study was to analyze the participation of the residents in improving the management of the unit. The data were obtained through the database on denunciations made in the last five years (2012 to 2016) to the managing body of the unit, the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation - ICMBIO, through reports of people who are part of the CU. For data analysis, as denunciations were classified into six groups Livestock; Wood; Fauna; Conflict of use; Civil infraction; Fishing. During the five years, a Resex T.A recorded a total of 155 complaints. Enter as categories of complaint the most frequent class for use conflict. There is an increase in the number of complaints, which may indicate a concern of the inhabitants of the communities to conserve natural resources as well as the interest in resolving their related conflicts as social relations in the best possible way.

Key words: Complaints. Participative management. Conservation units. Amazon.

INTRODUÇÃO

¹ Graduada em Engenharia Florestal pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), 2017, email: mariane.c.sousa@hotmail.com.

²Graduada em Engenharia Florestal pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), 2017, email: vanessa.eng@live.com.

³ Graduada em Engenharia Florestal pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), 2017,, email: suelen_pg@hotmail.com.

⁴Graduada na Universidade Estadual do Amazonas (UEA), 2005, mestre em Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia (INPA), 2018, Analista Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), 2007, email: jackenobrega@yahoo.com.br.

Historicamente a criação da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (RTA) sempre esteve intimamente ligada à questão de conflitos socioambientais entre extrativistas e grandes empresários dos municípios de Santarém e Aveiro. Com isso, após vários embates em 1998 foi criada a primeira Reserva Extrativista do Estado do Pará, abrangendo uma área de 647.610 hectares e sendo considerada uma das mais populosas do Brasil (ICMBio, 2014).

De acordo com o plano de gestão da Unidade de Conservação (UC) aprovado em novembro de 2014, o mesmo propõe seis subprogramas de sustentabilidade, no qual o subprograma de monitoramento e proteção ambiental tem como objetivo subsidiar a gestão da reserva por meio de informações que possibilitem a tomada de decisão e correção das atividades desenvolvidas na unidade e sua zona de amortecimento. No que tange o subprograma de proteção, tem como objetivo estruturar o controle de fiscalizações, onde as demandas de vistoria da RTA chegam através de denúncias feitas pelos próprios moradores da UC, no qual é possível identificar quais ações devem ser tomadas para a melhoria da gestão quanto à fiscalização ambiental.

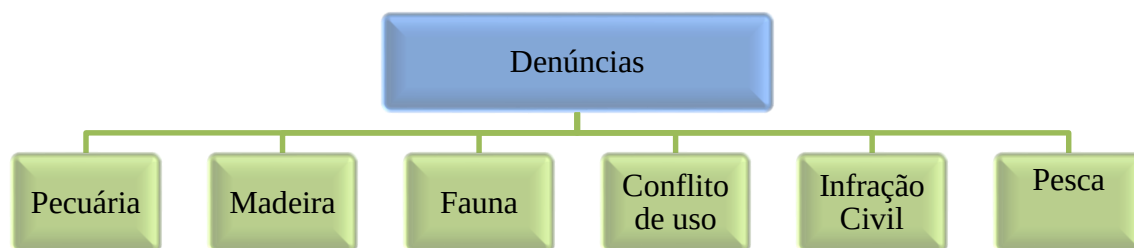
Diante desse contexto, o objetivo do trabalho foi identificar a quantidade de denúncias efetuadas pelos moradores da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns. Essas informações são importantes e demonstram o crescimento das ações de fiscalização e participação dos moradores quando a proteção da Unidade de Conservação.

MATERIAL E MÉTODOS

A RTA está localizada nos municípios de Santarém e Aveiro, região oeste do Estado do Pará, com uma área de 647.610 hectares entre as coordenadas geográficas 02° 20' a 03° 40' Sul, e 55° 00' a 56° 00' Oeste Arapiuns (ICMBio, 2014). O clima da região é do tipo Ami pela classificação de Köppen (Köppen & Geiger, 1928), com temperatura anual de 26° C, a precipitação média anual de 1900 mm sendo que a concentração de chuvas ocorre entre janeiro e maio. O acesso à Reserva pode ser feito por via fluvial, a partir de Santarém e Itaituba, pelos rios Tapajós e Arapiuns (ICMBio, 2014).

A pesquisa teve caráter exploratório, com alguns procedimentos quantitativos, onde os dados foram obtidos através do banco de dados sobre denúncias feitas nos últimos cinco anos (2012 a 2016) ao órgão gestor da unidade, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, por meio de relatos dos moradores das comunidades que fazem parte da UC. Para análise dos dados, as denúncias foram classificadas em seis grupos (Figura 1).

Figura 1: Representação das classes de denúncia na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (Pará).

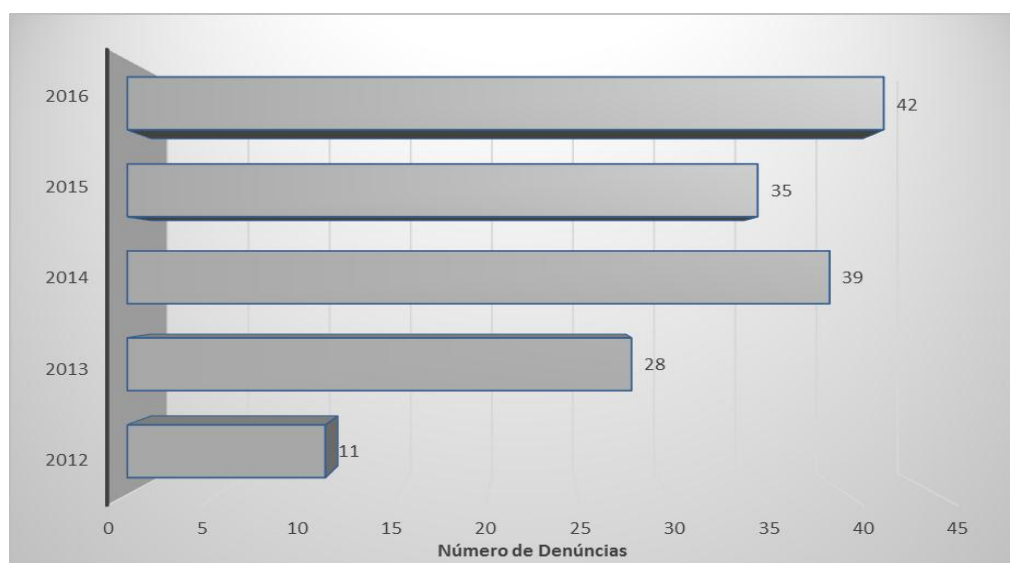


Posteriormente a tabulação e análise dos dados foram feitas no programa Microsoft Excel 2013. A partir da tabulação dos dados foi possível identificar o total de denúncias efetuadas em cada classe durante os cinco anos de dados analisados percentual de denúncias por classe, além de identificar as três comunidades que mais realizaram denúncias entre as 74 comunidades da UC. Esta pesquisa é autorizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, conforme Autorização SISBIO nº 60307/2017.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Durante os cinco anos avaliados, a RTA registrou um total de 155 denúncias, esse número começou a se intensificar no ano de 2013, chegando em 2016 com 42 denúncias registradas (Figura 2). Nota-se um crescimento de 20% no número de denúncias efetuadas nesse período. Esse crescimento pode ser explicado principalmente pelo fato de que houve uma maior atuação da fiscalização ambiental dentro da Unidade de Conservação.

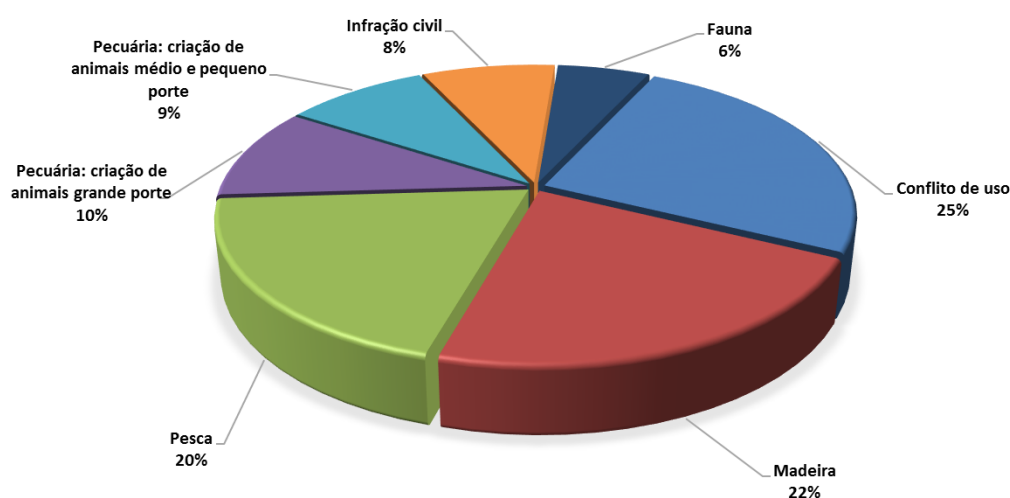
Figura 2. Número total de denúncias registradas por ano na Reserva Tapajós-Arapiuns, Pará.



Entre as categorias de denúncia a classe mais frequente foi conflito de uso, por ser uma classe inerente às relações sociais, onde as denúncias estão relacionadas a desacordos com o plano de utilização, representam cerca de 25% do total (39 denúncias em 05 anos). Segundo ICMBio

(2014), embora existam conflitos gerados pela exploração de madeira, algumas comunidades tentam resolver com medidas próprias ou com a ajuda dos órgãos competentes. Uma das principais reclamações por parte dos beneficiários se dá em relação à invasão de lotes por parte de outros comunitários e de pessoas externas à UC, o que vai contra as regulamentações do Acordo de Gestão, a classe de denúncia madeira representou 22% do total de denúncias efetivadas. A pesca aparece em terceiro lugar no ranking de categorias com 20% do total de denúncias efetuadas (Figura 3).

Figura 3. Porcentagem do número de denúncias realizadas em cada categoria na Reserva Tapajós-Arapiuns, Pará, no período de 2012-2016.



A pecuária representou 19% do total de denúncias efetuadas, onde a criação de animais de grande porte como o gado representou 10% das denúncias registradas (16 registros) nessa classe. A presença de gado bovino dentro da RESEX Tapajós-Arapiuns é algo que ocorre há algum tempo, devido a dois fatores principalmente, primeiro por ser um local de refúgio do boi-da-várzea na época da cheia do rio Amazonas, e segundo, pelos campos de pastos naturais (ICMBio, 2014).

Com esta pesquisa, também foi possível listar as comunidades que mais apresentaram denúncias ao órgão gestor da RTA, das 69 comunidades três se destacam, e são, Parauá, Paricatuba e Vila de Amorim com um total de 8;7 e 6 denúncias realizadas respectivamente.

Parauá, comunidade que está localizada na margem esquerda do rio Tapajós e de acordo com o diagnóstico realizado em 2014 a comunidade possui um total de 140 famílias, efetuou denúncias em quatro das sete classes elencadas, sendo que Madeira foi a classe mais denunciada pela comunidade. A Comunidade Paricatuba localizada no médio Tapajós, realizou denúncias em três classes das e conflito de uso foi a classe que mais recebeu denúncias com um total de quatro. Em Vila do Amorim localizada no médio Tapajós que possui um total de 120 famílias cadastradas,

a classe de mais recebeu denúncias foi a Pecuária – Criação de animais de médio e pequeno porte com três no total. Essas comunidades representam 30% do total das 60 comunidades que efetuaram denúncias ao órgão gestor da UC.

CONCLUSÃO

Nota-se um crescimento no número de denúncias e isso pode indicar dois pontos importantes: a preocupação dos moradores das comunidades em conservar os recursos naturais, bem como o interesse em resolver os seus conflitos relacionados as relações sociais da melhor forma possível. A classe conflito de uso é a mais frequente, indicando a necessidade de promover ações pontuais, principalmente no que diz respeito as denúncias mais frequentes.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Manual técnico da vegetação brasileira**. 2º Edição. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 271. (Manuais técnicos de geociências, 1).

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano de manejo da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns** Volume 01 – Diagnóstico. Diário Oficial da União – Portaria Nº 124, ICMBIO 2014, Santarém-Pa.

KÖPPEN, W.; GEIGER, R. **Klimate Der Erde**. Gotha: Verlag Justus Perthes. 1928. Wall-Map 150cmx200cm.

OUTROS ARTIGOS

Lindomar de Jesus de Sousa Silva [Org.]

A FRAGILIZAÇÃO DO PAPEL PROTECIONISTA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA

David Franklin da Silva Guimarães¹

Dorinethe dos Santos Bentes²

Giovanna Cristina Ferreira Pinto³

Rafael Moreira Ribeiro⁴

RESUMO: Esse artigo teve como objetivo avaliar o processo de fragilização das unidades de conservação na Amazônia Legal, bem como os interesses motivadores dessas medidas. A abordagem foi a qualitativa, pois baseia-se na análise dialética da legislação e medidas tomadas pelo governo federal em unidades de conservação na Amazônia. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação foi criado como medida para a proteção da floresta e redução da degradação ambiental na região. Entretanto, o Estado conduzido por interesses políticos e econômicos vem realizando uma série de medidas para a fragilização desses espaços, comprometendo a conservação da imensa sociobiodiversidade existente na região amazônica.

Palavras-chave: Sistema Nacional de Unidades de Conservação; Retrocesso Legal; Conservação; Direito Ambiental.

ABSTRACT: This paper had as objective to evaluate the process of fragilization of conservation units in the Legal Amazon, as well as the motivating interests of these measures. The approach was qualitative-quantitative because it is based on the dialectical analysis of legislation and measures taken by the federal government in conservation units in the Amazon. The National System of Conservation Units was created as a measure to protect the forest and reduce environmental degradation in the region. However, the State, driven by political and economic interests, has been carrying out a series of measures to weaken these spaces, compromising the conservation of the immense socio-biodiversity that exists in the Amazon region.

Keywords: National System of Protected Areas, Legal Regression, Conservation, Environmental Law.

INTRODUÇÃO

O processo de ocupação do espaço amazônico sempre ocorreu de forma mal planejada e sem a devida preocupação com as especificidades locais (BECKER, 2005). Tais modelos de

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia –PPGCASA, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: davidguimaraes2009@hotmail.com.

² Mestra em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Especialista em Direito Ambiental e Urbanístico e em História Social e da Amazônia. Professora de carreira da UFAM – atualmente chefe do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito. E-mail: dorinethebentes@gmail.com

³ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: giovannacristinaferreira17@gmail.com.

⁴ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia –PPGCASA, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: morrafael@gmail.com.

desenvolvimento propostos para região trouxeram a exploração degradante de seus recursos naturais.

O intenso desmatamento ocorrido na região amazônica fez surgir uma preocupação internacional com a destruição dos recursos naturais e a redução da biodiversidade desse importante bioma. A criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) através da Lei Federal 9.985/2000 foi um marco legal importante para a política ambiental brasileira e surge para contribuir de forma significativa com a conservação dos recursos naturais na Amazônia Brasileira.

Na Amazônia foram criadas várias unidades de conservação para a proteção ambiental dos ecossistemas, dos importantes serviços ambientais, da rica biodiversidade e da alta diversidade étnica e cultural. Infelizmente, muitas dessas unidades não exercem seu papel protecionista devido à falta de efetividade, inexistência de fiscalização e ausência de instrumentos como: conselhos gestores, planos de manejo e gestão integrada.

A criação, por força de lei, de parques, estações ecológicas e outras áreas naturais protegidas, não tem conseguido solucionar os problemas decorrentes das pressões antrópicas, como desmatamentos, invasões, extração de produtos naturais, caça, pesca, expansão das atividades agrícolas e industriais, entre outras, que comprometem a conservação dos recursos naturais e culturais dessas áreas (MILANO, 2000).

Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivo analisar as alterações dos dispositivos legais em unidades de conservação na região amazônica. No primeiro momento foram apresentadas as fragilidades do bioma amazônico diante do modelo de desenvolvimento proposta para a região, bem como o constante processo de desflorestamento e, conseqüente, destruição da biodiversidade.

O segundo capítulo traz a presença das unidades de conservação no ordenamento jurídico brasileiro, apresentando as categorias de unidades de conservação com ênfase na presença dessas áreas protegidas na Amazônia. Em seguida é abordada uma transformação da conduta na relação sociedade-ambiente baseada no desenvolvimento sustentável, desvelando a importância de novos paradigmas econômicos para a consolidação da conservação e uso racional dos recursos naturais.

Por fim, o presente trabalho apresentará algumas medidas do Estado para fragilizar o papel protecionista das unidades de conservação e outras áreas protegidas na região amazônica e os riscos advindos desse processo.

Quanto ao método, o presente trabalho foi elaborado a partir do dedutivo com uma abordagem qualitativa. O presente estudo foi pautado em revisão bibliográfica, análise da legislação e foi fundamentado na abordagem quali-quantitativa, exploratória e descritiva, pois

prima pela interpretação e diagnóstico da eficácia da legislação que trata de áreas protegidas (GIL, 2010).

A FRAGILIDADE DO BIOMA AMAZÔNICO

A Floresta Amazônica possui uma riqueza natural indiscutível, uma alta biodiversidade e é região estratégica para o desenvolvimento do Brasil, mas apesar disso a devastação dessa floresta vem ocorrendo de forma assustadora. O processo de ocupação do espaço amazônico sempre ocorreu de forma mal planejada e sem a devida preocupação com as especificidades locais. Tais modelos de desenvolvimento propostos para região trouxeram a exploração degradante de seus recursos naturais.

Nos anos 70, alguns estudos sobre os desdobramentos das políticas públicas na Amazônia já apontavam os graves problemas ambientais que poderiam ocorrer em função de um modelo de desenvolvimento que ignorava os impactos ambientais. Mas foi preciso mais uma década para que os efeitos dessas políticas pudessem ser percebidos e tornar-se uma questão relevante. As análises centralizaram-se, inicialmente, nos efeitos da abertura da fronteira de recursos com os programas de incentivos à colonização, à migração e à expansão pecuária. As taxas de desmatamento ainda eram pouco conhecidas, mas os resultados de pesquisas mostravam dados que confirmavam o que já se sabia: o desastre da perda de riquezas naturais em troca de quase nada do ponto de vista do desenvolvimento regional, como a madeira nobre exportada em toras e o desperdício de outras toras derrubadas identicamente, ou a valorização no mercado de terras pela plantação de pasto (CASTRO, 2008).

A falta da efetividade e descentralização de políticas públicas básicas para as áreas rurais como saúde, educação e a geração de emprego e renda fez com que ocorresse um alto contingente de evasão rural no espaço amazônico, concentrando atualmente a maior parte da população nas áreas urbanas, principalmente nas capitais. Por essa razão Becker (2005) afirma que a Amazônia é uma “floresta urbanizada”.

De acordo com o INPE (2005) a taxa de desmatamento vem aumentando a cada ano, em 2004 essa taxa foi de 26.130 km²/ano. Segundo Bacha (2004) no período de 1988 a 1999 foram desmatadas cerca de 19,18 milhões de hectares de florestas na Amazônia Legal. Essa informação gerou alarde na comunidade internacional e o Brasil sofreu pressão para adotar medidas para mitigação do desmatamento na região amazônica.

A estratégia de desenvolvimento definida para a Amazônia teve como uma das suas principais consequências a transformação da cobertura do solo. A ocupação das áreas do entorno das estradas, construídas nesse processo, ocorrem de forma imediata após a abertura das mesmas.

Segundo os trabalhos de Fearnside (2006), o desflorestamento da Amazônia tem crescimento contínuo desde 1991, variando de acordo com as mudanças relacionadas às forças

econômicas. De acordo com o mesmo autor, além da urbanização, outras atividades econômicas como a pecuária, o corte seletivo para exploração florestal e incêndios para o estabelecimento de culturas agrícolas têm intrínseca relação com o desflorestamento. Para Castro (2008),

No nosso entender, constata-se, em primeiro lugar, que as causas do desmatamento na Amazônia são múltiplas e traduzem a complexidade dos atores sociais e dos interesses que fazem da fronteira um lugar de encontro, de oportunidades, de capitalização e, justamente por isso, também de tensão e conflito. Em segundo lugar, é evidente a diferenciação social e econômica decorrente desses processos. (...) A tendência principal permanece, que é a do desflorestamento, da conversão da floresta em pastagens, em áreas degradadas; mais recentemente, as pastagens e áreas de sistemas agroflorestais têm sido substituídas pela monocultura de grãos, com a entrada, sobretudo, da soja.

A redução da cobertura florestal na região amazônica tem como consequência o aumento da emissão de gases dos efeitos estufas, principais causadores da mudança climática. Como tentativa reduzir as taxas de desflorestamento na região e inserir a política de conservação florestal com o intuito de mitigar os efeitos da mudança climática, o governo brasileiro, a partir de 2000, teve como estratégia criar unidades de conservação, principalmente na região amazônica (RODRIGUES-FILHO et al., 2016).

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA

A preocupação com os recursos naturais da região amazônica e dos outros biomas brasileiros fez com que as três esferas do governo (federal, estadual e municipal) investissem na criação de áreas protegidas que buscam a preservação e conservação dos recursos naturais existentes nesses territórios.

A criação de áreas protegidas no Brasil é um fenômeno recente, que teve sua consolidação somente na primeira metade do século XX, com a finalidade de preservar áreas com características naturais e culturais singulares, assim como difundir na sociedade a importância da conservação ambiental (SÃO PAULO, 2000).

No Brasil já existiam legislações que tratavam da proteção de recursos naturais, mas as mesmas encontravam-se de forma fragmentada até a promulgação da Lei Federal 9.638/81 que cria a Política Nacional de Meio Ambiente, o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), delega as responsabilidades da federação, estados e municípios e dá outras providências.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é outro marco importante para a pauta, pois possui um capítulo voltado ao meio ambiente que traz dispositivos legais importantes e preconiza que a “proteção do meio ambiente é um dever do Estado e da coletividade” (BRASIL, 1988).

A regulamentação da criação de espaços territoriais legalmente protegidos previstos na Constituição ocorreu através da promulgação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação¹, marco legal de suma importância para as áreas protegidas no Brasil. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), uma unidade de conservação (UC) é um: ⁵

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes. Legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

No Brasil, as unidades de conservação são divididas em duas categorias: de Proteção Integral e de Uso Sustentável. As de proteção Integral são caracterizadas como as Unidades onde está totalmente proibida a exploração e o aproveitamento indireto de seus benefícios (CATTANEO, 2004). As unidades de conservação de proteção integral possuem as seguintes categorias (BRASIL, 2000):

Art. 8º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação:

- I - Estação Ecológica;
- II - Reserva Biológica;
- III - Parque Nacional;
- IV - Monumento Natural;
- V - Refúgio de Vida Silvestre.

Já as de Uso Sustentável são aquelas nas quais a exploração e o aproveitamento econômico direto ou exploração dos recursos naturais são permitidos, de uma forma planejada ou regulamentada (CATTANEO, 2004). De acordo com o SNUC pertencem as unidades de conservação de uso sustentável as seguintes categorias (BRASIL, 2000):

Art. 14. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação:

- I - Área de Proteção Ambiental;
- II - Área de Relevante Interesse Ecológico;
- III - Floresta Nacional;
- IV - Reserva Extrativista;
- V - Reserva de Fauna;
- VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e
- VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Essas áreas correspondem a um instrumento geopolítico de controle do território, objeto de disputas territoriais devido aos conflitos de interesses gerados por aspectos culturais e históricos decorrentes de sua ocupação, e foram denominadas a partir dos anos 1980 de Unidades de Conservação (GONÇALVES, 2012).

⁵ Lei 9.985/2000 - Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências

Em estudos realizados pelo Imazon (2014), verificou-se que as áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas) ocupam 43,9% do território da Amazônia Legal. O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (2017)², afirma que 1.146.449 Km² da região amazônica é recoberto por unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável, perfazendo 27,3% do território total.⁶

Nessas áreas protegidas além de uma rica flora e fauna, muitas vezes, existem populações que vivem e dependem dos recursos existentes nessas áreas. Ao se pensar no processo de criação e gestão de UC's nesses locais os gestores públicos devem levar em consideração as especificidades da região, sua cultura e modo de vida de suas populações.

Segundo estimativas apresentadas por Soares-Filho (2006), a criação de unidades de conservação sem a devida aplicação da legislação ambiental, fomento ao desenvolvimento sustentável e construção participativa não reduzirá o desmatamento na bacia amazônica no ano de 2050.

Essa alta pressão antrópica segundo Wells e Brandon (1992), têm relação direta com a falta de oportunidade aliada à pobreza das populações do entorno, bem como à ausência de apoio público na criação e manutenção das mesmas, e à escassa participação pública na administração e manejo dos seus recursos naturais.

São necessárias diversas ações dentro da gestão ambiental para a consolidação da unidade, respeitando seus objetivos da criação. Os processos de gestão de UC's devem considerar a realidade local no intuito de proteger a diversidade biológica e sociocultural (GONÇALVES e HOEFFEL, 2012). Apesar de representar uma medida importante, estabelecer áreas legalmente protegidas através da legislação e da aquisição de terras, por si só, não asseguram a preservação ambiental (PRIMACK e RODRIGUES, 2001).

A PREVALÊNCIA DOS INTERESSES ECONÔMICOS COMO DESAFIO PARA A CONSERVAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Derani (1997) disserta acerca da necessidade de haver desenvolvimento sustentável entre economia e meio ambiente:

A necessidade de assegurar a base natural da vida (natureza) coloca novos matizes na política econômica. É, na verdade, o grande desafio das políticas econômicas. A obviedade da necessidade de uma relação sustentável entre o desenvolvimento industrial e meio ambiente é exatamente a mesma da irreversibilidade da dependência da sociedade moderna dos seus avanços técnicos e industriais. Assim, qualquer política econômica deve zelar por um desenvolvimento da atividade econômica e de todo seu instrumental

⁶ Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – Unidades de Conservação por Bioma. Disponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC_JUL17%20-%20C_Bio.pdf. Acesso em 24 de out. 2017.

tecnológico ajustado coma conservação dos recursos naturais e com uma melhora efetiva da qualidade de vida da população. (DERANI, 1997, p. 239).

Quando o bem jurídico em relação a sociobiodiversidade é concebido no enfoque tradicional de valores apenas econômicos e de mercado, os recursos naturais e sociais acabam sendo facilmente burlados e apropriados indevidamente. Entretanto, quando interpretada sob um novo paradigma socioambiental, que considere os recursos naturais em conjunto com a sociedade e toda sua biodiversidade, a força jurídica, política e social torna-se maior e consequentemente mais eficaz.

A efetividade dos instrumentos jurídicos em conjunto com os aspectos sociais torna necessária uma nova forma de pensar sobre a proteção do meio ambiente. É preciso que se reconheça a sua complexidade e suas características interdisciplinares. Para Leff (2003):

Uma revolução do pensamento implica em uma mudança de mentalidade e transformação do conhecimento e das práticas educativas para construir um novo saber e uma nova racionalidade que passe a orientar a construção de um mundo de sustentabilidade. Há aqui uma nova reflexão sobre a natureza do ser, do saber e do conhecer. (LEFF, 2003, p. 38).

A questão social está intrinsicamente ligada a questão de proteção a biodiversidade, pois a interferência na natureza vem do homem e sua proteção dependerá quase que exclusivamente de uma reformulação do desenvolvimento desse. Ou seja, na medida em que o ser humano se insere no meio que o cerca, como ação de subsistência, ele passa a criar uma relação de mútua troca com o ecossistema.

Nesse sentido, Juliana Santilli introduz os aspectos primordiais do movimento socioambiental, “o desenvolvimento deveria ser não só ambientalmente sustentável como também socialmente sustentável e economicamente viável” (2012, p.26).

[...] um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade estritamente ambiental – ou seja, a sustentabilidade de espécies, ecossistemas e processos ecológicos – como também a sustentabilidade social – ou seja, deve contribuir também para a redução da pobreza e das desigualdades sociais e promover valores como justiça social e equidade (SANTILLI, 2012, p.29).

Torna-se necessária a mediação entre os sistemas ecológicos e socioculturais, que seja capaz de alcançar um equilíbrio entre a conservação da biodiversidade e as formas sustentáveis de desenvolvimento econômico-social. A diversidade biológica resulta de contribuições culturais de povos e comunidades que desenvolveram uma relação de dependência com o meio ambiente, portanto, as espécies, ecossistemas também são um fenômeno cultural.

Um modelo de desenvolvimento socioambiental é premissa básica para uma efetiva proteção à sociobiodiversidade que considere o meio ambiente em todas as suas interações (bens ambientais, culturais e étnicos), inclusive a humana, principalmente quando trata-se de um país em desenvolvimento como o Brasil constituído de umas das maiores biodiversidades do planeta.

A FRAGILIZAÇÃO DO PAPEL CONSERVADOR DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O Brasil vivencia um acelerado retrocesso de direitos trabalhistas, previdenciários, sociais, dentro desse processo estão significativas reduções de direitos ambientais em relação às áreas protegidas. Este diagnóstico se materializa na publicação da lei Nº 13.452/2017 que altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental Rio Branco, no Pará. De acordo com o artigo 2º da referida lei, a área excluída do Parque Nacional do Jamanxim é de aproximadamente 862 hectares.

A transformação da área do Parque Nacional (Parna) de Jamanxim em Área de Proteção Ambiental (APA) teria grande impacto sobre viés protecionista da unidade. O Parque Nacional é uma das categorias de unidade de conservação de proteção integral, não permitindo a utilização dos recursos naturais desse espaço protegido de maneira direta. A alteração prevista na lei para APA permite a utilização direta dos recursos naturais, reduzindo a proteção dos recursos naturais da unidade e permitindo a instalação de garimpos, agronegócio e outras atividades degradantes.

A mobilização da sociedade civil organizada em defesa do Parque Nacional do Jaminxim resultou no recuo da decisão do Presidente da República que vetou a criação da Área de Proteção Ambiental Rio Branco (§ 2º do art. 1º e art. 4º da Nº 13.452/2017). As razões do veto foram as seguintes:

A modificação proposta altera substancialmente o regime de proteção de área do Parque Nacional, alcançando mais de 100 mil hectares, e com potencial de comprometer e fragilizar a preservação ambiental em uma região sensível da Amazônia Brasileira (BRASIL, 2017).

Outro retrocesso à política ambiental e de conservação na Amazônia foi a tentativa de extinção da Reserva Nacional do Cobre e seus Associados (Decretos nº 1.942/17³ e nº 1.947/17⁴). O decreto 1.942/17 tinha por objetivo a extinção da Reserva Nacional do Cobre e a revogação do decreto nº 89.404/1984. Por não considerar as outras áreas protegidas existentes em seu território e entorno, esse decreto sofreu inúmeras pressões para a sua revogação. Com o intuito de responder parcialmente a essas pressões, a presidência da república publicou o decreto de nº 1.947/17 que

em seu preâmbulo afirma que o mesmo:⁷⁸

Revoga o Decreto nº 9.142, de 22 de agosto de 2017, que extinguiu a Reserva Nacional do Cobre e Seus Associados - Renca e extingue a Reserva Nacional do Cobre e Seus Associados - Renca para regulamentar a exploração mineral apenas na área onde não haja sobreposição com unidades de conservação, terras indígenas e faixa de fronteira⁶.

A Constituição Federal da República do Brasil de 1988 apresenta um importante marco para a proteção ambiental ao destinar um capítulo voltado para as questões ambientais que especifica a proteção de áreas naturais.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

(...) *omissis*

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

Dessa forma, os dois decretos contrariam a Constituição Federal da República Federativa do Brasil, visto que a mesma permite a alteração e supressão apenas através de leis no sentido *stricto sensu*. O próprio Sistema Nacional de Unidades de Conservação prevê a necessidade de leis para alterações e extinções de unidades de conservação.

Art. 22. As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público.

§ 7º A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica (BRASIL, 2000).

Sendo assim, tanto o texto constitucional quanto a regulamentação dele realizada através da criação do Sistema Nacional de unidades de Conservação prevê que decretos e outras legislações no sentido *lato sensu* não podem alterar ou extinguir unidades de conservação. Para Graziera (2011),

(...) A Constituição Federal condiciona a extinção e a supressão de espaços protegidos à edição de uma lei, regra que se repete na Lei do SNUC, que menciona o termo desafetação e a expressão redução dos limites. A afetação é a instituto do direito administrativo, e se aplica aos bens públicos, quando um certo bem é destinado a uma utilização de categoria de uso comum ou especial.

De acordo com o Instituto Sócioambiental (ISA), essas não são as únicas medidas do governo federal para fragilizar a política de conservação da floresta amazônica. O interesse do governo federal é: “Extinguir a Área de Proteção Ambiental (APA) de Campos de Manicoré,

⁷ Decreto nº 9.142, de 22 de agosto de 2017.

⁸ Decreto nº 9.147, de 28 de agosto de 2017.

diminuir o Parque Nacional (Parna) de Acari, a Reserva Biológica (Rebio) de Manicoré, as Florestas Nacionais (Flonas) de Urupadi e Aripuanã” (ISA, 2017).

Essas unidades de conservação possuem posição estratégica, visto que as mesmas se encontram entre o sudoeste do Pará e o sul do Amazonas, área que sofre pressão do forte agronegócio presente na região centro-oeste do país. Essa região, conhecida como “arco do desmatamento”, possui uma alta taxa de perda de floresta (FEARNSIDE, 2005).

A redução de área protegida seria de um total superior a 1 milhão de hectares, distribuídos entre as unidades de conservação (Tabela 1).

Tabela 1: Proposta de redução de unidades de conservação na Amazônia

Unidade de conservação	Área atual (ha)	Redução proposta (ha)
Rebio Manicoré	359.063	112.593
Parna Acari	896.407	240.585
Flona Aripuanã	751.295	430.225
Flona Urupadi	537.228	140.926
Apa Campos de Manicoré	151.003	151.993

Fonte: ISA, 2017

As atuais medidas tomadas pelo governo federal só intensificam o processo de redução do papel protecionista das unidades de conservação na Amazônia. De acordo com INPE (2016), a taxa de desmatamento da região amazônica no ano de 2016 teve um aumento de 29% em relação a 2015. A fragilização da conservação da Floresta Amazônica fez que a Noruega reduzisse seus investimentos no Fundo da Amazônia, instrumento que tem como objetivo criar estratégias para a conservação da região (ESTADÃO, 2017). Com essa redução o país perde cerca de 196 milhões de reais para investimentos na política ambiental da região.

Nesse sentido, os interesses econômicos se sobrepõem as questões relacionadas a temática socioambiental. Fato que perfaz um enorme retrocesso na política ambiental brasileira.

[...] É possível observar que, mesmo com as garantias legais, ou seja, mesmo a área tendo sido criada dentro de uma das modalidades previstas no SNUC e segundo o procedimento estabelecido, mesmo que esteja cumprindo seus objetivos, pode, quando houver interesse econômico, sofrer diminuição da sua área, alteração de sua finalidade e o mais grave, sua desafetação, ou seja, deixar de ser considerada uma área protegida nos termos da lei (WANDSCHEER, 2016).

Tais situações demonstra o papel contraditório do Estado que deveria zelar por solucionar

os problemas ambientais, mas torna-se o maior responsável pelos mesmos (JATOBÁ *et al.*, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel protecionista das unidades de conservação na Amazônia vem sofrendo fortes pressões pela atual política econômica do país. Tais transformações podem gerar aumento intensivo do desflorestamento na região, perda da biodiversidade, redução da etnodiversidade e fortes impactos nos serviços ambientais prestados pelo bioma amazônico.

Esperava-se que o Estado avançasse na efetivação da conservação dessas áreas protegidas, mas os interesses econômicos parecem sobressair sobre as necessidades e singularidades ambientais da região. O Estado vem regredindo na política ambiental construída há anos e fragilizando o papel protecionista das unidades de conservação na região amazônica.

Essa regressão do estado apresenta uma clara escolha pelo papel tradicional da Amazônia como economia de fronteira, ou seja, uma visão econômica linear e infinita, (BOULDING, 1966). Além de apresentar alguns vieses tradicionais nas formulações de políticas públicas no Brasil, principalmente na região Amazônica. As alterações das unidades de conservação, legais e práticas, não consideram que já existe um contingente humano vivendo naqueles locais, como corrobora a portaria em que se justificam os motivos para a extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados. Dessa forma, as alterações não são democráticas por dois motivos, o primeiro devido a ilegalidade da forma como foi conduzida, o segundo por não considerar a discussão com os atores locais das áreas afetadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-SDS. **Coletâneas de unidades de conservação no estado do Amazonas: Leis, Decretos e Portarias.** Manaus: SDS/CEUC, 2009. p 98.

BACHA, C. J. C. O Uso de Recursos Florestais e as Políticas Econômicas Brasileiras. **Est. Econ.** São Paulo. Volume 34. p: 393-426. 2004.

BECKER, B. K. **Geopolítica na Amazônia.** Estudos Avançados 19. Pg 70. 2005

BOULDING, Kenneth E. **The economics of the coming spaceship earth.** Environmental Quality Issues in a Growing Economy, 1966.

BRASIL (1981). **Lei 9.638 de 31 de agosto de 1981. Institui a Política Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.**

BRASIL (2000). **Lei 9.985 de 18 de junho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades**

de Conservação e dá outras providências. 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. (2017). **Portaria 128 de 30 de março de 2017.** Brasília, DF. 2017.

CATTANEO, D. **Identidade Territorial em Unidades de Conservação: Ponto de Apoio para uma Análise Epistemológica da questão Ambiental.** Dissertação. Programa de Pós Graduação em Geografia – UFRS. Porto Alegre, RS. 2004.

COELHO, A.J. **A Importância do Desenvolvimento Sustentável.** 2000. Texto situado no site: <http://www.idcb.org.br/documento/artigos2301/aimportancia.doc> (acessado em maio/2014).

DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico.** São Paulo: Max Limonad, 1999.

ESTADÃO. **Noruega anuncia corte de quase R\$ 200 mi ao Fundo da Amazônia.** 22 de julho de 2017. Disponível em: <http://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,noruega-anuncia-corte-de-quase-r-200-mi-ao-fundo-da-amazonia,70001856163>. Acessado em: 08 de Ago. 2017.

EYBEN, R.; Kabeer, N. & Cornwall, A. Conceptualising empowerment and the implications for pro poor growth: A paper for the DAC Poverty Network. **Institute of Development Studies.** 37p. 2008. Disponível em: <http://www.gsdrc.org/docs/open/SE8.pdf>. Acesso em: 29 set. 2016.

FEARNSIDE, P. M. **A floresta amazônica nas mudanças globais.** Manaus: INPA. 134 p, 2003.

FEARNSIDE, Philip M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, p. 113-123, 2005.

Fonseca, A., Souza Jr., C., & Veríssimo, A. 2014. **Boletim do desmatamento da Amazônia Legal** (novembro de 2014) SAD (p. 10). Belém: Imazon. Disponível em: <http://imazon.org.br/publicacoes/boletim-do-desmatamento-da-amazonia-legal-novembro-de-2014-sad/>. Acessado em 17 de janeiro de 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, N. M.; HOFFEL, J. L. M. Percepção ambiental sobre unidades de conservação: os conflitos em torno do parque estadual de Itapetinga – SP. **Revista VITAS – Visões transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade.** Jun, 2012. Disponível em <www.uff.br/revistavitas.htm> Acesso: 10/04/2014.

GUIMARÃES, D. F. S.; LOPES, M. C. **O Ambiente Natural e a Percepção dos Gestores no Processo de Criação e Gestão da Área de Proteção Ambiental Encontro das Águas, Iranduba – AM.** Relatório do Programa de Iniciação Científica (PIBIC). UFAM. 2014.

IMAZON. **Boletim do desmatamento da Amazônia legal.** Outubro. 2014. Disponível em <<http://imazon.org.br/publicacoes/boletim-do-desmatamento-da-amazonia-legal-outubro-de-2014-sad/>>.

INPE. **PRODES estima 7.989 km² de desmatamento por corte raso na Amazônia em 2016.** 29 de Novembro de 2016. Disponível em: http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=4344. Acesso em 09 de Ago. 2017.

Instituto de Pesquisas Espaciais – INPE. <Disponível em: <http://órbita.starmedia.com/~meus-trabalhos/meiodes5.htm>. Acesso em: 28/12/2013.

ISA. **Governo Temer articula reduzir Unidades de Conservação sem consultar Meio Ambiente**. 08 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/governo-temer-articula-reduzir-unidades-de-conservacao-sem-consultar-meio-ambiente>. Acessado em 22 de julho de 2017.

JATOBÁ, S. U. S.; CIDADE, L. C. F.; VARGAS, G. M. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões de sustentabilidade e do território. **Sociedade & Estado**. Vol. 24, Nº 1. 2009. p. 47-87.

LEFF, Enrique. A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez Ed., 2003.

LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. C. Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Revista Ambiente e Sociedade**. Vol. 11, Nº 2. Campinas. 2008. p.237-253.

MARTINS, M. H. B.; COSTA, L. A.; OLIVEIRA, M. A. F. PINTO, T. J. M. Análise multitemporal da antropização da Área de Proteção Ambiental da Margem Direita do Rio Negro, Setor Paduari-Solimões. In: **Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**. Curitiba, PR. 2011.

MILANO, M. S. 2000. Mitos no manejo de unidades de conservação no Brasil, ou a verdadeira ameaça. **Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**, Campo Grande, Brasil, v.1, p.11-25.

MORAN, E.F.; OSTROM, E. (Ed.) (2009). **Ecosistemas florestais: Interação homemambiente**. São Paulo, Edusp, 544p.

OLIVEIRA, L de. O lixo urbano: um problema da percepção Ambiental. In: **SIMPÓSIO ANUAL DA ACIESP**, 7, 1983, São Paulo-SP. Anais. São Paulo-SP: s. ed., v. 40 (2). P. 48-56, 1983.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação**. Rio de Janeiro: Planta, 2001.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: Proteção Jurídica a Diversidade Biológica e Cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2012.

SÃO PAULO (Estado) (2000) Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Atlas das Unidades de Conservação Ambiental do Estado de São Paulo**. São Paulo: SMA.

SELLTIZ, C. et al. (1967). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**, 2ª ed. São Paulo, Helder/EDUSP.

SENADO. **Aprovada MP que altera unidades de conservação ambiental no PA e em SC**. 23 de maio de 2017. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/23/aprovada-mp-que-altera-unidades-de-conservacao-ambiental-no-pa-e-em-sc>. Acessado em: 18 de julho de 2017.

SOARES, C. B. S. DA S. **Estudo da dinâmica de uso e cobertura da terra com auxílio de técnicas de sensoriamento remoto e sistemas de informações geográficas (SIG), na área de proteção ambiental (APA) Encontro das Águas, no município de Iranduba – Amazonas**.

Dissertação de Mestrado - UFAM. 2007.

SOARES-FILHO, B. S., NEPSTAD D. C., CURRAN L. M., CERQUEIRA G. C., GARCIA R. A., RAMOS C. A., VOLL E., MCDONALD A., LEFEBVRE P., SCHLESINGER P. Modelling conservation in the Amazon basin. **Nature Publishing Group**. Volume 440. 2006.

VAEZA, R. F. et al. Uso e Ocupação do Solo em Bacia Hidrográfica Urbana a Partir de Imagens Orbitais de Alta Resolução. **Floresta e Ambiente**, 2010 jan./jun.; 17(1):23-29.

WELLS, M.; BRANDON, K. E. 1992. **People and parks: linking protected area management with local communities**. v.21. The World Bank, Washington, USA, 332pp.

BRASIL. Presidente. **Mensagens Presidenciais Nº 199**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República. 2017. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Msg/VEP-199.htm>. Acesso em 24 de outubro de 2017.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito ambiental**. São Paulo: Atlas, 2011.

WANDSCHEER, Clarissa Bueno. Unidades de Conservação e violação dos objetivos legais de proteção. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, v. 6, n. 2, 2016.

RODRIGUES FILHO, Saulo et al. O clima em transe: políticas de mitigação e adaptação no Brasil. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 19, 2016.

VERÍSSIMO, Adalberto et al. **Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios**. IMAZON. 2011. Disponível em: <http://imazon.org.br/areas-protegidas-na-amazonia-brasileira-avancos-e-desafios-2/>. Acessado em 08 fev. 2018.

A MATERIALIZAÇÃO DA TERRITORIALIDADE NA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO (CAREIRO DA VÁRZEA/AM)

Jenyffer Caroline Santos Duarte¹¹

Marilia Gabriela Gondim Rezende²

Therezinha de Jesus Pinto Fraxe³

RESUMO: Os ambientes de várzea têm se destacado na Amazônia pelas diferentes estratégias de adaptabilidade humana face às intempéries ambientais. As várzeas são terrenos baixos, algumas vezes planos, localizados às margens dos rios, são planícies de inundação que exercem significativa influência sobre o componente humano. É notável a escassez de trabalhos voltados à análise da territorialidade a partir das atividades produtivas, no que se refere às terras, florestas e águas de trabalho. Nesse sentido, esse artigo tem como objetivo preencher as lacunas empíricas e epistemológicas nessa temática, tendo como área de estudo a Comunidade São Francisco, localizada no município Careiro da Várzea, região nordeste do Amazonas. Para atingir tal objetivo foram traçados três objetivos específicos, por existir uma necessidade do entendimento das partes, para um melhor entendimento do todo a partir das relações e interações entre as partes. Nesse sentido, buscou-se respectivamente, identificar, descrever e compreender para, por fim, analisar a territorialidade, em suas múltiplas facetas, por meio da aplicação de formulários, entrevistas abertas, elaboração de mapas mentais e oficinas participantes. Por meio das análises dos dados na Comunidade São Francisco tornou-se possível compreender a sazonalidade do local, e o modo como os indivíduos se metamorfoseiam diante das intempéries. Nessa área a territorialidade se reconfigura a cada sazonalidade, visto a influência marcante do ciclo das águas no ordenamento do território e nas respectivas práticas territoriais.

Palavras-Chave: Território, Sazonalidade, Adaptabilidade.

ABSTRACT: The floodplain environments have been highlighted in the Amazon by the different strategies of human adaptability against environmental inclemencies. The floodplains are low lands, sometimes flat, located on the banks of the rivers, are flood plains that exert significant influence on the human component. It is remarkable the scarcity of works aimed at the analysis of territoriality from the productive activities, in what refers to the lands, forests and waters of work. In this sense, this article aims to fill in the empirical and epistemological gaps in this theme, having as study area the São Francisco Community, located in Careiro da Várzea municipality, northeast region of Amazonas. In order to achieve this objective, three specific objectives were established, as there is a need for the understanding of the parties, for a better understanding of the whole from the relations and interactions between the parties. In this sense, we sought, respectively, to identify, describe and understand, in order to analyze the territoriality, in its multiple facets, through the application of forms, open interviews, mental mapping and participating workshops. Through analysis of data in the San Francisco Community it has become possible to understand the seasonality of the place, and the way individuals metamorphose in the face of the weather. In this

¹¹Discente do Curso de Geografia da Universidade Federal do Amazonas. Pesquisadora do Núcleo de Socioeconomia. E-mail: jennyffer_caroline_duarte@hotmail.com

²Bacharel em Geografia, Mestre em Ciências Ambientais, e Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pesquisadora do Núcleo de Socioeconomia (NUSEC/UFAM). E-mail: mariliageoufam@gmail.com

³Sociólogo, Professor Associado do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Doutor em Sociologia. E-mail: elimarcds@gmail.com

area, territoriality is reconfigured with each seasonality, given the marked influence of the water cycle on territorial planning and territorial practices.

Keywords: Territory, Seasonality, Adaptability.

INTRODUÇÃO

Os usos do território a partir das atividades produtivas geram a territorialidade que, segundo Santos (1996), é a transindividualidade resultante da interação humana no espaço. Entender a territorialidade e suas ramificações requer importantes inflexões teóricas, dada a complexidade em entender a transindividualidade a partir da noção de território.

Spósito (2009) afirma que a territorialidade refere-se à qualidade designada ao território por meio dos seus múltiplos usos pelos seres humanos, sendo o resultado material e imaterial do uso e da ocupação do território pelos diversos atores sociais.

A Costa da Terra Nova, área de estudo deste artigo, está localizada na porção ocidental da Ilha do Careiro- Manaus/AM. O domínio geomorfológico existente nessa costa refere-se aos depósitos de inundação que formam terraços com restingas transbordando nas enchentes (FRAXE, 2010). Nessa área, a territorialidade se reconfigura a cada sazonalidade, visto a influência marcante do ciclo das águas no ordenamento do território e nas respectivas práticas territoriais.

Bonnemaison (2000) constatou que o território possui significado biológico, econômico, social e político, mas na sua expressão mais humana identificou-o como o lugar de mediação entre os homens e sua cultura. Nesse sentido, espaço e território não podem ser separados, já que o primeiro se faz necessário para demarcar a existência do segundo, e o último é condição para que o espaço se humanize. Sendo assim, o território é um espaço cultural, seja de identificação ou de pertencimento, sua apropriação só acontece em um segundo momento.

Segundo Saquet (2009), existem processos que fazem parte do interior da formação de cada território e da própria territorialidade humana. Esses processos são fundamentais na adequação, dominação e produção do território, bem como entre as relações de poder e as identidades simbólico-culturais. Sendo assim, nessa concepção existem alguns processos que são centrais a tudo isso:

a) a relação espaço-tempo como movimento condicionante e ligado à formação de cada território por meio dos processos históricos e relacionados;

b) a relação ideia-matéria, também como movimento e unidade;

c) a heterogeneidade correlata e em unidade com traços comuns;

d) a síntese da discussão do homem como ser social e ao mesmo tempo como ser natural.

Para Sack (1983 e 1986) território e territorialidade estão presentes e são efetuados nos

níveis do indivíduo, da casa, do bairro, do estado, do país e em nível internacional, isso é vem em virtude das relações sociais que são realizadas em um contexto social específico.

A comunicação, o controle e a classificação das áreas são os três principais pilares sobre a qual a territorialidade humana se assenta e depende, diretamente, da atuação de certa autoridade e do contexto social e histórico que é inerente a cada tipo de grupo social.

A várzea amazônica e o fenômeno das terras caídas

A várzea amazônica é formada por inúmeros processos geomorfológicos, dentre os quais destaca-se o fenômeno das terras caídas, que é um processo fluvial característico dos rios que formam a bacia amazônica.

Esse fenômeno ocorre em grande parte nas planícies de inundação, já que são unidades geomorfológicas formadas por meio da sedimentação fluvial, mais especificamente conhecidas como áreas de várzea, que são locais sujeitos a inundações sazonais. Portanto, esse evento leva à diminuição das propriedades, gerando, inclusive, problemas referentes à mobilidade, assim como também o risco de morte.

Na localidade onde está situada a Comunidade São Francisco temos um sistema hidrográfico intenso e uma dinâmica fluvial extremamente complexa, já que a sua forma e suas características dependem de como o rio realiza seu processo de equilíbrio entre a erosão, o transporte e a deposição dos sedimentos e de todos aqueles materiais que são levados em suspensão pelo regime dos rios.

Processos erosivos têm como sinônimo a erosão, ou seja, o processo de desgaste, de remoção, e de transporte de solos, nesse caso por meio das águas e da força dos rios. Os processos erosivos que fazem parte do regime de um rio estão ligados a fatores que são desencadeados e de suma importância para a compreensão de como a erosão acontece e de quais são as suas consequências. Faz-se necessário a compreensão de tal fenômeno graças à grande extensão que esse tipo de processo tem, com ações em alguns casos catastróficas, principalmente nas margens dos rios.

Segundo essas circunstâncias, temos como principais condições desencadeadoras deste evento os seguintes elementos:

- 1) A ação erosiva do rio;
- 2) Chuvas torrenciais;
- 3) Ações antrópicas, e;
- 4) Ações climáticas.

Porém essas condições estão relacionadas somente ao ambiente das ações erosivas voltadas

para a bacia hidrográfica do rio Solimões, em outros ambientes são necessários estudos de causa, já que podem existir outros fatores relacionados.

Esse acontecimento relaciona-se primeiramente com as ações erosivas, e com as ações de desgaste, causadas pelo próprio rio, só que também estão ligadas ao modo como as estruturas das paisagens se condicionam sobre a manutenção de diversos elementos.

A incidência das Terras Caídas possivelmente está relacionada a inúmeros fatores, de diversas origens, que se fundem em algum espaço e em certo período de tempo. Sendo assim podemos observar que as Terras Caídas são eventos que modificam a morfologia das margens do rio, ou seja, fazem um modelado, uma reestruturação da paisagem local.

Isso torna-se possível devido ao processo de solapamento de material que acontece em uma margem do rio, sendo que o material tem seu transporte realizado no fluxo das águas, culminando no processo de deposição do material na margem oposta do rio, gerando o assoreamento da área.

O assoreamento é um processo onde o leito do rio é afetado por acúmulo de sedimentos, resultando assim no excesso de material apenas de um lado do leito. É um processo natural que pode ser intensificado por meio das práticas humanas, como por exemplo: a partir da remoção das vegetações presentes nas margens dos rios,

Esse processo costuma ocorrer da seguinte maneira: com as chuvas, o solo tem sua camada superficial removida, e os sedimentos presentes (as partículas de solo e/ou de rochas) são transportados por escoamento em direção ao rio, onde são depositados. Quando não existem obstáculos (função exercida pela vegetação), grande parte é depositada no fundo das redes de drenagem.

O material que é depositado é transportado pelo próprio rio e, quando encontra locais mais planos e com pouca velocidade do curso da água, deposita-se no fundo, e se acumulam formando grandes bancos de areias ao longo do leito.

Quando a quantidade de sedimentos é muito grande e pesada, o transporte é feito por rolamentos (no fundo dos rios) ou acumulando-se no leito normal, acarretando prejuízos no escoamento fluvial.

O processo de assoreamento dos rios tem consequências que podem afetar diretamente a sociedade. Os rios diminuem sua capacidade de navegação, já que existe o processo de formação dos bancos de areia que atrapalham a passagem das embarcações, além de diminuir a capacidade de vazão do rio. Encontrando obstáculos no seu caminho, o fluxo de água pode atingir espaços onde nem existam cursos de água, incluindo ruas e casas, acarretando assim nas chamadas enchentes urbanas.

Quando os sedimentos se misturam a essa água escoada, o curso fica mais pesado e até

mesmo mais volumoso, ocasionando problemas como a quebra da base de pontes e até mesmo as cheias excessivas com inundações em locais próximos. Todo esse fluxo onde uma localidade sofre com a perda por meio do desgaste do solo, e a outra recebe todo esse material que até então estaria suspenso no rio.

Existem localidades presentes na extensão do leito que recebem esses sedimentos, onde as comunidades que ali vivem já estão fazendo a utilização dessa área, até como local para suas plantações. Esse é o caso da Comunidade São Francisco.

A Geograficidade do caboclo ribeirinho no Amazonas

Os rios amazônicos são responsáveis por coordenar a vida do caboclo ribeirinho. A mesma água responsável por tomar conta das várzeas amazônicas no período de cheia, praticamente desaparece no período da seca. Essa água é responsável também por fecundar o solo para a agricultura e permitir a pesca, transformando a terra e a vida do homem da várzea.

Segundo Cruz (2007), “a relação do camponês-ribeirinho com a água (lago/rio) se dá no sentido ao qual se refere Woortmann (1990) com relação à terra, ou seja, corresponde à uma relação de troca recíproca, na qual o trabalho fecunda a água e reproduz a vida. Essa fecundação ocorre efetivamente desde o início da preparação da terra para a pesca. Em seguida, é necessário esperar a próxima enchente/cheia para que a água possa, nas palavras dos moradores, “ajudar a preparar a terra”.

Na sequência, quando ocorre o recuo das águas, os caboclos ribeirinhos terminam de preparar a terra para a prática pesqueira. Portanto, somente no segundo ano, que corresponde à segunda enchente/cheia, é que os caboclos irão praticar a pesca do lanço”. Cruz (2007; 2009), apresenta também outro processo importante existente nessa área, que diz respeito à utilização das chamadas “novas terras” ou terras acrescidas (originárias de áreas de deposição das barras de acreção lateral do rio).

Ele descreve dois aspectos importantes a serem considerados:

- a) os ribeirinhos têm noção de posse nessas novas extensões de terras da restinga alta;
- b) eles fazem a utilização do espaço conforme a subida e a descida dos rios.

As comunidades de várzea são locais que se caracterizam por relações de vizinhança e parentesco, e que tem como base a ajuda mútua e os princípios baseados na solidariedade.

Sua área é constituída por locais de usos comuns, como: escolas, igrejas, campos de futebol, e sedes comunitárias (locais onde são realizadas festas e reuniões de membros da comunidade).

As comunidades que em grande maioria são católicas geralmente recebem sua denominação por meio do nome de um santo, que em geral se torna o santo protetor da

comunidade.

A comunidade São Francisco, área de pesquisa do presente trabalho, é um exemplo desses fatores, que como forma de festejar o dia do santo padroeiro, realiza festejos, através de arraiais e outras atividades que são realizadas na semana que antecede a data em que se comemora o dia do santo padroeiro.

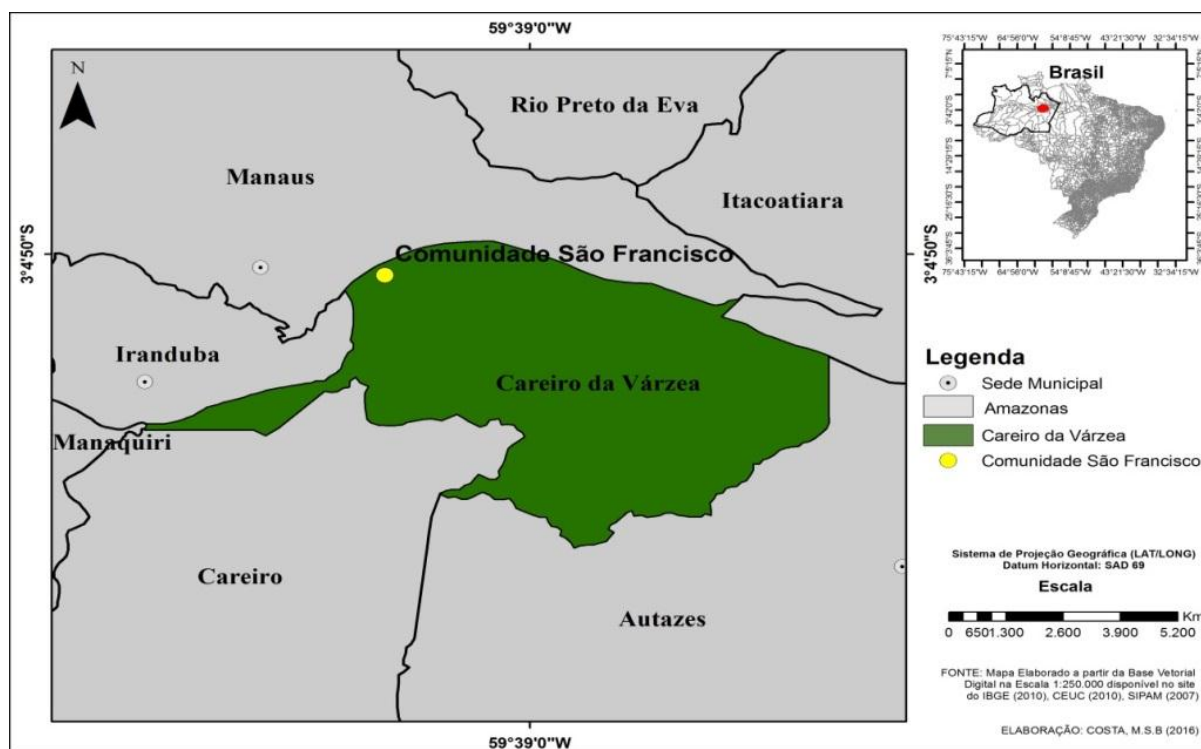
O caboclo ribeirinho tem sua vida pautada em uma estratégia de adaptabilidade constante, conforme a sazonalidade dos rios, e conforme aos processos naturais em que estão expostos.

MATERIAL E MÉTODO

Área de estudo

A Comunidade São Francisco, ambiente de várzea, se localiza na Costa da Terra Nova. Abrange aproximadamente 160 famílias, e faz fronteira com a Comunidade Nossa Senhora da Conceição e com a Comunidade São José sendo as duas últimas originárias da Comunidade São Francisco (Figura 1).

Figura 1: Localização da Comunidade São Francisco



Fonte: SIPAM, 2016. Org.: COSTA, 2016.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como forma de atingir as metas estipuladas para a realização da pesquisa foi traçado um objetivo geral. Tal objetivo foi o de analisar a territorialidade a partir das atividades produtivas na Comunidade São Francisco (Careiro da Várzea, AM).

A disposição dos objetivos na pesquisa justifica-se pela necessidade do entendimento das partes para o entendimento do todo a partir das relações e interações entre as partes, nesse sentido, buscou-se, respectivamente, identificar, descrever e compreender para, por fim, analisar a territorialidade, em suas múltiplas facetas.

Para identificar as atividades produtivas desenvolvidas na Comunidade São Francisco, primeiro objetivo específico, foram aplicados formulários, realizadas entrevistas abertas, e elaborados mapas mentais.

Os formulários foram aplicados em 30% da comunidade, que corresponde a 48 famílias, sendo 160 o número total de famílias residentes na Comunidade São Francisco.

O procedimento estatístico utilizado neste trabalho centrou-se na estatística descritiva, baseada em Huot (2002). A estatística descritiva é de suma importância na execução do trabalho, visto que subsidia a construção de gráficos, quadros e tabelas representativas dos dados coletados.

As entrevistas abertas foram realizadas concomitantemente junto à aplicação de formulários. Os mapas mentais construídos por meio de oficinas participantes, visando a identificação das atividades produtivas por meio da percepção ambiental dos residentes da área de estudo.

Segundo Richter (2011) os mapas mentais são representações gráficas construídas que comunicam o raciocínio espacial de um indivíduo ou de um determinado grupo social. Dessa forma, esses instrumentos metodológicos auxiliaram no alcance do primeiro objetivo específico.

Para descrever as práticas territoriais desenvolvidas nas terras, nas florestas e nas águas de trabalho, segundo objetivo específico, e para compreender o ordenamento territorial a partir da territorialidade, terceiro objetivo específico, foram utilizados formulários, entrevistas abertas, e mapas mentais.

Foi realizado também o mapeamento com GPS dos principais elementos espaciais e os locais das principais atividades produtivas para a construção de um mapa geral que caracteriza e compõe o ordenamento territorial da Comunidade São Francisco.

O Programa utilizado para a produção de mapas o Quantun Gis, software que permite a representação gráfica dos elementos identificados por meio do trabalho de campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Criado no ano de 1938 por meio do Decreto-lei nº 176, o município de Careiro da Várzea, área de estudo do presente trabalho, foi desmembrado, em 1955, do município de Manaus e passou a ser um município autônomo, por meio do mesmo ato, a então Vila do Careiro, sede do município foi elevada à categoria de cidade.

De acordo com estimativas de 2016 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população é de 28.592 habitantes, ocupando uma área de 2.631,144 km², sua densidade demográfica chega a 9,09 (hab/km²).

A Costa da Terra Nova está localizada na porção ocidental da Ilha do Careiro, o domínio geomorfológico existente nessa costa refere-se aos depósitos de inundação do Rio Solimões, que formam terraços com restingas transbordando nas enchentes (FRAXE, 2010).

Por meio de pesquisas e entrevistas abertas na Comunidade São Francisco foi possível compreender a sazonalidade do local, e como os indivíduos se metamorfoseam diante das intempéries que ali se encontram presentes.

Nessa área, a territorialidade se reconfigura a cada sazonalidade, visto a influência marcante do ciclo das águas no ordenamento do território e nas respectivas práticas territoriais, assim sendo as principais atividades produtivas da Comunidade São Francisco são a agricultura, a pecuária e a pesca.

O solo da várzea da Costa da Terra Nova, principalmente das novas terras, é considerado de alta fertilidade, pois durante as enchentes anuais o grande rio deposita quantidade considerável de sedimentos, rico em matéria orgânica, importante para o desenvolvimento de culturas agrícolas diversas (FRAXE, 2010). As atividades produtivas desenvolvidas na área centram-se na agricultura familiar, sendo dividido entre homens e mulheres, e entre os jovens da comunidade.

Em grande maioria as tarefas não são divididas ocorrendo assim a presença dos indivíduos em algumas etapas do processo, em outros pode-se observar atividades divididas. Os homens cavam (preparam a terra para o processo), e as mulheres ficam com o processo de plantar, limpar e também com o processo de colheita.

Durante a fase da seca as plantações são feitas nas hortas, em grandes extensões utilizando como depósitos as chamadas leiras. As leiras são divisões de terra, construídas em formato côncavo, e bastante adubada, com uma faixa batida no meio que marcam as separações uma da outra, muitas vezes cercadas por telas para evitar a entrada de animais que venham se alimentar das plantações (Figura 2).

Figura 2: Cercado utilizado para a plantação de cebolinha e cheiro verde



Fonte: NUSEC, 2016

Com essas grandes faixas de terra, eles conseguem realizar plantações de vários tipos, como: cebolinha, cheiro verde, berinjela, mandioca, batata-doce, melancia, abóbora, pimenta de cheiro. Além das plantações de árvores frutíferas como: açaí, banana, caju, mamão, cacau.

Já no período de cheia, conforme relatos dos próprios moradores, as atividades com a agricultura se tornam mais escassas e mais difíceis, pois nesse período a plantação é realizada somente por meio das hortas suspensas, meio no qual eles conseguem evitar que a água chegue às plantações. Porém, isso só pode ser feito com plantas que não precisem de muito solo para crescer e nem que cresçam abundantemente, já que o espaço disponível para a prática é reduzido.

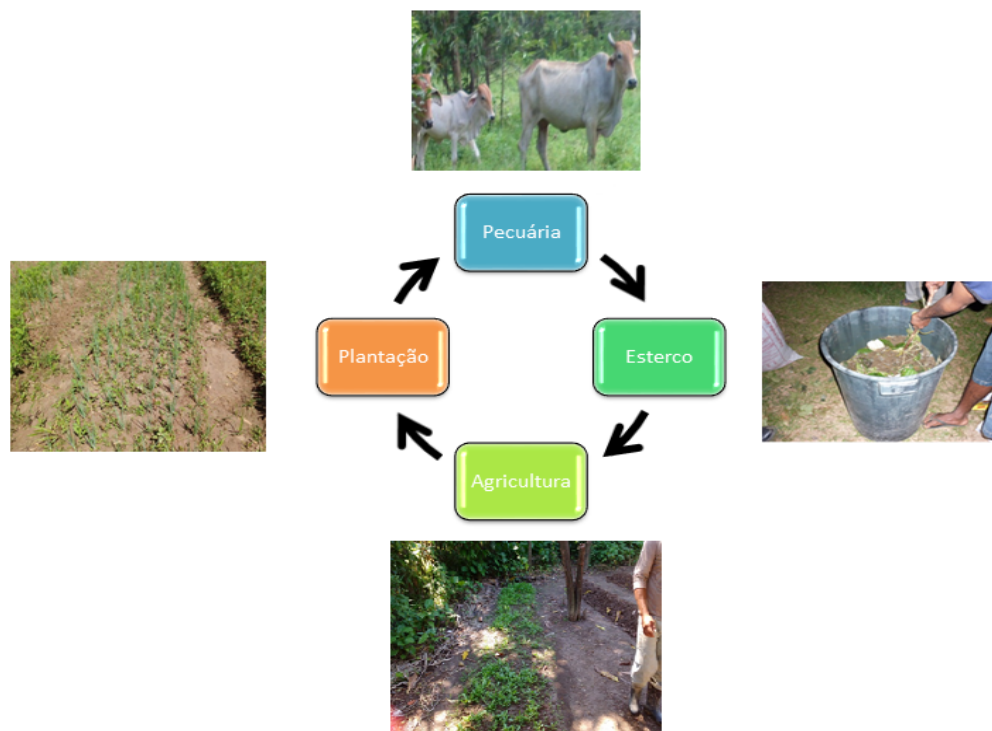
Outra atividade do local é a pecuária que é o conjunto de técnicas utilizadas e destinadas à criação e reprodução de animais com fins econômicos. Entretanto, não são em todas as unidades familiares que são possíveis ver essa atividade.

Isso justifica-se porque, por ser um ambiente de várzea, é necessária uma grande força tarefa para fazer a transferência dos animais para locais de terra firme, além do elevado custo e de ser uma prática de risco, pois pode ocorrer a morte de uma grande quantidade de animais nessa época, pois a alimentação para eles que fica escassa.

Porém, pode-se visualizar a prática da pecuária em alguns domicílios, onde são encontradas: vacas, bois e búfalos. Desses animais, além da própria carne, é possível explorar o leite para a fabricação de queijos, manteigas, coalhada e seus derivados.

Além disso, por meio desses animais temos a produção de esterco (Figura 3), que serve como adubo natural para as plantações do local, gerando assim um ciclo de interdependência entre a pecuária e a agricultura, ambas com enorme importância na formação da várzea amazônica.

Figura 3: Fluxograma das interações ambientais sistêmicas



Fonte: DUARTE, 2017

A terceira atividade é a pesca, que assim como a agricultura é utilizada tanto para a reprodução familiar como para a comercialização, ela é a única atividade que pode ser realizada no período da seca.

No período da seca dos rios a logística se torna difícil, pois quando o rio seca se formam praias com grandes extensões, levando os barcos (principal meio de transporte da localidade) a ficarem cada vez mais longe das casas. A ligação existente com o rio é tofílica, os ribeirinhos vêm o rio não somente como um meio de transporte, mas também como um local de lazer e de contemplação.

Nesse sentido, a territorialidade é desenvolvida em conjunto com as práticas sustentáveis de reprodução ecossistêmica, gerando uma gama de conhecimento dos elementos ambientais e uma forte ligação simbólica do morador com o ambiente em que está incluído.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Comunidade São Francisco a territorialidade estabelece-se principalmente a partir do rio, ele é o elemento principal de condensação territorial, visto que as famílias passam a maior parte do seu tempo em atividades fluviais, seja relacionado à pesca ou ao lazer.

Porém, a territorialidade é compreendida como a confluência simbólica e objetiva do

fluvial e do terrestre, pois o território forma-se pela transcendência desses espaços. Os usos desses espaços produzidos, formadores da territorialidade, variam de acordo com o tempo estabelecido pela “natureza”, pois os modos de apropriação dos recursos naturais estão diretamente ligados à resiliência ambiental.

O tempo prevalecente é o tempo reprodutor da autopoiese do sistema ambiental. Nesse sentido, há uma realocação de ações para a corroboração da sustentabilidade, e a territorialidade se estabelece a partir dessa noção de tempo.

A territorialidade na Comunidade São Francisco é fundamentada na interação espaço/tempo, e a noção temporal reflete o trabalho simbólico de apropriação do território. Os significados atribuídos, ou seja, a valoração da “natureza”, é que determina e consolida a territorialidade nesta comunidade, visto que os usos do território variam de acordo com a capacidade de resiliência dos diferentes ecossistemas.

A territorialidade é o reflexo material e imaterial da ação humana no território. É a congruência resultante da interação entre a dimensão simbólica e a dimensão objetiva. É a expressão do cotidiano, do modo de vida, do *habitus* dos diferentes grupos sociais intervenientes no território.

A família exerce, nesse contexto, forte influência na continuidade do modo de vida pautado na sustentabilidade ambiental, pois a partir da reprodução cultural, insere as crianças na lógica simbólica das práticas sociais cotidianas, configurando assim a territorialidade.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo financiamento da pesquisa. A todos os sujeitos envolvidos na pesquisa por de inúmeras maneiras colaborarem no enriquecimento do presente trabalho.

REFERÊNCIAS

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Cultura cabocla-ribeirinha**: mitos, lendas e transculturalidade. 2a edição. São Paulo: Annablume, 2010.

HUOT, Réjean. **Métodos quantitativos para as ciências humanas**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

NODA, Sandra do Nascimento. **Agricultura familiar na Amazônia das Águas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

RICHTER, Denis. **O mapa mental no ensino de geografia**: concepções e propostas para o trabalho docente. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **Geomorfologia: ambiente e planejamento**. São Paulo: Contexto, 1990.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Introdução. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, Espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BONNEMAISON, Joel. **La Géographie culturelle**. Paris: Éditions du CTHS, 2000.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. 274 p. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2007.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da; MATOS, Luciana Lima de; QUEIROZ, Sebastião Sampaio de. **“O pessoal aqui não gosta de ficar é liso”: a reprodução do modo de vida camponês no médio rio Solimões** – Tefé/AM. No prelo.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SACK, Robert. **Human Territoriality: A Theory**, *Annals of the Association of American Geographers*, 73 (1), 1983, p.55-74.

SACK, Robert. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=130115&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>. Acessado em: 27 de janeiro de 2017.

SAZONALIDADE E ADAPTABILIDADE HUMANA NA COMUNIDADE SÃO JOSÉ (CAREIRO DA VÁRZEA, AM)

*Aline Souza de Carvalho*¹¹

*Marília Gabriela Gondim Rezende*²²

*Mônica Suani Barbosa da Costa*³³

*Therezinha de Jesus Pinto Fraxe*⁴⁴

RESUMO: Várzea amazônica é um termo regional que geomorfologicamente corresponde à planície de inundação. Trata-se de um grande e complexo sistema fluvial formado ao longo das margens do rio Amazonas e de seus afluentes de água branca. Essa unidade geomorfológica, holocênica, é formada por sedimentos retirados dos Andes que, no geral, são ricos em nutrientes minerais formando solos férteis. Devido à sua fertilidade, a várzea sempre foi utilizada para a prática agrícola, desde os povos pré-colombianos até o presente, sempre associada à agricultura de subsistência. A agricultura familiar que por muito tempo era chamada de agricultura de subsistência, é adstrita pelos indígenas, que fazem manejo dos recursos naturais. A agricultura familiar sempre se utilizou dos solos da várzea para seus plantios, sempre associado ao regime hidrológico que no curso médio é de cheia e vazante. O problema das cheias para os moradores da várzea é que a partir dos anos de 1970 o rio Amazonas vem sofrendo alterações significativas em seu regime. As grandes cheias e as excepcionais estão acontecendo com maior frequência e intensidade, levando os moradores das várzeas a novos desafios. Compreender esses novos desafios de adaptabilidade dos moradores de várzea em função das grandes cheias foi o objetivo deste artigo. A área de estudo, na qual foi desenvolvida a pesquisa, foi a comunidade de São José da Costa Terra Nova, localizada na Ilha do Careiro, na confluência dos rios Amazonas e Rio Negro.

Palavras-Chave: Várzea, regime hidrológico, agricultura familiar.

ABSTRACT: Amazonian floodplain is a regional term that geomorphologically corresponds to the floodplain. It is a large and complex river system formed along the banks of the Amazon River and its tributaries of white water. This geomorphology unit, of Holocene age, is formed by sediments withdrawn from the Andes, which in general, are rich in mineral nutrients forming fertile soils. Because of its fertility, the várzea has always been used for agricultural practice, from pre-Columbian peoples to the present, always associated with subsistence agriculture. The family farming that for a long time was called subsistence agriculture is assigned by the natives, who manage natural resources. Family farming has always used the soils of the floodplain for its plantations, always associated to the hydrological regime that in the average course is full and ebb. The flood problem for floodplain dwellers is that since the 1970s the Amazon River has undergone significant changes in its regime. Large and exceptional floods are occurring with greater

¹ Graduanda do curso de Agronomia da Universidade Federal do Amazonas. Av. Gen. Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 1200, CEP: 69067-005, Coroado I, Manaus, Amazonas-Brasil. aline.adana@gmail.com – Autor para correspondência.

² Doutora em Ciências Ambientais, Pesquisadora do Núcleo de Socioeconomia (NUSEC) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

³ Mestra em Ciências Ambientais, Pesquisadora do Núcleo de Socioeconomia (NUSEC) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

⁴ Professora Associada IV – Departamento de Ciências Fundamentais e Desenvolvimento Agrícola. Universidade Federal do Amazonas, Av. General Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 1200 - Coroado I, Manaus - AM, 69067-005. E-mail: tecafraxe@uol.com.br

frequency and intensity, leading floodplain dwellers to new challenges. Understanding these new challenges of adaptability of floodplain dwellers due to large floods is the major objective of our research. The site chosen for the survey was the community of São José da Costa Terra Nova, located on Careiro Island, at the confluence of the Amazonas and Rio Negro rivers.

Keywords: Varzea, hydrological regime, family farm.

INTRODUÇÃO

A adaptação dos povos na várzea amazônica remonta às populações pré-colombianas como bem demonstrou Porro (1995); e Denevan (1976) em suas pesquisas. Os Omáguas, por exemplo, construíam suas casas em forma de palafitas para se proteger das águas durante as cheias do rio Solimões. Esse mesmo povo desenvolveu a técnica de conservar a massa de mandioca enterrando-a em covas no chão, devidamente forrada com folhas e, posteriormente, recoberto com terra, de tal forma que após o transbordamento a massa estava conservada e pronta para ser consumida em forma de farinha e beijus.

A agricultura familiar é responsável pela produção de 70% dos alimentos que são ingeridos no Brasil (IBGE, 2010), evidenciando a importância dos agricultores familiares na economia do país e na garantia da segurança alimentar. O grande capital tem estabelecido formas específicas de exploração dessa parcela de trabalhadores, seja por meio da desapropriação de terra, seja pela monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 2007). Entretanto, os agricultores familiares, principalmente no Amazonas e na Amazônia, têm buscado estratégias de resistência aos movimentos do capital e às intempéries produzidas pela oscilação sazonal das enchentes e cheias. Dessa forma, torna-se imprescindível o aprofundamento dessas questões, em face da importância dos agricultores familiares nos fatores acima descritos.

Para Shubart (1983), as populações humanas da Amazônia, tanto indígenas como caboclas, tradicionalmente praticam a chamada agricultura itinerante, que complementada pela coleta de produtos naturais, pela caça e pela pesca, tem garantido a autonomia destas populações.

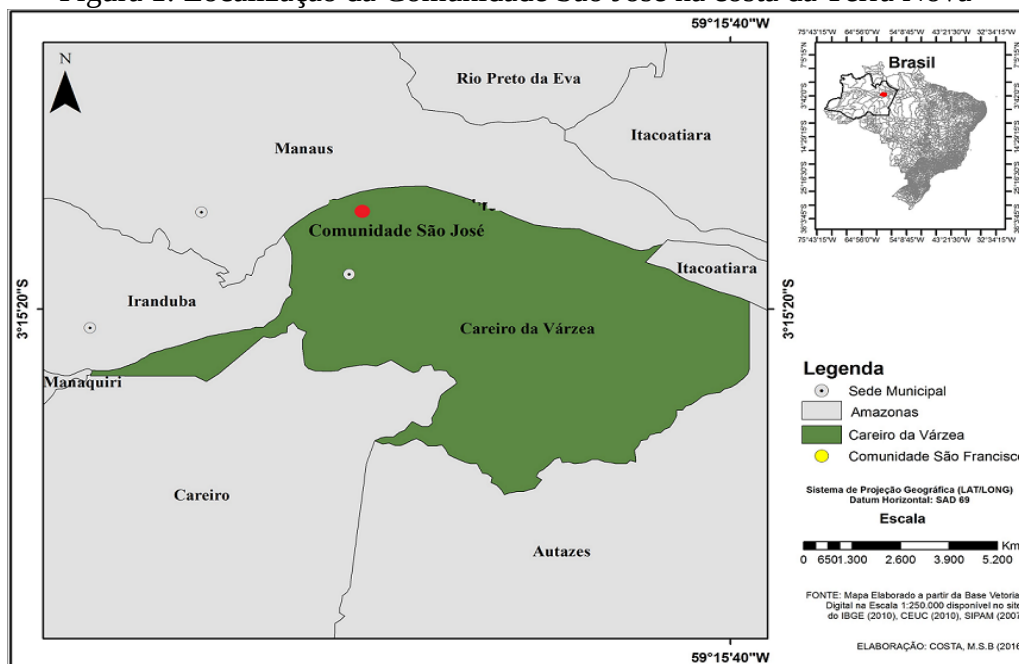
Baseado nas assertivas acima, o objetivo deste artigo é analisar as estratégias de adaptabilidade humana utilizada pelos ribeirinhos da Comunidade São José face às intempéries ambientais, no município Careiro da Várzea, Amazonas.

MATERIAL E MÉTODO

Área de estudo

A pesquisa foi realizada na comunidade São José da Costa da Terra Nova, localizada na Ilha do Careiro no município do Careiro – AM (Figura 1).

Figura 1: Localização da Comunidade São José na costa da Terra Nova



Fonte: SIPAM, 2014. Org.: COSTA, 2016

O estado do Amazonas caracteriza-se pela presença de uma agricultura familiar engajada em relação à oscilação dos períodos de enchente e de vazante. Segundo Fraxe (2010) a cultura cabocla-ribeirinha, característica da várzea amazônica, interpenetra-se às práticas culturais do mundo urbano, formando um *habitus* resultante da imbricação cultural entre os distintos modos de vida.

A adaptação à sazonalidade e essa imbricação do externo e do interno materializa-se e evidencia-se na própria disposição dos objetos espaciais e na construção das casas.

A comunidade São José, assim como todos os moradores da Ilha do Careiro, é servida pela rede elétrica. Com esse benefício a maioria dos moradores possuem geladeira, ventilador, televisor e outros pequenos eletrodomésticos. Com a energia elétrica os moradores passaram a bombear água do rio Amazonas para irrigar seus plantios, melhorando assim sua produção.

Além da rede elétrica, a comunidade possui um poço de 80 metros de profundidade na qual, em pequenos canos, a água é distribuída aos moradores nas várias comunidades da Terra Nova.

Isto significa dizer que, apesar de outros problemas, houve uma melhoria na qualidade de vida dos comunitários.

Coleta de dados

Para analisar as estratégias de adaptabilidade dos moradores da Comunidade São José, decorrente do regime hidrológico, foram traçados diferentes instrumentos e procedimentos metodológicos, por se tratar de uma pesquisa interdisciplinar.

Nesse sentido, foram utilizados formulários, contendo tópicos referentes à organização do

trabalho, à atividade produtiva e à organização social. O delineamento do desenho amostral abrangeu 16 famílias, correspondente a 30% do total de famílias da Comunidade São José.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A troca de conhecimentos nos proporcionou uma relação mútua de assimilaridade, no qual foram constatados, durante o trabalho de campo na Comunidade de São José, Careiro da Várzea, com o intuito de realizar entrevistas abertas e aplicar formulários para conhecer as estratégias utilizadas pelos moradores para se adaptarem ao regime hidrológico.

Constatou-se que durante o transbordamento do rio os moradores praticam outras estratégias de sobrevivência como a de construir canteiros suspensos conforme se observa na Figura 2.

Figura 2: Observa-se o plantio de cebolinha em canteiro suspenso durante a cheia



Fonte: ANDRADE, 2014

Constatou-se que, na ausência de terra para se trabalhar durante a cheia, os moradores, em grande parte, praticam a atividade de pesca, tanto para a subsistência quanto para a comercialização. Isto porque durante o período de cheia muitas espécies de peixes, principalmente peixes miúdos como jaraqui, pacu, aracu, e sardinha, saem do igapó e formam cardumes para a arribação e reprodução: é a piracema.

Como esses moradores estão próximos ao principal mercado consumidor, que é Manaus, essas atividades se tornam alternativas econômicas. Observou-se que alguns moradores saem para vender sua força de trabalho como diarista em fazendas na terra firme. Isto porque durante a cheia

os pecuaristas estão com seu rebanho na terra firme e com isso contratam trabalhadores diaristas para a limpeza do campo.

Para CASTRO et al. (2009), a comunidade São José é considerada a mais pesqueira das três comunidades da Costa da Terra Nova, na qual esse extrativismo animal é a segunda atividade mais executada depois da agricultura exigindo maior tempo de trabalho do agricultor. A pesca na comunidade é praticada tanto para a comercialização e para o autoconsumo, principalmente na época da cheia.

Um exemplo dessa assertiva são os Waimiri Atroari, que produzem seus alimentos e colocam no mercado de Manaus seus produtos. Sobre esse assunto, Carvalho (1982) observa que esses indígenas estão buscando encontrar uma forma de diminuir a dependência econômica, produzindo e colocando seus produtos em Manaus.

Para Rezende (1988), a agricultura é responsável pelo aumento dos produtos do mercado interno, na qual é produzida por agricultores que produzem em pequena escala. Desta forma, oscilações da economia e no trabalho rural levariam a uma variação maior na produção dos bens voltados para o mercado interno nos anos 1970. Sendo assim, a elevação da quantidade ofertada dos produtos se deve ao aumento de pequenos proprietários.

Durante o período de vazante, os agricultores priorizam a restinga mais nova, que foi enriquecida de nutrientes minerais durante a cheia, para fazerem suas plantações de hortaliças (Figura 3), como alface, cebolinha, couve, pimenta cheirosa, coentro, e repolho, cuja produção é destinada para o mercado de Manaus. Muitos dos agricultores entrevistados relataram que o cultivo dessas hortaliças é a maior parte da fonte de renda da família.

A Costa da Terra Nova, está inserida em uma classificação de unidade agrícola de zona 1. Esta zona se caracteriza como: (a)árvores perenes que resistem à inundação; (b)uma roça de culturas de ciclo curto, como a mandioca que deve-se colher antes da cheia; (c)possui característica de uma área mais baixa em que é cultivado as hortaliças; (d)a área é utilizada para pastagem e a última zona (e)que a terra é inundada quase o ano todo (GUILLAUMET, et al., 1993)

A roça ou roçado é o local onde, geralmente, são cultivadas espécies anuais durante períodos específicos (normalmente dois ciclos, dependendo da qualidade do solo); posteriormente, são deixadas em descanso, para a recuperação da fertilidade e eliminação das plantas invasoras no solo (NODA et al., 2002).

Figura 3: Horta comunitária na restinga nova



Foto: Aline Carvalho, janeiro/2017

As hortas são cultivadas na restinga nova que além da fertilidade do solo permite a retirada de água diretamente do rio Amazonas.

Pode-se observar que a sazonalidade interfere significativamente nas atividades produtivas, e leva os ribeirinhos à desenvolver estratégias adaptativas variadas, estratégias que vão desde a construção de assoalhos até a construção de hortas suspensas, evidenciando a transformação de suas ações e práticas em detrimento do fenômeno de subida e descida dos rios.

COSTA DA TERRA NOVA

Terra nova, na nomenclatura Amazônica, está associada a depósitos recentes, geralmente depósitos laterais que se formam colado ou próximo às restingas mais antigas. No caso da área de estudo, denominada de Costa da Terra Nova, a restinga mais recente se formou nos últimos 60 anos (CRUZ, 2009). A intensa deposição de sedimentos nessa margem do rio Amazonas resulta de um intenso processo erosivo (terras caídas) que acontece à montante, na Costa do Rebojão.

O maior fornecedor de sedimentos que são depositados na Costa da Terra Nova é a Costa do Rebojão que fica na mesma margem, mas à montante. Carvalho (2012) sobrepondo imagem de satélite de 2010 com fotografia aérea do ano de 1952, contida em Sternberg (1998) mostra que nesse período o avanço do rio Solimões/Amazonas no trecho crítico da Costa do Rebojão chegou a 1.450 metros. Portanto, grande volume desse material erodido na Costa do Rebojão é depositado na mesma margem que é a Costa da Terra Nova.

Essa situação é importante, pois evidencia de forma inequívoca a questão da ocupação da

várzea. Na Costa do Rebojão, onde o fenômeno das terras caídas é muito intenso, quase não há moradores, enquanto que na Costa da Terra Nova, onde predomina a deposição de sedimentos, há uma concentração de moradores devido ao fato deles estarem fora de riscos das temidas terras caídas.

Na área de estudo, Iriondo (1982), classificou duas subunidades geomorfológicas para a Ilha do Careiro: “depósitos de inundação”, na parte interior da unidade; e “planície de bancos e meandros atuais”, na zona de contato direto com o rio Amazonas. O autor caracterizou os depósitos de inundação como áreas planas e homogêneas, originadas por processos de colmatação que ocorrem durante as enchentes, formando lagos de formas e tamanhos diversos e canais irregulares muito pequenos. Como “planície de bancos e meandros atuais” foi caracterizada a faixa de sedimentos arenosos que o rio deposita dentro do canal durante a fase atual.

Carvalho (2012) pesquisando o fenômeno das terras caídas e as implicações desse processo para os moradores das margens do rio Amazonas, no trecho entre a confluência do rio Amazonas com o rio Negro até a confluência do primeiro com o rio Madeira, indagou os moradores sobre os principais problemas vivenciados por eles em função das terras caídas. As respostas mais indicadas foram: perda das plantações, dificuldade de acesso ao rio devido ao barranco, mudança da casa para o lugar mais seguro, perda de canoa, de terreno, risco de vida na beira do rio, medo de ser levado pelas terras caídas, perda de casa, de pastagem, de motor tipo rabeta, perda de material de pesca, bomba d’água, perda de gado bovino, de cerca e embarcações entre outros.

Diante desses entraves, somados pelo problema das constantes inundações, entre outros, foi indagado aos moradores por que os mesmos não migram para a terra firme, pois lá estariam livres desses problemas. A resposta mais evidenciada, de um morador, por certo refletindo o pensamento da maioria, foi: “é que na várzea tudo que se planta dá. Na terra firme o agricultor trabalha muito e não produz quase nada porque o solo é muito pobre”.

Apesar dos moradores da Costa da Terra Nova não vivenciarem os problemas causados pelas terras caídas, os mesmos sofrem o problema das inundações que lhes causam prejuízo em relação a moradia, morte das árvores frutíferas, entre outras. Os sujeitos sociais convivem com essa realidade e não abandonam esse ambiente pelas mesmas razões: fertilidade dos solos e identificação simbólica com o ambiente.

A VÁRZEA AMAZÔNICA

A várzea amazônica tem sido estudada por cientistas de diversas áreas do conhecimento, entretanto, há diversas lacunas no processo analítico de compreensão das formas e estratégias de adaptabilidade humana utilizada pelos ribeirinhos (NODA, 2007), em face das mudanças advindas

da sazonalidade do regime do rio Amazonas e seus formadores.

Na Comunidade São José, localizada no município do Careiro da Várzea, estado do Amazonas, essa sazonalidade é muito evidente. Adaptados historicamente a esse ambiente fluvial, os ribeirinhos têm desenvolvido práticas territoriais específicas no período de cheia e de vazante, devido as intempéries ambientais que enfrentam.

O ambiente ao qual nos referimos é a planície de inundação, conhecida regionalmente por “várzea amazônica”. Essa unidade geomorfológica forma extensas áreas baixas ao longo da calha do rio Amazonas e de seus afluentes de água branca. Segundo Soares (1989) a várzea possui uma área estimada em 64.400 km², o correspondente a 1,5 % da Amazônia em território brasileiro. Trata-se de um sistema fluvial extenso, complexo e segundo Shubart (1983) muito frágil.

Controlada pelo rio Amazonas, esse sistema fluvial sofre anualmente transbordamento parcial ou total, durante o período de maio a agosto. Durante esse período de inundação, o rio Amazonas enriquece a várzea com sedimentos que são transportados da Cordilheira dos Andes, geralmente ricos em nutrientes minerais, principalmente sais minerais, tornando os solos de várzea muito férteis.

É por causa dessa fertilidade dos solos de várzea que os povos tradicionais sempre procuraram viver nesse sistema fluvial, mesmo sendo inundado todos os anos, fazendo com que os agricultores estejam sempre começando seus plantios, como foi observado na área da pesquisa.

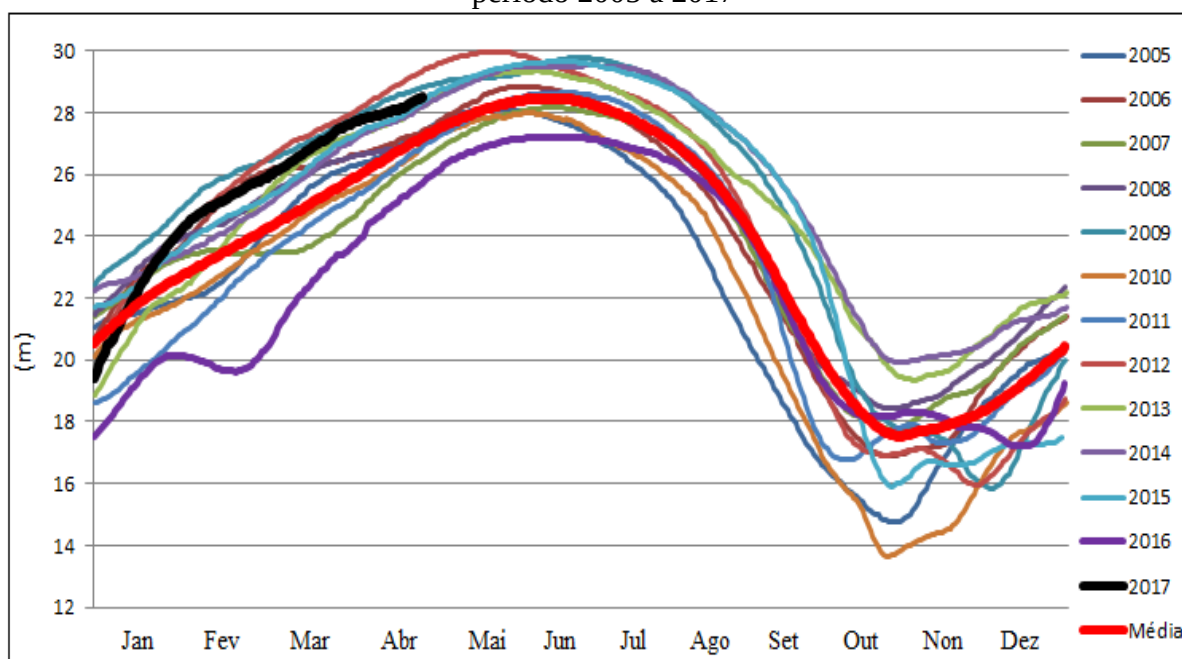
REGIME HIDROLÓGICO

O regime fluvial do rio Amazonas depende do regime pluvial na bacia de drenagem. O regime de chuva na Amazônia acontece de forma desigual e é essa desigualdade no regime de chuva que define um regime único de cheia e vazante para o rio Amazonas (SALATI, 1983).

Essa desigualdade do regime fluvial, conhecida como “fenômeno da interferência” é que faz com que o rio Amazonas tenha um único regime anual de cheia e vazante. Normalmente no curso médio o rio Amazonas começa a encher em dezembro e vai até junho e a vazante começa em julho e vai até outubro e novembro, conforme se observa na Figura 4.

Observando o gráfico percebe-se que o período de cheia leva de 6 a 7 meses enquanto a vazante acontece no período de 4 a 5 meses. Verifica-se, portanto, que o período de cheia é bem mais lento do que a vazante.

Figura 4: O gráfico mostra o regime hidrológico anual do rio Amazonas no porto de Manaus – período 2005 a 2017



Fonte: Administração do porto de Manaus. Disponível em: www.portodemanaus.com.br. Org. Aline Carvalho

Dados do regime do rio Amazonas, registrados no porto de Manaus desde o ano de 1902, mostram que a partir do ano de 1970 as cheias excepcionais⁵ do rio Amazonas se tornaram cada vez maiores e acontecendo em espaço de tempo cada vez menor.

No período de 1902 a 2016 foram registradas 14 cheias excepcionais sendo que três aconteceram antes da década de 1970, as demais aconteceram depois desse período, sendo que entre os anos 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015 as cheias foram excepcionais, no ano de 2012 aconteceu a maior de todas as cheias já registradas no porto de Manaus.

Esses dados são importantes porque nos permite avaliar que os agricultores de várzea quase não trabalham com cultivo de ciclo longo como cacau, graviola, banana, entre outros. Isso significa que os moradores da várzea ficam literalmente sem terra para trabalhar durante o período de maio a agosto.

Em relação à variação sazonal a população que habita a planície de inundação do rio Amazonas e de seus afluentes, pelo menos em território brasileiro, e os governos vivem em estado de alerta, pois nas últimas quatro décadas, os eventos extremos de cheia e vazante, associado a mudanças climáticas tem acontecido com maior frequência e intensidade. A preocupação deve ser maior ainda quando se observa na Figura 5, a linha de tendência mostrando as cheias em sentido crescente.

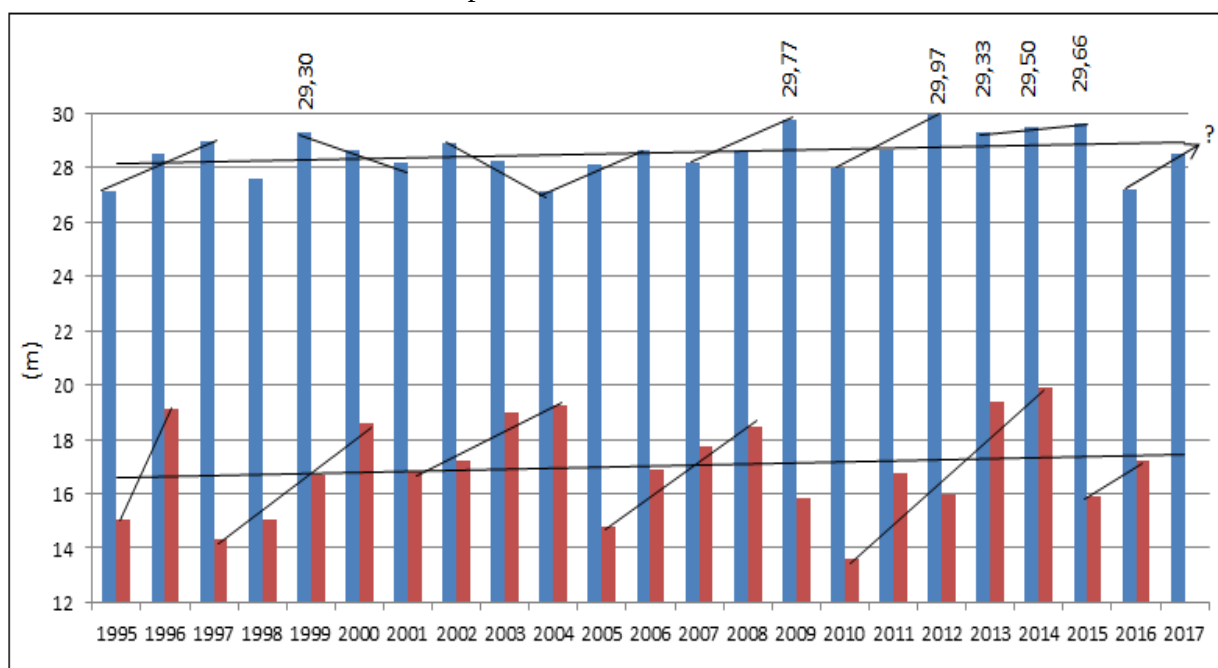
⁵ É considerado cheia excepcional as que atingem a cota de 29m acima do nível do mar

Essa situação se reveste de importância pois se continuar ocorrendo cheias acima de 29 metros (cheias excepcionais) maior será o universo de pessoas atingidas, não apenas as populações dispersas ao longo das margens de rios, mas também as que moram nas áreas baixas das cidades atingidas pelas cheias dos rios. Outro fato a ser registrado é que nesse período houveram cinco cheias excepcionais, sendo o ano de 2012 a maior registrada no porto de Manaus, cujo nível atingiu a cota de 29,97 metros acima do nível do mar. Pela linha de tendência, no futuro, o nível do rio Amazonas, no porto de Manaus, vai atingir a cota de 30 metros, e isso deve ser motivo de preocupação, pois aumentará o universo de pessoas atingidas pelas águas.

Em situação extrema os moradores não só ficam sem terra para trabalhar durante o período de cheia como, em muitos casos, são obrigados a abandonar suas casas devido ao nível das águas, como tem acontecido na área de estudo. Outras implicações é que, durante a cheias, muitas casas são destruídas pelos banzeiros produzidos pelo vento e mais ainda pelos banzeiros de embarcações, em particular dos navios.

Em relação às vazantes, a situação não é menos preocupante. Apesar da linha de tendência apontar que as vazantes estão também em sentido crescente (Figura 5), a variação na frequência das mesmas é muito maior. O gráfico mostra que no período de 1995 a 2016 aconteceram cinco vazantes extremas: 1995, 1997, 1998, 2005 e 2010, sendo esta última a maior já registrada no porto de Manaus, cuja cota foi de apenas 13,63 metros acima do nível do mar.

Figura 5: Gráfico demonstrando a variação sazonal do rio Amazonas, no porto de Manaus, no período de 1995 a 2016.



Fonte: Administração do porto de Manaus. Disponível em: www.portodemanaus.com.br. Org. Aline Carvalho.

AGRICULTURA DE VÁRZEA

A agricultura familiar destaca-se como importante fonte da produção agrícola brasileira, principalmente no que se refere à produção de alimentos e a oferta de emprego e ocupação no meio rural. Apresenta grandes vantagens para o desenvolvimento do país, pois as unidades de produção familiares atendem melhor aos interesses sociais e econômicos, além de proporcionar a preservação do meio ambiente (Guanziroli, 2000)

Na várzea do rio Amazonas as populações tradicionais sempre desenvolveram a agricultura de subsistência, comercial e também a de ciclo curto e de ciclo longo.

A agricultura de subsistência é também em parte comercial, pois quase sempre os moradores plantam para seu consumo e o excedente vende para complementar renda da família (FRAXE, 2004). As plantações mais comuns são a mandioca, macaxeira, milho, banana, jerimum, entre outras variedades. Nas proximidades das cidades se plantam também as hortaliças, pois as populações urbanas consomem mais hortaliças do que os moradores do meio rural.

A agricultura comercial sempre foi importante na várzea. A agricultura comercial mais importante da várzea foi a juta, que foi introduzida pelos japoneses em 1930 na Vila Amazônia, próximo à cidade de Parintins, e que foi rapidamente cultivada pelos moradores da várzea, de tal forma que essa agricultura se tornou a principal atividade econômica do Estado do Amazonas no período de 1940 a meados de 1970 (SOUZA, 2011).

Até meados de 1970, os moradores da várzea também cultivavam culturas de ciclo longo, como cacau, banana, seringa, e árvores frutíferas. No entanto, devido às grandes cheias do rio Amazonas, que aconteceram na década de 1970, as plantações de ciclo longo foram seriamente afetadas pelos transbordamentos que se tornaram cada vez mais frequentes nas décadas seguintes (CARVALHO, 2012).

De acordo com Fraxe (2000), a predominância do cultivo de hortaliças convencionais talvez seja a característica mais marcante dos atuais sistemas agrícolas de várzea, se comparados aos sistemas de terra firme, no Estado do Amazonas.

Nesse sentido, as atividades produtivas variam consideravelmente de acordo com a sazonalidade, evidenciando a importância do entendimento dessas variações e das respectivas estratégias adotadas por esses sujeitos sociais em diferentes períodos sazonais. A Comunidade São José, área escolhida para a realização da pesquisa, apresenta peculiaridades quanto ao ordenamento territorial, pela localização próxima à cidade de Manaus, conferindo às comunidades o exercício de práticas territoriais pautadas no intercâmbio com a cidade.

Um dos autores a propor uma nova abordagem para o desenvolvimento rural é (ELLIS, 1998) que denomina estratégias de sobrevivência familiares e a diversificação dos modos de vida

rurais, mostrando que as iniciativas e ações que geram impactos significativos na melhoria das condições de vida.

As atividades da agricultura familiar são gerenciadas seguindo uma lógica própria, seu funcionamento busca reduzir despesas familiares e os custos de produção, minimizar os riscos da exploração agrícola e do mercado, garantir segurança alimentar da família, preservar o uso da mão-de-obra e melhorar as condições de trabalho e do sistema produtivo. Na maioria dos casos, essa estratégia inclui a diversificação da produção de modo a garantir o autoconsumo, diminuir o risco e aumentar a renda total da família (Furtado, 2000).

Segundo Noda (2008), a lógica da agricultura familiar amazonense é voltada para a segurança alimentar, com utilização dos recursos naturais da floresta que desponta como alternativa lógica para a reversão dos problemas sociais existentes na área rural. Assim, a utilização dos recursos disponíveis na região pode ser suficiente para a produção de alimento, garantindo a segurança alimentar das comunidades, mesmo no período da cheia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As alterações recentes na sazonalidade do rio Amazonas é fato registrado e que deve merecer atenção por parte de pesquisadores e autoridades governamentais da região. Isto porque os eventos extremos de cheia e vazante estão acontecendo com maior intensidade e em tempo cada vez menor. Os dados da Figura 5 mostram que as cheias dos anos 2012, 2013, 2014 e 2015 foram excepcionais, ou seja, atingiram a cota de 29 metros acima do nível do mar. Podemos assim dizer então que cheia na cota de 29 metros já não é mais excepcional, já está no nível da normalidade.

O uso da terra pelo agricultor na várzea depende do regime hidrológico, que durante a cheia e a vazante faz com que o agricultor se adapte à melhor estratégia para seu cultivo, visando garantir que o produto chegue aos mercados locais ou até mesmo para seu consumo.

A sazonalidade, referente ao regime hidrológico, fez com que os agricultores adaptassem estratégias para que não houvessem perdas dos cultivos. Nas cheias as plantações são perenes, e destacam-se as seringueiras e as árvores frutíferas, ou seja, a plantação suporta a inundação, não afetando tanto seu desenvolvimento, e, ao contrário da cheia, a vazante, consiste em cultivos de ciclos curtos, como a macaxeira e algumas hortaliças.

A pesquisa justifica-se pela importância que tem a várzea para a economia regional, mas que, no entanto, as mudanças ocorridas a partir das últimas grandes cheias estão exigindo novas formas de pensar a várzea e nesse sentido a ciência agrônoma tem uma importância muito grande na busca de alternativas.

Por fim essa pesquisa se reveste de importância na busca de compreender a relação dos

agricultores com o ambiente de várzea e seus novos desafios. Pelo exposto, fica claro que os agricultores de várzea já não podem mais pensar em agricultura de ciclo longo como cacau, seringa, graviola entre outros. Portanto, a agricultura a ser incentivada na várzea deve ser o cultivo de ciclo curto, que permite o agricultor colher sua produção em tempo hábil.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pelo financiamento e apoio à pesquisa. A todos os sujeitos da pesquisa, protagonistas nesse processo de artesanato intelectual.

Divulgação

Este artigo é inédito e não está sendo considerado para qualquer outra publicação. Os autores e revisores não relataram qualquer conflito de interesse durante a sua avaliação. Logo, a revista *Scientia Amazonia* detém os direitos autorais, tem a aprovação e a permissão dos autores para divulgação, deste artigo, por meio eletrônico.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, J. A. L. de. **Erosão nas margens do rio Amazonas: o fenômeno das terras caídas e as implicações na vida dos moradores.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO/UFF- 2012, 185p.

CARVALHO, José Porfirio Fontenele. **Waimiri Atroari:** a história que ainda não foi contada. JPF de Carvalho, 1982.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. Campesinato e meio ambiente na várzea da Amazônia. P. 143-170. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira. Orgs. **Tradição versus Tecnologia:** as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 296 p

CRUZ, V. C. **O Rio Como Espaço de Referência Identitária:** reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JÚNIOR, S. C. (Org.); TAVARES, Maria Goretti da Costa (Org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências.** 1. Ed. Belém: EDUFPA, 2008. P 49-69.

DENEVAN, William. “The Aboriginal Population of Amazonia,” in: **The Native Populations of the Americas before 1492.** Edited by W. Denevan. Madison: University of Wisconsin Press, 1976.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **Journal of Development Studies**, Londres, v. 35, n. 1, p. 1-38, 1998.

FURTADO, R. **A Intervenção participativa dos atores** – INPA: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) 2000. 180 p.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Cultura cabocla-ribeirinha**: mitos, lendas e transculturalidade. 2a edição. São Paulo: Annablume, 2010.

Fraxe, T.J.P. 2000. **Homens anfíbios**: etnografia de um campesinato das águas. São Paulo Annablume; Fortaleza: Secretaria de Desporto do Governo do Estado do Ceará. 192 p

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. de C. S. (Coord.). **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica, INCRA/FAO, fev. 2000. Acessado em: 12 mar. 2017

GUILLAUMET, Jean-Louis; Lourd, Maurice; BAHRI, Sylvia; SANTOS, Angelo A. dos. **Os sistemas agrícolas na Ilha do Careiro**. Amazoniana XII(3/4): 527-550 Kiel, Dezembro, 1993. Acessado: 05 maio 2017.

IRIONDO, M. Geomorfologia da planície Amazônica. **Atlas do Simpósio do Quaternário no Brasil**. 1982. p. 323-348.

JUNK, W. J. As águas da região Amazônica. In: **Amazônia**: desenvolvimento, integração, ecologia. São Paulo: Brasiliense; (Brasília) CNPq, 1983.

NASCIMENTO, D. A; MAURO, C. A; GARCIA, M. G. L. **Geomorfologia**. Folha SA- 21. Rio de Janeiro: Radambrasil, 1976.

NODA, Sandra do Nascimento. **Agricultura familiar na Amazônia das Águas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

NODA, Sandra do Nascimento. **Planejamento em agricultura familiar**. Sandra do Nascimento Noda. – Manaus: Edições KINTAW, 2008. 28p

NODA, S; Noda, H; Martins, A.L.U. 2002. **Papel do processo produtivo tradicional na conservação dos recursos genéticos vegetais**. In: RIVAS A.; FREITAS, C.E. de C. (Org). **Amazônia uma perspectiva interdisciplinar**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 271 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª edição. São Paulo: Labor Edições, 2007.

PORRO, Antônio. **O Povo das Águas: ensaios de etno-história amazônica**: RJ: Vozes, 1995.

REZENDE, G. C. (1988). **Ajustes externos e agricultura no Brasil 1981-86**. Revista Brasileira de Economia, 42:101–137.

SALATI, Enéas. In: **Amazônia**: desenvolvimento, integração e ecologia. São Paulo: Brasiliense; (Brasília) Conselho de desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983.

SOARES, Lúcio de C. Hidrologia. In: **Geografia do Brasil**; Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

SHUBART, O, R. Ecologia e utilização das florestas. In: **Amazônia**: desenvolvimento, integração

e ecologia. São Paulo: Brasiliense; (Brasília) Conselho de desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983.

SOUZA, José Camilo Ramos de Parintins e Vila Amazônia: uma história de construção de vida urbana de imigrantes nipônicos. In. HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; FERREIRA, Aldenor da Silva; FREITAS, Marilene Corrêa da Silva e FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. ***Imigração japonesa na Amazônia***: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional. Manaus: EDUA, 2011.

STERNBERG, Hilgard O'R. **A água e o homem na várzea do Careiro**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

PORTO DE MANAUS. Disponível em: <https://www.portodemanaus.com.br/> Acesso em: 08 mar.2017.

OS ENTRAVES NO EXTRATIVISMO DA CASTANHA-DO-BRASIL (*Bertholletia Excelsa* BONPL.): DA PRODUÇÃO A COMERCIALIZAÇÃO NA COMUNIDADE SÃO SEBASTIÃO DO IGAPÓ AÇU, AMAZONAS-BRASIL

Mônica Suani Barbosa da Costa¹

Therezinha de Jesus Pinto Fraxe²

RESUMO: Este trabalho mostra os obstáculos no extrativismo na comunidade São Sebastião do Igapó Açu, localizada no km 255 da BR 319 no município do Careiro Castanho - Amazonas. O objetivo deste trabalho foi, portanto, identificar as dificuldades encontradas pelos sujeitos que trabalham no extrativismo da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) na comunidade São Sebastião do Igapó Açu no município do Careiro Castanho, Amazonas. Para tal utilizou-se a matriz F.O.F.A. A utilização dessa metodologia foi praticada de forma interativa. Os residentes da comunidade São Sebastião do Igapó Açu participaram, de fato, da formação da matriz, entrando em conformidade sobre os elementos especificados. A utilização da matriz F.O.F.A foi uma ferramenta extremamente eficaz para se perceber possíveis problemas e possíveis possibilidades que facilitam na elaboração da construção de um planejamento capaz de ir ao encontro das expectativas dos agentes envolvidos e interessados.

Palavras-chaves: Castanha-do-brasil, Matriz F.O.F.A, Residentes

ABSTRACT: This work shows the obstacles in extractivism in the community of São Sebastião do Igapó Açu, located at km 255 of BR 319 in the municipality of Careiro Castanho - Amazonas. The objective of this work was, therefore, to identify the difficulties encountered by the individuals who work on Brazil nut (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) extractivism in the São Sebastião do Igapó Açu community in the city of Careiro Castanho, Amazonas. For this purpose, the matrix F.O.F.A. The use of this methodology was practiced in an interactive way. The residents of the São Sebastião do Igapó Açu community actually participated in the formation of the matrix, coming into compliance with the specified elements. The use of the matrix F.O.F.A was an extremely effective tool to perceive possible problems and possible possibilities that facilitate in the elaboration of the construction of a planning capable of meeting the expectations of the agents involved and interested.

Keywords: Brazil nut, Matrix F.O.F.A, Residents

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa situou-se a produção da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) frente às dificuldades e vantagens do processo produtivo encontrado pelos produtores. Para tal utilizou-se a matriz F.O.F.A. Foram as ameaças que poderiam afetar a produção além de propor

¹ Engenheira florestal, Mestre em Ciências Ambientais. Pesquisadora do Núcleo de Socioeconomia (NUSEC/UFAM). E-mail: suanimorena@yahoo.com.br

² Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora Associada da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Coordenadora do Núcleo de Socioeconomia. E-mail: tecafraxe@uol.com.br

uma gestão individualizada para a comunidade, visando, além de manter o fornecimento de alimentos e produtos para a comercialização, evitar impactos ao meio ambiente em que estão inseridas as castanheiras.

Dessa forma, este trabalho mostra os obstáculos no extrativismo na comunidade São Sebastião do Igapó Açu, localizada no km 255 da BR 319. Para entender esse extrativismo, foi utilizada a Matriz FOFA, instrumento metodológico específico, que permite a análise das fortalezas, oportunidades, fraquezas, e ameaças do extrativismo da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* Bonpl.). Os dados foram sistematizados em figuras, representativos dos elementos listados nas oficinas realizadas durante o trabalho de campo. Além disso, foram aplicados formulários e realizadas entrevistas abertas com os residentes envolvidos.

O objetivo deste trabalho foi, portanto, identificar as dificuldades encontradas pelos sujeitos que trabalham no extrativismo da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* Bonpl.). A importância de identificar os pontos negativos e positivos dessa cadeia produtiva não está vinculada a uma intervenção que, por ventura, provoque uma mudança no cotidiano da comunidade e de seus afazeres ligados à subsistência e de geração de renda, pelo contrário, visa perceber, dentro da conjuntura que passa a comunidade, fortalecer os aspectos ligados à cultura e ao conhecimento “biosociocultural” construído a partir de dezenas, centenas ou até milhares de anos de interação homem e meio ambiente amazônico. Quanto à semântica da expressão utilizada, cabe ressaltar que os saberes criados são biológicos, pois remete a relação do papel desempenhado pelo homem dentro da cadeia alimentar do ecossistema; é social, pois o homem, a partir das práticas sociais cotidianas cria conhecimento coletivo que perpassa pelas gerações em um processo acumulativo que visa em última instância à manutenção do grupo e; é cultural, pois, é dentro da cultura do grupo que as práticas ganham sentido.

AS FRAGILIDADES DO EXTRATIVISMO NA COMUNIDADE SÃO SEBASTIÃO DO IGAPÓ AÇU

Para entender as principais dificuldades enfrentadas no extrativismo da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* Bonpl.), a partir da produção até a comercialização, foi utilizada como principal metodologia, conforme citado na introdução, a Matriz F.O.F.A. Essa matriz constitui-se por quatro grandes dimensões que perpassam todo processo do extrativismo: fortalezas, fraquezas, oportunidades e ameaças (OLIVEIRA, 2012). As fortalezas e fraquezas são os fatores internos ao extrativismo da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* Bonpl.), são os pontos positivos e negativos identificados. As ameaças são os fatores externos que, na atualidade, sobrevivem da comercialização; e as oportunidades podem ser tanto fatores internos como fatores externos

esperados no futuro pelos residentes da comunidade São Sebastião do Igapó Açu.

A utilização dessa metodologia foi praticada de forma interativa. Os residentes da comunidade São Sebastião do Igapó Açu participaram, de fato, da formação da matriz, entrando em conformidade sobre os elementos especificados. Após a explicação da importância dessa metodologia e de como executá-la (Figura 01), os residentes discutiram sobre os principais problemas e benefícios ocorridos no extrativismo na RDS Igapó Açu.

Figura 01: Apresentação da Matriz F.O.F.A durante a oficina na comunidade São Sebastião do Igapó Açu.



Fonte. COSTA, 2016.

Imediatamente ao entendimento da matriz F.O.F.A, foram espalhadas tarjetas de cores diferentes, apropriadas aos elementos que se almejava identificar. Dessa forma, os residentes começaram a catalogar as fortalezas, as oportunidades, as fraquezas e as ameaças, existentes na RDS Igapó Açu. A realização da oficina contou com o apoio de mais uma pesquisadora da Universidade Federal do Amazonas, do curso de doutorado acadêmico.

As tarjetas foram fixadas no painel feito com folhas de papel 4A0, organizadas na parede do Centro Comunitário da comunidade São Sebastião do Igapó Açu. A arrumação do painel teve como propósito, possibilitar o máximo de visualização das tarjetas pelos residentes da RDS Igapó Açu, visto a forte presença dos residentes na oficina de construção da matriz. Após o término da metodologia, foi realizada uma discussão sobre os principais elementos listados (Figura 02).

Figura 02: (A) Sistematização dos elementos listados pelos residentes; (B) Discussão da matriz F.O.F.A.



Fonte. REZENDE, 2016.

Durante todo o período da oficina, percebeu-se um grande interesse dos comunitários. Os debates foram acalorados. Alguns já queriam apresentar soluções que eles, durante suas práticas, já haviam encontrado. Outros questionavam as dificuldades apresentadas pelos demais como não sendo uma verdadeira dificuldade. O mais importante, nessa fase, foi à interação dos comunitários e o interesse apresentado. Eles mostraram que estão em busca de técnicas que venham facilitar o processo de extrativismo da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* Bonpl.).

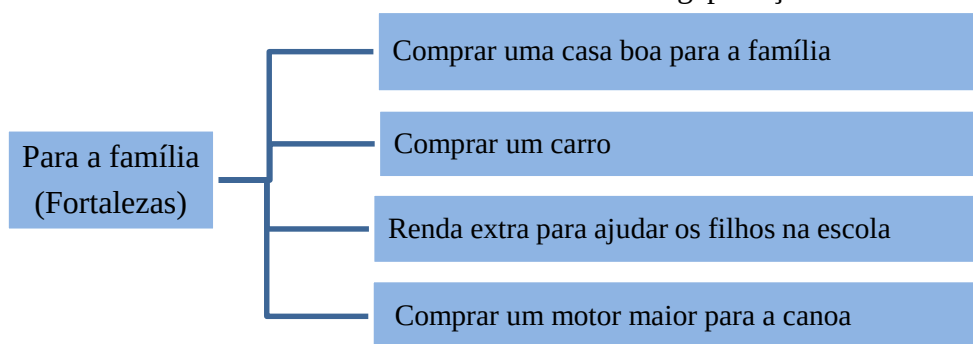
DA PRODUÇÃO À COMERCIALIZAÇÃO

Na coleta é utilizado o terçado (facão) para a quebra do ouriço e para abrir caminho na trilha de coleta. O paneiro, objeto utilizado para o transporte das sementes, geralmente feito do traçado de talas de guarimã, técnica aprendida com o indígena. A palavra “paná” vem do tupy e significa cesto. Já o sufixo “eiro” vem da língua portuguesa e significa uso, finalidade e profissão. O residente utiliza uma lata para medir a quantidade de castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) coletada(<http://pedropaulofloresta.blogspot.com.br/2011/06/paneiro.html>). A bota em pvc é o único utensílio de proteção que o extrativista utiliza. Geralmente, é utilizada a bota de cano longo, o que proporciona maior segurança, mas isso não é uma regra, também se utilizam de bota em pvc cano curto. A bota protege dos espinhos e galhos que podem provocar cortes, além de picadas de insetos, principalmente das picadas de formigas que podem ser extremamente dolorosas. Mas, segundo os próprios residentes, o uso da bota tem por finalidade principal “evitar a picada de cobras”. A utilização desses equipamentos é uma das fortalezas no processo de coleta da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* Bonpl.).

Foi exposto para os residentes, que participaram da oficina, a questão das fortalezas relativas às melhorias para a família que a renda da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) gera. Eles apontaram que utilizam a renda extra para melhoria da casa, na compra de carro,

na melhoria da educação para os filhos e na compra de um motor melhor para a canoa (Figura 03). Nesse ponto, cabe destacar que os residentes caracterizam-se como uma economia camponesa, visto que, os rendimentos extras não são voltados para aumentar a produção, como uma produção tipicamente capitalista, e sim para melhorias do conforto da família.

Figura 03: Fortalezas identificadas para as famílias dos residentes na Matriz F.O.F.A durante a oficina na comunidade São Sebastião do Igapó Açu



Fonte. COSTA, 2016.

Os residentes apontaram as fortalezas que poderiam ser implantadas como forma de melhorar a vida na comunidade. Para eles, poderia ser feita com contribuição de dinheiro das famílias, uma espécie de poupança coletiva que seria empregada na própria comunidade e que serviria de uso fruto de todos. Isso demonstra o sentimento de pertencimento que os comunitários têm em relação à comunidade.

A comunidade tem uma escola de Ensino Fundamental, mas foi apontada a implantação de uma escola de Ensino Médio como fortaleza. Isso evitaria que os jovens tivessem que se deslocarem grandes distâncias ou, até mesmo, de terem que morar em outros municípios para concluir sua educação básica. Segundo Barros et al (2002) com o aumento da escolaridade promove-se maior igualdade e mobilidade social, a expansão educacional é essencial para fomentar o crescimento econômico com aumento de salários e a diminuição da pobreza. Outro ponto que foi apontado como uma possível fortaleza foi a implantação de um posto de saúde dentro da comunidade, o que evitaria o deslocamento de grande distâncias para o tratamento de saúde. Além disso, foi colocada a questão da comunidade ter um bom representante. Essa representação, segundo os comunitários que participaram da oficina, deveria ser através de processo eleitoral dentro da comunidade, reforçando o espírito democrático (Figura 04).

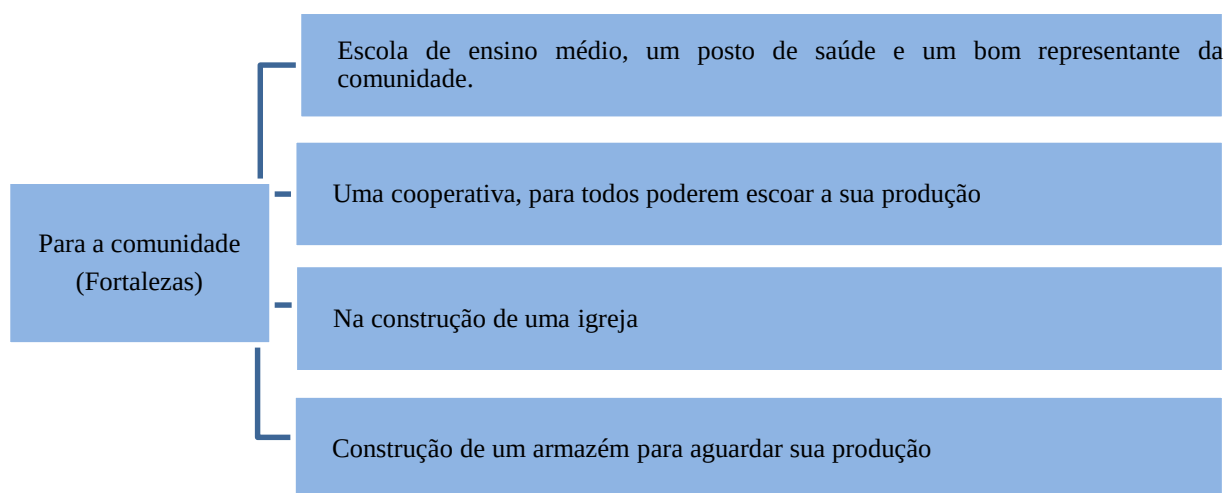
Uma segunda fortaleza, apontada como fundamental pelos residentes foi à criação de uma cooperativa de produção da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* Bonpl.). Essa cooperativa

atuaria com o intuito de agregar força para possibilitar um melhor escoamento da produção além de diminuir o poder dos atravessadores, aumentando, assim, a renda familiar.

A religiosidade da comunidade fica visível quando os residentes apontam como fortaleza a construção de uma igreja maior e com mais conforto, mesmo que continue de utilização compartilhada, como é atual, ou seja, utilizada pelos católicos e pelos evangélicos em horários diferentes.

Outra fortaleza apresentada durante a oficina foi à possibilidade da construção de um armazém para estocagem da produção, Isso seria mais uma ação para agregar valor e possibilitar a ação dos atravessadores, aumentando assim, a renda das famílias.

Figura 04: Fortalezas identificadas para a comunidade São Sebastião do Igapó Açu na Matriz F.O.F.A durante a oficina na comunidade São Sebastião do Igapó Açu



Fonte. COSTA, 2016.

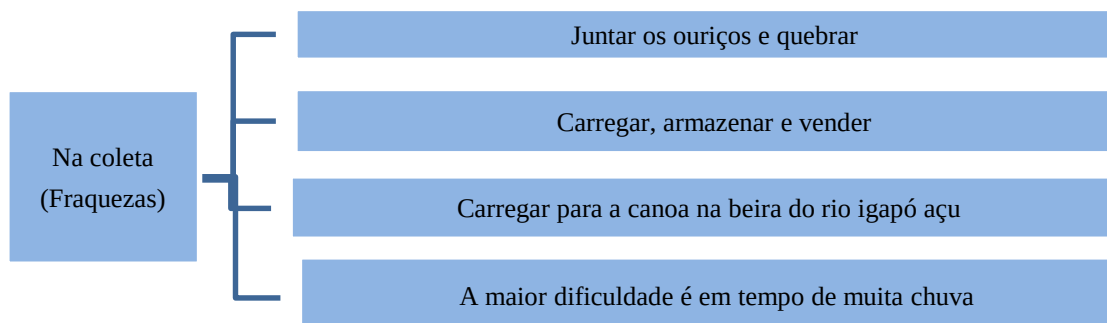
Os residentes identificaram que, no processo de coleta, juntar os ouriços e quebrar a castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) é uma fraqueza do processo produtivo. Os ouriços são coletados diretamente do solo. Esse procedimento pode coletar ouriços que estejam contaminados pelo fungo *Aspergillus flavus* (é o principal responsável pela produção de aflatoxinas). Este fungo, que pode até causar mal-estar no homem, altera o sabor da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* Bonpl.). De acordo com Souza e Leite (2002), castanhas contaminadas podem causar intoxicações e riscos significativos à saúde humana. A utilização de pequenos girais em torno das castanheiras pode-se evitar que o ouriço tenha contato com o solo e não se contamine com o fungo. Devido ao baixo nível tecnológico empregado e às precárias condições de coleta,

armazenamento, manipulação e processamento da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* Bonpl.), o produto fica exposto durante longos períodos aos fatores ambientais da floresta, estando assim sujeito à contaminação por fungos produtores de aflatoxinas (SOUZA et al., 2004; PIMENTEL et al., 2010).

Carregar, armazenar e vender foi identificado como outra fraqueza do processo de coleta da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* Bonpl.). As castanhas são carregadas por paneiros. Duas pessoas, uma em cada alça, levam o paneiro com peso de aproximadamente 40 kg até a canoa rabeta que espera na beira do rio. Quanto mais distantes forem os castanhais do rio, pior para o residente. Os residentes carecem de um armazém para armazenar as castanhas antes da comercialização. Eles guardam em suas casas o que acarreta perdas. Sobre a venda da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* Bonpl.), é difícil escapar dos atravessadores. Esses são os que mais lucram. Muitas vezes, fazem adiantamentos para os residentes, em dinheiro ou em mercadorias, tais como chinelos havaianas, biscoitos, refrigerantes, entre outros supérfluos. Dessa forma, o residente acaba recebendo mercadorias superfaturadas. Em contrapartida, paga suas dívidas com castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) valorizadas com o preço bem abaixo em relação ao esforço realizado (Figura 05).

Outra fraqueza apresentada pelos comunitários se refere à coleta das sementes durante os períodos de chuvas. O trabalho fica extremamente dificultoso. Segundo Zuidema (2003), os fatores climáticos talvez possuam um papel determinante na produção dos ouriços de *B. excelsa* esse autor informa impressões mencionadas pelos coletores de castanhas relatando a ocorrência de anos bons e ruins para a coleta em relação à produtividade.

Figura 05: Fraquezas identificadas na coleta da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) na Matriz F.O.F.A durante a oficina na comunidade São Sebastião do Igapó Açu

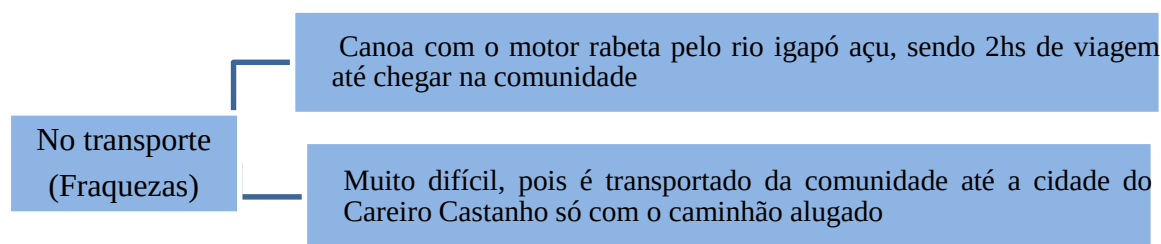


Fonte. COSTA, 2016.

No processo do transporte das castanhas, os residentes observaram como fraqueza o

tempo que levam pelo rio Igapó Açu, cerca de duas horas de viagem, até chegarem à comunidade (Figura 06). Outro fator foi às dificuldades de transportar para as cidades onde poderiam fazer a venda com maior lucro. Somente alugando um caminhão ou entregando a produção a um atravessador.

Figura 06: Fraquezas identificadas no transporte da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) na Matriz F.O.F.A durante a oficina na comunidade São Sebastião do Igapó Açu.



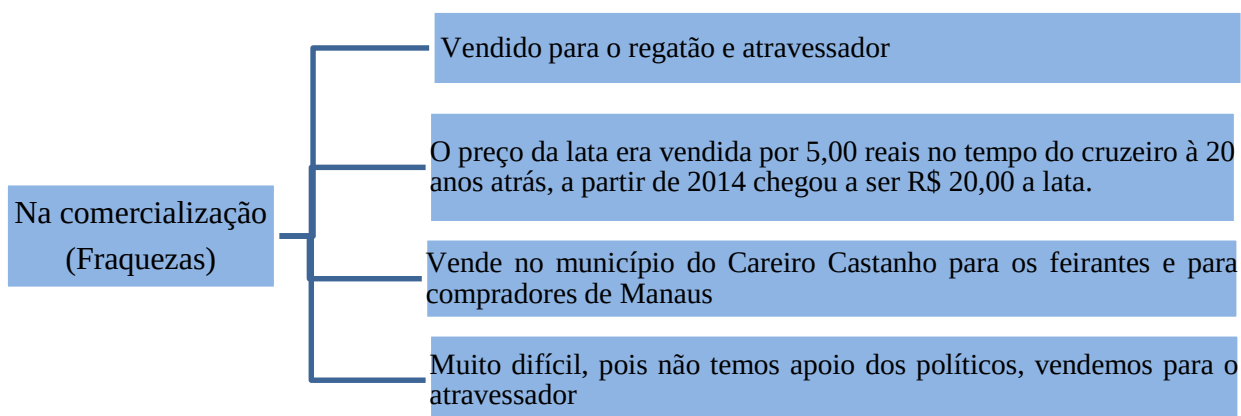
Fonte. COSTA, 2016.

Segundo Shanley et al. (2002) examinaram a viabilidade de comercialização de produtos florestais não madeireiros para as comunidades distantes de mercados consumidores concluindo que uma das maiores dificuldades são os altos custos associados ao transporte de seus produtos para mercados distantes.

O processo de comercialização foi apontado como uma grande fraqueza. O papel do atravessador é um entrave no processo produtivo ao mesmo tempo em que, na conjuntura, não seria possível a comercialização sem a sua presença. Para escoar a produção sem o atravessador seria necessária uma ajuda institucional com investimentos a título perdido. No mínimo, os produtores deveriam ter um caminhão para transportar, via BR 319, até as cidades consumidoras do produto (Figura 07).

Figura 07: Fraquezas identificadas na comercialização da castanha-do-brasil na Matriz F.O.F.A

durante a oficina na comunidade São Sebastião do Igapó Açu.



Fonte. COSTA, 2016.

OPORTUNIDADES E AMEAÇAS PARA A COMUNIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO IGAPÓ AÇU

As oportunidades e ameaças são relacionadas com os fatores externos, ou seja, tudo que venha de fora da comunidade e que a afete de forma positiva ou negativa. É importante salientar que um mesmo aspecto pode trazer impactos positivos e impactos negativos, ou seja, provoca ameaças e traz oportunidade OLIVEIRA (2012).

O principal aspecto ligado as ameaças e oportunidades é o asfaltamento no trecho do meio da BR 319. Com a melhoria da estrada, naturalmente, ocorrerá o aumento de fluxo de veículos e de pessoas que estarão em contato, de uma forma de outra, com a comunidade. Os residentes percebem essa dualidade do aspecto como se percebe na fala do José Santana: “Bom e ruim. Bom para vender e comprar tudo o que a gente precisa. Ruim porque vai começar muita perseguição pelo rio e por caça”. A Senhora Aldenora Prado de Assunção fez o seguinte comentário durante a entrevista: “Bom e ruim. Bom porque vai melhorar o transporte. Ruim porque vai passar tudo o que não presta”; E o senhor Antônio Batista de Assunção: “Queria que saísse logo essa ponte porque facilita o transporte”.

Como oportunidade, o asfaltamento no trecho do meio da BR 319, proporcionará um contato mais direto dos comunitários e pessoas que estiverem usando a estrada, sendo assim, poderão oferecer a venda de seus produtos diretamente, sem a interferência do atravessador, o que acarretará um aumento da renda. Além disso, facilitará o deslocamento dos próprios produtores que, por ventura, possuam um veículo para transportar seus produtos. Dessa forma, o asfaltamento no trecho do meio da BR é uma oportunidade para a comunidade melhorar seu nível de comércio. A Senhora Doracy de Souza Dias fez o seguinte comentário sobre o asfaltamento no trecho do

meio da BR 319: “Muito bom, vamos ter como vender a agricultura, todo mundo vai se animar pra vender”; Poderá também, melhorar o socorro médico: “O bom é que vai melhorar o transporte para pegar alimento, e em caso de doença para levar as pessoas pro Careiro Castanho” segundo comentário feito pelo seu Jorge Nildo Torres dos Santos.

No contexto ambiental, o asfaltamento no trecho do meio da BR 319 é uma ameaça. Ela cria uma barreira ecológica térmica e sonora para diversos animais, principalmente de pássaros que são sensíveis as ondas de som e de calor. Como percebe-se nas palavras Brown (2006):

Surpreendentemente, as barreiras comportamentais ou fisiológicas parecem desempenhar um importante papel na prevenção de dispersão de longa amplitude de alguns organismos. Muitos organismos parecem possuir mecanismos de seleção de habitat, a capacidade de reconhecer e responder apropriadamente a ambientes favoráveis. Em alguns animais, essas características são tão desenvolvidas, de modo que inibem fortemente a dispersão ativa. Por exemplo, algumas espécies de pássaros, que parecem ser perfeitamente capazes de voar por longas distâncias, são aparentemente incapazes de cruzar certos tipos de barreiras.

Também aumentará o risco de atropelamento de animais de pequeno e médio porte, visto esses não serem tão visíveis para os motoristas. Essa barreira acaba diminuindo, ou até mesmo interrompendo, o fluxo genético dos animais o que acarreta a diminuição da população em geral. Também pode acarretar a diminuição da área de predação de diversos animais, o que pode provocar a migração para outras áreas.

Já como ameaça, o asfaltamento no trecho do meio da BR 319 pode acarretar o surgimento de violência na comunidade. Pode também, gerar risco de atropelamento para as crianças, entre outros problemas. Esta preocupação percebe-se na fala de alguns comunitários: O senhor France de Assunção Correa diz que “Ruim. Porque vai acabar a comunidade, vai ter gente má passando, as crianças não vão ter mais onde brincar”. O senhor Jorge Nildo Torres dos Santos fala que “O ruim é que vem o tráfico, os bandidos”.

Os comunitários percebem como oportunidade uma ajuda mais efetiva por conta do governo estadual ou federal. Dessa forma, um barco doado pelo governo, para a comunidade, seria uma forma de eliminar o atravessador e proporcionar um aumento na geração de renda dos residentes. A doação de uma máquina de quebrar os ouriços, como uma prensa portátil, é visto como uma oportunidade para aumentar a produtividade na produção da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* Bonpl.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização da matriz F.O.F.A é uma ferramenta extremamente eficaz para se perceber possíveis problemas e possíveis possibilidades que facilitam na elaboração da construção de um planejamento capaz de ir ao encontro das expectativas dos agentes envolvidos e interessados. Não é objetivo, dessa pesquisa, realizar um planejamento para a comunidade São Sebastião do Igapó Açu, mas sim perceber as demandas que por ventura venham contribuir com a melhoria de vida na comunidade, a manutenção da biodiversidade no ecossistema da reserva em que essa está inserida e as garantias em relação ao bio-sócio-conhecimento dos residentes.

A matriz foi construída de forma participativa, o que não exclui a percepção da pesquisadora em relatar possíveis fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças. Dentro dessa construção destaca-se o asfaltamento no trecho do meio da BR 319 como evento mais significativo e percebido enquanto tal pelos comunitários. Esse evento, externo à comunidade, traz consequências positivas e negativas. No contexto econômico é oportunidade; no contexto logístico é uma oportunidade; no contexto social, relativo à segurança da comunidade, é uma ameaça. No contexto ambiental é uma ameaça significativa, visto gerar uma barreira ecológica para diversos animais.

Como oportunidade, mais como pretensão da comunidade do que uma realidade, debatida durante a oficina, foi uma possível ajuda em equipamentos, ou em investimentos, de órgãos governamentais, principalmente relativos à doação de um barco comunitário e de uma máquina para quebra do ouriço. Esses equipamentos trariam um aumento da renda, pois eliminaria, ou atenuaria a figura do atravessador e levaria a um aumento da produtividade.

Sendo assim, esse capítulo procura explicitar as novas demandas para a comunidade diante de novas conjunturas, utilizando para isso, a matriz F.O.F.A.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. P; HENRIQUES, R; MENDONÇA, R. **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil**. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, 2002. (TEXTO 857). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0857.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

BROWN, James H., LOMOLINO, Mark V. **Biogeografia** 2 ed. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2006.

OLIVEIRA, M. **Gestão da Qualidade e Gestão Estratégica** – Matriz FOFA. Qualidade Brasil, 2012.

<https://www.blogger.com/profile/16501468068321173287>.<http://pedropaulofloresta.blogspot.com.br/2011/06/paneiro.html>

PIMENTEL, F.A.; CARDOSO, M.G.; BATISTA, L.R.; GUIMARÃES, L.G.L.; SILVA, D.M.

Ação fungitóxica do óleo essencial de *Tanaecium nocturnum* (Barb. Rodr.) Bur. e K. Shum sobre o *Aspergillus flavus* isolado da castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa*). **Acta Amazônica**, v.40, n.1, p. 213-220, 2010.

SHANLEY, PATRICIA, LEDA LUZ and IAN R. SWINGLAND³ **The faint promise of a distant market: a survey of Belém's trade in non-timber forest products** *Biodiversity and Conservation* 11: 615–636, 2002.

SOUZA, J.M.L.; CARTAXO, C.B.C.; LEITE, F.M.N.; SOUZA, L.M. **Manual de segurança e qualidade para a cultura da castanha-do-brasil**. Campo PAS, Brasília, Distrito Federal, 2004.

SOUZA, C. J. de; LEITE, M. N. Qualidade microbiológica da castanha-do-Brasil durante seu processamento e recomendações de boas práticas de Fabricação. (**Monografia do Curso em Tecnologia de Alimentos**). **Curso de Especialização**. Rio Branco: Universidade federal do Acre, 2002.

ZUIDEMA, P. A. **Ecología y manejo del árbol de Castaña (*Bertholletia excelsa*)**. Riberalta – Bolívia: PROMAB, 2003. 118p. (Serie Científica 6).

MERCADO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS E A AGROBIODIVERSIDADE EM MANAUS, AM

Rafael de Lima Erazo¹

RESUMO: A cidade de Manaus possui uma única feira que comercializa somente produtos orgânicos, trata-se da Feira Orgânica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a “feira do Mapa”, formada pela Associação dos Produtores de Orgânicos do Estado do Amazonas (Apoam). Essa associação é constituída atualmente por 18 agricultores orgânicos. Por ser um local de comercialização exclusivo de alimentos orgânicos, a feira constituiu o ambiente de estudo para a realização do diagnóstico sobre o mercado de alimentos orgânicos e a agrobiodiversidade em Manaus, AM. As observações em campo ocorreram no mês de agosto de 2014. O trabalho envolveu, portanto, a pesquisa de campo, mediante visitas sucessivas ao local do estudo, ocasião em que eram feitas as observações diretas. Para se comercializar produtos orgânicos é necessário obter certificação. Todavia, entre os feirantes (produtores), nenhum possui certificação, o que eles apresentam é uma declaração concedida pelo Mapa, depois de uma série de fiscalizações na propriedade rural, cujo objetivo é averiguar se os agricultores seguem as exigências da produção orgânica, o que inclui o não uso de produtos químicos (adubos químicos e agrotóxicos). Para os produtores, a motivação para substituir o uso de venenos e adubos químicos é a compreensão de que tais produtos causam mal à saúde das pessoas e poluição ambiental. Os principais produtos comercializados são: hortaliças, notadamente, alface, tomate, cebolinha, coentro, pimentão, cenoura, cebola, couve, entre outros produtos agrícolas, como batata-doce, feijão, citros, mamão e ovos. Ao todo, foram registrados 39 produtos. Os produtos são oriundos da agricultura familiar, e a comercialização é realizada por membros da família, como o próprio agricultor, a esposa e filhos. Essa forma de comercialização direta permite a otimização e o aproveitamento da mão de obra familiar e elimina a figura dos atravessadores, possibilitando uma redução dos preços ao consumidor e melhorando a margem de lucro dos produtores. Portanto, pode-se dizer que esses espaços são de fundamental importância para o desenvolvimento de uma nova cultura de consumo, mais consciente e voltada para uma melhor qualidade de vida e uma agricultura mais sustentável.

Palavras-chave: agricultura familiar, agroecologia e comercialização.

ABSTRACT: The city of Manaus has a unique fair that sells only organic products, it is the Organic Fair of "MAPA", formed by the Association of Organic Producers of the State of Amazonas - APOAM. This association is currently made up of 18 organic farmers. As a place to sell organic foods exclusively, this fair was the place of study for the diagnosis of the organic food market and the agrobiodiversity in Manaus - AM. Field observations occurred in August 2014. The work involved, therefore, field research, through successive visits to the study site when direct observations were made. In order to market organic products obtaining a certification is required. Among the fair (producers), none has certification. What they present is a statement. The statement that ensures that the products are organic is granted by MAPA after a series of inspections in the rural property. Inspection at the farms has the objective of ascertaining whether farmers follow the requirements of organic production, which includes the non-use of chemical products (chemical fertilizers and agrochemicals). For producers, the motivation to replace the use of chemical poisons and fertilizers is the understanding that such products cause harm to human health and environmental pollution. The main products commercialized are: vegetables, notably lettuce,

¹ Engenheiro-Agrônomo, Mestre em Agricultura no Trópico Úmido (Inpa). E-mail: ra-fa-erazo@hotmail.com.

tomato, chives, coriander, peppers, carrots, onions, cabbage, among other agricultural products, such as sweet potatoes, beans, citrus, papaya and eggs. In total, 39 products were registered. The products come from family farming, and marketing is carried out by family members such as the farmer, wife and children. This form of direct marketing allows the optimization and exploitation of family labor and eliminates the figure of the middlemen, enabling a reduction of consumer prices and improving the profit margin of producers. Therefore, it can be said that these spaces are of fundamental importance for the development of a new culture of consumption, more conscious and focused on a better quality of life and a more sustainable agriculture.

Keywords: family agriculture, agroecology and marketing.

INTRODUÇÃO

A agricultura convencional praticada nos dias de hoje visa, acima de tudo, à produção, deixando em segundo plano a preocupação com a conservação do ambiente e com a qualidade nutricional dos alimentos. Os sistemas de monocultura favorecem o aparecimento de pragas, doenças e plantas invasoras, fazendo com que os agricultores tenham que utilizar agrotóxicos para conseguir produzir (SOUSA et al., 2009).

O mercado agrícola mundial tem sido implacável com esse modelo de produção, existindo hoje a necessidade de mudanças no sistema de produção de alimentos. Nessa trajetória, o modelo de desenvolvimento capitalista no campo, motivado pela lógica cartesiana de crescimento econômico, trocou a visão orgânica e viva da produção por um modelo mecanicista, concentrador de capitais e de alto grau de especialização de mão de obra, conhecido por Revolução Verde. Não obstante, alguns planejadores pós-modernos estão propondo novos enfoques científicos que incorporem variáveis além do crescimento econômico, a exemplo da agroecologia (SOUSA et al., 2009).

Um dos segmentos que têm merecido especial atenção é o dos alimentos orgânicos. Devido às características nutritivas e de salubridade que esses alimentos possuem, a procura por eles tem sido cada vez maior. Outro importante motivo é a contribuição ao bem-estar de agricultores familiares, que atualmente vêm se beneficiando direta ou indiretamente com a comercialização de alimentos produzidos de modo orgânico (KREISBERG, 2006). O produto orgânico é cultivado sem o uso de adubos químicos e agrotóxicos. É um produto limpo, saudável, que provém de um sistema de cultivo que observa as leis da natureza, e todo o manejo agrícola está baseado no respeito ao ambiente e na preservação dos recursos naturais (SOUSA et al., 2009).

Os alimentos orgânicos têm representado uma das maiores preocupações do homem moderno, que também o associa à sustentabilidade. Esse tipo de alimento busca atender o homem na sua necessidade alimentar, não apresentando riscos de contaminação química ou de qualquer outra natureza tóxica, já que é produzido de maneira integrada com o ambiente, por meio de

técnicas de conhecimentos adquiridos em pesquisa que permitiram melhorar a produção e qualidade, sem ferir os princípios e conceitos de alimento orgânico (OLIVEIRA, 2011).

A busca por uma alimentação mais saudável criou um mercado internacional para os produtos orgânicos e, segundo a Associação de Certificação Instituto Biodinâmico (IBD, 2008), o mercado mundial de orgânicos movimentava cerca de US\$23,5 bilhões de dólares por ano, ou 26 bilhões (CUNHA, 2006), e havia uma expectativa de crescimento da ordem de 20% ao ano. No Brasil, a estimativa desse mercado era de 40 milhões de dólares por ano (CUNHA, 2006).

Podem-se considerar cinco razões para o aumento dessa demanda. A primeira é que a demanda tenha partido dos próprios consumidores, preocupados com a sua saúde ou com o risco da ingestão de alimentos que contenham resíduos de agrotóxicos. A segunda razão é que a iniciativa tenha se originado do movimento ambientalista organizado, representado por várias ONGs preocupadas com a conservação do ambiente, tendo algumas delas atuado na certificação e na abertura de espaços para a comercialização de produtos orgânicos pelos próprios agricultores, o que contribuiu para induzir demandas entre os consumidores. A terceira seria resultado da influência de seitas religiosas, como a Igreja Messiânica, que defende o equilíbrio espiritual do homem por meio da ingestão de alimentos saudáveis e produzidos em harmonia com a natureza. A quarta razão teria como origem os grupos organizados contrários ao domínio da agricultura moderna por grandes corporações transnacionais; esses grupos teriam exercido influência entre consumidores, valendo-se de diferentes meios de comunicação e mecanismos de influência junto à opinião pública. O quinto motivo, por fim, seria resultado da utilização de ferramentas de “marketing” pelas grandes redes de supermercados, por influência dos países desenvolvidos, que teriam induzido demandas por produtos orgânicos em determinados grupos de consumidores (CERVEIRA e CASTRO, 1999).

É difícil identificar quais dessas causas foram mais relevantes para o aumento do mercado de produtos orgânicos no País, portanto é mais sensato supor que houve uma combinação delas, não se descartando, porém, que em algumas localidades ou regiões possa ter havido maior influência de umas do que de outras.

As feiras orgânicas são caracterizadas pela presença de produtores certificados, que comercializam produtos in natura e processados no próprio estabelecimento, ou de terceiros, também certificados, seguindo as normas da Lei nº 10.831/2003. No Brasil, há poucos estudos sobre a oferta de produtos orgânicos em feiras, e o mercado crescente associado à vida saudável pelo consumo de produtos orgânicos fica carente de subsídios para se orientar na oferta de tais artigos.

A feira livre oferece a possibilidade de o consumidor comparar preços entre diferentes

produtores da mesma mercadoria a pequenas distâncias, contrário ao que acontece entre supermercados, por ficarem distantes uns dos outros. Tal fato dificulta a pesquisa de preços ou a torna inviável para o consumidor. Assim, a feira acaba competindo com o supermercado, porque oferece preços mais acessíveis, e isso agrada ao consumidor.

O estudo sobre alimentos orgânicos contribui para a reflexão acerca da saúde física humana, da saúde ambiental e da produção com critérios de sustentabilidade. Também se refere a áreas de plantio, expandindo-se a milhares de hectares para atender a demanda mundial (PIMENTA et al., 2008), fatores que refletem o comportamento e o consumo que afetam toda a população, incluindo os agentes produtivos.

Estudar os consumidores e os produtores orgânicos proporciona a oportunidade de tentar descobrir quais motivações influenciam suas decisões de produção (oferta) e de compra (consumo). O comportamento individual dos consumidores de alimentos vem passando por mudanças ao longo dos anos, principalmente relacionadas a aspectos sociais e culturais. São diferentes estilos de vida, alterações tanto nas refeições quanto nos papéis familiares, além de inovações trazidas pelas ciências, como a biotecnologia e a química, na composição desses alimentos.

A importância das feiras para o produtor orgânico está principalmente na venda direta ao consumidor, pois, mediante essas feiras, é possível oferecer maior diversidade de produtos e alcançar melhor remuneração, sem precisar praticar preços de venda superiores, possibilitando incremento e melhoria na renda das famílias dos produtores.

Objetivou-se compreender o mercado de alimentos orgânicos e a agrobiodiversidade em Manaus, AM. Tais pesquisas poderão contribuir para a criação de estratégias mais adequadas por parte dos participantes da cadeia produtiva de produtos orgânicos.

MATERIAL E MÉTODOS

A cidade de Manaus possui, até a presente data, uma única feira que comercializa somente produtos orgânicos, sem exceção. Trata-se da Feira Orgânica do Mapa, formada pela Apoam. Essa associação é constituída atualmente por 18 agricultores orgânicos.

A feira funciona exclusivamente aos sábados a partir das 7h30min e vai até às 12h. Localiza-se no bairro de Adrianópolis, zona centro-sul do município de Manaus, em um galpão coberto, com 400 m² de extensão, com banheiro e cozinha, cedido pela superintendência do Mapa no Amazonas.

Por ser um local de comercialização exclusivo de alimentos orgânicos, essa feira em Manaus constituiu o local de estudo para a realização de um diagnóstico sobre os produtores e

consumidores de alimentos orgânicos da região. O trabalho envolveu a pesquisa de campo, mediante visitas sucessivas ao local do estudo, quando eram feitas as observações diretas e entrevistas com os consumidores e produtores da feira, de caráter socioeconômico.

Os dados obtidos foram codificados, dispostos em planilha eletrônica em forma de banco de dados (Excel for Windows), distribuídos em gráficos e analisados qualitativa e quantitativamente. Antecedendo a aplicação dos questionários, solicitou-se oficialmente autorização prévia do presidente da Apoam, e somente após essa etapa é que foi iniciada a aplicação dos questionários.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

PERFIL DA FEIRA DE ALIMENTOS ORGÂNICOS DO MAPA

Os principais produtos comercializados na “feira do Mapa” são hortaliças, tais como, alface, tomate, cebolinha, coentro, pimentão, cenoura, cebola, couve, entre outros produtos agrícolas, como batata-doce, feijão, citros, mamão e ovos. Ao todo, foram registrados 39 produtos comercializados na feira (Tabela 1).

Tabela 1: Média dos preços dos produtos orgânicos comercializados na feira do MAPA

Produto	Unidade	Preço médio (R\$1,00)	Produto	Unidade	Preço médio (R\$1,00)
Frutas			Hortaliças		
Abacaxi	Unidade	3,00	Abóbora	Unidade	6,00 a 8,00
Açaí	Litro	5,00	Agrião	Maço	3,00
Banana	Palma	4,00	Alface	Maço	3,50
Biribá	Unidade	4,00	Alfafa	Maço	2,00
Goiaba	Dúzia	3,00	Cariru	Maço	3,00
Ingá	Unidade	0,50	Cheiro-verde	Maço	2,50
Jabuticaba	Kg	20,00	Chicória	Maço	1,50
Laranja	Sacola (25 unid)	10,00	Espinafre	Maço	3,00
Limão	Dúzia	3,00	Feijão-de-metro	Maço	2,00
Mamão	Kg	5,00	Jambu	Maço	3,00
Manga	Dúzia	2,00	Maxixe-de-metro	Unidade	4,00 a 8,00
Patauí	Litro	5,00	Quiabo-de-metro	Unidade	3,00 a 7,00
Pupunha	Dúzia	3,00	Rúcula	Maço	2,50
Tucumã	Dúzia	4,00	Salsa	Maço	3,00
Outros			Tubérculos e tuberosas		
Capim santo	Maço	2,00	Batata-doce	Kg	4,00
Coloral	50g	1,00	Cará-do-ar	Kg	3,50
Hortelã	Maço	3,00	Mandioca	Kg	3,00
Mangarataia	100g	3,00			
Manjerição	Maço	2,00			
Mostarda	Maço	3,00			
Ovos de galinha	Unidade	1,00			
Pimenta-do-reino	50g	1,00			

FONTE: Pesquisa de campo, Agosto/Setembro de 2014.

Os produtos comercializados são expostos de forma tradicional, em bancadas (Figura 1), sendo que a grande maioria é exposta sem selo orgânico de identificação no produto ou embalagem. Apenas alguns produtos são embalados e apresentam o selo orgânico com identificação da propriedade produtora.

Figura 3: Produtos comercializados na Feira do Mapa.



Fonte: ERAZO, R. L., 2014

Outros aspectos observados durante o acompanhamento foram: (1) A diversidade de produtos ofertados, como também (2) a estrutura física do local bastante atrativa e organizada. Pode-se dizer que esses espaços são de fundamental importância para o desenvolvimento de uma nova cultura de consumo, mais consciente e voltada para uma melhor qualidade de vida e uma agricultura mais sustentável.

Percebe-se que as hortaliças são as principais culturas produzidas em sistemas orgânicos, tanto na região de Manaus como na região de Goiânia, GO, e na região de Bauru, SP, possivelmente pela facilidade de adaptação da produção do sistema convencional para orgânico (DULLEY et al., 2003).

A feira de alimentos orgânicos do Mapa é considerada pequena, possui apenas dezoito bancas para venda dos produtos comercializados por associados da Apoam, e é frequentada por aproximadamente 170 consumidores aos sábados.

As feiras orgânicas são mercados distintos daqueles convencionais, já que seguem normas estabelecidas por diferentes atores sociais. Ou seja, os agricultores que participam desse tipo de

mercado foram incentivados pelos fundamentos da Agroecologia e seguem regras estabelecidas por órgãos de fiscalização para que possam desfrutar da feira (MARIANO NETO, 2006).

Os produtos orgânicos em exposição para venda são provenientes da agricultura familiar, e a comercialização deles é realizada por membros da família, como o próprio agricultor, a esposa e filhos. Essa forma de comercialização direta permite a otimização e o aproveitamento da mão de obra familiar e elimina a figura dos atravessadores, possibilitando redução dos preços ao consumidor e melhorando a margem de lucro dos produtores.

Para se comercializar produtos orgânicos, a obtenção de uma certificação é necessária. Entre os feirantes entrevistados, nenhum possui certificação, sendo que o certificado é expedido pelo Instituto Biodinâmico (IBD). O que eles apresentam é uma declaração. Uma justificativa apresentada pelos produtores que não possuem a certificação está relacionada às normas exigidas pelas instituições certificadoras para a produção e comercialização de produtos orgânicos. É necessário que a propriedade passe por uma adaptação, e, na maioria das vezes, isso exige um investimento financeiro.

A declaração que garante que os produtos são orgânicos é concedida pelo Mapa depois de uma série de fiscalizações na propriedade rural (Figura 2), cujo objetivo de averiguar se os agricultores seguem as exigências de produção orgânica, o que inclui o não uso de produtos químicos (adubos e agrotóxicos). Para os produtores, a motivação para substituir o uso de venenos e adubos químicos é a compreensão de que tais produtos causam mal à saúde das pessoas e poluição ambiental.

Figura 4: Declaração de cadastro de produtor orgânico.

A image shows a formal declaration document from the Serviço Público Federal, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. The document is titled 'Declaração de Cadastro de Produtor Orgânico vinculado a OCS'. It contains a declaration by Frankilandes Dantas Fogassa, a family organic producer from Itacoatiara/AM, who is registered with the SFA/AM under number 007/AM. The document is signed by Klerisson da Costa Santana, Chief of the DPAG/SFA/AM, on June 30, 2013, in Manaus/AM. The document is numbered N.º 007/2013 and is for the state of AM (Amazonas).

Serviço Público Federal
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas – SFA/AM
Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPAG
Declaração de Cadastro
de Produtor Orgânico vinculado a OCS

N.º 007/2013
UF: AM

Declaro, para os devidos fins, que o (a) Sr. (a) **FRANKILANDES DANTAS FOGASSA**, Estabelecido no SÍTIO FAMÍLIA FOGASSA, situado na AM 010, km 140, Ramal da Placa km 1,5 P.A. IPORÁ, Município de ITACOATIARA/AM é produtor (a) familiar orgânico (a) cadastrado nesta Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amazonas – SFA/AM sob número 007/AM, vinculada a OCS - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES ORGÂNICOS NO ESTADO DO AMAZONAS, estando autorizado a comercializar produtos orgânicos não certificado diretamente ao consumidor, nos termos da Lei nº. 10.831 de 23 de dezembro de 2003 e regulamentada pelo Decreto nº. 6.323 de 27 de dezembro de 2007.

Manaus/AM 30 de Junho de 2013.

[Assinatura]
Klerisson da Costa Santana
Chefe do DPAG/SFA/AM

Fonte: ERAZO, R. L., 2014

Outros trabalhos investigativos sobre o assunto também apontaram alguns aspectos semelhantes aos observados durante este estudo. A comercialização de produtos orgânicos, por meio de feiras, além de proporcionar alimentos de boa qualidade, que beneficiam a saúde das famílias, incentiva a utilização de boas práticas no cuidado com o meio ambiente e a sustentabilidade ambiental por parte dos produtores.

CONCLUSÃO

A pesquisa mostrou que, na feira, os principais produtos comercializados são os produtos in natura, do grupo das hortaliças, notadamente as folhosas.

Quanto ao perfil dos produtores de alimentos orgânicos conclui-se que estes apresentam predominância de mulheres, mais de 40 anos de idade, com primeiro grau completo, são predominantemente casados, com renda mensal menor que 1.000 reais e que a maioria têm entre dois e três filhos.

Quanto ao perfil dos consumidores de alimentos orgânicos, conclui-se que estes formam um público “cativo” (consumidores frequentes) e seletivo. A maioria dos consumidores possui alta escolaridade (nível superior), está na faixa de idade superior a 40 anos, declara seu estado civil como casado e renda superior a R\$ 3.000,00/mês.

Ao se analisar os atributos mais valorizados pelos consumidores em relação aos produtos orgânicos, verifica-se que os considerados mais importantes estão relacionados à tríade “saúde, meio ambiente e sabor”. No entanto, os consumidores da feira de alimentos orgânicos de Manaus parecem motivados mais fortemente por questões pessoais (do indivíduo e sua família) do que por questões ambientais (proteção dos recursos naturais e outros), com destaque para a motivação de consumo de alimentos considerados mais saudáveis e saborosos. Ainda assim, os consumidores de Manaus percebem a importância desses produtos para o meio ambiente e para a saúde dos produtores. Observou-se que o fato de o produto orgânico não conter agrotóxicos, os quais prejudicam a saúde das pessoas e contaminam o meio ambiente, é o grande diferencial desse tipo de produto.

O grupo de pessoas que consomem produtos orgânicos está emergindo, entretanto ainda há entraves para o seu crescimento, tais como a baixa oferta de produtos e a falta de informações nos locais de venda e nos rótulos.

REFERÊNCIAS

CERVEIRA, R.; CASTRO, M. C. Perfil sócio-econômico dos consumidores de produtos orgânicos da cidade de São Paulo. 1998. Disponível em:

<http://www.megaagro.com.br/organica/perfil_um.asp>. Acesso em: 14 out. 2014.

DULLEY, R. D; SILVA, V; ANDRADE, J. P. S. Estrutura produtiva e adequação ao sistema de produção orgânico. Informações Econômicas. São Paulo, nov. 2003, v. 33, n. 11.

IBD. Agricultura Orgânica no Brasil, disponível na internet <http://www.ibd.com.br/artigos/agricultura_organica_brasil.html>, acesso em 21 de Outubro de 2014.

KREISBERG, J. Learning from Organic Agriculture. Explore, v.2, n.5, p. 450-452, sep/oct.,2005.

MARIANO NETO, B. Enfoques agroecológicos no agreste/brejo paraibano: desenhos, arranjos e relações. 2005. Tese (Doutorado), Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2005.

OLIVEIRA, A. D. PRODUTOS ORGÂNICOS: Fatores determinantes de Comportamento de Compra de consumidores em Supermercados da Região Sul do Município de Belo Horizonte, MG. Faculdade Novos Horizontes. Belo Horizonte, 2011. (Dissertação de Mestrado)

PIMENTA, M. L.; MELO, D. C.; VILAS BOAS, L. H. B; SILVA, A. L.; SETTE, R. S. Segmentação por Valores: conhecendo melhor o mercado consumidor de orgânicos da cidade de Uberlândia. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, Rio de Janeiro 06 a 10 set. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

SOUSA, J. E. S. S.; SILVA, A. J; SILVA, R.M; ALVES, J. C. V; NASCIMENTO, L.F; FELIZ, M. V. B; COSTA, J. A; GALINDO, I,C,L. Caracterização dos comerciantes de produtos orgânicos em feiras agroecológicas do Recife – PE. Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2009.

REALIDADE E PERSPECTIVAS DA ATER JUNTO ÀS POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS NO PARÁ: O CASO DO PAE ILHA PIQUIARANA EM ABAETETUBA – PARÁ – AMAZÔNIA – BRASIL

Silvana Benassuly Maués de Medeiros¹

Valdir da Cruz Rodrigues²

Jaqueline Raquel Cardoso Mesquita³

RESUMO: A criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) representou um significativo avanço para as populações rurais, em especial para os agricultores familiares. A criação da modalidade de Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE) representa anseios históricos das populações tradicionais. Os serviços de ATER planejados e executados junto a essas populações no Estado do Pará seguiram uma trajetória de desafios e vislumbra, hoje, futuros incertos. O artigo tem por objetivo apresentar uma análise dos processos percorridos, a realidade atual e discutir possíveis perspectivas desses serviços no Pará, tendo como referência os principais resultados obtidos até sua interrupção em 2016, no PAE Ilha Piquiarana, localizado em Abaetetuba, PA. O método adotado no trabalho é de estudo de caso, com aplicação de ferramentas metodológicas complementares, como a análise dos principais resultados oficiais obtidos com os serviços de ATER no PAE, através da análise de documentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e da Prestadora de Serviços de ATER contratada para prestar serviços junto ao assentamento; observação participante; seleção e escolha de informantes-chave da comunidade, sendo estes lideranças extrativistas e técnicos de ATER. A relevância do trabalho toma força à medida que se observa a realidade desses serviços prestados, seus limites e potenciais, e, sobretudo, identifica os anseios dos extrativistas expressos nos resultados obtidos (ou não) com a execução desta política pública e suas incertezas atuais de continuidade. Ao apresentar pistas concretas para a compreensão desses resultados obtidos com os serviços de ATER, descrevendo também as (in) possibilidades de continuidade da presença governamental e/ou não governamental através de apoio técnico que visem o fortalecimento das atividades produtivas, sociais, ambientais e culturais desse modelo de assentamento na região amazônica, o artigo questiona e aprofunda, sobretudo, a continuidade dessa política pública tão recentemente acessada pelas populações extrativistas diante das expectativas geradas em torno da execução da Pnater na Amazônia.

Palavras-chave: PNATER; Agroextrativistas; INCRA.

ABSTRACT: The creation of the National Technical Assistance and Rural Extension Policy (Pnater) represented a significant advance for rural populations, especially for family farmers. The creation of the Agroextractive Settlements Project (PAE) modality represents the historical aspirations of the traditional populations. The ATER services planned and executed with these populations in the State of Pará have followed a trajectory of challenges and are now facing uncertain future. The article aims to present an analysis of the processes covered, the current reality and to discuss possible perspectives of these services in Pará, having as reference the main results

¹Engenheira Florestal, Esp. Ordenamento Territorial. Docente do IFPA – Campus Cametá/Pará. sbenassuly@yahoo.com.br.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Agricultras Amazônicas, INEAF/UFPA/EMBRAPA. valdir.territorio@gmail.com.

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Agricultras Amazônicas, INEAF/UFPA/EMBRAPA. jaquelinercmesquita@gmail.com.

obtained until its interruption in 2016, at PAE Ilha Piquiarana, located in Abaetetuba, PA. The method adopted in the study is a case study, with application of complementary methodological tools, such as the analysis of the main official results obtained with the ATER services in the PAE, through the analysis of documents of the National Institute of Colonization and Agrarian Reform - INCRA and of the ATER Service Provider hired to provide services to the settlement; participant observation; selection and selection of key informants from the community, being these extractive and technical leadership of ATER. The relevance of the work takes force as one observes the reality of these services provided, their limits and potentials, and, above all, identifies the expectations of the extractivists expressed in the results obtained (or not) with the execution of this public policy and its current uncertainties of continuity. In presenting concrete clues to the understanding of these results obtained with the ATER services, it also describes the (in) possibilities of continuity of the governmental and / or non-governmental presence through technical support aimed at strengthening productive, social, environmental and cultural activities of this model of settlement in the Amazon region, the article questions and deepens, above all, the continuity of this public policy so recently accessed by extractive populations in the face of the expectations generated by Pnater's execution in the Amazon.

Keywords: PNATER; Agroextractivists; INCRA

INTRODUÇÃO

A Lei federal 9.985/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, define extrativismo como sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis. Ademais, o Art. 18, da mesma Lei, define que Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, tendo como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, além de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da Unidade. De acordo com o Decreto federal 6040/07, em seu Art. 3o, inciso I, compreende-se por Povos e Comunidades Tradicionais grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. A Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER caracteriza-se como um “serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais”, conforme Art. 2º, I compreendendo-se, portanto, a ATER como um processo inserido no contexto do desenvolvimento rural.

Dessa maneira, Guedes (2006) diz que, os principais desafios e preocupações da ATER no

contexto Amazônico são a valorização do saber local e dos processos participativos para que os agricultores tomem as decisões no trabalho de extensão rural, além da opção por uma nova matriz tecnológica capaz de garantir as condições de auto sustento das famílias e de preservação dos recursos naturais. Assim sendo, à ATER, de acordo com Caporal (2006) pede-se que contribua para o enfrentamento da crise socioambiental resultante dos modelos de desenvolvimento e de agricultura convencionais, implementados nas últimas décadas. Essa ATER em última análise, deve ser de fato, uma ação educativa, democrática e participativa. Segundo Fraxe (2007), o termo “ribeirinho” refere-se àquele que anda pelos rios. Assim, pode-se dizer que os povos ribeirinhos são aqueles que moram nas proximidades dos rios e que sobrevivem da pesca artesanal, do extrativismo, do roçado e/ou da caça. Com o intuito de compreender e conhecer o modo de vida e as premissas que regem a organização de seu espaço, tanto territorial quanto social, esses povos vêm ganhando cada vez mais destaque nos estudos das mais variadas ciências.

Para Morim (2014), os ribeirinhos se adaptam e vivem a uma realidade repleta de limitações e desafios estabelecidos pelas leis da natureza. Desta forma, esses povos possuem uma íntima e específica relação com o meio ambiente e seus ciclos, influenciando no seu modo de vida altamente específico, baseado em uma estrutura de produção fundamentada no trabalho da própria população, utilizando dos meios disponíveis e delimitados pela natureza.

Essa forte e diferenciada relação estabelecida com o meio natural, faz com que os ribeirinhos sejam detentores de muitos saberes tradicionais, como o uso de plantas medicinais, saberes sobre as épocas de plantio da terra, o ritmo e caminho das águas, entre outros. Tais conhecimentos são geralmente passados de gerações para gerações, com o intuito de dar continuidade e eternizar a identidade cultural de determinada população (SANTANA, 2013).

Entretanto, os conhecimentos tradicionais são muitas vezes depreciados e estão perdendo espaço, inclusive na vida de seus detentores, os quais estão desvalorizando essas raízes culturais e priorizando outras com características mais urbano-industriais, como por exemplo, utilização cada vez maior de medicamentos químicos em detrimento de medicamentos fitoterápicos.

Além disso, essas comunidades coexistem com o isolamento econômico e social, sendo persistentemente desprezadas e afastadas de possíveis contribuições à manutenção e elaboração de políticas públicas regionais, ficando margeadas a mecanismos que não se aplicam às suas realidades, interesses e demandas (ARRUDA, 1999).

Neste cenário, estão cada vez mais intensificadas as discussões acerca do desenvolvimento sustentável, principalmente depois que as autoridades mundiais perceberam o uso desenfreado dos recursos naturais, que esses são finitos e estão caminhando para o seu esgotamento (Dicionário socioambiental, 2008).

Esse desenvolvimento envolve não somente o meio econômico, mas leva em consideração também os aspectos sociais e ambientais, visando considerar o bem-estar das pessoas nas três esferas. Desta forma, o desenvolvimento local só pode ser alcançado plenamente caso exista a conexão de uma série de fatores de desenvolvimento humano, incluindo a participação social, as potencialidades e qualidades das pessoas para que seja possível “a construção de uma sociedade mais democrática, enquanto ativos dessa construção do cotidiano” (CALEGARE, 2009).

Desta forma, o presente artigo tem como objetivo apresentar uma análise dos processos percorridos, a realidade atual e discutir possíveis perspectivas desses serviços no Pará, tendo como referência os principais resultados obtidos até sua interrupção em 2016, no PAE Ilha Piquiarana, localizado em Abaetetuba, PA.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os conceitos de comunidade tradicional são diversos e bastante discutidos, não havendo uma definição universalmente aceita (FRAXE, 2007).

Segundo Diegues (1996) comunidade tradicional seria um espaço sociocultural, no qual sua economia é organizada baseando-se no uso de recursos naturais renováveis, possuindo padrões de consumo que acordam diversas atividades econômicas baseadas nos ciclos da natureza, além de possuir uma cultura fundamentada em simbologias, mitos e rituais associados às atividades de produção, tais como caça, pesca, etc.

Já para Wagley (1988) as comunidades tradicionais são compostas por caboclos luso-brasileiros (ribeirinhos), os quais participam do seu meio como agentes ativos que integram esse meio, tendo conhecimentos sobre ele que acabam por estabelecer uma relação simbiótica com a natureza. Essa relação é caracterizada também por construção de vínculos de relacionamentos particulares, distinguida pelo forte laço de parentesco.

As populações tradicionais podem ser caracterizadas também pelo seu trabalho e a valorização do seu habitat, tendo noção que esses são essenciais para sua subsistência, sendo comum a existência de relação de ajuda mútua e trabalho coletivo. Essas comunidades possuem um modo de vida diferente, uma cultura ligada às formas de manejo dos recursos, assim como são detentoras dos saberes tradicionais (CHAVES, 2001).

O artigo 3º, do Decreto nº 6040, de 7/02/2007, conceitua povos tradicionais sendo “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Segundo o Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica (2012), o

conhecimento tradicional são os saberes, inovações e práticas das comunidades indígenas e locais relacionados aos recursos genéticos. Estes saberes são resultados da luta desses povos pela sobrevivência, assim como da experiência que acarretaram ao longo dos anos, ajustando-os às suas realidades e passando-os de geração em geração.

Já segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (2001), conhecimento tradicional é “um corpo de conhecimento construído por um grupo de pessoas através de sua vivência em contato próximo com a natureza por várias gerações. Ele inclui um sistema de classificação, um conjunto de observações empíricas sobre o ambiente local e um sistema de auto manejo que governa o uso dos recursos”.

Os conhecimentos tradicionais constituem uma porta de acesso às mais variadas informações, sejam essas relacionadas à alimentação, às muitas plantas utilizadas na fabricação de medicamentos, às formas de produção de elementos da natureza, às formas de combates naturais de pragas, assim como vários outros. Desta forma, é fundamental que aqueles que possuem acesso à esses saberes, saibam utiliza-los e os valorizem adequadamente, uma vez que esses representam um atalho à indústria biotecnológica para o desenvolvimento de novos produtos.

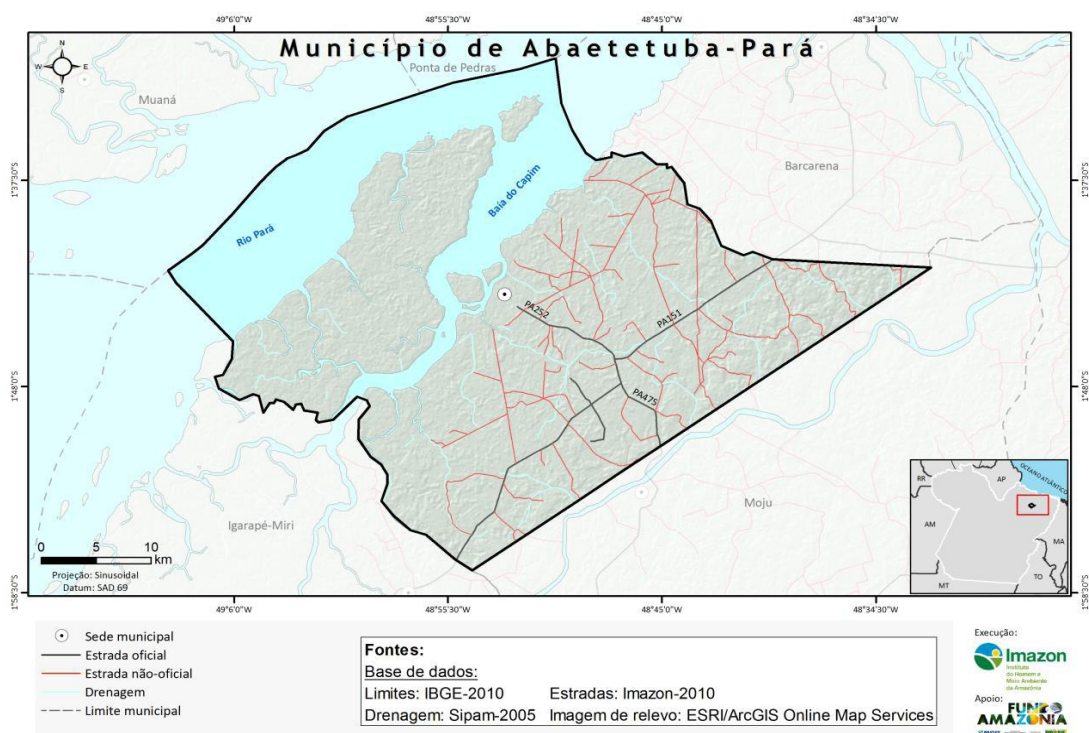
METODOLOGIA

O método adotado no trabalho é de estudo de caso, com aplicação de ferramentas metodológicas complementares, como a análise dos principais resultados oficiais obtidos com os serviços de ATER no Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE - Piquiarana, através da análise de documentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e da Prestadora de Serviços de ATER contratada para prestar serviços junto ao assentamento; observação participante; seleção e escolha de informantes-chave da comunidade, sendo estes lideranças extrativistas, além de técnicos de ATER.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA

O município de Abaetetuba foi fundado em 1750 e está localizado no território Baixo Tocantins. É limítrofe aos municípios de Barcarena, Moju, Igarapé-Miri, Muaná e Ponta de Pedras (Figura 1). Sua área abrange 1.607,6 quilômetros quadrados, que abriga 141.100 habitantes, dos quais 59% estão na área urbana e 41%, na área rural (Idesp 2012); IBGE, Censo Demográfico (2010). Abaetetuba, em sua área de 1.607,56 km², conta com uma população urbana de 82.998 habitantes, uma população rural de 58.102 habitantes e uma densidade demográfica de 87,61 habitantes/km².

Figura 1: Localização do município de Abaetetuba - PA.



Fonte: IMAZON (2012)

SITUAÇÃO ECONÔMICA

A receita orçamentária do município, em 2010, foi de R\$99,7 milhões, correspondendo a 1,4% da receita do estado do Pará. Durante uma década, nos anos com registro, Abaetetuba apresentou balança negativa apenas no ano de 2010. Esta receita municipal é proveniente principalmente da transferência de recursos da União, que no ano de 2011 foi distribuído da seguinte forma: educação 41,79%, assistência social 22,36%, fundo de participação dos municípios (FPM) 19,74%, saúde 13,22%, outros 1,83% e habitação 1,07%.

PIB E EMPREGO

Quanto à situação econômica e social do município, para uma breve síntese, destacamos o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Em 2009, nome do município apresentou um PIB *per capita* de R\$3,3mil, valor este abaixo do PIB *per capita* do estado do Pará que foi de R\$ 8 mil nesse mesmo ano.

RENDA E BOLSA FAMÍLIA

De acordo com o IBGE, no que se refere à distribuição de renda por domicílios, em Abaetetuba a classe de rendimento que apresentou maior destaque no ano 2010, com 31% foi a

que enquadra os salários recebidos na faixa de menor que $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, definido em R\$ 510 para o mesmo ano.

Para combater a fome e a pobreza, o governo federal lançou o Programa Bolsa Família em 2004 (Lei n.º 10.836/2004). Destaque entre as políticas sociais brasileiras, o programa busca garantir padrões mínimos de acesso a bens por meio de transferência direta de renda. Em 2011, Abaetetuba recebeu um repasse de R\$25,6 milhões destinados a atender 19.466 bolsas. Este valor representa 2,4% do total de recursos oferecidos pelo programa ao estado do Pará.

PRODUÇÃO E CRÉDITO

Em 2010, a mandioca foi a cultura que mais contribuiu para o valor da produção agrícola, seguida pelas culturas de pimenta-do-reino e coco-da-baía. Na criação de animais, a maior contribuição para a produção do município foi da criação de galos, frangas, frangos e pintos, seguida pela criação de suínos e de galinhas. A evolução dos principais produtos, considerando o período de uma década, demonstra crescimento gradual de pimenta-do-reino e coco-da-baía, a mandioca passou por maiores flutuações, com queda expressiva em 2008, a pecuária quase não variou, destaque apenas para produção de galinhas que caiu em 2007. Ainda, foi concedido a Abaetetuba um valor de R\$1,4 milhões para crédito rural no ano de 2011, sendo deste total 85,81% destinados a atividades ligadas à agricultura, e 14,19% a atividades ligadas à pecuária. Desde 1999, Abaetetuba recebeu maior crédito em 2006, com R\$7,1 milhões. Em relação ao estado do Pará, Abaetetuba correspondeu a 0,2% do valor total, no último ano.

SANEAMENTO E ÁGUA

Em Abaetetuba, apenas 6,6% dos domicílios apresentavam saneamento adequado em 2010. Isto é, possuíam abastecimento de água e esgotamento sanitário por rede geral, ou fossa séptica e lixo coletado direta ou indiretamente. A maioria, 58,7%, apresentou saneamento semi-adequado, ou seja, com pelo menos uma das formas de condições adequadas. Por fim, 34,7% dos domicílios do município foram considerados inadequados, por não possuírem nenhuma forma de saneamento considerado adequado. O município apresentou 8.244 domicílios particulares permanentes com acesso ao abastecimento de água pela rede geral (IBGE, Censo Demográfico 2010).

EDUCAÇÃO

Ao longo do período 2005-2009 o índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb) em Abaetetuba tem melhorado na 4ª série, e piorado na 8ª. Em 2005, o índice foi de 2,8 na 4ª série

e 3,3 na 8ª série. Já em 2009, o Ideb foi de 3,6 e 3,2, para cada série. Os índices obtidos, no último ano, ficaram respectivamente acima e abaixo das metas estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC), que espera que até 2021 o ensino fundamental brasileiro atinja a nota 6, valor equivalente ao obtido por países desenvolvidos. No ano de 2010 a relação número de alunos por professor foi de 21,8 no ensino fundamental e de 13,6 no ensino médio, enquanto no estado a média foi de aproximadamente 26 alunos por professor para ambos.

PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA (PAE) ILHA PIQUIARANA

No município de Abaetetuba estão inclusas 72 ilhas, com aproximadamente 35.000 habitantes, denominados de ribeirinhos, moradores das ilhas ou extrativistas. Dentre essas ilhas encontra-se o PAE Ilha Piquiarana. Este PAE está organizado em cinco comunidades / localidades que são denominadas de: Furo do Gaita, Rio Piquiarana, Rio Acarajó, Igarapé Castanhal e Rio Itamimbuca, Com área de 816,1241 ha (oitocentos e dezesseis hectares, doze ares e quarenta e um centiares).

Destas comunidades são escolhidos os representantes dos assentados que compõem o quadro de diretores da Associação do Projeto de Assentamento Agroextrativista. Segundo dados oficiais do INCRA, o PAE Ilha Piquiarana foi criado em 19 de outubro de 2006, sob o código SIPRA PA0347000, onde reconheceu um total de 212 famílias assentadas da reforma agrária constante na Relação de Beneficiários do INCRA.

Porém, vale ressaltar que estas famílias já habitam essa região há várias décadas, como apresenta a Tabela 1, e que já mantinham outras formas de organização de bases religiosa, política, social e sindical, e que o projeto de reforma agrária vem somar como mais um instrumento de mobilização e articulação pelas conquistas de mais direitos sociais às populações ribeirinhas que tanto labutam pelo reconhecimento dos direitos de permanecer e sobreviver na e da terra.

Tabela 1. Tempo de chegada das famílias do PAE

Período em que chegaram à região	Nº de famílias
1936 – 1950	10
1951 – 1970	27
1971 – 1990	89
1991 – 2000	36
2001 – 2014	28
Não se aplica/ Não sabe informar	01
Total	191

Fonte: ECO Consultoria

Segundo a ECO Consultoria (empresa contratada para prestar os serviços de ATER em 2015), durante o desenvolvimento de suas atividades foram aplicados 191 diagnósticos de forma participativa nas Unidades de Produção Familiar, de um total de 212 beneficiários constantes na Relação de Beneficiários (RB) do INCRA. Esse número caiu em virtude de falecimentos, pessoas que abandonaram suas casas, mudando-se para outro lugar, inclusive alguns para outros PAES próximos. Ainda se tratando da população que habita o PAE, o número de famílias supera o quantitativo de 212 que o INCRA reconheceu como assentadas. Isso significa que mais famílias precisam ser contempladas com a inserção de seus nomes em RB. Por outro lado, representa a necessidade de planejamento consciente acerca da consolidação de uma infraestrutura e de políticas públicas que levem em consideração esse quantitativo de famílias que supostamente “estão fora do assentamento”, ou seja, fora da RB.

SITUAÇÃO AMBIENTAL

Evidencia-se que os recursos naturais disponíveis já se encontram bastante escassos, ocasionando cotidianamente disputa pelos assentados do que ainda resta. Esse fato preocupa e compromete a sobrevivência das gerações futuras, situação esta observada durante a oficina de autodiagnóstico, quando foi dado o exemplo que as margens dos rios estão completamente ocupadas pelas construções das habitações, pois para as pessoas que habitam a região é natural estabelecer residência as margens do rio. Isso facilita também uma série de atividades, como por exemplo, a pesca; a captação da água para uso doméstico; guardar as embarcações. Porém, essa ocupação vem reduzindo as matas ciliares, sendo que também o fluxo grande de embarcações de médio e pequeno portes, por conta da agitação das marés, aceleram ainda mais o processo de assoreamento dessa região.

Na questão do saneamento básico, os resultados são negativos, uma vez que, já que as pessoas moram em locais banhados pelos e igarapés, é de lá que retiram a água que consomem diariamente. Do universo de 192 famílias, 111 utilizam os rios/ córregos/ igarapés como fonte de abastecimento de água de suas residências. Apenas 63 famílias utilizam poço artesiano como a 1ª fonte de abastecimento de água e 18 famílias possuem acesso a nascentes ou vertentes com poço. Os rios, córregos e igarapés são as principais fontes de abastecimento de água das famílias, sendo que essa água não possui tratamento através de rede pública.

As famílias utilizam o hipoclorito de sódio para tratar a água para consumo, quando disponibilizados pelo Agente Comunitário de Saúde. Na falta deste produto, as famílias utilizam o Cloridrato de Potássio, conhecido popularmente como “sentante” para “limpar a água”. O que de fato ocorre ao utilizar esta substância é uma separação dos resíduos sólidos presentes na água

(barro, lama, entre outros) deixando-a transparente. Outro método utilizado pelas famílias para “limpar a água” é coar. Eles utilizam coadores de pano para eliminar resíduos sólidos da água, porém não há muita mudança na coloração. Com exceção do hipoclorito de sódio, estes métodos não são eficazes no combate a contaminantes químicos e microbiológicos provenientes da água.

Em se tratando de saneamento básico, pode-se verificar quais as implicações que a ausência deste serviço faz à população, pois as famílias ainda não encontraram uma solução para essa problemática. De 191 famílias entrevistadas, 165 não fazem nenhum tipo de tratamento dos dejetos humanos em suas residências. Isso representa 86,39% das famílias entrevistadas. Nota-se também nestes dados, que não há nenhuma forma de tratamento de dejetos através de rede pública de esgoto. Apenas 18 famílias utilizam a fossa simples, também conhecida como “casinha” ou “sentina”, no qual os dejetos caem diretamente no buraco, sem água e, quando saturados, cobre-se com terra e constrói-se uma nova fossa.

Essa situação demanda a urgência de solução da problemática, onde as populações ribeirinhas de Abaetetuba têm os rios como a principal via de acesso a outras comunidades e como principal fonte de água para consumo humano. Mas, são por estas mesmas águas que percorrem o esgoto das populações ribeirinhas, por não se ter o serviço tão importante à saúde pública dos assentados: o saneamento básico. Cabe ao poder público investir em políticas estruturais e tecnológicas de saneamento apropriadas ao contexto das regiões ribeirinhas Amazônicas.

SITUAÇÃO SOCIAL

No que concerne os benefícios e programas sociais, grande parcela das famílias está assegurada pelos programas Bolsa Família, Bolsa Verde e aposentadoria, além de alguns benefícios previdenciários, como aposentadoria por idade, pensão por morte. Das 191 famílias entrevistadas, 114 recebem algum tipo de benefício social. Muitas famílias ainda não conseguem sobreviver sem o apoio desses programas, pois as políticas públicas fundamentais na superação desses indicadores são insuficientes ou até mesmo inexistentes no PAE Ilha Piquiarana. Observa-se que no PAE ainda ocorre um alto grau de vulnerabilidade social e muito precisa ser feito no sentido de reduzir os indicadores que ocasiona a situação social das famílias que moram no assentamento.

Outras estruturas encontradas foram as Escolas Municipais, nas quais os filhos dos assentados estudam. Algumas funcionam em espaços próprios e outras em residências cedidas por moradores. Umas são construções em madeira, mas existem espaços com 6 salas em alvenaria. O estado de conservação das escolas é muito precário e limitado, pois, não se têm áreas propícias para recreação e até mesmo para a área administrativa. Essa realidade angustia muitos pais e

crianças que acreditam na educação como instrumento do exercício da cidadania.

SITUAÇÃO ECONÔMICO-PRODUTIVA

As comunidades ribeirinhas são produtoras de parte significativa da produção agrícola do município de Abaetetuba. Afinal, é de onde vêm a farinha, o peixe, o camarão, o açaí, o miriti, a banana, a macaxeira, entre outros produtos que abastecem o mercado municipal do município. Os extrativistas, pescadores, agricultores de várzeas, são exemplos de que é possível produzir, viver e conviver com a natureza. Neste ponto é interessante refletir que os beneficiários construíram na oficina de autodiagnóstico o mapa da zona do potencial produtivo e descreveram a situação das atividades produtivas atuais e potenciais do PAE.

As famílias destacam as espécies ou grupos de espécies exploradas e comercializadas; as áreas/zonas de coleta; técnicas de coleta; transporte; beneficiamento e armazenamento; conhecimentos e práticas de produção utilizadas; renda adquirida; aspectos ambientais envolvidos; infraestrutura utilizada; acesso aos programas e políticas públicas; dificuldades e potencialidades na produção.

Em relação à produção, no PAE Ilha Piquiarana há uma produção bastante diversificada distribuída por todo o Assentamento que vem ajudando muito as famílias. Entre elas destaca-se a produção do açaí, e por consequente, mandioca, cacau, e outros produtos.

Esses dados surpreenderam os próprios beneficiários, uma vez que sua percepção em relação à produção na Unidade Familiar Familiar (UPF) ocorre de forma individualizada, reconhecendo então que nunca tiveram um trabalho que pudesse contabilizar o montante dessa produção do assentamento como um todo e como ela é distribuída.

Nota-se nas UPFs que essa produção está disposta em áreas consorciadas com as demais culturas, o que facilita adotar práticas de conservação ambiental propícia às áreas que sofrem as influências das marés, por esta ser zona de várzea. Por outro lado, os investimentos dos créditos agrícolas vêm contribuindo com o aumento e melhoramento das áreas e da produção.

Ao identificar as zonas com maior predominância de culturas, verifica-se que o açaí, manga, coco estão disseminados por todas as UPFs, exceto a mandioca, pois sua maior incidência fica especificamente nas áreas de zona de terra firme, áreas estas localizadas no Igarapé Castanhal. Os assentados ainda usam técnicas rudimentares, tanto no cultivo quanto na extração e no beneficiamento. O que tem avançado nesse sentido é a técnica do manejo dos açazais, que vem ajudando nas colheitas, melhorando a qualidade e a quantidade que pode ser produzida.

Efetivamente, uma área bem manejada vai diminuindo a quantidade de limpeza feita durante o ano; a retirada dos estipes mais altos e adultos possibilitam o controle da altura das mais

novas e a absorção dos raios solares aos quais produzem cachos bem grandes e de boa qualidade, além de, também, diminuir o esforço físico do apanhador no momento de subir nesses estipes. Uma vez feito o manejo, as estipes retiradas ficam dispostas por todo terreno, onde, ao se decomporem, servirão como fonte de adubos orgânicos. Assim, quando ocorre a disseminação das sementes, pelos animais silvestres ou pelos extrativistas a terra já tem nutrientes suficientes para gerar as outras plantas. Vale ressaltar que esse processo de manejo é praticado no período da entressafra, que ocorre no período de janeiro a junho de cada ano. A produção de farinha também segue a forma tradicional.

Para cultivar a mandioca usa-se a prática da queima no processo de preparo de área para plantio e no processo de beneficiamento ainda não são utilizados instrumentos de produção que evitem o desgaste físico dos agricultores. Esse é um ponto importante para diminuir a mão de obra e para o cultivo, pois segundo os agricultores seus filhos já não querem dar continuidade nessa atividade por se tratar de uma atividade penosa e com pouco retorno econômico.

Sobre a renda adquirida, os beneficiários relatam que conseguem preços muito baixos pelo açaí e pela farinha. Há muitas dificuldades na produção por falta de recursos e uma política de comércio justo, pois os atravessadores determinam esses preços, uma vez que na região não existem alternativas de mercado, como indústrias que possam absorver e agregar valor a estas produções. Os poucos assentados que conseguiram financiamento já apresentam dificuldades para pagar as parcelas do financiamento, em função do baixo preço, sem perder de vistas que muitos produtores de açaí precisam contratar apanhadores, debulhadores e todos esses custos oneram as despesas da atividade.

Outro tipo de atividade produtiva encontrada no PAE foi o artesanato, uma atividade muito importante e possível de gerar renda, mas lhes faltam incentivos financeiros, capacitações e acompanhamentos que possam aprimorar e melhorar a produtividade e o beneficiamento.

No trabalho de campo da pesquisa, no que se refere à comercialização dos produtos extraídos e cultivados no PAE, constatou-se dificuldades graves, destacando as formas de acesso a mercados e os tipos de mercados, expressando-se, contudo, várias oportunidades que podem ser utilizadas no processo na comercialização dessa produção. Conforme já mencionado, a questão da comercialização é uma constante em todas as discussões, perpassando pela problemática do armazenamento e do escoamento da produção das áreas de coleta até o destino final, ou seja, as feiras das cidades e o atravessador.

Segundo os assentados, as dificuldades são diversas, principalmente nas áreas de produção que ficam nos fundos da UPFs, onde acesso é feito por igarapés, em cascos e canoas típicas da região, onde só é possível adentrar quando a maré sobe e/ou por dentro dos açazais. Os frutos do

açaí são debulhados em rasas para serem transportados da zona de coleta para as residências, sendo carregados sobre os ombros ou sobre a cabeça. Em seguida o atravessador passa comprando, ou então o produtor armazena em sua casa e, no outro dia vai comercializar na feira livre da cidade.

A produção de mandioca não é diferente. As áreas onde se encontram localizadas essa produção, às cabeceiras dos igarapés, dependem das condições determinadas pela maré. Portanto, qualquer planejamento relacionado ao escoamento está associado aos horários de maré cheia ou baixa para então definir o escoamento do produto até aos consumidores, que no caso são os atravessadores ou a feira livre da cidade de Abaetetuba ou, ainda, no Município de Igarapé Mirim. Ressalte-se que toda produção comercializada é vendida in natura ou processada, artesanalmente, no caso da farinha.

TIPO DE INVESTIGAÇÃO

Para desenvolver este estudo, a metodologia adotada compreendeu duas fases básicas: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A primeira se baseia em pesquisa bibliográfica, sintetizando as principais referências ao conhecimento tradicional existente na literatura especializada e relacionando com o desenvolvimento de comunidades ribeirinhas, assim como a caracterização dessas e seus principais desafios, a fim de possibilitar melhor compreensão teórica acerca da problemática abordada. A segunda fase deu a partir de pesquisa de campo, onde o contato direto com a realidade vivenciada pelos moradores da comunidade estudada foi fundamental no desenvolvimento da análise.

Realizou-se a pesquisas junto às famílias beneficiárias do PAE Ilha Piquiarana, localizada no município de Abaetetuba – PA, onde se procurou resgatar a memória local para verificar como é percebido o território dos ribeirinhos extrativistas. Para que esta fase se comprovasse, foi necessário o trabalho empírico em campo, por meio da observação, conforme Oliveira (1996) evidencia a entrevista informal, verificando qual a sua configuração atual e as perspectivas futuras.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

É fato conhecido que a Amazônia brasileira tem sofrido intenso processo de degradação ambiental resultante do uso indiscriminado dos seus recursos naturais para fins de exploração econômica. A apropriação, muitas vezes ilegal, de terras públicas e a expropriação dos direitos fundiários legítimos das populações locais estão na base desse modelo de ocupação econômica da região.

A frágil presença e atuação do Estado na maior parte da região configura um quadro de “terra sem lei” no qual a insegurança fundiária é a tônica. A população rural pobre da região é

frequentemente violada nos direitos básicos, sendo diretamente afetada pela atuação de agentes econômicos e pelas políticas de desenvolvimento e integração regional implementadas pelo próprio Estado. Ao mesmo tempo, os órgãos ambientais e organizações da sociedade civil se debatem para conter o avanço deste processo de degradação ambiental e sociocultural.

A insegurança fundiária e a falta de regularização da propriedade da terra na Amazônia estão entre esses problemas estruturais cujo enfrentamento por parte do Estado se mostra débil. Abaetetuba não ficou fora deste contexto, e muito embora tenham ocorrido iniciativas governamentais para tratar dessa questão, a exemplo da criação dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas, que é uma modalidade de regularização fundiária que visa beneficiar as famílias que vivem dos recursos da floresta para que explorem atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, essas famílias tem um contrato de concessão de direito real de uso.

Apesar dessas iniciativas, a não garantia dos direitos fundiários das populações locais e da sua territorialidade permanece como uma enorme lacuna nas estratégias de conservação da Amazônia. Considerando as atividades de uso da terra presentes no município, em um território com quase 30% de remanescentes florestais, é interessante que seja estimulado atividades de manejo florestal sustentável e incentivada a economia verde, promovendo restauração de áreas de preservação permanente degradadas.

Quanto à situação econômica e social do município, para uma breve síntese, destaca-se o PIB *per capita* e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Em 2009, o município apresentou um PIB *per capita* de R\$3,3mil, valor este abaixo do PIB *per capita* do estado do Pará, que foi de R\$ 8 mil nesse mesmo ano. Quanto ao IFDM, o valor obtido foi de 0,571, obtendo desempenho regular em 2009, similar ao valor estadual que foi de 0,597. A análise separada dos três componentes utilizados no cálculo do IFDM evidencia que “saúde” teve maior contribuição (0,675), seguido pela “educação” (com 0,638), sendo que “emprego & renda” apresentou menor valor (0,400) (IDESP/IMAZON, 2013).

O contexto acima citado, ainda que de forma abreviada, representa parte dos imensos desafios enfrentados pelas famílias do PAE Ilha Piquiarana. Além dos desafios identificados acima, inicialmente comuns ao território do Baixo Tocantins, e depois no município, destaque-se que a realidade e as necessidades são ainda mais adversas no PAE, que, aos olhos dos próprios assentados e assentadas, aparecem como entraves principais no acesso a uma vida digna, mantendo-as em situação de vulnerabilidade social.

A pesquisa apontou, ainda, quais são os grandes desafios que enfrenta esta região com grande significado natural e forte poder simbólico. As populações ribeirinhas desse PAE e do seu entorno garantem, através da sua tradicional convivência com a natureza e o uso equilibrado dos

recursos naturais, em conjunto com os regulamentos legais e acompanhamento pelas entidades de apoio, a preservação das florestas.

Assim, é possível dizer que o manejo sustentável das florestas está diretamente vinculado com desenvolvimento sustentável nas comunidades extrativistas da região, as quais têm o perfil e a posição estratégica para poder evitar a invasão de práticas predatórias. Incide-se para a necessidade de trabalhar sistemicamente num contexto abrangente que integre os diversos elementos do manejo sustentável da floresta, da agroecologia e do fortalecimento de processos de gestão social que assegure a participação das comunidades na definição e execução de políticas públicas.

Do mesmo modo, verifica-se que, uma vez que o PAE está imerso numa realidade fortemente patriarcal e com pouca participação ativa das mulheres, faz-se necessário trabalhar a participação ativa destas nos processos de desenvolvimento. Igualmente, a juventude é chave para garantir a sustentabilidade, pelo que a integração dos jovens resulta fundamental para o sucesso no médio prazo de qualquer iniciativa.

As mudanças dessa realidade perpassam, dentre outros caminhos fundamentais, por processos de mudanças de paradigmas iniciados com a execução dos serviços de ATER no PAE, sobretudo no que se refere a um dos princípios fundamentais da Política Nacional de ATER (PNATER), que o de se prestar serviços tendo por base a agroecologia. Assim, os serviços prestados até 2016 definiram um conjunto de indicadores quantitativos e qualitativos, aos quais os profissionais tinham como referência: a) indicadores do processo de transição agroecológica: redução do uso de insumos químicos sintéticos, melhorias no solo, uso de tecnologias de base ecológica (inseticidas biológicos, adubos orgânicos, etc.); b) indicadores sociais: melhoria na alimentação das famílias, tomada de decisões sobre os recursos da família (uso da mata, sementes, decisão sobre aplicação de recursos financeiros, etc.), participação dos jovens e das mulheres nas decisões. c) indicadores econômicos: melhoria na renda, acesso aos mercados, ocupação da mão de obra, adimplência ou inadimplência (no caso das famílias tomadoras de crédito; d) indicadores relacionados à cultura local: práticas e tecnologias adaptadas, produção de subsistência compatível com o hábito alimentar; e) indicadores de gestão institucional: democratização da gestão (existência e participação no conselho diretor, eleição para diretores, existência e participação de um coletivo de gestão estratégica, etc.);

A pesquisa constatou que, apesar do significativo planejamento feito pela ATER para apoiar a execução dos serviços nos assentamentos, a decisão pela extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2016, agravou mais ainda a situação de vulnerabilidade dessas populações, historicamente marginalizadas, dentre as quais os povos do campo, das águas

e das florestas, que ficaram durante anos invisíveis aos olhos do poder público se viram numa situação de retrocesso. Todo o trabalho desenvolvido pelas Empresas de ATER para essas populações sofreu um grave retrocesso em seus direitos e conquistas políticas que estavam em curso nos últimos treze anos e visavam o desenvolvimento rural, sustentável e solidário.

Efetivamente, não reconhecer a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável do país significa desconsiderar o papel que as populações amazônicas desempenham na geração de renda e riquezas e na promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional com alimentos saudáveis, acessíveis à população brasileira. Destaque-se ainda seu papel para a soberania e segurança hídrica e energética, que também estão ligados aos desafios postos para a sustentação das condições de vida humana no planeta.

Soma-se a esses aspectos a reafirmação dos princípios e objetivos da Política PNATER que, materializados na Lei 12.188/2010, expressam a construção coletiva na ação da extensão rural que, coordenada pelo MDA, buscava integrar as políticas públicas para a promoção do modelo de desenvolvimento rural sustentável e solidário.

CONCLUSÃO

Verifica-se, ainda, que as comunidades destacam a necessidade de desenvolver e consolidar as diversas formas de organização social, adequada à realidade local, para, assim, poder garantir um melhor acesso às políticas públicas e formular estratégias de desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo se identificam carências na capacidade de organizar processos de agregação de valor dos produtos locais, tanto no planejamento da produção agrícola e o extrativismo de uma maneira coletiva, como no beneficiamento dos produtos e, principalmente, na comercialização sustentável através de canais adequados.

Falta uma assistência técnica adaptada à realidade local, com visão multiplicadora comunitária e vinculada aos planos de manejo gerais e específicos necessários e que se encontram em diversos níveis de realização. Por isso, a retomada dos serviços de ATER se expressa como urgente e deve ser universalizado, em consonância com os princípios, diretrizes e instrumentos da PNATER, construída e conquistada pelas populações rurais.

É importante também, que a Anater (Agência Nacional de Ater), que tem como missão implementar a PNATER, avance na garantia do atendimento público e gratuito de uma ATER dialógica, agroecológica, feminista e diferenciada para os diversos públicos da agricultura familiar.

Dessa maneira, a partir desse cenário, o poder público e as organizações sociais tem que garantir a manutenção e a ampliação dos direitos e das políticas públicas; da promoção da agroecologia; da valorização da diversidade e, em especial, das mulheres, da juventude e dos povos

e comunidades tradicionais do PAE Ilha Piquiarana e de todas as populações rurais.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Rinaldo. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Ambient. soc.*, Dez 1999, no.5, p.79-92. ISSN 1414-753X.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF: SAF; Dater, 2004.

CALEGARE, Marcelo. Identidade cabocla x indígena: o caso de uma comunidade no alto-solimões. In: 6º Congresso Norte Nordeste de Psicologia, 2009, Belém. Anais do 6º Congresso Norte Nordeste de Psicologia, 2009.

CALEGARE, M. G. A.; CHAVES, M. P. S. R.; SILVA, I. P.. Pesquisa-Ação em comunidades ribeirinhas de tabatinga-AM. In: 61ª reunião anual da SBPC, 2009, Manaus. Anais da 61ª SBPC, 2009.

CAPORAL, Francisco Roberto; RAMOS, L. de F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. Monteiro, d.; Monteiro, M. desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão Rural. Belém: UFPA, 2006.

CAPORAL, Francisco Roberto. Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: Bagaço, p. 09-34, 2006.

CHAVES, M. P. S. R. Uma Experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: O estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. Campinas: UNICAMP/CIREN. Tese de Doutorado, 2001.

CENSO DEMOGRÁFICO, 2010. IBGE.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000. p. 211.

DICIONÁRIO SOCIOAMBIENTAL: ideias, definições e conceitos. Organização Eda Tassara; Texto Helena Tassara; Fotos Ricardo Burg. São Paulo: FAARTE Editora, 2008.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antônio Carlos. *Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais*. Manaus: EDUA, 2007.

IDESP/IMAZON, 2013.

MORIM, Júlia. Ribeirinhos. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=1053%3Aribeirinhos&catid=52%3Aletra-r&Itemid=1 Acesso em 9 de março de 2016.

NEVES, Josélia. Ribeirinhos, desenvolvimento e sustentabilidade possível. Disponível em: <http://www.partes.com.br/socioambiental/ribeirinhos.asp> Acesso em 9 de março de 2016.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: Revista de Antropologia. v. 39; n. 01, p. 11-37. São Paulo: Unicamp, 1996.

PNUMA. CBD/WG-ABS/1/4. Disponível em: <<http://www.biodiv.org>> Acesso em 10 de março de 2016.

REZENDE, E.A.; RIBEIRO, M.T.F. Conhecimento tradicional, plantas medicinais e propriedade intelectual: biopirataria ou bioprospecção? REV. BRAS. PL. MED., Botucatu, v.7, n.3, p.37-44, 2005.

SANTANA, F. A.; Comunidades ribeirinhas na Amazônia: Relato de experiência. Perspectiva Amazônica , v. 1, p. 47-56, 2013.

Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica. Conhecimentos Tradicionais. Montreal, Canadá, 2012.

Tópicos jurídicos. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10840334/artigo-3-do-decreto-n-6040-de-07-de-fevereiro-de-2007>> Acesso em 22 de março de 2016.

WAGLEY, Charles. Uma Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos / tradução de Clotilde da Silva Costa. 3ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

EXTENSÃO RURAL AGROECOLÓGICA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: O PERFIL DO EXTENSIONISTA RURAL DIANTE DE UM NOVO MODO DE PRODUÇÃO NO NORDESTE PARAENSE

Jaqueline Raquel Cardoso Mesquita¹

Valdir da Cruz Rodrigues²

RESUMO: A agroecologia surge como alternativa produtiva contrapondo o modelo de agricultura vigente, surgindo assim lotes produtivos cada vez mais diversificados, sendo ainda maior essa diversificação quando se trata da Amazônia. A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) deve ser realizada de forma a criar estratégias que mais se aproximem das realidades dos grupos familiares e que correspondam às necessidades dos mesmos. O artigo tem por objetivo abordar uma reflexão sobre o perfil do extensionista rural diante do novo modo de produção proposto pela agroecologia. Para tanto analisou-se quatro estabelecimentos agrícolas que trabalham na perspectiva agroecológica, de quatro Municípios do Nordeste Paraense, sendo eles: São Domingos do Capim, Igarapé-Açu, Irituia e Tomé-Açu. A metodologia utilizada na pesquisa teve como base os princípios da interdisciplinaridade, que considera aspectos das diferentes áreas do conhecimento. As ferramentas utilizadas foram entrevistas semiestruturadas e observação direta. Verificaram-se através da análise dos dados, quatro atividades (uma em cada estabelecimento agrícola), dando-as destaque por se tratarem de desafios aos agentes de ATER, devido estarem ligadas aos conceitos de qualidade de vida e de produção. As atividades foram: Aproveitamento total de alimentos; Inovação social; Cooperativismo; e Produção de polpa de frutas. Para cada uma dessas atividades o profissional de ATER precisa estar atento para propor estratégias de reprodução social construídas juntamente com as famílias envolvidas. Através desta pesquisa fica claro que diante do modo agroecológico de produzir e viver, o perfil do profissional de ATER deve ser dinâmico, atento, audacioso e inovador, tendo além dos conhecimentos das ciências agrárias, conhecimentos nos campos social, econômico, político, ético e antropológico. Os conhecimentos em várias áreas irão permitir que o profissional possa atender da melhor maneira possível os beneficiários desta política pública.

Palavras-chave: Extensão Rural. Agroecologia. Agricultura Familiar.

ABSTRACT: The agroecology emerges as a productive alternative, opposing the current model of agriculture, thus producing increasingly diversified productive plots, and this diversification is even greater when it comes to the Amazon. Technical Assistance and Rural Extension (ATER) should be carried out in order to create strategies that are closer to the realities of the family groups and that match their needs. The objective of this article is to discuss a profile of the rural extension agent in the new way of production proposed by agroecology. In order to do so, four agricultural establishments working in the agro-ecological perspective of four Municipalities of Northeast of Paraense were analyzed: São Domingos do Capim, Igarapé-Açu, Irituia and Tomé-Açu. The methodology used in the research was based on the principles of interdisciplinarity, which considers aspects of the different areas of knowledge. The tools used were semi-structured interviews and direct observation. The data were analyzed by four activities (one in each farm), highlighting the fact that they are challenges to the ATER agents, since they are linked to the concepts of quality of life and production. The activities were: Total use of food; Social innovation;

¹ Mestranda em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável na Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: jaquelinercmesquita@gmail.com.

² Mestrando em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável na Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: valdir.territorio@gmail.com.

Cooperativism; and Production of fruit pulp. For each of these activities the ATER professional must be alert to propose strategies of social reproduction built together with the families involved. Through this research it is clear that the profile of the ATER professional must be dynamic, attentive, audacious and innovative, in addition to the knowledge of the agrarian sciences, knowledge in the social, economic, political, ethical and anthropological. Knowledge in various areas will enable the professional to best serve the beneficiaries of this public policy.

Keywords: Rural Extension. Agroecology. Family Farming.

INTRODUÇÃO

A agroecologia surge como alternativa produtiva em contrapondo ao modelo de agricultura vigente. Isso resulta em estabelecimentos agrícolas que possuem rica diversidade de atividades.

Na região Amazônica a diversidade se torna ainda maior, visto as inúmeras culturas e atividades implementadas nos lotes produtivos, havendo por parte dos grupos familiares o interesse em adotar técnicas que garantam a sustentabilidade dos sistemas.

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) deve ser realizada de forma a criar estratégias que melhor se aproximem das realidades dos grupos familiares e que correspondam as necessidades dos mesmos.

O profissional de ATER deve ter ciência de que seu papel é fundamental para o bom funcionamento desta política pública, não devendo medir esforços para o êxito de seu trabalho.

Sabe-se que o Estado tem seu papel na formação do agente de ATER, cabendo a ele valorizar as especificidades de cada região, no momento desta formação. Porém não trataremos neste artigo deste aspecto, e sim das habilidades que o profissional deve ter, de modo a garantir a execução do seu trabalho e a satisfação dos beneficiários.

A EXTENSÃO RURAL AGROECOLÓGICA

A extensão rural no Brasil surgiu no pós-guerra, em Minas Gerais, de acordo com o modelo dos Estados Unidos, como resposta do Estado a uma exigência da expansão inicial do capitalismo no campo, dada a necessidade da indústria brasileira, que se implanta a partir de 1930, conjugando crédito rural, conhecimento tecnológico e difusão de técnicas agropecuárias, através de assistência técnica (FERNANDES, 2008).

Somente em 1995, com a realização em Brasília do Seminário Nacional Agricultura Familiar e Extensão Rural e com a criação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) é que se iniciou uma reestruturação da ATER no Brasil, culminando, em 2003, com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2005), em que é estabelecida a missão da Assistência Técnica e Extensão Rural:

“Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade”.

Caporal e Costabeber (2002) apresentam uma explicação bem formulada da agroecologia, como o campo do conhecimento que proporciona as bases científicas para promover a transição do padrão de agricultura convencional, para estilos de agriculturas ecológicas, na direção de também transformar o convencional de desenvolvimento para modelos sustentáveis de desenvolvimento rural.

Pode-se definir então a Extensão Rural Agroecológica como:

“o processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade. Ela tem o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas envolvidas no seu manejo” (Caporal e Costabeber, 2000, p.33).

A ação do extensionista que promove a extensão rural agroecológica deve ser baseada nos princípios da agroecologia como descrevem Caporal e Costabeber (2004):

“a ênfase no conhecimento local exige que o saber do extensionista não continue sendo considerado como um saber dominante e o único saber válido. A compreensão de que as sociedades (grupos ou comunidades) desenvolveram um tipo de conhecimento próprio, derivado de suas experimentações e segundo suas necessidades históricas e modos de vida específicos, faz com que a prática agroecológica da Nova Extensão Rural esteja empenhada na reconstrução de sistemas agrícolas tradicionais a partir dos conhecimentos tradicionais acumulados, sem negar a utilidade das Ciências convencionais”.

É bem colocado pelos autores a necessidade de que a prática da extensão rural nos moldes da agroecologia seja dada num processo de construção íntimo com os conhecimentos tradicionais e sobre tudo atento aos modos de vida específicos das populações tradicionais.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida com base em princípios da interdisciplinaridade, que considera aspectos de diferentes áreas do conhecimento, em níveis de análise qualitativos e quantitativos de acordo com o que propõe Brumer *et al* (2008).

Realizou-se visita a quatro estabelecimentos agrícolas, localizados nos municípios de: São Domingos do Capim, Igarapé-Açu, Irituia e Tomé-Açu, todos localizados na região Nordeste

Paraense, no mês de julho do decorrente ano, durante viagem de campo da disciplina Agroecologia e Sistemas Agroflorestais ofertada pelo Mestrado em Agriculturas familiares e Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Pará (UFPA).

A cada uma das propriedades visitadas foram conduzidas entrevistas semi-estruturadas com roteiros que permitiam explorar os assuntos propostos na pesquisa (BEAUD & WEBER, 2007).

Os fundamentos que basearam a realização do campo foram propostos por Yin (2005) quando descreveu o método de observação direta, que objetiva verificar comportamentos e condições ambientais. Para complementação do método foram utilizadas ferramentas audiovisuais e principalmente o diário de campo. Ainda como recurso metodológico, foi feito levantamento bibliográfico que possibilitou maiores aprofundamentos teóricos acerca do tema deste artigo.

ANÁLISES/DISCUSSÕES

Para reflexão sobre os dados obtidos em campo, construiu-se o quadro 1 abaixo, demonstrando as atividades exercidas dentro de cada estabelecimento agrícola.

EXTENSÃO RURAL AGROECOLÓGICA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: O PERFIL DO EXTENSIONISTA RURAL DIANTE
DE UM NOVO MODO DE PRODUÇÃO NO NORDESTE PARAENSE

Quadro 1: Atividades exercidas dentro de cada estabelecimento agrícola

Estabelecimento	Município	Área Agricultável (ha)	Área de Reserva (ha)	Culturas Perenes	Culturas Anuais	Essências Florestais	Atividades animais	Destaque
Propriedade Luz	São Domingos do Capim	18	48	Laranja, manga, banana, pupunha, cupuaçu, coco, açaí, café.	Mandioca, milho, feijão, abacaxi.	Marupá, andiropa, virola, samaúma.	Avicultura.	Aproveitamento Total de Alimentos.
Propriedade Vida	Igarapé-Açu	8	34	Coco, açaí, pupunha, taperebá, uxi.	Milho.	Paricá, mogno, cedro, virola, teca, pau-Brasil, angelim, ipê.	Apicultura.	Inovação Social.
Propriedade Fé	Irituia	5	20	Banana, maracujá, cupuaçu, cacau.	Mandioca, feijão.	Castanha do Pará.	Avicultura, psicultura, apicultura.	Cooperativismo.
Propriedade Paz	Tomé-Açu	24	16	Laranja, manga, banana, pupunha, cupuaçu, coco, açaí.	Mandioca, milho, feijão, abacaxi.	Paricá, mogno, cedro, andiroba.	Avicultura.	Produção de polpa de frutas.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2017.

Percebeu-se através da pesquisa de campo, que as atividades exercidas dentro dos estabelecimentos não são definidas unicamente pelo seu retorno financeiro, mas sim pela manutenção do estabelecimento e reprodução familiar.

Os agricultores agroecológicos, disseram definir suas atividades a partir do ponto de vista ambiental, priorizando a sustentabilidade do lote produtivo. Prova disso, é o fato de que todos os quatro estabelecimentos possuem sua área de reserva.

O quadro 1 mostra que a produção é diversificada, devendo o extensionista rural que atuar nesses estabelecimentos, dispor de habilidade em buscar novos conhecimentos, para atender as expectativas dos beneficiários da ATER.

Foram dados destaques as atividades que se apresentaram como desafios aos agentes de ATER, devido estarem ligadas ao conceitos de qualidade de vida e de produção dos próprios beneficiários.

PROPRIEDADE LUZ

Aproveitamento Total de Alimentos

Os alimentos produzidos são aproveitados da melhor maneira possível, sendo utilizados nas refeições, talos, cascas, sementes. Várias receitas são feitas com partes de alimentos que em muitos casos são descartados como: casca da banana, casca da melancia como demonstrado na Figura 1.

Figura 1: Alimentação oferecida pela família ao grupo de estudantes durante viagem de campo.



Fonte: Mesquita & Rodrigues, 2018

Ichisato e Shimo (2001) relataram que os hábitos alimentares são importantes na produção dos saberes relacionados à manutenção da saúde, bem como na prevenção de doenças.

O profissional de ATER deve estar atento a este fato que permite à família um maior índice de nutrição, além de se enquadrar dentro da soberania alimentar, visto que são eles que escolhem sua alimentação, tendo autonomia.

Devem ser pensadas maneiras de otimização dessa ação já praticada pelo grupo familiar. Se o profissional não se atentar a este fato, pode orientar ações que descartem essa estratégia.

PROPRIEDADE VIDA

Inovação Social

O proprietário tem em seu lote vários exemplos de inovação social. Citarei aqui a renovação de copa de cupuaçuzeiro que é realizada quando a copa já está muito velha, ou foi acometida por alguma praga, sendo então enxertada uma nova copa, apenas prendendo um novo galho em determinado local da planta-mãe, demonstrado pela figura 2.

Figura 2: Renovação de copa de cupuaçuzeiro.



Fonte: Mesquita & Rodrigues, 2018

O extensionista deve estar ciente de que a inovação social neste caso é algo que o produtor utiliza com a finalidade de alcançar a sustentabilidade de seu lote. Deve-se então entender as

finalidades das experiências e não querer contestá-las com a ciência comprovada em laboratório.

O maior desafio da extensão rural é seguramente a superação das limitações na formação extensionista do quadro técnico de um novo profissional (CAPORAL, 2006), que esteja preparado para interagir com as comunidades rurais e, junto com eles, construir localmente o próprio conceito de sustentabilidade (PINTO, 1998).

PROPRIEDADE FÉ

Cooperativismo

A família é cooperada numa cooperativa local e fornece diversos produtos como polpas, licores, farinha e outros. Percebe-se no grupo familiar o desejo de aprofundamento cada vez maior na temática da produção coletiva.

Espera-se do agente de ATER que cada vez mais incentive ações que representem o desejo do grupo familiar, tendo para isso, que obter informações sobre todo o funcionamento de uma cooperativa, seu estatuto, os direitos e deveres dos cooperados.

Também deve fornecer informações sobre o beneficiamento dos produtos, para que sempre estejam dentro dos padrões de qualidade exigidos pela cooperativa.

Além do conhecimento técnico o extensionista deve ser um mediador de saberes e conhecimentos, um agente impulsionador do desenvolvimento das comunidades rurais (TONET, 2008).

Figura 3: Pomar da propriedade Fé.



Fonte: Mesquita & Rodrigues, 2018

PROPRIEDADE PAZ

Produção de polpa

O beneficiamento de alimentos na propriedade além de trazer novas possibilidades de consumo e variabilidade de cardápio nas refeições agrega valor as matérias-primas e consequentemente aumenta a lucratividade.

As polpas (Figura 4) são beneficiadas com os devidos cuidados das boas práticas de fabricação, pois a família prioriza a qualidade do produto. A produção também é vendida para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Figura 4: Polpa beneficiada na propriedade.



Fonte: Mesquita & Rodrigues, 2018

O extensionista deve estar atento as possibilidades de beneficiamento de outros produtos para diversificar a oferta. E também buscar sempre novos mercados, devendo conhecer também sobre os programas governamentais, já que o estabelecimento já é fornecedor do PAA.

CONCLUSÃO

Através desta pesquisa fica claro que diante do modo agroecológico de produzir e viver, o perfil do profissional de ATER deve ser dinâmico, atento, audacioso e inovador, tendo além dos conhecimentos das ciências agrárias, conhecimentos nos campos social, econômico, político, ético e antropológico.

Os conhecimentos em várias áreas irão permitir que o profissional possa atender da melhor maneira possível os beneficiários da ATER, ao se depararem com vários tipos de cultivos, práticas e experiências em campo.

Os agricultores agroecológicos tem modo peculiar de lidar com seu lote produtivo, desde a escolha das espécies como áreas a serem cultiváveis. Tudo isso deve ser levado em consideração para que o serviço de ATER possa vim a beneficiar de fato o seu usuário.

REFERÊNCIAS

BEAUD, S.; WEBER, F. Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRUMER, A. et al. A elaboração de projeto de pesquisa em Ciências Sociais. Ciências Humanas: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da UFRGS, P. 125-146, 2008.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar. 2000.

CAPORAL, F. R., & COSTABEBER, J. A. (2002). Análise multidimensional da sustentabilidade. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, 3, 71-84

FERNANDES, M. I. A extensão rural no Brasil. Disponível em: <<http://www.emater-rondonia.com.br/extensaorural.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2008.

CAPORAL, F. R., & COSTABEBER, J. A. (2004). Agroecologia e extensão rural. Contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília DF. MDA\SAF\DATER-IIICA.

CAPORAL, F. R. Política Nacional de ATER: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: TAVARES, J. R.; RAMOS, L. (Org.). Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: IDAM, 2006. p. 9-34.

ICHISATO, S. M. T; SHIMO, A. K. K. Aleitamento materno e as crenças alimentares. Rev Latino Enfermagem. 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília: Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2005. 26 p. Cartilha.

PINTO, A. G. A construção de uma nova extensão rural: o potencial dos técnicos da rede pública de São Paulo. 1998. 114 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas.

TONET, R. M. (2008). Algumas sugestões sobre o novo papel da extensão rural frente ao desenvolvimento local sustentável. Informações Econômicas.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ADUBAÇÃO FOSFATADA E POTÁSSICA: EFEITO NA ALTURA DA PLANTA E NO DIÂMETRO DO CAULE DE MANDIOCA

*Letícia de Paula Neves de Souza*¹

*Bruno Fernando Faria Pereira*²

*Inocencio Junior de Oliveira*³

*Carlos Alberto Franco Tucci*⁴

*Jonathas Paiva do Nascimento*⁵

RESUMO: No estado do Amazonas há uma circular técnica que recomenda a adubação para o cultivo da mandioca, contudo os estudos são incipientes, e poucos investigam os efeitos de doses crescentes de fósforo (P) e potássio (K) na cultura, apesar da escassez desses nutrientes nos solos e sua essencialidade para as plantas. Objetivos: i) Avaliar a influência do P e K na altura e no diâmetro da mandioca; ii) Analisar a concentração de K foliar ao longo do cultivo da mandioca. Metodologia: O cultivo foi implantado em um Latossolo Amarelo distrófico, organizado em três blocos casualizados com os tratamentos em esquema fatorial 5×5 , combinando-se doses crescentes de P_2O_5 (0, 30, 60, 120, 240 kg ha⁻¹) e de K_2O (0, 20, 40, 80 e 160 kg ha⁻¹), totalizando 25 tratamentos e 75 parcelas. As alturas das plantas e os diâmetros dos caules foram medidos aos 90, 180 e 270 dias de cultivo. Para a avaliação do estado nutricional, nas parcelas que receberam as doses de adubação recomendadas, 60 kg ha⁻¹ P_2O_5 e 40 kg ha⁻¹ de K_2O , procedeu-se à análise foliar de K. Resultados: A adubação com K influenciou no diâmetro do caule aos 270 dias de cultivo, sendo a dose de 90 kg ha⁻¹ de K_2O a que proporcionou maior diâmetro. A influência do P foi observada apenas no início do cultivo, aos 90 dias. As plantas que receberam a adubação ideal, dos 90 aos 180 dias, apresentaram teor de K foliar dentro da faixa de concentração ideal, 13 a 20 g kg⁻¹. Já aos 270 dias, a concentração estava abaixo dessa faixa. Conclusão: A dose de 90 kg ha⁻¹ de K_2O proporciona o maior diâmetro do caule da mandioca. Há possibilidade de amostragem foliar até aos 180 dias, para a avaliação de K foliar. Nas condições estudadas, o P apresentou influência apenas no período inicial de crescimento da mandioca.

Palavras-chaves: adubação, estado nutricional, amostragem foliar.

ABSTRACT: In Brazil cassava (*Manihot esculenta* Crantz) has great economic, social and cultural importance, being one of the main species of Amazon populations' feeding. It is usually cultivated without the use of fertilizer, which leads to the exhaustion of soil nutrients. In the state of Amazonas, there is a technical circular (EMBRAPA, 2004) that recommends fertilization for cassava cultivation, but the studies are incipient and few investigate the effects of increasing doses of phosphorus (P) and potassium (K) in the crop despite the scarcity of these nutrients in soils and their essentiality for plants. Objectives: i) To evaluate the influence of P and K on the height and diameter of cassava; ii) Analyze the foliar K concentration along the cassava crop. Methods: The cultivar was implanted in November, 2015 in a dystrophic yellow latosol, organized in three randomized blocks with treatments arranged in a factorial scheme (5×5) evaluating the effect of

¹ Bolsista CNPq junto à Faculdade de Ciências Agrárias (FCA 02) Minicampus, Laboratório de Solos.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Agronomia Tropical – PPGAT.

³ Pesquisador Embrapa.

⁴ Coordenador do Laboratório de Solos, junto à Faculdade de Ciências Agrárias (FCA 02). Minicampus – Ufam.

⁵ Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas – Ufam.

increasing doses of P_2O_5 (0, 30, 60, 120, 240 kg ha⁻¹) and K_2O (0, 20, 40, 80 and 160 kg ha⁻¹), resulting 25 treatments and 75 plots. Measurements of plant height and stem diameter were made at 90, 180 and 270 days of cultivation. For the evaluation of the nutritional status, 60 kg ha⁻¹ P_2O_5 and 40 kg ha⁻¹ of K_2O were used in the plots received as recommended fertilization doses and foliar K. . Results: The fertilization with K manifested its influence on stem diameter at 270 days of cultivation. According to adjusted polynomial regression, the 90 kg ha⁻¹ dose of K_2O provided the largest stem diameter. The influence of P was observed only at the beginning of the cultivation, for young plants (90 days). Concerning the concentration of leaf K, from 90 to 180 days, the plants presented K content within the ideal concentration range, 13 to 20 g kg⁻¹, but at 270 days the concentration was already below this range. This allows extending the foliar sampling period recommended in literature - 120 days - to 180 days. Conclusion: The 90 kg ha⁻¹ dose of K_2O provides the largest diameter of the cassava stem. There is the possibility of foliar sampling up to 180 days for the evaluation of leaf K. In the studied conditions, the P showed influence only in the initial period of cassava growth.

Keywords: fertilization, nutritional status, leaf sampling.

INTRODUÇÃO

A mandioca é cultivada em vários países, com destaque na conjuntura social e econômica mundial, devido à sua alta capacidade de adaptar-se às condições edáficas e climáticas, assim como por sua produção de amido por unidade de área.

No Brasil, a mandioca tem grande importância econômica, social e cultural, com área plantada de 1.439.754 ha e produção de 21.082.867 t de raiz (IBGE, 2016). É a cultura alimentar da grande maioria das populações amazônicas, dependendo da região e do tipo de população (MCKEY; EMPERAIRE e ELIAS, 2001).

A baixa fertilidade do solo, na região Norte, é apontada dentre os principais problemas para a cultura (CONCEIÇÃO, 1979). A mandioca é geralmente cultivada por agricultores nos trópicos, com produção contínua em condições precárias, levando ao esgotamento de nutrientes do solo (HOWELER, 1991).

Embora apresente desenvolvimento satisfatório em solos pobres, a cultura absorve, durante o ciclo, muitos nutrientes, principalmente K, tornando necessária a reposição constante para a manutenção da fertilidade do solo e a produtividade de raízes (TERNES, 2002). A espécie provou ser bem adaptada a solos de baixa fertilidade e pouca disponibilidade de P (MASON; LEIHNER, 1988). O P e o K estão entre os principais nutrientes para a mandioca por contribuírem para o crescimento das manivas. O P proporciona aumento expressivo da produção de raízes e do conteúdo de amido. O K possibilita maior turgor nas células, apresentando proporções muito elevadas na composição da planta (CONCEIÇÃO, 1979).

Diferentemente do K, o P na forma livre $H_2PO_4^-$ geralmente apresenta baixa mobilidade

em solos tropicais altamente intemperizados devido à sua alta capacidade de fixação às cargas positivas dos coloides. Além disso, sua interação com o Al^{3+} na solução do solo também contribui para redução de sua disponibilidade. Sabe-se que grande parte dos solos cultivados no Amazonas são altamente intemperizados e ricos em Al^{3+} . O K^+ é um íon com maior solubilidade e mobilidade vertical nos solos. Sem adubação potássica adequada, os rendimentos de mandioca levam eventualmente ao esgotamento de K, exceto nos solos ricos nesse nutriente (HOWELER, 1991). Em condições onde o excesso de chuvas excede a evapotranspiração, há tendência de maior lixiviação de K (ROSOLEM et al., 2010), como é o caso do Amazonas. Por serem elementos primordiais no cultivo da mandioca, na falta deles ocorrem falhas nos processos fisiológicos da cultura.

Com isso a avaliação da influência desses elementos no crescimento da mandioca é indispensável, assim como a correlação da análise nutricional com a adubação potássica recomendada. Apesar dos benefícios, o elevado preço desses insumos, no estado, dificulta o acesso dos produtores rurais. A intensidade das chuvas, podendo influenciar as perdas de K, desmotiva o produtor, assim como a falta de incentivos, a carência de assistência técnica, a pesquisa rudimentar e o baixo retorno econômico. Sendo assim, este estudo avaliou a influência de doses crescentes de fósforo (P) e potássio (K) no crescimento da mandioca, bem como na concentração de K foliar.

MATERIAL E MÉTODOS

Área de Estudo

O estudo foi realizado em, Manaus, Amazonas (02° 39' 4,5'' S, 60° 02' 45,6'' W e 98 m de altitude). O clima, segundo a classificação de Köppen, é do tipo Am, Tropical úmido de monção. Com duas estações climáticas bem definidas, uma de período chuvoso (novembro - maio) e outra seca (verão) (junho - outubro).

Preparo da área e delineamento experimental

A cultura da mandioca foi implantada em novembro de 2015 em Latossolo Amarelo distrófico. Para a caracterização química, física (Tabela 1) e granulométrica, 20 subamostras foram coletadas na área experimental com o auxílio de um trado de rosca na camada de 0 cm a 20 cm para a formação de uma amostra composta. A amostra foi seca a 40 °C, peneirada em malha de 2 mm e submetida a análises (EMBRAPA, 2009; RAIJ et al., 2001).

Tabela 1: Propriedades químicas e físicas do solo em estudo.

Propriedades Químicas											
pH _{CaCl2}	M.O.	SB	Ca	Mg	K	Al	t	T	P	V	m
-	dag kg ⁻¹	----- cmol _c dm ⁻³ -----							mg dm ⁻³	----- % -----	
4,02	2,2	0,97	0,55	0,35	0,71	0,95	1,92	7,37	3	13,18	49,43
Granulometria											
Areia				Argila				Silte			
----- % -----											
13,45				78,2				8,35			

pH – Acidez ativa; SB – Soma de Bases; Ca – Cálcio; Mg – Magnésio; K – Potássio; Al – Alumínio; t – Capacidade de troca de cátions efetiva; T – Capacidade de troca de cátions; P – Fósforo; V – Soma de bases; m – Saturação por alumínio

A calagem foi realizada com calcário dolomítico (PRNT 91%) para a elevação da saturação por bases em 60%, resultando em 3,8 t ha⁻¹. Entretanto, a dose aplicada foi de 2 t ha⁻¹ (EMBRAPA, 2004).

Três blocos casualizados com os tratamentos em esquema fatorial 5×5 avaliaram o efeito de doses crescentes de P (0, 40, 80, 160, e 240 kg ha⁻¹ de P₂O₅) e K (0, 20, 40, 80 e 160 kg ha⁻¹ de K₂O), totalizando 25 tratamentos e 75 parcelas. Cada parcela com 24 m², formada por quatro linhas de 6 m de comprimento, com seis plantas por linha, em espaçamento entre plantas de 1 m e entre linhas de 1 m. As oito plantas centrais de cada parcela foram consideradas como área útil, e outras 16 em bordadura. Os níveis de cada fator atestados tiveram como base as recomendações técnicas vigentes para o Amazonas (EMBRAPA, 2004), em que 60 kg ha⁻¹ de P₂O₅ e 40 kg ha⁻¹ de K₂O são as doses máximas recomendadas. Os níveis máximos para a realização desse experimento foram escolhidos para contemplar quatro vezes a máxima recomendação técnica de P₂O₅ e K₂O vigente.

Manivas-sementes de mandioca (*M. esculenta* Crantz) variedade Hastinha foram selecionadas conforme recomendação: corte, feito com facão, reto nas duas extremidades. As sementes foram padronizadas em 18 cm de comprimento por 2 cm de diâmetro em média. No dia do plantio foi verificada a viabilidade das manivas-sementes quanto ao estágio ainda leitosas.

Três meses após a calagem foi realizado o plantio. O P foi aplicado usando a fonte superfosfato simples em parcela única no sulco de plantio, mantendo-se uma camada de solo de aproximadamente 3 cm entre o adubo e a maniva-semente. O K foi aplicado usando como fonte o cloreto de potássio em duas parcelas aos 60 e 120 dias após o plantio. O N (ureia) foi aplicado junto ao K em cobertura, sendo 20 e 20 kg ha⁻¹ de N aos 60 e 120 dias respectivamente.

A maior parte dos estudos já realizados não observa efeito da adubação com micronutrientes para a cultura (SOUZA et al., 2006). Por esse motivo optou-se pela realização de correção via pulverização foliar (SOUZA et al., 2006), em caso de sintomas de deficiência.

No período de três meses após a aplicação do calcário foi realizado o plantio da cultura de mandioca; no dia 30 de novembro de 2015, foi realizada a aplicação de cinco doses diferentes de P. Por recomendação deve-se colocar uma camada de solo de aproximadamente 3 cm entre o adubo e a maniva-semente. O controle das plantas daninhas foi feito por capina e monda (arranque de ervas) durante quatro meses após o plantio. A colheita foi realizada na segunda semana de agosto de 2016, totalizando nove meses de ciclo.

Avaliação do crescimento

Aos 90, 180 e 270 dias após o plantio, foram feitas as medições de altura (A) e diâmetro (D) da haste principal da cultura, com o auxílio de trena e paquímetro digital respectivamente.

Avaliação nutricional

Na ocasião das avaliações do crescimento, nas parcelas que receberam as doses de adubação “ideal”, de 60 kg ha⁻¹ P₂O₅ e 40 kg ha⁻¹ de K₂O, conforme Embrapa (2004), foram coletadas a terceira ou a quarta folha, recém-maduras, a partir do ápice do ramo e, em seguida, armazenadas em sacos de papel. Aos 270 dias foram coletadas folhas de todas as parcelas e consequentemente de todos os tratamentos para posterior análise de K. As folhas foram lavadas em água corrente, em água destilada, e secas em estufa a 65 °C, moídas e digeridas por via seca em mufla a 550 °C, conforme Malavolta et al. (1997).

Análise estatística

Os dados foram submetidos à análise de variância ($p \leq 0,05$), e as médias, comparadas pelo teste de Tukey ($p \leq 0,05$). A análise de regressão dos dados foi aplicada quando necessária. Foram utilizados os programas estatísticos Assistat 7.7 e Sisvar 5.6.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estudos realizados anteriormente reportaram influência da adubação potássica e fosfatada no desenvolvimento da mandioca (PEREIRA, 2012; SPEAR, EDWARDS, ASHER, 1979; NORMANHA, 1951; HOWELER, 1991) e Silva (1968); Odurukwe (1980) verificou que a adubação potássica aumenta consideravelmente a produção. Neste estudo observou-se que as doses crescentes de P e K e sua interação influenciaram a altura da planta apenas no início do desenvolvimento fenológico (90 dias) (Tabela 2), e que os tratamentos influenciaram, sem interação, o diâmetro das plantas em duas épocas; aos 90 e 270 dias de cultivo. A influência dos tratamentos aos 90 dias na altura das plantas jovens não continuou ao longo do cultivo (Tabela 2).

Quanto ao diâmetro, houve efeito do P apenas para as plantas jovens (Tabela 2). Por outro lado, a adubação com K influenciou essa variável aos 270 dias de cultivo.

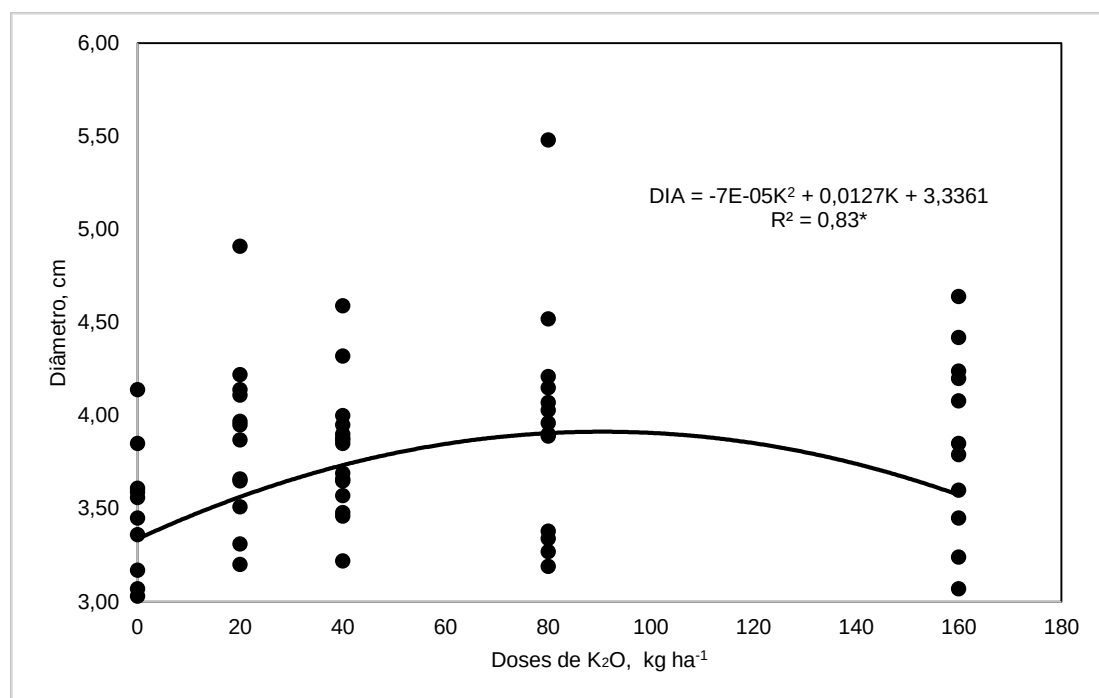
Tabela 2: Resumo da ANOVA (valores de F) quanto à influência de doses crescentes de P, K e interação P x K na altura e no diâmetro de plantas de mandioca (n = 3) aos 90, 180 e 270 dias de cultivo.

Causa de variação	90 dias	180 dias	270 dias
		Altura	
P	0,52 ^{ns}	1,20 ^{ns}	0,69 ^{ns}
K	0,06*	0,90 ^{ns}	0,81 ^{ns}
P*K	0,40*	0,46 ^{ns}	0,80 ^{ns}
Blocos	0,9 ^{ns}	0,16 ^{ns}	4,74 *
		Diâmetro	
P	4,47 **	1,88 ^{ns}	1,47 ^{ns}
K	1,64 ^{ns}	1,42 ^{ns}	3,11 *
P*K	1,49 ^{ns}	0,97 ^{ns}	0,41 ^{ns}
Blocos	2,54 ^{ns}	11,44**	11,61**

(*) significativo ao nível de 5% de probabilidade ($0,01 \leq p < 0,05$); (**) significativo ao nível de 1% de probabilidade ($p < 0,01$) e (^{ns}) não significativo ($p \geq 0,05$).

Considerando-se o efeito isolado das doses de K_2O e amostragens das três épocas, para o diâmetro das plantas (Figura 1), este resultado é relevante, pois um dos parâmetros para a escolha de manivas- sementes para o plantio é o diâmetro do caule (CÂMARA e GODOY, 1998). Derivando-se a equação apresentada na Figura 1, conclui-se que a dose de 90 kg ha^{-1} de K_2O proporciona o maior diâmetro do caule das plantas.

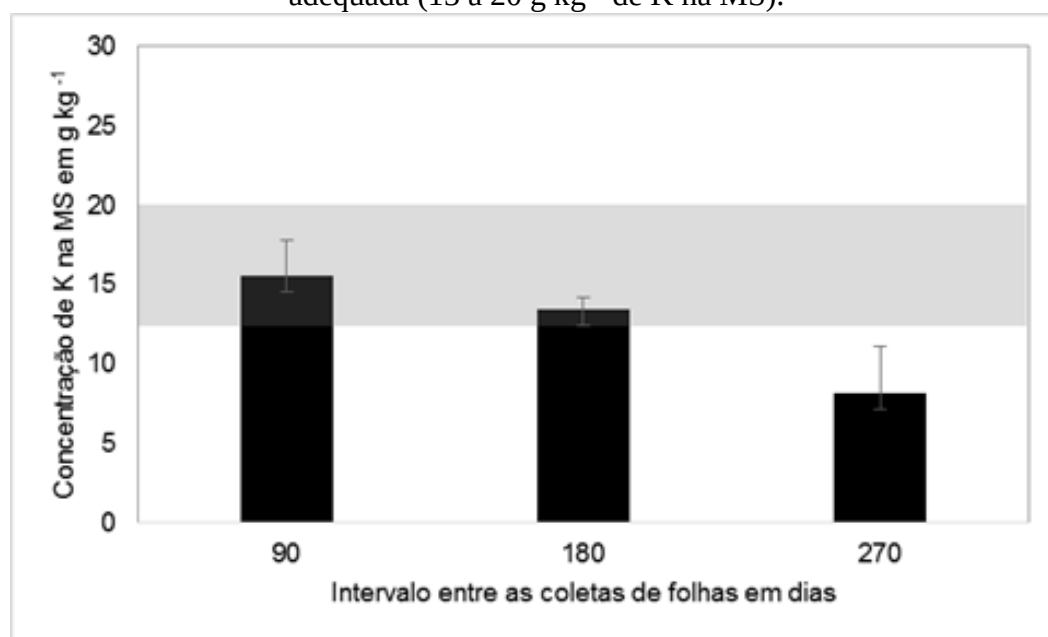
Figura 1: Correlação das doses de K_2O , kg ha^{-1} com o diâmetro (cm) da mandioca aos 270 dias de cultivo, (*) significativo ao nível de 5% de probabilidade ($p < 0,05$).



Ciclo de cultivo da mandioca e concentração de K foliar

Pela interferência de vários fatores na composição foliar, recomenda-se a amostragem em áreas homogêneas, entre 90 a 120 dias, de folhas recém-maduras (MALAVOLTA et al., 1997). Este estudo testou a amostragem foliar na parcela que recebeu a recomendação ideal de P_2O_5 e K_2O (EMBRAPA, 2004) aos 90, 180 e 270 dias. Aos 90 dias, as folhas apresentaram teor de K dentro da faixa de concentração ideal, 13 a 20 g kg⁻¹ (MALAVOLTA et al., 1997), e aos 180 dias já próxima ao limite inferior dessa faixa. Com isso pode-se inferir que o prazo de 120 dias pode ser estendido até os 180 dias (Figura 2). A partir dos 180 dias após o plantio de mandioca, e gradualmente até o final do cultivo, há intensificação na translocação de metabólitos para as raízes e diminuição de acúmulo de matéria seca (HILLOCKS et al., 2002; ALVES, 2006). Aos 270 dias, o nutriente já estava em concentração abaixo do recomendado (Figura 2).

Figura 2: Concentração de K foliar em parcelas que receberam o tratamento ideal (60 kg ha⁻¹ P_2O_5 e 40 kg ha⁻¹ K_2O) aos 90, 180 e 270 dias. A faixa (na cor cinza) indica a concentração foliar adequada (13 a 20 g kg⁻¹ de K na MS).



Doses de K_2O e concentração de K foliar

Aos 270 dias foi realizada a amostragem foliar de todas as parcelas estudadas para a análise da concentração de K. Houve influência das doses de K_2O na concentração de K foliar aos 270 dias, bem como o efeito de interação entre os dois fatores (P*K) (Tabela 3). O desdobramento da interação observada mostra que há correlação linear positiva das doses de K_2O aplicadas e a concentração de K foliar (Figura 3). Sabe-se que há estreita correlação entre o K aplicado no solo e o K na planta (NGONGI, HOWELER, MACDONALD, 1977). Mesmo com tendência a menor

concentração de K foliar próximo a colheita, considerando as duas maiores doses de K_2O (Figura 3), as plantas ainda apresentaram a concentração dentro da faixa ideal de 13 a 20 g kg^{-1} de K foliar. Sabe-se que as concentrações foliares de K e P aumentam com taxas crescentes de adição de nutrientes (NGUYEN et al., 2002; WEBER et al., 1980). Com isso, o rendimento das raízes é maior com a aplicação combinada desses dois nutrientes (GAO et al., 2011). Entretanto, tal sinergismo entre P e K não foi observado no presente trabalho.

A ausência de resposta da mandioca à adubação fosfatada, observada neste estudo, deve-se a três motivos: i) adaptação da cultura a solos de baixa fertilidade e com pouca disponibilidade de P (MASON, LEIHNER, 1988), situação comum na região. Entretanto, estudos realizados em diferentes localidades do Brasil mostram que essa cultura tem respondido mais ao P do que a outros nutrientes (SOUZA et al., 2006). ii) adsorção do $H_2PO_4^-$ a cargas positivas do solo e precipitação com Al^{3+} na solução do solo. Esses processos são intensificados quando o pH_{H_2O} do solo está abaixo de 5,5 associado à aplicação de fosfatos solúveis como o utilizado neste estudo. A quantidade de calcário recomendada para cultura não deve passar de 2 t ha^{-1} (SOUZA et al., 2006; DIAS et al., 2004), quantidade insuficiente para se elevar o pH do solo acima de 5,5; e iii) a dose máxima de P_2O_5 utilizada neste estudo foi de 240 kg ha^{-1} . Entretanto, na literatura (SOUZA et al., 2006, relatam-se estudos com 400 kg ha^{-1} de P_2O_5 . Assim é importante que se desenvolvam na região estudos comparando-se fosfatos naturais e solúveis e doses superiores a 240 kg ha^{-1} no cultivo de mandioca

Tabela 3: Resumo da ANOVA (valores de F) quanto à influência de doses crescentes de P, K e interação P x K na concentração de K foliar de plantas de mandioca avaliadas aos 270 dias.

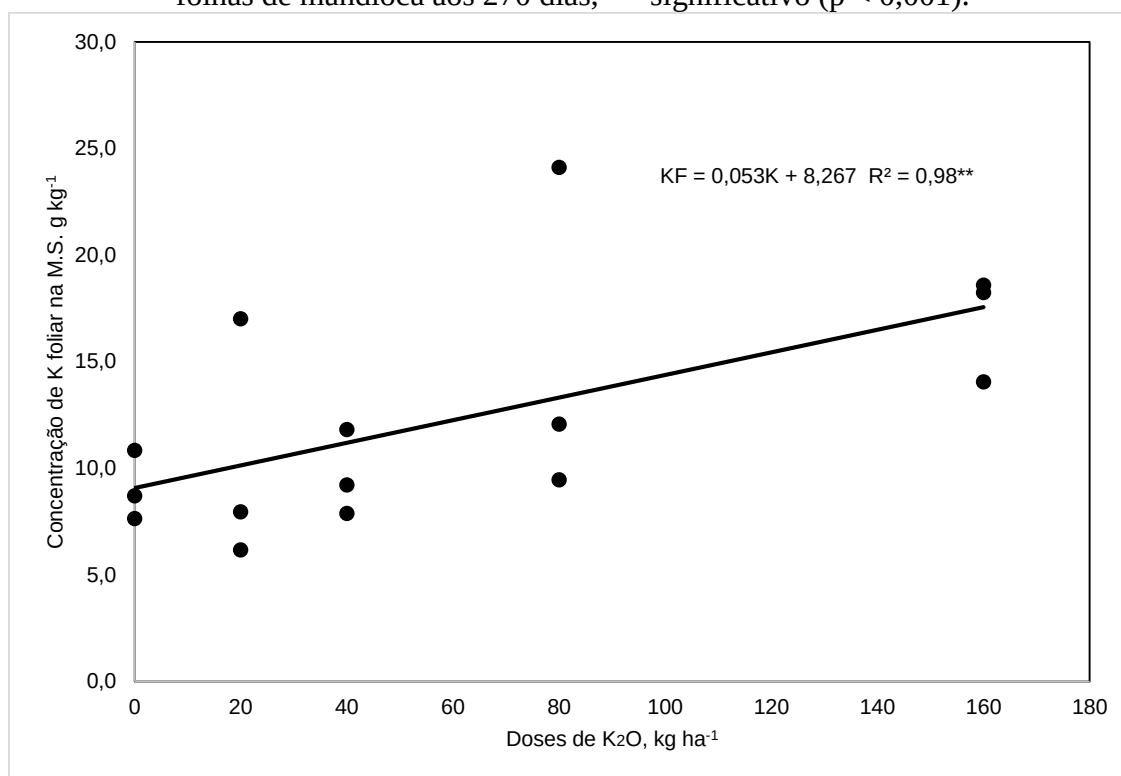
K foliar g kg^{-1}	
Causas de Variação	Valores de F
P	1,60 ^{ns}
K	11,31 ^{**}
P*K	0,36 [*]
Blocos	3,61 [*]

(*) significativo ao nível de 5% de probabilidade ($0,01 \leq p < 0,05$);

(**) significativo ao nível de 1% de probabilidade ($p < 0,01$);

(^{ns}) não significativo ($p \geq 0,05$).

Figura 3: Correlação das doses de K_2O , $kg\ ha^{-1}$ com a concentração de K foliar ($g\ kg^{-1}$ M.S.) nas folhas de mandioca aos 270 dias, (**) significativo ($p < 0,001$).



CONCLUSÕES

A dose de $90\ kg\ ha^{-1}$ de K_2O proporciona maior diâmetro do caule da mandioca. Isso influencia positivamente a qualidade das manivas-sementes utilizadas para plantio da cultura.

Pode-se inferir que, durante o ciclo de cultivo da mandioca, há possibilidade de coleta das folhas até aos 180 dias, aumentando assim o prazo de amostragem foliar para a avaliação do estado nutricional. As doses de K_2O crescentes elevam a concentração de K foliar na mandioca.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. A. C. Fisiologia da Mandioca. In: EMBRAPA Mandioca e Fruticultura Tropical. Aspectos socioeconômicos e econômicos da mandioca. Cruz das Almas, Bahia : EMBRAPA. Cap. 7, 2006, p. 138-169.

CÂMARA, G.M.S.; GODOY, O.P. Desempenho vegetativo e produtivo de cultivares de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) a partir de manivas com diferentes diâmetros. Sci. agric., Piracicaba , v. 55, n. 2, p. 326-331, Maio, 1998 .

CLAIR, H.H. Cassava: *Manihot esculenta* Crantz. Genetic improvement of vegetable, p. 669-691, 1993.

CONCEIÇÃO, A.J. A mandioca. Cruz das Almas, UFBA; EMBRAPA; BRASCAN; NORDESTE, 1979. 382p.

DIAS, M.C.; XAVIER, J. J. B. N.; BARRETO, J.F.; PAMPLONA, A. M. S. R. Recomendações técnicas para o cultivo de mandioca no Amazonas. EMBRAPA, Manaus, circular técnica 23, ISSN 1517-2449, nov. 2004.

GAO, Zhi-hong et al. Effect of fertilizer application rates on cassava N, P, K accumulations and allocation and yield in sloping lands of North Guangdong. *Scientia Agricultura Sinica*, v. 44, n. 8, p. 1637-1645, 2011.

HILLOCKS, R. J.; THRESH, J. M.; BELLOTTI, A. C. Cassava: biology, production, and utilization. London: CABI Publishing, 2002.

HOWELER, R.H. Long-term effect of cassava cultivation on soil productivity. *Field Crops Research*, v. 26, Pages 1-18, 1991.

IBGE. Produção Agrícola Municipal de 2016. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457> Acesso em: 14 de março de 2018.

MALAVOLTA, E.; VITTI, G. C.; OLIVEIRA, S. A. de. Avaliação do estado nutricional das plantas: princípios e aplicações. 2. ed. Piracicaba: POTAFOS, 1997. 319 p.

MASON, S.C.; LEIHNER, D.E. Yield and land-use efficiency of a cassava/cowpea intercropping system grown at different phosphorus rates. *Field Crops Research*, v.18, p. 215-226, 1988.

MCKEY, D.; EMPERAIRE, L.; ELIAS, M.; et al. Local management and regional dynamics of varietal diversity of cassava in Amazonia. *Genetics Selection Evolution*, v. 33, suplemento 1, p. S465-S490, 2001.

MATTOS, P.L.P. Mandioca: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Embrapa Informação Tecnológica, Brasília, 2006. 176 p.

NGUYEN, H.; SCHOENAU, I. J.; NGUYEN, D.; et al. Effects of long-term nitrogen, phosphorus, and potassium fertilization on cassava yield and plant nutrient composition in North Vietnam. *Journal of plant nutrition*, v. 25, p.425-442, 2002.

NORMANHA, E.S. Adubação da mandioca no estado de São Paulo. Instituto Agrônomo, Campinas, vol.11, nº7-9, jul.1951.

ODURUKWE, S. O.; ARENE, O. B. Effect of N, P, K fertilizers on cassava bacterial blight and root yield of cassava. *International Journal of Pest Management*, v. 26, n. 4, p. 391-395, 1980.

OTSUBO, A. A; LORENZI, J.O. Cultivo da mandioca na Região Centro-Sul do Brasil. *Sistemas de Produção* 6. Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste; Cruz das Almas: Embrapa Mandioca e Fruticultura, 2004. 116 p.

PEREIRA, Gustavo Antônio Mendes et al. Crescimento da mandioca e plantas daninhas em resposta à adubação fosfatada. *Rev. Ceres* [online]. 2012, vol.59, n.5 [cited 2017-09-15], pp.716-722. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_>. ISSN 0034-737X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-737X2012000500019>.

RAIJ, B.V. Fertilidade do Solo e Manejo de Nutrientes. Editora IPNI, 1ª edição, p. 420, 2011.

ROSOLEM, C.A.; SGARIBOLDI, T.; GARCIA, R.A. & CALONEGO, J.C. Potassium leaching

as affected by soil texture and residual fertilization in tropical soils. Comm. Soil Sci. Plant Anal., 41:1934-1943, 2010.

SILVA, J.R.; FREIRE, E. S. Responses of cassava to increasing doses of nitrogen, phosphorus and potassium. Bragantia, v.27, n.2, p. 357-364. ISSN 1678-4499, 1968.

SOUZA, L.S.; FARIAS, A.R.N.; MATTOS, P.L.P. de; FUKUDA, W.M.G. (Ed.). Aspectos socioeconômicos e agronômicos da mandioca. Cruz das Almas: Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical, 2006. Cap.15, p. 433-454.

SPEAR, S.N.; EDWARDS, D.G.; ASHER, C. J. Response of cassava (*Manihot esculenta* Crantz) to potassium concentration in solution: critical potassium concentrations in plants grown with a constant or variable potassium supply. Field Crops Research v. 2, p. 153-168, 1979.

TERNES, M. Fisiologia da planta. In: CEREDA, M. P. (Coord.). Agricultura: tuberosas amiláceas latino-americanas. São Paulo: Fundação Cargill, 2002. p. 448-504.

WEBER, Edward J. et al. Cassava cultural practices: proceedings of a workshop held in Salvador, Bahía, Brazil. 18-21 Março 1980. IDRC, Ottawa, ON, CA, 198

UNIDADE DEMONSTRATIVA DE AVICULTURA INTEGRADA À AGRICULTURA EM MANEJO AGROECOLÓGICO

Israel Pereira dos Santos¹

Danilo de Oliveira Machado²

Izaquiel Mateus Macedo Gomes³

Gustavo André Colombo⁴

Rômulo Ribeiro Machado⁵

Resumo: Este trabalho descreve uma ação de extensão rural que utiliza a integração da avicultura à agricultura na forma de unidade demonstrativa. Para tanto, um aviário foi construído junto com o público-alvo, com 6,5m². Esta área permite criar ao menos 40 frangos, do tipo “caipirão”, em lotes, no sistema “todos dentro, todos fora”. Ao redor do aviário, estão os canteiros para o plantio de cultivares necessárias à alimentação familiar e/ou de interesse comercial. Foram realizados “dias-de-campo” para a construção do aviário e palestra sobre os cuidados com a recepção das aves. Conclui-se que as atividades desenvolvidas junto aos produtores rurais despertaram a motivação para continuar as atividades, planejar a expansão das criações de galinhas caipiras e a construção de horta mandala. A criação de um espaço de ensino-aprendizagem para o produtor dentro do IFAM permitiu que os mesmos trouxessem demandas de técnicas que necessitam para melhorar suas práticas diárias. Tudo isso, graças aos encontros no IFAM e nas propriedades rurais, que proporcionaram o diálogo entre instituição e os produtores rurais.

Palavras-chave: agroecologia, frango caipirão e horta mandala.

ABSTRACT: This work describes a rural extension action that uses the integration of poultry to agriculture in the form of a demonstrative unit. Then, an aviary was built together with the target audience, with 6.5 m² and work describes a rural extension action that uses the integration of poultry to agriculture in the form of demonstrative unit. This area allows to create at least 40 chickens, of the type "caipirão", in lots, in the system "all in, all out". Around the aviary, were cultivated of plants necessary for the family feeding and / or of commercial interest. "Field days" were carried out for the construction of the aviary and a lecture on the care with the reception of the animals. It is concluded that the activities developed with the rural producers aroused the motivation to continue the activities, to plan the expansion of the creations of chickens and the construction of vegetable garden. The creation of a teaching-learning space for the producer within the IFAM, allowed them to bring demands on the techniques they need to improve their daily practices. All this, thanks to the meetings in the IFAM and in the rural properties, that provided the dialogue between institution and the rural producers.

Keywords: agroecology, chicken and vegetable garden.

¹ Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *campus* Maués. E-mail: israel.santos@ifam.edu.br

² Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *campus* Maués. E-mail: danilo.machado@ifam.edu.br;

³ Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *campus* Maués. E-mail: izaquiel.mateus@ifam.edu.br

⁴ Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *campus* Maués. E-mail: gustavo.colombo@ifam.edu.br

⁵ Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *campus* Maués. E-mail: romulo.machado@ifam.edu.br.

INTRODUÇÃO

A avicultura é uma importante atividade do setor econômico brasileiro. Tanto a produção industrial de frangos de corte, ave abatida aos 42 dias, quanto a avicultura de postura são atividades produtivas realizadas em nível nacional (JESUS JUNIOR et al., 2007). No Estado do Amazonas destaca-se a criação de galinhas poedeiras, principalmente na área rural do município de Manaus (CRUZ et al., 2016). Esta produção de ovos na capital do Estado do Amazonas é motivada pela necessidade de se obter este alimento frágil e perecível próximo ao centro consumidor, pois há dificuldade de se abastecer Manaus com produtos agrícolas por via terrestre, em decorrência do isolamento geográfico. Sendo assim, o que chega em Manaus é por via aérea e/ou fluvial.

No interior do Estado do Amazonas são vistas iniciativas de produção tanto de galinha caipira, que demora dois, três e até quatro meses para ficar pronta para o abate. Quando não, ela é criada no quintal próximo às casas, em manejo extensivo. Em municípios como Benjamin Constant e Tabatinga, localizados na região do Alto Solimões, existem iniciativas que de produtores que criam frango do tipo caipirão. Este último, com um ciclo produtivo mais curto, em torno de 90 dias (CRUZ et al., 2016; MOREIRA, et al., 2012; PREFEITURA DE UBERABA, 2017).

Para a agricultura familiar, a avicultura de galinha caipira e do frango tipo caipirão pode ser integrada ao plantio de vegetais, com a função de alimentar a família ou vender, não pensando somente na comercialização de excedentes. Haja vista que o custo inicial da criação de pequenos animais é menor que os da bovinocultura, por exemplo, e os cuidados diários são mais fáceis.

Entre as várias estratégias vistas para efetivar essa integração de animais e a avicultura se destaca a Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS, que é uma tecnologia social proposta pelo SEBRAE (PAIS, 2008). Essa tecnologia consiste na construção de três canteiros circulares ao redor de um pequeno aviário.

Esse projeto descrito aqui foi inspirado no PAIS, adaptando aquela tecnologia às necessidades e peculiaridades da Região do Baixo Amazonas Amazonense. O local de trabalho no Município de Maués/AM onde está instalado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM, *campus* Maués.

A cidade de Maués é conhecida como a “Terra do Guaraná”. Foi fundada oficialmente em 1798, está situada à margem direita do rio Maués-Açú. Atualmente possui mais de 105 comunidades rurais espalhadas pelas calhas dos seus rios. Sua população atual, distribuída nessas diversas localidades é estimada em mais de 58.000 habitantes (IBGE, 2015). Liga-se com outras cidades do Estado pelos modais aéreo e fluvial, sendo este último o mais utilizado para o transporte de passageiros e escoamento da produção.

Figura 01: Localização geográfica do município de Maués/AM



Fonte: <http://crucerosamazonas.com/img/mapas/mapa-maues.png>

O setor primário de Maués se subdivide em extrativismo vegetal, com a exploração da madeira e coleta de produtos florestais não madeireiros; o extrativismo mineral, com a exploração do ouro; e, o extrativismo animal, com a exploração do pescado. Contudo, a bovinocultura e a avicultura são insuficientes para atender as necessidades locais, o que obriga a importação desses gêneros. A agricultura tem como carro chefe a cultura do guaraná, apesar de produzir produtos como a mandioca, cana-de-açúcar e banana em grande quantidade.

O guaraná é um produto tem uma lucratividade, em torno de R\$ 20,00/Kg, quando comercializado em grãos torrados, e até R\$ 80,00/Kg do grão torrado e moído. Apesar da lucratividade aparentemente alta, uma planta que pode produzir de 1,0 Kg de guaraná, sendo alcançado um lucro de R\$ 3.000,00 por hectare.

Por ser o guaraná uma monocultura, sazonal, que frutifica entre os meses de novembro e janeiro, o produtor precisa de trabalhar em outras atividades ao longo do ano. Um exemplo de fonte de renda viável é a criação do frango caipirão e a produção de hortaliças.

Outra atividade econômica em destaque para este município é a bovinocultura de corte, que é a principal fonte de renda do produtor rural local. Apesar de já ter sido bastante trabalhada na região, vem encolhendo anualmente na última década, graças a vários fatores, entre problemas climáticos e financeiros. Mas que ao ser comparada com a avicultura tem um custo inicial alto. Se com R\$ 3.000,00 pode-se construir um aviário, mal se pode comprar uma vaca matriz, e nem a

metade de um touro reprodutor. Nesse contexto, ainda se soma a área necessária para a produção de forrageira. Em 1 hectare o produtor pode colocar pelo menos 10 galpões, cada galpão com mais de 1.000 aves, sendo que nesta mesma área comumente ele cria apenas um bovino, que demorará no mínimo 2 anos para estar pronto ao abate. Vemos assim, que neste mesmo tempo pode se ter 7 abates ou mais de aves, como também a produção de ovos. Soma-se a isso a dinâmica do manejo das aves, que é muito mais viável para a agricultura familiar, que visa diminuir custos ao não precisar de empregados para tal fim. Até os custos com a saúde dos animais é reduzido. Pois no caso específico do frango caipirão em relação ao gado, quando não ocorre nenhuma doença de notificação obrigatória, tais como a doença de New Castle, Influenza Aviária, Marek, que causam um prejuízo econômico muito grande para a criação, o produtor pode fazer um ciclo de produção de 90 dias no sistema de todos dentro, todos fora sem usar nenhuma vacina, ou outros medicamento. Tendo na ração o item de maior importância para o desenvolvimento dos animais.

A integração da agricultura à avicultura possibilita a obtenção de produtos de origem animal. Este fato pode aumentar a lucratividade da propriedade ao longo do ano. Apesar da palavra agronegócio não andar, em muitos momentos, junto com a palavra agroecologia devemos pensar também que o agricultor familiar precisa de vender algum produto, com o objetivo de adquirir dinheiro para obter alguns produtos que ele não tenha condições de produzir e/ou fabricar. Produtos para o bem-viver dele e da sua família. Também devemos destacar que essa integração contribui para melhor nutrição da família (GOMES et al., 2007).

Com relação ao manejo diário, uma atividade complementa a outra. Uma vez que a horta pode fornecer alimentos para as aves, e estes animais fornecerem adubo orgânico para as plantas ou ser comercializado. Vale lembrar que para a produção de adubo, é necessário que a cama dos frangos passe por um processo de compostagem, afim de reduzir os efeitos indesejáveis de um esterco cru e aumentar a disponibilidade de nutrientes para as plantas.

Além do mais podemos ver na literatura que as aves podem eventualmente fazer controle biológico de algumas pragas. Alguns insetos e/ou lagartas que comem as plantas podem ser atraídas pelo aviário. Este fato pode economizar no manejo, quer seja no manejo com defensivos agrícolas químicos tóxicos, quer seja na utilização de defensivos que atendam a exigência dos mercados de produtos orgânicos.

METODOLOGIA

Neste trabalho foi construída uma unidade demonstrativa (RAMOS et al., 2013), onde um aviário, localizado no centro dos três canteiros da horta mandala pode ser utilizado as práticas da avicultura da construção do aviário até que as aves cheguem a idade do abate ou comecem a produzir ovos. Pode-se utilizar essa estrutura também para fazer reuniões, palestras específicas,

minicursos, dias de campo com atividades diversas (ex. construção do aviário, debicagem, vacinação das aves, práticas de higienização, manutenção dos equipamentos, entre outras próprias da avicultura).

A escolha desta metodologia oportunizou o acesso do produtor às dependências da Instituição. Ao invés de utilizar o recurso financeiro somente para viajar até as propriedades e fazer visitas técnicas rápidas, pontuais, que atingem poucas pessoas, obtém-se uma estrutura fixa, com o potencial de se realizar diversas atividades ao longo do tempo, com grupos de até cem pessoas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A integração entre avicultura demonstrou ser uma estratégia viável para a realidade do município de Maués, como já demonstrado previamente na literatura (GOMES et al., 2007). A aceitação da técnica social foi demonstrada pela iniciativa dos produtores da Comunidade São Raimundo do Mutuca construírem a sua própria horta integrada à avicultura; primeiro utilizando o frango tipo caipirão e planejando em fazer um aviário destinado ao ciclo completo de galinhas caipiras.

Pudemos realizar reuniões com os produtores rurais para discutir sobre a integração da agricultura e avicultura, palestras sobre manejo com as aves, desde a recepção dos pintinhos até o abate em condições sanitárias adequadas e dias de campo para construção do aviário e cuidados com as aves (Figuras 02, 03 e 04), como proposto por Ramos et al. (2013).

Figura 02: Construção coletiva de um aviário integrado à uma horta mandala com sistema de irrigação por gotejamento.



Fonte: Santos, 2017

Figura 03: Construção coletiva de um aviário integrado à uma horta mandala com sistema de irrigação por gotejamento.



Fonte: Santos, 2017

Figura 04: Aviário integrado à horta mandala.



Fonte: Santos, 2017

Este instrumento de teoria e práxi, tem o objetivo de integrar conhecimentos, saberes, pessoas e, principalmente, interesses. Homens, mulheres, jovens, velhos, agricultores e professores, instituição e sociedade juntos compartilhando vivências.

A comunicação e o diálogo tem se demonstrado os principais instrumentos agregadores e de troca de conhecimento. Possibilitar encontros na Amazônia requer que se utilize dos meios de comunicações tradicionais e modernos. Do recado ao bilhete do telefonema as redes sociais, uma vez que se fossemos contar somente com as telecomunicações ficaria muito difícil. Parafraseando Freire (1983): “O mundo humano é, desta forma, um mundo de comunicação”.

Assim a comunicação nesse momento do projeto é o momento do contato, é o momento de preparar o encontro. Mais do que isto, é nesse processo de contato, preparo e o encontro que os sujeitos dialogam e compreendem que seus conhecimentos são diferentes e estes precisam enriquecendo-se mutuamente. Dessa forma, aqui comunicação está longe de ser um momento de imposição de saberes mas o momento onde eles marcam seu encontro.

O projeto, que integram horta e aviário, como proposto pelo PAIS (2008), em forma de mandala também demonstrou em nossa prática a capacidade de fugir do ciclo vicioso, onde a instituição de ensino é a detentora do saber e pretende ensinar os que chegam. Do contrário, os profissionais que integram tais atividades tem plena convicção que é necessário o encontro com outros saberes e provocaram essa troca ao redor dos campos de prática (Horta e Aviário) e quem ensina e quem aprende confundiu-se em um devir de ensino aprendizagem – aprendizado perpétuo.

Vale ressaltar que essa extensão nas dependências do Instituto tem um viés didático e pedagógico. Em razão de ter uma como norte o ensino e a aprendizagem, tendo como exemplo a utilização do calcário, que já era feita pelo agricultor de forma empírica, mas que a partir das orientações técnicas dos professores e técnicos ele aprendeu a utilizar este produto nas quantidades e condições ideais.

Soma-se assim, o saber tradicional com o saber da academia que pode ocasionar na utilização deste produto da forma mais eficiente. Neste sentido é importante frisar que o IFAM é uma instituição de ensino. Por isso, ela não faz extensão rural de maneira restrita, ela faz ensino e pesquisa e extensão que deve estar ligada a pesquisa e ao ensino e, não necessariamente a uma extensão rural, em razão do IFAM não ser um instituição extensionista. Sendo a extensão promovida por esta instituição uma extensão para educar.

Dentro dessa metodologia os resultados obtidos, com todas as abordagens empregadas dentro da unidade demonstrativa foram promovidos alguns encontros entre os servidores do IFAM *campus* Maués com os produtores. Momentos estes, os quais o produtor conseguiu trazer a sua prática, compartilhando os conhecimentos com uma visão técnica da criação de aves.

Nessas reuniões os produtores além deles apresentarem as suas ideias, experiências e realidades de vida e de trabalho eles expuseram que além de aprender novas técnicas os mesmos externaram que se sentiram motivados a continuar a fazer os trabalhos em suas comunidades.

Vários professores de diversas áreas do conhecimento participaram. Contribuindo dentro das suas possibilidades, eles fizeram palestras, tais como: demonstração de adubação, de interpretação de análise de solo, compostagem, cuidados com as aves, da recepção dos pintinhos até chegar época do abate, de construção do aviário e uma palestra sobre a história da agricultura.

Alcançou-se um público de produtores das comunidades rurais do Limão, São Raimundo do Mutuca, Santo Antônio dos Moraes, Menino Deus e vários outros bairros da área urbana do município de Maués.

Nesse contexto educacional, foram alcançados aproximadamente 120 alunos do ensino fundamental e médio de escolas administradas pelo Governo do Estado do Amazonas e Prefeitura de Maués localizadas na zona urbana da cidade e alunos da Fundação Pestalozzi, que se dedica ao ensino de pessoas com deficiências diversas, que também sinaliza para em um momento futuro trabalhar com a agroterapia.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Frank George Guimarães et al. Perfil Socioeconômico da Avicultura no Primário do Estado do Amazonas, Brasil. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 9, n. 2, p. 371-391, 2016.

GOMES, Ana P. FAPES et al. Integração de aves com lavouras na transição agroecológica da agricultura familiar: relato de experiência em Jaguaré, Espírito Santo **Rev. Bras. de Agroecologia/out.** 2007 Vol.2 No.2

JESUS JUNIOR, Celso de et al. **A cadeia da carne de frango: tensões, desafios e oportunidades.** BNDES Setorial, n. 26, p. 191-232, 2007.

MOREIRA, A. S. et al. **Desempenho de frangos caipiras alimentados com rações contendo diferentes níveis de energia metabolizável.** Arq. bras. med. vet. zootec, p. 1009-1016, 2012.

PAIS - **produção agroecológica integrada e sustentável: mais alimento, trabalho e renda no campo. saiba como produzir alimentos saudáveis e preservar o meio ambiente**, 2008. Brasília: Fundação Banco do Brasil.

PREFEITURA DE UBERABA. **Criação de frango caipira.** Acesso em: 20/04/2017. Disponível em: http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/agricultura/arquivos/criacao_de_frango_caipira.pdf

RAMOS, Giuberto de Lima, ET AL.. **Manual de metodologia de extensão rural.** Recife: Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA, 2013. 58p.

PRÁXIS

ENTREVISTA

Edilberto Francisco Moura Sena: “Estamos numa peleja aos moldes do Davi contra Golias. Nossa estratégia é tentar acertar a testa desse Golias. Nossa saída deve ser coletiva. Precisamos, ainda, aprender a juntar as nossas forças”

Por Revista Terceira Margem Amazônia:

Rogério Almeida¹ e Sara Pereira²

Edilberto Sena é um frade franciscano na linha de frente do combate das pelejas populares, no Baixo Amazonas, há mais de 40 anos. Ainda menino escapou de virar operário em seringal na cidade de Belterra, quando o sonho em domesticar a árvore era implantado por Henri Ford. Ganhou o mundo com a mediação de religiosos e formou-se em Teologia e Filosofia e é comunicador popular. Dirigiu a Radio Rural de Santarém por 12 anos. A Rural é um dos mais importantes veículos de comunicação do campo popular do estado do Pará, com mais de 50 anos no ar. Aos 75 anos de idade, o franciscano mantém com energia e afinco o ânimo em inúmeras frentes que atua. Sena assina dois livros, **Uma Revolução que ainda não aconteceu**, que aglutina editoriais que assinou no site da rádio, lançado em 2014 e o livro **Amazônia: o que será o amanhã?** Este, lançado em 2011. Sena fala inglês, espanhol e italiano. Apesar do cenário sombrio que nubla a agenda de desenvolvimento para a região, acredita que é possível um novo mundo, sob a inspiração de grandes nomes da história, entre eles, Gandhi, Mandela e Fidel.

Revista Terceira Margem (RTM) – O senhor pode falar um pouco sobre a sua origem e a sua formação?

Pe. Edilberto Sena – Meu nome é Edilberto Francisco Moura Sena. Sou caboco de Belterra e tenho 75 anos. Quando nasci, a cidade ainda era distrito de Santarém, hoje Belterra é um município autônomo. Primeiro fiz filosofia e teologia para a formação para ser padre e comunicação para atuar em rádio. Sou padre diocesano com formação franciscana e me especializei em comunicação na Holanda na área de rádio popular. Depois, segui para mais capacitação, na mesma área, de rádio popular, em Costa Rica. Foram cursos de curta duração. O primeiro durou quatro meses e o segundo seis meses. No caso do curso da Costa Rica, o objetivo era ser preparado a fim de liderar uma escola de capacitação em comunicação popular na Amazônia. Este projeto era uma iniciativa da Escola de comunicação da Rádio Holanda. Não conseguiu ser implantado na região, por falta

¹ Professor do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: araguaia_tocantins@hotmail.com.

² Graduada em Letras e Direito, Educadora da Fase Amazônia. E-mail: saronpereira@hotmail.com.

de recurso.

Em 1994 retornei à diocese de Santarém, para a pastoral, até chegar à Rádio Rural da Diocese, onde fui diretor por 12 anos. Neste período aprofundamos a perspectiva na emissora com a educação e a evangelização libertadora. Outro elemento deste período foi a ampliação da ação da rádio em escala regional. Daí que surgiu a ideia de criar uma rede de rádios para a produção de conteúdo, a partir das realidades dos agentes locais. Tudo realizado com a cara e a coragem, sem recursos. A gente foi convidando as emissoras e elas foram aderindo. A maioria tem relação com a Igreja Católica. Mesmo assim, a linha editorial da Rede não é católica, mas cristã, para dar voz e vez aos lutadores sociais da região. Em 2008 começamos com 15 minutos de notícias produzidas por cinco emissoras. Um ano depois éramos oito rádios, com a produção de meia hora de notícias de segunda a sexta-feira, mais uma rádio revista de 30 minutos semanal sobre meio ambiente. Este programa já recebeu um prêmio nacional da instituição SIGNIS CNBB. Hoje somos 19 emissoras em rede, que cobrem quase a totalidade da Amazônia. Faltam somente os estados do Tocantins e do Mato Grosso. A lógica é que as rádios que integram a rede produzam as notícias, encaminhem para a cabeça da rede, que é a Rádio Rural de Santarém [nascida em 1964] e ela fica encarregada em produzir o jornal e devolver às emissoras. O grande objetivo da rede é que a Amazônia possa se comunicar com a própria Amazônia, a partir da agenda dos lutadores da Amazônia.

RTM – Como foi o processo de você entrar para a Igreja?

Edilberto Sena – Bem... aí tem uma história! Quando eu era garoto, em Belterra, o nosso destino intelectual era estudar até a 5ª série primária, mas a nossa escola de Belterra não tinha reconhecimento do Ministério da Educação. Nossa família era pobre. O meu pai trabalhava na Companhia Ford, responsável pelo monocultivo da seringueira, nos anos do governo Vargas, idos da década de 1940. O diretor do colégio Dom Amando, em Santarém, comunicou que haveria uma seleção para bolsas de estudo, na cidade de Santarém. Meu pai assinou o papel solicitando uma bolsa e comentou que assim eu não iria cortar seringa com ele, e mandou eu voltar para Santarém com o documento. Acontece que antes de eu confirmar entrada no colégio D. Amando, o vigário de Belterra perguntou se eu gostaria de ser padre. Prontamente aceitei e ali mudou meu destino. Era o ano de 1957; a gente teria que ir para a Paraíba. Uma viagem longa. Sair de Santarém para a Paraíba era como sair do Brasil até o Japão. Foi a primeira vez que viajei de avião. Eu sempre brinco que Deus armou um esquema para eu embarcar. Então, fui estudando e com sete anos de seminário, já tinha 21 anos de idade, concluí o nível científico, como se dizia na época. Naquele momento eu já estava fígado por Deus, admirador de São Francisco de Assis. Indagado se queria ser frade, eu topei. Segui para Pernambuco para fazer o noviciado franciscano. Mudei meu nome

para frei Elias e vesti o hábito franciscano. Neste momento os meus parceiros de Belterra já haviam caído fora da missão. Em 1970 continuei os estudos de filosofia, um ano em Olinda e dois anos em Ilinnois, EUA. De lá, em 1967 voltei para Bahia para fazer Teologia. Ah, deixa eu contar um episódio curioso do período. Eu já estava com uns 23 anos, fui eleito para integrar o Diretório dos Estudantes. Fui a uma reunião da União Nacional dos Estudantes (UNE). Os demais colegas não quiseram correr risco e não foram. Tomei coragem e fui. Recebi as instruções do endereço e fui. Cometi uma gafe danada. A moça que foi animar o diálogo sobre a conjuntura da época começou a falar sobre a Transamazônica. Na época, ainda inocente e besta levantei a mão e defendi a rodovia. Argumentei que a estrada seria uma libertação pra gente. Ainda bem que a pessoa que fez o convite para eu participar explicou que eu estava começando o processo de formação. Em 1970 fui ordenado padre franciscano, no apogeu da ditadura militar. Minha primeira paróquia foi na cidade de Monte Alegre. Era um frade trabalhador, comportado, ainda não tinha uma consciência política. Mas, já sabia da opção da Igreja Católica pelos pobres registrada na Conferência Geral do Episcopado da América Latina, ocorrida em Medellín, na Colômbia, em 1968. Fiquei em Monte Alegre por 5 anos. Já em 1976 eu estava mais atento, vim para trabalhar na formação de seminaristas em Santarém. Mesmo com a repressão da ditadura conseguia ler o Pasquim, a revista Realidade e outras opções de comunicação. Neste momento começo a fazer programa na rádio da diocese e conhecer os princípios da Teologia da Libertação, obras de Leonardo Boff, o irmão dele [Clodovis], que na época militava no Acre, do Gustavo Gutierrez, etc. O Clodovis, ultimamente, enrolou bandeira, renunciou às teses da Teologia da Libertação. Eu gostava de ler. Foi a herança que meu pai deixou. E assim fui assimilando que fé e vida caminham juntas.

RTM – Tu te defendes em quantos idiomas?

Edilberto Sena – Falo inglês, me viro em espanhol e arremedo italiano. Eles que se virem para entender, mas até que me saio bem. Já dei conferências na Itália e participei de seminários no Equador.

RTM – Tu podes falar um pouco da sua família, seus irmãos, quantos estão na mesma trincheira que você?

Edilberto Sena – A família é grande. Somos em 11 irmãos. Uma é ligada ao movimento de mulheres. Já aposentou. Outra participou vários anos no movimento popular, foi co-fundadora do Partido dos Trabalhadores no município de Aveiro, hoje está aposentada, e eu. Meu povo está espalhado no mundo. Tem duas em Brasília, um em Manaus, uma em Monte Alegre e os demais em Santarém e Rurópolis.

RTM – Você tem dois irmãos que estão com problemas de saúde. Acometidos com câncer. Você relaciona a questão com o avanço da fronteira agrícola da soja, por conta do uso intensivo do agrotóxico?

Edilberto Sena – Tema delicado. Uma irmã enfrenta um câncer de mama e um irmão com câncer na língua. O da mana está em estado bem avançado. O irmão operou em Manaus. Mas, teve uns probleminhas na recuperação. A gente enfrenta a peleja com medicamentos convencionais, caseiros e fé. No caso dos meus irmãos não é possível fazer o nexos causal entre o avanço da fronteira da soja e a doença. O Eduardo trabalhou na Ceplac (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), teve pouco contato com venenos das lavouras. No entanto, existem indicativos que o uso intensivo de venenos nos municípios com mais incidência de soja, provocam o aumento de casos da doença. Tem a possibilidade da contaminação por meio da alimentação, já que os monocultivos são marcados pelo uso intensivo de agrotóxico. A gente compra uma maçã, um tomate, tudo tá cheio de veneno. Por isso não descartamos que meus dois irmãos tenham impactos do agrotóxico.

TRM – quais as cidades com maior incidência da soja na região?

Edilberto Sena – Belterra, Mojuí dos Campos e Santarém. Conforme a Cargil, a região tem 70 mil hectares com soja. Em debates com representantes da empresa, indaguei sobre a responsabilidade deles na contaminação das regiões e eles responderam que não se sentem responsáveis.

RTM – Você pode falar um pouco sobre o processo de luta do povo do Lago do Maicá?

Edilberto Sena – Vivemos um avanço, no nosso território, pelo grande capital. Há vários projetos de hidroelétricas de grande e pequeno porte, um monte de portos. Em Itaituba isso já ocorreu, são três portos funcionando e mais uns 12 em projeto. No caso do Lago do Maicá, trata-se de um conjunto de portos. Aqueles bairros, Área Verde, Maicá, Pérola do Maicá, Jutai, todos estão ameaçados. As prefeituras nunca regularizaram a situação das famílias que moram por lá. Nunca deram a titulação. É um negócio cruel. Aí chegou a Embraps (Empresa Brasileira de Portos de Santarém) quer tomar conta de tudo. Para mim, o grupo que forma a Embraps é testa de ferro de um empresário oriundo da Argélia. Eles simplesmente meteram uma placa por lá e alegam que compraram o lugar. A história se repete aqui. É a mesma lógica que ocorre em qualquer lugar na Amazônia. Eles cooptam políticos, moradores mais articulados, neutralizam a imprensa e alardeiam que irão promover o desenvolvimento e gerar emprego. O mesmo expediente é usado pela Alcoa, no município de Juruti. Há uma total indiferença aos modos de vida das populações ancestrais. Lá no começo da Cargill (2000), com o porto aqui em Santarém, ela nem fez estudos

de impacto ambiental. Foi tudo na marra, em total indiferença às nossas leis. Lá no Maicá, hoje a região está dividida por conta da ação da Embraps. Neste combate, vale sublinhar a ação dos Ministérios Públicos, o Federal e o Estadual, na ação em defesa dos direitos das populações locais. Faz o combate em defesa dos mais frágeis e também as nossas pastorais sociais, juntos conseguiram suspender o processo de licenciamento do projeto. Bem, a gente não pode ser ingênuo e desconsiderar a força do capital. Tem ainda o processo de licenciamento da imobiliária Buriti, no outro lado da cidade. Invadiram e derrubaram 186 hectares de mata nativa sem fazer estudo de impacto ambiental. O Ibama embargou a obra. Mas, as máquinas continuam lá, paradas. Significa que eles estão buscando furar o cerco e realizar as obras deles. São muitos os embates.

RTM – Por falar em combate, foi favorável o combate no processo de revisão do plano diretor da cidade, onde a pauta dos movimentos sociais conseguiu vencer a do setor imobiliário e dos sojicultores?

Edilberto Sena – O plano é outra batalha. Felizmente conseguimos vencer e manter a Região do lago do Maicá como Área de Proteção Ambiental (APA) e vetar a proposta em verticalizar o nosso paraíso Alter do Chão. No entanto, existe um porém, a Câmara Municipal é frágil aos encantos do capital. Lá tá cheio de gente seduzida pelas empresas, que, ao menor descuido nosso, passa os interesses das empresassems à frente. Precisamos manter a vigilância.

RTM – Edilberto, estamos numa região cuja agenda é marcada pela presença dos grandes projetos. O que fazer diante deste cenário?

Edilberto Sena – Estamos num momento delicado. O Estado subordinado pela agenda do grande capital. Estamos numa peleja aos moldes do Davi contra Golias. Nossa estratégia é tentar acertar a testa desse Golias. Nossa saída deve ser coletiva. Precisamos, ainda, aprender a juntar as nossas forças. Cada grupo tem uma estratégia e metas diferentes. A missão é juntar isso tudo no enfrentamento em defesa do nosso território. Precisamos convencer os estudantes. Nós vivemos numa cidade universitária. Temos cerca de 12 mil estudantes universitários. A universidade não tem ajudado para a composição de uma consciência crítica sobre a região. Precisamos desses jovens nesta luta, nesta militância. Precisamos reinventar mecanismos de enfrentamento, a exemplo do que estamos tentando fazer no exercício de uso do Protocolo Consulta baseado na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU). A convenção trata da defesa dos territórios dos povos originários. Ele obriga que os povos devam ser consultados antes da implantação de qualquer grande empreendimento que possa afetar o seu território e as suas formas de reprodução econômica, social

e cultural. O combate tem sido bem desigual. Nele o Estado tem colocado até a Força Nacional contra as populações locais.

RTM – Além da ação conjunta dos movimentos, do protocolo consulta, da comunicação popular, que outros instrumentos e saídas são possíveis?

Edilberto Sena – Temos saídas a partir da agroecologia, da energia solar, da medicina alternativa, a partir dos conhecimentos ancestrais. Estamos aqui há milênios! Imagine se o governo decidisse investir metade do que investe no agronegócio e colocasse a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Ceplac, etc. para ajudar o pequeno produtor a melhorar a agricultura familiar, a explorar os bens da floresta sem destruí-la. É necessário potencializar essa agenda.

RTM – Você estava falando sobre universitários, com relação à Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), uma universidade que nasceu aqui, no coração da região, qual seria o papel?

Edilberto Sena – Temos duas questões. Uma, qual tem sido o papel da UFOPA? Outro, qual deveria ser? A UFOPA nasceu contra a vontade de um grupo de jovens estudantes há uns sete anos atrás. A luta era a construção de uma universidade cujo sujeito de estudo fosse a Amazônia, em todos os seus aspectos: Arqueologia, Sociologia, Antropologia, Psicologia, Geologia, Botânica, etc. com vistas a tornar a região um sujeito de direitos. Lamentavelmente, já no tempo do Lula, a universidade veio de Brasília com o esquema montado para formar gente para atender as demandas das grandes empresas que aportavam na região. Na época, fiz uma pesquisa que consta em meu livro, onde constatei que do conjunto dos 33 cursos na criação da UFOPA, somente 11 eram da área de humanas. Os demais eram do campo técnico, voltados para atender as grandes empresas. Entendo que o papel da universidade é o fomento do pensamento crítico, da defesa da vida. Lamentavelmente, em meu sentimento, isso não tem ocorrido.

RTM – Com relação ao Papa Francisco, qual a sua leitura com relação à atuação dele?

Edilberto Sena – Bem, eu sou cristão. E caso eu não fosse, eu passaria a acreditar no espírito santo por conta da eleição de dois papas. O João Paulo XXIII, eleito em 1958, e o Papa Francisco, agora. Por que? Primeiro o Papa Francisco quebrou a hegemonia europeia. Todos os papas, até aquela época, tinham sido europeus. Um latino, um argentino, o Jorge Mario Bergoglio conseguiu vencer. Lembro o contexto da eleição dele. Enfrentou críticas por conta de o acusarem de ter apoiado a ditadura argentina. Se foi ou não, o que vale é ele hoje. Ele tem se demonstrado um camarada

inteligentíssimo. Comprometido com o Evangelho de Jesus Cristo. A preocupação dele é em ser cristão, e não papa. Por esse motivo ele é respeitado. Talvez ele seja o único líder mundial a ser ouvido por todos os ângulos: Rússia, China, Índia, etc. Em todo canto ele é escutado. Ele se constitui como uma esperança para o nosso planeta. Ele não trata somente de catecismo, moral da família, etc. Ele trata da questão ambiental, justiça social, crítica ao capitalismo. Nesse sentido ele tem uma definição de vida. Assim como Jesus Cristo na Galileia.

RTM – Nesta trincheira, o que representa a encíclica verde do Papa Francisco, a *Laudato si*?

Edilberto Sena – É um ponto chave em nosso combate. É a visão de um dirigente latino. A proposta dialoga com a conferência de Medellín e atualiza para os dias atuais. A *Laudato si* é um documento que ultrapassa os muros do Vaticano e o público católico. Há uma inquietação com o futuro do planeta e da humanidade, em particular, com a Amazônia, sua gente e riquezas e os serviços ambientais que a região presta em vários campos, onde se insere a questão climática. Na mesma direção é a proposta do Sínodo Panamazônico. A proposta dele sofre oposição no Vaticano. Apesar disso é uma liderança respeitável em todo o mundo por conta do compromisso com a humanidade. Tem uma frase dele que é emblemática. Copia aí: “A gente é capaz de perdoar, Deus perdoa sempre, mas, a natureza não perdoa”.

RTM – No que pese a atuação do Papa, a disputa é marcada por grande diferença de forças. A correlação é bem desigual. Diante disto, nós estamos num combate perdido?

Edilberto Sena – Olhando para a História eu creio que não estamos num combate perdido. Eu já fui provocado por conta disso várias vezes. Há uns personagens que podem nos servir de inspiração para o combate. Cito Gandhi, Mandela, Fidel Castro e Che Guevara. Eles revelam a nós que, mesmo quando parece não haver chance de vencer, existe uma utopia capaz de ser realizada. Quando você pensa que Mahatma Gandhi lutou por 50 anos pela independência da Índia do jugo inglês e conseguiu; Mandela ficou preso por 27 anos e consagrou em ser o líder maior da África do Sul; quando você olha a luta de Fidel e Che não podemos apagar a esperança, precisamos ter uma meta comum. Precisamos vencer a destruição da Amazônia, se Deus quiser. E Deus quer.

TERCEIRA MARGEM

AMAZÔNIA

DOSSIÊ BAIXO AMAZONAS

